

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DIONÍSIO REPUBLICANO: AS FESTAS DOS GRUPOS ESCOLARES  
SERGIPANOS E OS OUTROS OLHARES (1911-1930)**

Degenal de Jesus da Silva

**São Cristóvão  
Sergipe-Brasil  
2015**

DEGENAL DE JESUS DA SILVA

**DIONÍSIO REPUBLICANO: AS FESTAS DOS GRUPOS ESCOLARES  
SERGIPANOS E OS OUTROS OLHARES(1911-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof.: Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

**SÃO CRISTÓVÃO  
SERGIPE-BRASIL  
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Silva, Degenal de Jesus da.  
S586d Dionísio Republicano : as festas dos grupos escolares  
sergipanos e os outros olhares (1911-1930) / Degenal de Jesus da  
Silva ; orientador Claudefranklin Monteiro Santos. – São Cristóvão,  
2015.

237 f. : II.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal  
de Sergipe, 2015.

1. Educação - História - Sergipe. 2. Civilização - História. 3.  
Escolas. 4. Feriados e festas cívicas - Sergipe. I. Santos,  
Claudefranklin Monteiro, orient. II. Título.

CDU94(813.7):37

DEGENAL DE JESUS DA SILVA

**DIONÍSIO REPUBLICANO: AS FESTAS DOS GRUPOS ESCOLARES  
SERGIPANOS E OS OUTROS OLHARES (1911-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na área de concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof.: Dr. Claudefranklin Monteiro Santos

Aprovado em 27 de fevereiro de 2015.

---

Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos  
(UFS)

---

Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa  
(UFS)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Simone Silveira Amorim  
(UNIT)

Para meus pais:  
Reinaldo Gomes da Silva (*In Memoriam*) e  
Rita Francisca de Jesus.

Sem vocês nada disso seria possível.

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho tornou-se possível graças as contribuições de muitas pessoas. As quais ajudaram por meio de sorrisos, palavras de incentivos, através de carinhos e de ombros colocados a minha disposição quando mais precisava, amigos aos quais tive a felicidade de conhecer. Muitos desses, passaram pela minha vida de forma rápida, outros foram um vendaval, fizeram mudanças que a muito tempo esperava acontecer; e há aqueles que se assemelhavam a leve brisa das tardes interioranas da minha Lagarto/Se de outrora, mas foram muito significativos, deixaram imperceptíveis marcas em meu ser.

Agradeço aos amigos que fiz nessa jornada acadêmica. Entre eles cito: Nádia Araújo, Ivo Rocha e Emanuel Aguiar (tio), meus amigos das noites de sextas-feiras em Lagarto, saudade daqueles choppa na baiuca. Também a Moisés Nascimento e Emanuella Ramos, Kelly Soares, Adriano (Só Antenas), Edson Santana, Rodrigo Freire, Sonia Freire (a pimentinha), Wagner, Isaque (participamos de cada viagem louca com pouquíssimo dinheiro, muito boas lembranças delas), Daniel (sempre prestativo), Juliana e especialmente a Maria Edeilde que esteve nos momentos mais difíceis que passei, e agora reescrevemos uma belíssima história em nossas vidas - te amo baixinha.

Aos colegas do mestrado em história da Universidade Federal de Sergipe, agradeço pelas boas discussões proferidas nas disciplinas ofertadas pelo PROHIS. Natália (secretária do mestrado em história), Aline Rocha, Carla Dalém, Priscilla, Aquilino, Eduardo, Joselene, José Wesley entre outros. Cada qual com suas posições teóricas acadêmicas, sobre temas diversos, em suas intervenções, ajudaram a elaborar essa dissertação que por várias vezes teve o objeto de pesquisa repensado.

Não poderia de deixar de agradecer aos membros do Grupo de Pesquisa em História da Educação: intelectuais, instituições e práticas escolares - (UFS), a Socorro Lima, Léo Mittaraquis, Patrícia Francisca entre outros. Com eles aprendi muito sobre como fazer uso da teoria e da metodologia em história. Também esboço um agradecimento especial a coordenadora do grupo, Anamaria Bueno (UFS). Com a maior paciência, indicou-me as leituras a serem feitas e por diversas vezes corrigiu os meus insistentes erros no projeto do mestrado.

Agradeço aos funcionários das seguintes Instituições: Arquivo Público de Sergipe, Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a Diretoria de Inspeção do Estado. Por quase dois anos, esses foram os locais aos quais passei a maior parte

do meu tempo. Neles, houve pessoas que me auxiliaram a encontrar as fontes, tornando possível construir meu objeto de pesquisa.

Aos meus professores amigos, Magno Francisco e Ane Luíse que me acompanharam desde longa data, incentivando a prosseguir nos estudos quando eu mesmo nem sonhava em fazer um mestrado - tenho especial apreço por eles. Nesta lista encontra-se o professor Alailson Modesto, sociólogo apaixonado pelo estudo da política sergipana. Graças a ele, além dos estímulos, foi-me apresentado os textos de autores que resistia em lê-los como Max Weber, Emile Durkheim, Zyngmunt Bauman e a lista prossegue.

Agradeço aos professores do mestrado da UFS, aos quais tive o prazer de ouvi-los nas disciplinas ministradas. Ao professor Dr. Augusto pela observação que fez de rever o título do meu projeto; ao professor Dr. Fernando Sá por aconselhar trabalhar um corte temporal maior para tentar perceber as mudanças nas festas, já que na primeira versão eram apenas quatro anos. Ao professor Dr. Antônio Lindvaldo, pela sugestão de acrescentar *O Processo Civilizador* de Norbert Elias em meu trabalho - não me arrependi de seguir sua orientação, enriqueceu bastante a pesquisa.

Agradeço aos meus orientadores: o Dr. Jorge Carvalho pela disciplina sobre história cultural com incursões a Pierre Bourdieu. Parte das divisões da dissertação deve muito as suas orientações. Infelizmente, o senhor teve que se ausentar do programa de pós-graduação em história. Contudo, me deixou sob responsabilidade de um conterrâneo de competências já conhecidas por mim: Claudefranklin Monteiro. Em sua disciplina me vi lendo mais textos - a uma referência bibliográfica que já era enorme. Foi o que precisava para realmente ter a certeza que a partir daquele momento, a minha pesquisa, tinha encontrado o rumo certo. Fora isso, as conversas que tive com ele sobre festas cívicas, religiosas e do processo romanizador da Igreja Católica em Sergipe, levaram-me a ver o processo civilizador como tentativa a ser imposta aos alunos dos grupos escolas no Estado.

Por último, deixei aquele que na ora da necessidade me socorre e está presente em meu cotidiano: o grande Yavé ou Javé como preferirem. A ele sou grato pela oportunidade que me ofereceu de poder está concluindo o mestrado - "Tu és meu Deus, minha rocha e meu poder, Tua graça eu vi, teu amor senti [...]"<sup>1</sup>. Obrigado por sua atenção, sua misericórdia e amor. Serei sempre grato a ti.

---

<sup>1</sup> CASTRO, Josué de. "Tu és meu Deus". In.: **Além dos Limites**. São Paulo: Gravadora Novo Tempo, 2008.

*Quando se é historiador, que fazer senão desafiar o acaso, propor razões, quer dizer, compreender? Mas compreender não é fugir para a ideologia, nem dar um pseudônimo ao que permanece oculto. É encontrar na própria informação histórica o que a tornará pensável.*

(Michel de Certeau)

**Título:** Dionísio Republicano: As Festas dos Grupos Escolares Sergipanos e os Outros Olhares (1911-1930)

**Resumo:**

Os eventos em Sergipe (cívicos, cívico-escolares e escolares) demonstravam trilhar sua própria história. Diferente da sua congênere da região sudeste (o Estado de São Paulo), as comemorações realizadas nas ruas ou nos grupos escolares não foram tão espetaculosas ou apresentavam regularidade em suas celebrações. Tendo como parâmetro, o nosso corte temporal inicia-se em 1911, ano em que aconteceu a primeira festa de um grupo escolar no Estado. A partir dessa assertiva, debruçamo-nos sobre o projeto que ganhava força desde a construção de tais edifícios em terras sergipanas: forjar o cidadão republicano civilizado através das festas cívico-escolares e escolares. Terminando o intervalo, ao qual estudamos, em 1930, momento em que elas voltavam a ser realizadas e consolidadas. Daquele momento em diante vemos os alunos das escolas públicas de ensino primário participarem de forma ativa dos festejos republicanos, comandando, posteriormente, com seu primeiro desfile desde que o novo regime foi implantado. Foi nesse cenário que nossa pesquisa se insere. Assim, examinamos as documentações que descreviam as solenidades tanto de ruas que tinham a participação de discentes, e as organizadas nos espaços das escolas graduadas presentes no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), na Biblioteca Pública Epifâneo Dórea (BPED), no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) dentre outros. Para dar conta de tal empreendimento, utilizamos o método comparativo, aproximando das festividades organizadas em outros Estados brasileiros e principalmente, São Paulo, tentando perceber as semelhanças e diferenças na forma de condução e do modo em que ocorriam. Compreendemos que este trabalho minucioso exigia o método indicário de Carlo Ginzburg. Nele, o historiador é convocado para ler e tornar os detalhes inteligíveis: juntando as pistas e procurando nos indícios alguma evidencia que nos levassem para outros documentos. E por meio das categorias de análise de *práticas e representações* de Roger Chartier (A História Cultural: entre prática e Representações) e do processo civilizador de Norbert Elias (O Processo Civilizador vol. I), poderemos entender quais as práticas eram consideradas civilizadas, as formas de imposições aos discentes e as representações construídas nas comemorações/celebrações. Para tornar a linguagem delas compreensíveis, usamos o conceito de *revolução simbólica* de Pierre Bourdieu (A Economia das Trocas Simbólicas).

**Palavras-chave:** Civilização. Festas. Feriados. Grupos Escolares. Primeira República.

**Title:** Republican Dionysus: Parties in School Groups in Sergipe and Other Looks (1911-1930)

**Abstract**

The mindset of a transforming school of social reality is much older than you suppose. The temporal cut begins with the opening of the first school group in Sergipe – the Model Group or Attached School. Finally, it finishes in 1930, when the openings of the great temples of civilization were abandoned, and in its place, more modest buildings were built. In the interim between demands to reaffirm the Brazilian Republic, there was a need to forge civilized man: republican, military, citizen. The parties, as an effective instrument of legitimization, should consolidate the Republic and forge the nation. In this study, school parties were examined with intention to understand how the new regime installed (The Republic), tried to legitimize itself amid instability in that period. It is a recent moment of our history, which has left the Monarchy recently and without historical referent to support it, republican propagators fetch in school parties, or rather, they embody in them a language and a reinterpretation of the past that may mark their positions and the new regime, and visualize the construction of the nation in European bases. The authors that supported us in this research were: Rocher Chartier, and his concept of representations (Cultural History: between practices and Representations); Norbert Elias and his Civilizing Process (The Civilizing Process Vol. I) and finally, Pierre Bourdieu, with his concept of Symbolic Revolution (The Economy of Symbolic Exchanges).

**Keywords:** Civilization. Parties. Holidays. School Groups. First Republic.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

1. Viver a's Claras .....	77
2. Penitenciária do Estado de Sergipe .....	86
3. Prédio do Patronato São Maurício .....	87
4. Obras de Calçamento da Cidade .....	88
5. Praça Pinheiro Machado .....	89
6. Praça Pinheiro Machado de outro ângulo .....	89
7. Instituto Coelho e Campos .....	90
8. Instituto Parreira Horta .....	91
9. Instituto de Chimica de Sergipe .....	91
10. Praça Olympio Campos .....	93
11. Palacete do Senhor J. Couto Farias .....	97
12. Palacete do Coronel Manoel Dantas (Rua de Itabaiana) .....	97
13. Residência do Dr. Lauro Andrade (Rua Pacatuba) .....	98
14. Palacete do Dr. Manoel Cruz (Rua Itabaiana) .....	98
15. Residências dos Srs. Pedro amado e Issac Undermann (Rua Itabaiana) .....	99
16. Palacete do Coronel Cecílio Teixeira de Andrade (Rua Pacatuba) .....	99
17. Escola 14 de Janeiro (Propriá/SE) .....	150
18. Desobediência dos Feriados .....	189
19. Grupo Escolar Sylvio Romero da cidade de Lagarto (1925) .....	200

## **LISTA DE TABELAS**

1. Festas Nacionais (Decreto de 1890).....	45
2. Número de Escolas.....	64
3. Número de Matrículas.....	65

## **LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIAÇÕES**

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

BPED – Biblioteca Pública Epifânio Dória

DHI-UFS – Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe

IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

PROHIS – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe

UFS – Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. SERGIPE NÃO FOI UMA ILHA: ESTRATÉGIAS E JUSTIFICATIVAS UTILIZADAS NAS FESTAS CIVILIZATÓRIAS A PARTIR DE 1911 – SEUS USOS E SENTIDOS.....</b>	<b>40</b>
1.1 Festas Republicanas antes de 1911: Sergipe nos Primórdios da Primeira República ...	40
1.2 Construção de Práticas e Representações nas Festas - Seus Usos, Divisões e Compreensões .....	53
1.3 O Reforço do Sentido: O Cotidiano Escolar Legitimado pelas Festas .....	62
1.4 Celebrar, Comemorar e Legitimar: As Festas nos Grupos Escolares e a Contribuição dos Indivíduos Ilustres .....	72
<b>2. AS FESTAS NA "REPÚBLICA DAS ABELHAS": EM BUSCA DA CIVILIZAÇÃO E DO PROGRESSO NA PERIFERIA DO BRASIL .....</b>	<b>82</b>
2.1 O Processo Civilizatório a Partir da Cidade de Aracaju .....	82
2.2 Festa na Cidade: Representação de Civilização no Centro de Aracaju .....	91
2.3 Festa de Arrecadação na "Cidade dos Mortos": Formas de Custeio do Ensino Elementar Público nas Primeiras Décadas da República em Sergipe - Fundo e Caixa Escolar e os Símbolos da Pátria .....	101
2.4 A Escola Invade as Ruas: Passeatas Cívicas dos Grupos Escolares Sergipanos - Civismo e Patriotismo no Espaço Urbano .....	112
<b>3. O CONHECIMENTO PRÉVIO DOS ELEMENTOS FESTIVOS .....</b>	<b>120</b>
3.1 A Clientela dos Grupos Escolares Sergipanos: Os "Elementos Instáveis" nos Trilhos da Civilização .....	120
3.2 Regulamentos da Instrução Pública: A Formação das Almas para as Festas Cívico-escolares.....	130
3.3 A Contribuição da Imprensa Sergipana e a Tentativa de Imposição de um Sentido: Jornais como Manuais de Civilização e Outros Olhares .....	142
3.4 Espaços em Festa: a Imposição de um Discurso Arquitetônico Civilizador nos Grupos Escolares Sergipanos .....	147

<b>4. DIONÍSIO REPUBLICANO: AS FESTAS DOS GRUPOS ESCOLARES SERGIPANOS E OS OUTROS OLHARES.....</b>	<b>156</b>
4.1 Festas Cívicas dos Grupos Escolares Sergipanos nas Ruas .....	156
4.2 Festas Cívicas nos Grupos Escolares Sergipanos .....	167
4.3 Legitimar o Ensino, Celebrar a Escola, Encenar o Progresso: As Festas Escolares Sergipanas no Divã .....	180
4.4 Resistências aos Feriados Cívicos em Sergipe: Os Decretos Escolares e os Outros Olhares Sobre as Festas .....	186
4.5 Entre Festas Cívicas e Festas Religiosas: o Estado e a Igreja no Âmbito Educacional Sergipano - Resistências e Negociações nos Feriados .....	196
4.6 "Echos das Festas": Um Projeto Alternativo de Forjar o Cidadão e a Resistência ao Processo Civilizador.....	205
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>212</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>218</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>227</b>

## INTRODUÇÃO

Mas a História é pessoa entrada em anos, gorda, pachorrenta, meditativa, tarda em recolher documentos, mais tarda ainda em os ler e decifrar<sup>1</sup>.

Os estudos sobre festas na história têm crescido ultimamente. Há congressos, simpósios, colóquios, dentre outros, que versam seus olhares na busca de conceitos, metodologias e novas fontes, na intenção de apreender o momento festivo. Tais eventos acadêmicos visam proporcionar uma melhor percepção da forma como está se trabalhando a festa enquanto objeto de pesquisa na histórica.

Essa profusão de estudos, contrapõe-se aos anos anteriores às décadas de 1980, em que alguns pesquisadores recusavam-se em estudar determinados objetos de estudos. A festa era um desses: área de folcloristas, poderiam dizer uns; devemos nos preocupar com questões pertinentes (política, economia, social etc.), poderiam balbuciavam outros. O olhar lançado sobre ela contribuiu para que houvesse resistência em sua inserção na história. Vista como aglomeração de indivíduos em situações lúdicas, desprestensiosas, neutras<sup>2</sup> etc.; por tanto, sem importância prática na compreensão de certos fatos<sup>3</sup>.

Uma das resistências aconteceu na década de 1970, em que Pierre Vilar criticou seu colega, Michel Vovelle, por estudar "a festa revolucionária"<sup>4</sup> e não a própria Revolução Francesa. Na visão daquele autor, a categoria festa não comportaria, e, nem explicaria a demanda política, econômica e social. Vias de regra, entendia-se que os festejos era simplesmente entretenimento e portanto pertencente ao lúdico.

Por mais que se olhe com menosprezo às palavras de Pierre Vilar, duas coisas precisam ser entendidas. Antes de tudo, estamos diante de um historiador do século XX, que fez suas observações ao partir de um campo ao qual era filiado - o marxismo. Segundo, é mister olhar para o contexto tempo-espacó e suas implicações inseridas naquele momento. Os países

---

<sup>1</sup> ASSIS, Machado de. " 28 de Agosto de 1892". In: CARA, Salete de Almeida (Org.). **Machado de Assis**. Direção: Edla Van Steen; seleção de Salete Almeida Cara. 2º ed. São Paulo: Global, 2006, p. 204. (Coleção Melhores Crônicas).

<sup>2</sup> Esta visão não foi compartilhada por todos os historiadores, nem mesmo, antes do século XX. Tome-se como exemplo, a obra: BURCKHARDT, Jacob. "As Festividades". In.:\_\_\_\_\_. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. Tradução: Sérgio Tellaroni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.360-364. Jacob Burckhardt vê a festa como uma maneira de proporcionar unidade às práticas dos indivíduos.

<sup>3</sup> VAINFAS, Ronaldo. "História das Mentalidades e História Cultural". In.: CARDOSO, Ciro Flamaroni; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. 23º reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.127.

<sup>4</sup> VOVELLE, Michel. "O Retrocesso pela História na redescoberta da Festa". In.:\_\_\_\_\_. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução: Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp.240-254.

perpassavam por um conflito de proporções mundiais. Ele estava dividido entre: países capitalistas, liderado pelos Estados Unidos da América, e, países de orientação comunistas, encabeçados pela Rússia, os quais disputavam a hegemonia econômica e política internacional.

Assim, há de se compreender às afirmações de Villar pelo paradigma ao qual era filiado e pelo contexto histórico de produção de seu discurso. Sua pesquisa esteve articulada em um determinado espaço e tempo que interagia e influenciava os pensamentos, as afirmações, hesitações, abordagens, teorias e temas que estão presentes em seus posicionamentos como historiador<sup>5</sup>.

Passado aquele momento de crítica propalada por seu colega, Vovelle pronuncia o crescente interesse dos historiadores sobre o estudo da festa. No ano de 1980, apresenta uma comunicação discutindo os rumos e alternativas seguidas pelos pesquisadores. O texto, apresentado num colóquio, foi incorporado em seu livro *Ideologias e Mentalidades*, seria um manifesto da importância desse objeto para a história<sup>6</sup>.

A defesa e reflexões de Vovelle nos eventos acadêmicos e publicações em revistas de história, não seriam os únicos pontos a ser destacados como contribuições a historiografia. Há de se evidenciar, também, a importância das análises de Mona Ozouf na década de 1970<sup>7</sup>, Daniel Fabre, Y. M Bercé, Emanuel Le Roy Ladurie<sup>8</sup> e tantos outros que se debruçaram sobre esse "novo" objeto de estudo. O engajamento desses acadêmicos ajudou a legitimar e atrair historiadores, sejam antigos na profissão ou recém apresentados, a vislumbrarem possibilidades de compreensão histórica através da festa.

Tais defesas encorajaram a produção de um número cada vez maior de pesquisas voltados para o momento festivo; e, consequentemente, sua atuação por historiadores de diversos países, principalmente, no Brasil, se faz sentir em temas como a política, a escravidão, as revoltas sociais, os carnavais entre outros. Essa inserção em uma vasta área da historiografia brasileira, mostra-se profícua, bem como, à necessidade de se avançar para outras questões em que sua presença e reflexão se fizessem urgentes.

Este é o caso das festas tendo como participantes alunos das escolas brasileiras de ensino primário na Primeira República. São poucos os estudos voltados para essa temática. Foi

<sup>5</sup> CERTEAU, Michel de. "A Operação Historiográfica". In.: \_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2ºed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp.66-67.

<sup>6</sup> VOVELLE, Michel. Op. Cit. 2004. pp. 240-254.

<sup>7</sup> OZOUF, Mona. "A Festa Sob a Revolução Francesa". LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. pp.216-232.

<sup>8</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928): limites e contradições da romanização**. Recife-PE. Tese(Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. p.23.

possível identificar alguns trabalhos em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Paraíba, Pernambuco e, um ou outro Estado do país. Também, percebe-se que não há uma continuidade de uma produção para outra. Ou seja, pouquíssimos mestrandos e doutorandos em história nas universidades voltaram seus olhares sobre elas.

Ao tomarmos como objeto de estudo, temos que levar em consideração a escassez de uma produção substancial (na questão numérica) no Estado de Sergipe voltado para as festas cívico-escolares e escolares. Isso não invalida à realização de uma pesquisa, pois, ao final, o que o historiador deve se ater é a qualidade do que se produziu, e, como estes textos, podem ajudar a avançar no conhecimento acadêmico.

Por tanto, refletido sobre as pesquisas já realizadas e as fontes que fornecem informações referentes a Sergipe, construímos um objeto que ao mesmo tempo dialogasse com o que já foi escrito, fornecendo fundamentação teórica e que nos possibilitássemos avançar no conhecimento sobre as solenidades no Estado. Desta feita, *Dionísio Republicano: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911-1930)*, propõe-se a tomar como objeto de pesquisa um conjunto de medidas impostas aos indivíduos que estavam de posse da máquina administrativa para forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação através das festas cívico-escolares e escolares.

Por conseguinte, concentrarmos nosso olhar para os eventos realizados nos grupos escolares sergipanos. Eram neles, ou através deles, que o objeto deste trabalho - forjar o cidadão e formar a nação por meio das festividades - desempenhou melhor seu papel. As condições de aprendizagem como utensílios didáticos até a estrutura física facilitaram a inculcação<sup>9</sup> dos conhecimentos que deveriam ser transmitidos<sup>10</sup>.

A intenção, inicialmente, era estudar às festas de uma determinada Instituição de ensino primário sergipano. O espaço em que olharíamos os momentos festivos seria o Grupos Escolar Sylvio Romero, inaugurado em 1925, tendo existido bem antes desta data como Escola N° 2. Desta forma pela documentação encontrada, o nosso corte temporal poderia ser recuado até 1922.

Ao fim, o projeto foi abandonado no transcurso de recolhimento das fontes e leituras da bibliografia, pois, surgiu o questionamento: por que estudar as solenidades em um grupo escolar

---

<sup>9</sup> JULIA, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**. N° 1, jan/jun. Campinas, São Paulo: Autores Associados, SBHE, 2001.p.9-44.

<sup>10</sup> Nas escolas isoladas, o espaço em que se ministriavam as aulas eram alugados ou a própria casa do professor, quando não, as duas possibilidades. A falta de condições adequadas para os estudos, também, foi notória. Os alunos sentavam-se no chão por falta de cadeiras suficientes; tinha-se carência de espaço para comportar os discentes, relógios, mapas, globos terrestres, material didático que subsidiasse a teoria e a prática.

em particular e não os vários grupos escolares? Depois de um tempo de reflexão, ciente do tamanho da tarefa a ser operada, decidimos por pesquisar os festejos nas diversas escolas graduadas de Sergipe. Levando em conta, primeiro, se focalizasse em apenas um - o Grupo Escolar Sylvio Romero -, a documentação não daria subsídio para realizar um empreendimento tal que pudesse contribuir com a pesquisa no Estado. Desta feita, só uma visão mais ampla proporcionaria uma melhor visualização de sua organização e utilização.

Por termos optado por pesquisar várias Instituições de ensino, pudemos fixar o recorte temporal de 1911 a 1930. A pesquisa começa em 1911 por ser a primeira festa a ser realizada em um grupo escolar em Sergipe. Em sua inauguração a importância atribuída a este prédio foi ofuscada pela solenidade da Escola Normal. Pouco destaque foi dado ao Grupo Modelo ou Escola Anexa nos jornais sergipanos<sup>11</sup>.

Neste grupo escolar, os futuros professores da Escola Normal praticavam o que havia de mais moderno na pedagogia da época<sup>12</sup>. Era um momento de colocarem em ação tudo o que tinham aprendido no curso de formação de docentes daquela escola. Claro que nem todos iriam ministrar suas aulas nesses prédios imponentes, representantes ideais da nova fase iluminista sergipana. Muitos não encontravam condições mínimas de um bom ensino. Às escolas isoladas eram alvos de críticas severas pela falta de estrutura material e higiênica adequada<sup>13</sup>.

As inaugurações dos próximos edifícios foram recepcionadas com mais imponência, evidenciando a importância para a localidade que se construiu ou reformou o prédio para outros fins. Assim foram considerados, por muito tempo, *símbolos da civilização* que se estabeleceu em terras sergipanas<sup>14</sup>. As novas construções, representantes da civilização, eram a nova ferramenta de fabricação de futuros republicanos<sup>15</sup>.

Nos primeiros sete anos, as inaugurações dos prédios escolares ficaram confinados a Aracaju. Decerto, revelavam a falta de planejamento e mapeamento dos locais em que deveriam ser instalados. Com isso, houve transtornos para a administração pública que percebeu, tardivamente, a proximidade dos prédios, fazendo desta forma, diluir o número de matrículas nos edifícios de civilização.

---

<sup>11</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno V, nº588, Aracaju/SE. 18 de Agosto de 1911. p.2.

<sup>12</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos (1911-1926). São Cristóvão: Editora UFS, 2013. p.27.

<sup>13</sup> Cf.: FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

<sup>14</sup> Cf.: SALES, Luís Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

<sup>15</sup> Cf.: SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

Na outra ponta da história, os interiores sergipanos conviviam com os antigos modelos: as escolas isoladas, estabelecidos pelo regime monárquico. Elas foram alvos dos pronunciamentos presidenciais nas sessões da Assembléia Legislativa e nos jornais do Estado. Depois de sete anos transcorridos e quatro grupos escolares construídos na capital, esses representantes de civilização, aportaram na primeira cidade do interior de Sergipe: Capela. Agraciada com o Grupo Escolar Coelho e Campos, em 1918.

Os anos posteriores a 1922 foram fecundos para a proliferação de grupos escolares em Sergipe. Cerne das preocupações dos governantes republicanos, a instrução do povo passou a abocanhar uma fatia maior do orçamento do Estado; e o interior não ficou de fora, “[...] os municípios beneficiados foram: Itabaiana, Laranjeiras, Estância, Capela, Neópolis, Lagarto, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão”<sup>16</sup>.

Decerto, o crescente investimento não trouxe apenas à representação de um Estado interessado nos benefícios da educação, mas também evidenciou a cisão que existia no legislativo. Pois, os altos recursos exigidos na edificação destes prédios, foram alvos de pronunciamentos na Assembleia Legislativa de Sergipe por políticos. Alguns, viram estes custos elevados desnecessários. Eles reivindicavam a construção de grupos mais modestos com menos gastos - em 1926 tratava-se da inauguração do último grupo escolar suntuoso em terras sergipanas.

Naquele momento, algumas ruas e casas de Aracaju (Sergipe) passavam por certas reformulações físicas, incluindo projetos de saneamento, calçamento, construção de praças, aterros entre outros. Pequenos casebres por seu aspecto rudimentar ou por estarem fora do alinhamento exigido pelas normas urbanas vieram abaixo - nem todas, foram destruídas. Numa tentativa de civilizar e modernizar<sup>17</sup>, a capital sergipana, assim como o Brasil<sup>18</sup>, almejou alcançar o progresso, reorientando e controlando os lugares e o modo como deveriam ser construídas as novas habitações e instituições governamentais<sup>19</sup>. Além de servirem de cenário de educação para inserção de práticas civilizadas ao ser realizadas as festas cívico-escolares em suas ruas.

---

<sup>16</sup> BARRETO, Luiz A. **Graccho Cardoso**: vida e política. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003. p.22.

<sup>17</sup> MARTINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In.: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 133-134. - (História da Vida Privada no Brasil; 3).

<sup>18</sup> CHALHOUB, Sidney. "Cortiços". In: \_\_\_\_\_. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996. pp. 15-59.

<sup>19</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. "A Cidade de Aracaju e os Homens Pobres (Décadas de 1910 a 1930)". In.: **Revista de Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju, Aracaju-Se. v.11, n.11, p. 290, 2005.

O que nos leva para a data limite de nosso objeto: 1930. Depois de muitos anos com as festas praticamente estagnadas (1923-1930), em 1929, elas começaram a sinalizar seu retorno. Os festejos cívico-escolares eram organizados com certa frequência e tornavam-se manchetes nos jornais sergipanos. Segundo o Presidente de Sergipe, Manoel Corrêa Dantas, em 1930 as comemorações de ruas já estavam arraigadas no Estado<sup>20</sup>.

São duas datas que remontam a situações adversas. Na primeira, à festa de inauguração do Grupo Escolar Modelo (1911) - ou Escola Anexa, como era chamada - que não teve destaque nos jornais, tornando-se, por isso, coadjuvante frente à Escola Normal - mesmo que mais tarde fosse reconhecida e tomada de referência pelos outros grupos escolares. A última, refere-se (1930) a retomada das comemorações a ser organizadas depois de anos de certa estagnação dos festejos cívicos de rua.

A esta altura de nosso trabalho, alguns questionamentos provocaram-nos inquietações: por que estudar as festas escolares no viés de forjar o cidadão e formar a nação? Em parte isto poderia ser explicado pela aproximação com determinado tema que qualquer graduando de história tende a ter. Se, posteriormente, sua predileção muda, isso, de certo, está ligado a vida pessoal do indivíduo e sua relação com a trajetória acadêmica.

No passado, final do XIX, no campo da História, permitia-se aceitar o discurso de distanciamento do objeto - era o momento. Observador e observado deveriam ser estranhos. Nenhuma afeição ou posição política poderia emanar do portador da ciência histórica, apenas os fatos mereceriam a força das mãos do pesquisador impondo pressão nas teclas da máquina datilográfica afim de ser preservados no papel<sup>21</sup>.

Atualmente, tem-se consciência que o mito do distanciamento serviu apenas para a história trilhar o estatuto de ciência. A relação de preferência do observador para o seu objeto é explícito, pois "[...] é verdade que nenhuma produção de conhecimento nas ciências humanas jamais pode ignorar ou negar o envolvimento de seu autor como sujeito humano nas suas próprias circunstâncias [...]"<sup>22</sup>. A escolha do tema e, a delimitação temporal-espacial obedecem à subjetividade do pesquisador, por mais critérios científicos que sejam usados na hora de ordenar e classificar, objetividade e subjetividade estão presentes em tais momentos.

---

<sup>20</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1930. p. 15.

<sup>21</sup> Entre os próprios metodicos - ou erroneamente, positivista - a prática de tal modo de fazer-se história não era seguido.

<sup>22</sup> SAID, Edward W. "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.39.

Desta feita, já havia predileção pela temática festa. As leituras cultuadas durante o percurso até chegar o mestrado mostram o interesse por se aprofundar nessa vertente: Roberto da Matta em suas duas obras clássicas: *O Que Faz o brasil, Brasil?* e *Carnavais, Malandros e Heróis*; Mary Del Priori com a obra, *Festas e Utopias no Brasil Colonial*; e, uma coletânea de Textos organizados por Maria Clementina Pereira Cunha intitulado *Carnavais e Outras F(r)estas*, entre outras leituras que podem ser consultadas na referência bibliográfica.

Com um conjunto de leituras já feitas, percebemos que existia uma lacuna substancial sobre a pesquisa de festas cívico-escolares e escolares em Sergipe - outros Estados, também, são poucos os trabalhos que elegem essa vertente. O que há são estudos direcionados para outros objetos que perpassam por elas. O olhar (teoria) e a metodologia (o caminho seguido) estão atrelados a uma abordagem de comprometimento com temas que gravitam ao redor das solenidades.

Assim, esta pesquisa é uma contribuição ao campo da história das festas cívico-escolares e escolares sergipanas. Visto que existe a necessidade de mais estudos sobre esse tema específico em Sergipe. O que se têm são artigos e alguns capítulos de livros direcionados para elas, por hora, cito alguns autores, pois uma descrição mais detalhada encontra-se adiante, nas referências bibliográficas: Miguel Bergé, Magno Francisco Santos de Jesus Santos, Crislaine Barbosa, Jorge Carvalho do Nascimento entre outros.

Essas leituras, mesmo centradas na Primeira República, explicitam que as autoridades políticas no império brasileiro almejavam tornar este país uma civilização nos trópicos. E tal desejo perpassava pela utilização das solenidades. Outra leitura feita das obras, foi que cada momento tem seu contexto e uma série de medidas que possibilitassem alcançar aquela idealização. Embora, tanto uma forma de governo (a Monarquia) como a outra (a República), perceberam a educação como instrumento de fomentação de indivíduos civilizados. O que variou entre ambos, foram as formas usadas e o alcance das estratégias colocadas em ação<sup>23</sup>.

De forma que os republicanos adotaram um modelo de civilização europeia que pudesse englobar a maioria, se não todos os indivíduos brasileiros, inserindo-os novas práticas e cultos em que a nação e a localidade de origem dos indivíduos pudessem coadunar rumo a uma

---

<sup>23</sup> Cf.: AZEVEDO, Crislane B. de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930):** cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal, Rio Grande do Norte: Editora da UFRN, 2009; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. (1911-1926). São Cristovão: Editora UFS, 2013.

; VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. “Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária”. **As Lentes da História:** estudos da história e historiografia da educação no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, SBHE, 2005. p. 41-69.

sociedade mais civilizada. As festas seriam um dos instrumentos mais eficazes no combate à ausência de cidadãos republicanos civilizados em Sergipe.

Ora, quando se tem grupos que vieram de origens distintas e que passaram por situações as mais diversas, e o que é mais grave, sem se reconhecerem, a unidade regional ou/e nacional pode ficar prejudicada. Com isso, ter-se-iam culturas de procedências indígenas, afrodescendentes etc., que destoavam com o ideal de indivíduo calcado em práticas civilizadas.

Desta forma, a unidade, seja enquanto nação - ideia de pertencimento - ou de práticas sociais, perderia seu sentido. A representação de um país multirracial em que parcela considerável da população não se adequava ao tipo de indivíduo de características europeias, tão desejado pelos advogados de um processo civilizador, mostrou-se, um empecilho para os fomentadores do culto a nação e do cidadão republicano civilizado.

Para as autoridades sergipanas, não deveria permanecer assim: um povo miscigenado, habitantes marginais do reino da política e da civilização. Desse modo, compreendiam que os verdadeiros representantes de um ideal de progresso e de modelo a seguir, estariam no indivíduo civilizado de referência europeia. Nesses cidadãos republicanos civilizados, esperava-se encontrar os bons costumes, disciplina, vontade de servir ao país, gosto pelo trabalho árduo e grau elevado de instrução.

Com isso, a rejeição de práticas que foram depreciadas por sua aproximação com modos não condizentes com a civilização, diz muito desse processo. Tomando como ponto de partida às assertivas de Norbert Elias no livro, *A Sociedade de Corte*, sobre o processo civilizatório é possível desenvolver uma série de reflexões sob inserção no convívio entre os indivíduos que nos auxiliaram a entender esta faceta da nossa pesquisa.

Primeiro, na obra, o autor apresenta como referencial às sociedades de corte da Alemanha e França - principalmente -, grupos servidores do rei que mantinham seus *status* por terem, dentre outras coisas, costumes refinados nos séculos XVII e XVIII. Segundo, era o grupo de privilegiados da corte que definiam às prerrogativas de estigmatização dos atos sociais com os selos de civilizados ou bárbaros. E por último, trata-se de uma leitura de cima para baixo. Nesse sentido, práticas civilizadas e não civilizadas são formas de enxergar dentro da posição e cultura do observador, o grupo ao qual pertence, legitimando os indivíduos ao qual é associado, e de excluírem os que não se encaixam nos padrões estabelecidos do processo civilizatório<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf.: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realização e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sussekind; prefácio: Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Ora, essa era uma das vertentes das festas, pois as ações dos indivíduos que participavam delas, ajudavam-na a alimentar uma representação, ao mesmo tempo que promoviam seu discurso de modelo civilizatório a ser seguido. Este caráter didático torna-se de mais fácil percepção quando ocorriam as encenações, hierarquizada e ajustada a realidade daquele momento por personagens e símbolos da Primeira República<sup>25</sup>.

Sob os auspícios dos republicanos, as festas cívico-escolares e escolares elevaram-se ao patamar de forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação<sup>26</sup>. Porquanto, as festividades nacionais deveriam representar o Brasil. Não uma região do sul, sudestes, norte, nordeste, etc., mas de forma homogênea deveriam ser dos brasileiros<sup>27</sup>. Em contrapartida, tinham-se as comemorações estaduais: homenagens a personalidade ilustres da região que contribuíram de alguma forma para a República, e mereceriam ser lembrados ou homenageados em determinadas datas.

Assim, o ciclo das comemorações que aconteciam durante o ano, tornou compreensível para nós, o desnudamento das representações e das práticas dos indivíduos envolvidos na realização dos festejos e a forma como elas haveriam de ser conduzidas<sup>28</sup>. Toda uma miríade de ideais<sup>29</sup> foram utilizados e transportados para que parcela da sociedade os cultuasse pelos grupos escolares. Doravante, a escola virou um relicário de vários símbolos a serem impostos em tais eventos.

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações [...] tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da república [...]. Festas, exposições escolares desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados<sup>30</sup>.

Para percebermos a existência das múltiplas festas e suas representações durante o ano, foi pensado a melhor forma de organização do texto. A intenção era fugirmos do modelo de trabalhos de conclusões de cursos (monografias, dissertações e teses), tendo-se como padrão: revisão da bibliografia no primeiro capítulo; no segundo, contexto do objeto; e, por fim, seu

<sup>25</sup> BITTENCOURT, Circe. "As 'Tradições Nacionais' e o Ritual das Festas Cívicas. In.: PYNSK, Jaime (autor e organizador). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. Rev. e atual. - São Paulo: Contexto, 2009. p. 60.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 56.

<sup>27</sup> Ibidem. p. 77.

<sup>28</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Op. Cit. p. 24.

<sup>29</sup> As festas cívicas como o 7 de Setembro, o Dia da Bandeira, etc. E as que valorizavam a natureza brasileira, enfatizando, a relação homem-natureza, exemplo, o Dia da Árvore. Não só estas festas compunham-se de tais ideais, outras também, tinham uma representação a impor.

<sup>30</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. p.241.

desenvolvimento e considerações finais. Não é uma crítica, têm suas utilidades. Uma dessas é situar o leitor na discussão que a pesquisa propõe-se a desenvolver. Neste caso, escolhemos trilhar outro caminho.

Assim, em vez de resenhar os textos sobre festas no primeiro capítulo, preferimos caracterizar o período em estudo, por vezes, retomando o dialogo local-nacional. Abordando, por meio do método comparativo que vai permear toda a nossa pesquisa, o que há em comum com as outras unidades da federação. Desta feita, podemos evidenciar de forma mais contundente, a diferença nas comemorações cívico-escolares e escolares sergipanas com os outros entes federativos.

Dessa forma, a orientação teórica da dissertação levou em conta a categoria de análise de Roger Chartier: *representações*. Dela, levamos em consideração os *grupos* e às *práticas* envolvidos nas festas que a República *mandava guardar*<sup>31</sup>. E como isso influenciava na capacidade da escola de forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação tanto idealizado pelas autoridades de posse da administração<sup>32</sup>.

Nesse contexto, há lutas para imporem a visão de mundo de determinado grupo na sociedade. Um conjunto de práticas (políticas, sociais, escolares etc.) que ele procura consagrar através de conceitos que se tornam palavras de ordem no trabalho de inculcação: civismo, patriotismo, republicanismo entre outros. Sendo assim, aquilo que almejavam legitimar como realidade estava norteada de práticas civilizadas. Neste dialogo, práticas e representações contribuíam na construção de mundo idealizado.

Sendo que a composição social da realidade era fundada em *estratégias*<sup>33</sup> que tendiam a impor uma autoridade dos discursos à custa de outros. E na qual deveriam construir a visão de mundo de determinada sociedade. Objetivando legitimar um projeto reformador, procurou-se *justificar*<sup>34</sup> para os indivíduos ao qual se destinavam, as suas escolhas e condutas. Foram dessa forma que as *representações*<sup>35</sup> construídas do mundo social, aspiravam a uma universalidade baseadas na razão.

Por certo, estudarmos as *representações* por ela mesmas não foi o foco desse trabalho. Por mais que esse conceito de Chartier esteja em voga, optamos na pesquisa, por temos um posicionamento crítico, refletindo sobre as armadilhas e limitações das categorias aqui usadas.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, L. L. "As Festas que a República Manda Guardar". In.: **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v.2, n.4, p.172-189, 1989.

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. p.17. - (Memória e Sociedade).

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Idem.

Nesse sentido, ao lermos às críticas de Pierre Villar, entendemos que enriqueceu muito o debate - e o trabalho. Pois, além de demonstrar o valor das representações, apontou para uma coisa que se tornou corriqueira na historiografia (sobretudo, para quem trabalha com Chartier), esquecer a importância do acontecimento que produziu aquela imagem<sup>36</sup>. Assim, nos disse Villar: "É evidente que há a representação, mas não se pode esquecer o fato"<sup>37</sup>. Se houve uma tentativa de impor uma idealização de sociedade rumo à civilização foi porque houveram meios para que tais objetivos fossem alcançados - além do contexto histórico daquele momento.

Ora, nos primeiros anos da República encontrava-se no militar o modelo de cidadão tão desejado no processo civilizador do Brasil. Eram indivíduos pertencentes a uma instituição do Estado que mais se aproximou de uma visão Europeia de sujeito civilizado. Mesmo que o soldado cidadão durante o corte temporal dessa pesquisa (1911-1930) não fosse o mais ideal, sua influência se fez sentir pelas formas de organização no 7 de Setembro, nos exercícios físicos nos pátios e pela disciplina imposta na hora de saída dos grupos escolares, entre outros.

Na contramão, alguns autores refletiram sobre à situação da sociedade em nosso país. O que eles descreveram em seus textos desconstroem a imagem idílica de uma civilização brasileira. No transcurso da Primeira República, políticos, intelectuais, homens de ciências e literatos tentaram captar a identidade dos sujeitos. Em diversos momentos foram descritos indivíduos distantes dos modos civilizados. Tomemos como exemplos alguns textos daquele período.

No primeiro, Aristides Lobo denomina os brasileiros de "bestializados" frente a frieza e a falta de adesão política diante do cortejo de Proclamação da República. Em seguida, temos uma cronista escrita no início desse período: Machado de Assis, num tom irreverente, por diversas vezes, fez alusão em seus textos da apatia dos brasileiros para as coisas públicas - confirmando o pensamento de Aristides Lobo.

E por fim, uma literatura escrita na década de 1920, que descrevia o jeito incivilizado de uma personagem que personificava as qualidades dos brasileiros: Macunaíma. Mário de Andrade, narrou a história desse indivíduo que nasceu na floresta. E que desde cedo demonstrou traços de incivilidade: comportamentos e hábitos selvagens. Era um sujeito sem pátria, errante, almejava somente se dar bem. Sem predisposição para o trabalho, usa da esperteza para conquistar seus objetivos.

---

<sup>36</sup> Conquanto, Pierre Vilar marque posições em sua entrevista concedida a professora, Marcia Mansor D'Alessio (1998), quando discute representações e fatos, é preciso entender que contextos e fatos históricos estão intimamente ligados. Ao traçar o percurso via contexto histórico, pode-se enxergar com mais clareza aos fatos.

<sup>37</sup> VILLAR, Pierre. "Entrevista com Pierre Villar". In.: D'ALESSIO, Marcia Mansor (Org.). **Reflexões Sobre o Saber Histórico**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.p.30 - (Prima).

Contudo, o conceito de civilização na história está continuamente se reinventando. Pensar que o processo civilizador foi o mesmo em toda a Primeira República, seria como anestesiar suas mudanças. Mesmo tendo um período tão curto a ser trabalhado, foi de suma importância recuperar a fala dos indivíduos desse período.

Assim, em 1913, o Inspetor Geral do Ensino, João Esteves da Silveira, num relatório enviado ao Diretor da Instrução Pública, escreveu o que entendeu por civilização<sup>38</sup>. Seria uma marcha constante rumo ao novo, ao moderno, cabendo ao Estado fomentar pela via da educação o desenvolvimento dos indivíduos para que se possa ter um país civilizado. Ela seria o meio, por excelência, para tentar impor os padrões civilizatórios.

O Presidente de Sergipe, José Joaquim Pereira Lobo (1919), em discurso proferido na Assembleia Legislativa, descrevia sobre a situação desoladora que se encontrava a Administração pública. Lamentando as informações que chegavam a seu conhecimento. Segundo ele, o direito do cidadão estava sendo desrespeitado, pois presos estavam sendo mantidos nas selas sem terem o devido julgamento legal.<sup>39</sup> E concluiu, alertando a urgência de sair de tão deprimente círculo, incompatível com um Estado civilizado.

De seu discurso Presidencial, ficaram claros alguns pontos. Em países civilizados, as Instituições públicas como a justiça, o legislativo e o executivo, dentre outros que fizessem parte do governo, deveriam funcionar com celeridade. Mesmo aqueles indivíduos tendo praticados atos considerados incivilizados na sociedade, não justificaria o desencadeamento da violência mais do que a lei determinava. Era sujeito, acima de tudo que se esperava preservar ou melhor, regenerar.

Seu discurso não se distanciava de outros proferidos pelos Presidentes do Estado. As esperanças da Pátria, dos brasileiros, segundo essas autoridades, estariam na educação. Sua idéia passava por uma forma bem organizada de ensino. Assim, seria preciso ter o maior número de lugares de fomentação da instrução: a formação de professores na Escola Normal sediada na capital; a escola complementar; o Atheneu Sergipense; os grupos escolares e as escolas isoladas, entre outras.

---

<sup>38</sup> Relatório do Inspetor Geral do Ensino João Esteves da Silveira Dirigido ao Excelentíssimo Diretor da Instrução Pública. Aracaju, 23 de Julho de 1913. p.2.

<sup>39</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe José Joaquim Pereira Lobo Dirigida à Assembleia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1919, ao Installar a 3ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1910. p.10.

Mas só a educação - assim entendemos de seu pronunciamento - não daria conta de encaminhar Sergipe rumo a civilização<sup>40</sup>. Desta forma, ele descreveu outras instâncias que poderiam ajudar a transformar a sociedade sergipana - civilizando os indivíduos. Pois, afirmava que a organização do trabalho pela redução da jornada, possibilitava também ao operariado aplicar o tempo de repouso que lhe fosse concedido na cultura e elevação de seu espírito. Também nessa lista acrescentou os capitais provenientes do governo e particulares que difundiam o progresso no Estado<sup>41</sup>.

A visão de civilização que o Presidente José Joaquim Pereira Lobo (1921) compreendia era mais do que às formas de organização, inserção, instrução de indivíduos e progresso material. Para ele, num Estado civilizado, acima de tudo, seria está ciente (as autoridades) dos interesses morais e materiais do povo que credita aos governantes o aperfeiçoamento dos costumes sergipanos<sup>42</sup>.

Por certo, as escolhas por parte dos indivíduos não se dariam pela violência física. Eles foram constrangidos: primeiro, por si mesmos a adotarem determinadas práticas, costumes, hábitos civilizados; segundo, mesmo que não sofressem fisicamente, eram inclinados a aceitarem pela coerção exercida pela sociedade. Doravante, o indivíduo passaria a si autodisciplinar e conter os gestos irracionais e irrefletidos.

Com isso, a fundamentação teórica está calcada em dois autores basilares para esta pesquisa, promovendo-se uma articulação entre as duas categorias até aqui explanadas. Entendemos que as festas difundiam uma *representação de civilização* no Estado de Sergipe. Ou seja, num mesmo tempo em que impunham uma visão de mundo, criavam a possibilidade de promover uma reorientação de práticas sociais. Tornando-se inteligível, através do estudo das *estratégias e justificativas* que auxiliavam na construção das *representações* republicanas. Tendo como peça fundamental as festas cívicos-escolas e escolares sergipanas.

Outro autor, e não menos importante que nos auxiliou foi Pierre Bourdieu. O seu trabalho sobre, *A Produção da Crença*, nos ajudou a compreender o processo de legitimação das práticas e representações trabalhadas por Chartier. Através dos *modus operandi* dos grupos em busca de reafirmarem suas visões de mundo, buscamos entender e descrever os mecanismos utilizados nas festas de legitimação. Apropriamo-nos, também, da categoria de *capital*

<sup>40</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1920, ao Installar a 1ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1920. p. 41.

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1921, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1921. p. 6.

*simbólico*, na intenção de tornarmos inteligível para o leitor, a organização dos festejos nas ruas e nos grupos escolares. Em que eram colocados à disposição de um determinado objeto (material ou simbólico) seu prestígio e disposição na construção de certa realidade.

Tais comemorações, eram instrumentos tidos como eficientes no manuseio da legitimação de *práticas e representações*. Os grupos escolares deixavam a disposição dos festejos republicano tudo que o novo regime tinha-lhes outorgado: prestígio (transformação social via educação); ostentação dos grupos escolares (além dos símbolos da nova ordem espalhados pelos prédios); instrumento de legitimação através dos eventos republicanos entre outros.

Portanto, as *festas* não eram neutras. Através do movimento recorrente no transcorrer de sua existência, *ideais* foram *inventados*<sup>43</sup> ou *re-significados*. Este foi um dos pré-requisitos para a perpetuação na história, e um dos seus efeitos sobre os indivíduos. Mikhail Bakhtin, analisou as obras de François Rabelais e chegou à conclusão que "a sua sanção deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa"<sup>44</sup>. Ou seja, há uma representação nesses momentos festivos que seus promotores tentam imprimir, não importando quais e com quê intenções. Elas sem os ideais não sobreviveriam e nem aconteceriam.

Esses momentos eram propícios para implementação do projeto republicano. As tradições ou ressignificações têm um propósito como apontado por Hobsbawm. No caso da tradição, tais práticas visavam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, deixando implícito uma continuidade com o passado. Sendo que nas festividades tentou-se criar uma ponte passado/presente a fim de legitimar ações e o novo regime<sup>45</sup>. Já as ressignificações seriam reações a situações novas, mantendo em parte algo de antigo e em parte recente, introduzida por seus contemporâneos.

Muito dessa linguagem teve como parâmetro o passado. Afinal, o novo regime no Brasil precisava se consolidar. Ela vivia um momento complicado, pois o povo esteve ausente das decisões que culminaram com a queda da Monarquia; e os que estavam no comando precisavam

---

<sup>43</sup> HOBSBAWM, Eric J. "Introdução: a invenção das tradições". In.: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. p.8.

<sup>44</sup> BAKHTIN, Mikhail. "Introdução: apresentação do problema". In.:\_\_\_\_\_. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 8º ed. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013. p.8.

<sup>45</sup> HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). Op. Cit. 2012. p.8.

legitimar a República que se formava. Situação turbulenta. Assim, instaurou ritos, celebrações, comemorações que mais tarde os grupos escolares festejariam em Sergipe.

[...] é justamente nestas épocas de crise revolucionária que evocam com temor os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes, para que possam surgir sobre o novo palco da história sob um disfarce respeitável e com esta linguagem emprestada<sup>46</sup>.

Essa linguagem, mais especificamente, vai ser tratada nas festas que a República mandava guardar<sup>47</sup>, ao proporem à lembrança de fatos, de feitos heroicos passados a ser recuperados. Contribuindo para legitimar e dar coesão social à nação<sup>48</sup>. Haja visto, à figura de Tiradentes para os republicanos: símbolo da afronta dos Braganças. Insatisfeito com a situação dos impostos e outras providências emanadas pela coroa portuguesa, junto com outros consortes, incitou uma revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

[...] tempo que as festas celebram é o tempo regenerável, aquele que a comoção revolucionária tem a virtude de reatualizar num movimento novo: a alegria esfuziante das festas [...] diz da capacidade do tempo em fazer morrer o velho mundo e engendrar o novo<sup>49</sup>.

Através delas, houve uma tentativa de criar um sentimento de *pertencimento*<sup>50</sup> - via educação - aos que participavam. Jean Duvignaud, diz que seria o instrumento mais potente na construção da fraternidade, tornando possível produzir uma imagem de coesão e unidade capaz de regenerar a sociedade<sup>51</sup>.

São salutares às observações da historiadora, Mona Ozouf, sobre a miopia de enxergar as festividades como algo monolítico, fechado num único estado de coisas<sup>52</sup>. Para a autora, há vários tipos de festas: de comemoração, de celebração, fúnebres etc. Elas poderiam ser montadas e desfeitas ao sabor dos organizadores.

<sup>46</sup> BOURDIEU, Pierre. "Gênese e Estrutura do Campo Religioso". In:\_\_\_\_\_ A **Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.77. - (Coleção estudos; 20/ dirigida por j. Guinsburg).

<sup>47</sup> Entende-se por *guardar*: o que não deveria ser esquecido pelos brasileiros.<sup>47</sup>

<sup>48</sup> BURCKHARDT, Jacob. Op. Cit. 2009. p. 360.

<sup>49</sup> OZOUF, Mona. Op. Cit. 1976.p. 218.

<sup>50</sup> Cf.: HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>51</sup> DUVIGNAUD, Jean."A Ideologia na Festa, A Festa na Ideologia". In:\_\_\_\_\_ **Festas e Civilizações**. Tradução e Nota Introdutória: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p.157.

<sup>52</sup> OZOUF, Mona. Op. Cit. 1976. p. 218.

Os pesquisadores, geralmente, a enquadra em duas classificações: festa da ordem e de inversão. Roberto da Matta é um desses. Sua convicção está na crença da originalidade da identidade social nas festividades comandada pelo "povo". É um clássico da produção acadêmica, que ainda hoje, encontra muitos adeptos que trilham o roteiro traçado por ele - mesmo sendo um texto da década de 1970<sup>53</sup>.

*Carnavais, Malandros e Heróis*, um estudo fundador daquilo que poderíamos chamar de valorização da cultura popular. Mas a pesquisa avança, antigos cânones sofram críticas, visões paradigmáticas são deixadas a margem. Podemos dizer que foi o que aconteceu com a abordagem sobre as festas na obra dele. Porquanto, estudos recentes debruçam-se na pluralidade da festa(s)<sup>54</sup>.

Elas para alguns pesquisadores<sup>55</sup> assumem um funcionalismo, que para seus críticos seria mecanicista. Entendem que seria um momento de desregramento, de válvula de escape; tempo e lugar propício para os excessos e extravasamentos que o cotidiano censura. A exemplo de Jean Duvignaud, *Festas e Civilizações*, afirmavam que ela causava ruptura, subversão. Sua presença denota a destruição da sociedade e o estabelecimento de regra nenhuma, o que podemos ver como o contrário do dia-dia.

Segundo esse autor, o principal obstáculo para a compreensão da festa, em todos os seus aspectos e escalas, havia sido distorcido por uma percepção social inteiramente dominada pelas noções de funcionalidade, de utilidade e, evidentemente, pelo espírito de rentabilidade que caracterizaria o ocidente industrializado<sup>56</sup>.

Para Jean Duvignaud, trabalhar com a noção de polos em que de um lado temos as regras, trabalho, censura e o cansaço; e de outro, o lúdico, o prazeroso e a alegria. Entende, o autor que seria errôneo evidenciar os opostos, pois privilegia a estabilidade e a preservação: as inquietações e rupturas deixam de serem vistas. Entretanto para ele nem toda a festa tem essa capacidade subversiva: há as que perderam ou nunca tiveram este potencial destrutivo.

Sua dicotomia toma duas classificações: as festas como representações e festas de destruição. Nas primeiras, todos sabem seus papéis onde podem posicionar em seu espaço. Um teatro é encenado ao ar livre, em que são comumente repetidas e sem consequências sociais

<sup>53</sup>Cf.: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ºed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

<sup>54</sup> Cf.: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras F(r)estas**: ensaios da história social da cultura. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

<sup>55</sup> Cf.: DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Tradução e Nota Introdutória: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

<sup>56</sup> DUVIGNAUD, Jean. Op. Cit. 1983. p. 22.

posteriores. No último - na qual baseia suas afirmações - , participam todos com sua capacidade destrutiva e criativa - gera consequências.

René Girard, em seu livro, *A Violência e o Sagrado*, escreveu que a festa unifica e acaba com a alteridade. Isso traria a violência à tona, pois o que a mantém controlada, é a “diferença” que ela suprime quando aparece para os indivíduos em sociedade. Mesmo as solenidades ditas oficiais ou da ordem e as populares estão presentes nas discussões sobre tal objeto em seu trabalho.

Léa Freitas Perez chegou à seguinte conclusão: a festa não morreu e não se mantém como um fóssil, estagnadas em um único significado. Para a autora é explosão de vida plena de atualidade. Ela está viva e se ressignificando porque é mais do que ela mesma; é a própria vida, com suas fugacidades e efemeridades<sup>57</sup>. E portanto, escapam a qualquer lei: triste ou alegre, privada ou pública. Seria um acontecimento imprevisível.

Corroborando as assertivas de Mona Ozouf, Guilherme Amaral Luz entendeu que as festas não eram apenas efemeridades, questão de estética, cheias de pomosidades. Seriam mais do que espetáculos. Proporcionavam legitimar a sociedade que se fazia representar nos espaços festivos. Contudo, mesmo no período colonial as festividades não mantinham os mesmos sentidos e funções<sup>58</sup>.

Os historiadores da educação liderados por Rosa de Fátima e Souza, vêem aquele momento das festas escolares através das lentes de Norbert Elias. Seria um momento de civilizar os indivíduos. Um currículo invisível presente nos programas escolares da Primeira República. O novo regime devia ser visto em seu esplendor, “dar-se a ver” na expressão de Carvalho<sup>59</sup>. Prova, inquestionável, de que a civilização chegou aos recantos mais longínquos do antigo império.

Marcos Levy Albino Bencostta, pesquisando as festas, teve outra compreensão delas. Ao contrário de Souza, no entender daquele autor, tais solenidades tinham seu próprio ritmo, duração e espaço para serem realizadas. Seria “como um fenômeno cultural demarcado por um tempo coletivo bem próprio”<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> PEREZ, Léa Freitas. "Festa para Além da Festa". In.: \_\_\_\_\_; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 21-42.

<sup>58</sup> AMARAL LUZ, Guilherme. "Festa Barroca?". In.: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 337-351.

<sup>59</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "A Escola Modelar". In.: \_\_\_\_\_. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.p. 25.

<sup>60</sup> BENCOSTTA, Marcos L. Albino. "Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curituba (1903-1971)". In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006. p. 300.

Entre os trabalhos produzidos que discutem as festas cívico-escolares e escolares nos grupos escolares sergipanos, destacamos: Miguel André Berger, o qual as ver como uma vitrine<sup>61</sup>, “*dar-se a ver*” - na expressão de Marta Maria Chagas de Carvalho - um momento da República mostrar sua grandiosidade, se expor a sociedade, além de cumprir seu papel de divulgadora dos eventos históricos republicanos e das grandes datas sergipanas; Crislane B. de Azevedo, entende que as comemorações em Sergipe tinham a função de civilizar os gestos, comportamentos, a conduta, noutras palavras formar o cidadão, ela lembra que nesses momentos de celebração do civismo havia o enaltecimento do presidente do Estado, o que servia para engrandecer a República<sup>62</sup>; e por fim, uma coletânea de textos sobre grupos escolares da qual Jorge Carvalho do Nascimento fez parte com um título sugestivo, *A escola no Espelho: São Paulo e a Implantação dos Grupos Escolares em Sergipe*. Ele afirmou que a construção do sentimento patriótico deveria ser cultivada pela construção de heróis e do culto à bandeira. As festas cívicas “eram fundamentais nesse processo de formação”, visto que o calendário festivo se estendia ao longo do ano. Então seria um instrumento de legitimação das datas que estavam sendo comemoradas, através da escola<sup>63</sup>.

Sendo assim, nessa pesquisa compreendemos que as festas são como um “fato social total”, nelas estão em jogo vontades sociais, práticas e representações em processo de legitimação e reconstrução. Investimentos políticos e a produção de novos sentidos: nos símbolos, signos, arte etc. Decerto, mais do que expressar, constituem momentos cruciais de imposição, de enfrentamento, de conflito colocado em cena pelos diversos grupos que a utilizam<sup>64</sup>.

Até aqui foram expostas às vertentes que os pesquisadores tomaram para entenderem as festas que a República mandava guardar. No interesse de nosso estudo e por entendemos que o uso de qualquer *conceito* é limitado, mas também direciona o pesquisador em um viés que dá solidez à pesquisa produzida, a presente pesquisa abarca, apenas, uma parte dos fatos. Portanto, não pretendemos - e nem podemos - gerar uma história total.

---

<sup>61</sup> BERGER, Miguel André. “Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e civilidade”. In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol.11. São Cristóvão: NPGED-UFS, 2005. p. 51-68.

<sup>62</sup> Cf.: AZEVEDO, Crislane B. de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930)**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal, Rio Grande do Norte: Editora da UFRN, 2009.

<sup>63</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe”. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006.p.153-171.

<sup>64</sup> ALMEIDA, Jaime de. “Festa e História na América Espanhola e no Caribe”. In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 146-147. - (Coleção Jubileu). Sua categorização estava um pouco desatualizada, mas mostrou-se profícuo para a nossa pesquisa ao fazermos as devidas alterações. E assim o fizemos, com base nos novos estudos sobre as festas, omitimos alguns elementos e acrescentamos outros.

A primeira dúvida na hora de refletirmos sobre a metodologia foi, que caminhos a pesquisa deve seguir para alcançar dois objetivos: relacionar de forma sólida a teoria que se utilizou com os métodos que foram pensados<sup>65</sup>. Isso porque no campo da história, por muito tempo, declinamos do dever de pensarmos numa dimensão central: a teoria. Historiadores eximiam-se da responsabilidade de teorizarem sobre às práticas de seus ofícios. Não precisamos dizer que, por vezes, o resultado eram um emaranhado de histórias, narrações desordenadas e informações problemáticas.

No século XIX, a história, na emergência de distanciar-se da operação histórica anterior, embebida pelas filosofias, assumiu uma postura rígida na busca de cientificidade. Os historiadores metódicos (como foram chamados pela rigidez na observação dos métodos empregados) marginalizaram a filosofia e, consequentemente, a teoria tornou-se secundária (na melhor das hipóteses) na reflexão sujeito-objeto<sup>66</sup>.

Só recentemente, superamos esta resistência. Durante a hegemonia dos *Annales* havia a preocupação de evitar uma filosofia da história<sup>67</sup>. Rejeitavam-se as propostas dos metódicos: estudo das origens, a história dos grandes homens (geralmente, políticos), a forma de entender, selecionar e criticar o documento entre outros. Mesmo com tanto avanço na busca de novos objetos e abordagens, muito pouco se avançou nesse dialogo.

Por fim, na metodologia foi construí um programa de busca compatível com o objeto pretendido. A história é por demais complexa, cheia de tentáculos. Adentrar o vasto reino da História sem planejamento, seria lançar-se ao mar sem grandes chances de sucesso. Perder-se-ia tempo, recursos na etapa empírica, e esforço não condizente com a teoria.

Assim, entendemos por História uma pesquisa conduzida, o mais próximo possível (com as adaptações necessárias às ciências humanas), da ciência. Disciplina por demais complexa, escreveu Fernando Braudel, não há uma história, mas várias histórias e pontos de vistas<sup>68</sup>- a depender da teoria que se utiliza. Conscientes das multiplicidades de fontes, lugares e classificações, seria justo investirmos tempo na decisão: que caminho seguir.

Por conseguinte, esta pesquisa pautar-se-á pelos parâmetros da História Cultural. Na apreensão desta classificação buscamos perceber os objetos estudo dos que se nomeiam nesse

<sup>65</sup> BOURDIEU, Pierre. "Introdução a uma Sociologia Reflexiva". In:\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 13<sup>ed</sup>. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. pp.23-24. (Português de Portugal).

<sup>66</sup> DOSSE, François. "O Historiador: um mestre de verdade". In:\_\_\_\_\_. **A História**. Tradução: Maria Helena Ortiz Assumpção. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2013. pp.37-42.

<sup>67</sup> Cf.: REIS, José Carlos. **A História Entre a Filosofia e a Ciência**. 3<sup>ed</sup>. 1<sup>reimp</sup>. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

<sup>68</sup> BRAUDEL, Fernando. "História e Sociologia". In:\_\_\_\_\_. **Escritos Sobre a História**. Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira Mota. São Paulo: Perspectiva, 2011. pp.91-92. - (Debates; 131/ dirigido por J. Guinsburg).

campo. Isso porque é a ação empírica de tais sujeitos que dão e darão corpo a qualquer paradigma, programa, escola, ou, outro tipo de nomenclatura que se possa utilizar. Desta forma, a cultura é construído e muda de sociedade a sociedade e de tempos em tempos. Sua criação ajuda na elaboração de uma linguagem de comunicação e orientação (símbólica) de fomentação de uma "realidade"<sup>69</sup>.

Por meio dos *annales* na pessoa de Jacques Le Goff, foi possível ampliarmos a noção de documento. Para ele, “[...] é tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que pode e deve informar-nos sobre eles”<sup>70</sup>. A compreensão que temos dele definem quais vão ser perguntados, provocados; assim, “a categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca”<sup>71</sup>.

Escreveu há muito tempo um estudioso da História: onde estiver o homem, aí há história.<sup>72</sup> Mas no transcurso de vida de um indivíduo ou instituição, eles acabam deixando para trás indícios de sua passagem existencial. O que fizeram, em alguns casos o que pesavam, como se relacionavam com as pessoas etc., uma miríade de informações guardadas num determinado suporte.

Em nossa pesquisa utilizamos o método indiciário. Nele o historiador é comparado a um detetive que vasculha os menores indícios na intenção de elucidar os fatos. Vai em busca de traços, marcas, pegadas como um caçador e de vestígios como um investigador. Ir além daquilo que é dito, ir além do que é mostrado. Presta atenção nas evidências e não entende o real como transparente<sup>73</sup>.

Em consonância com o que fora exposto anteriormente, as fontes serão analisadas e conectadas a outros fatos que tenham ou tragam alguma significação para a pesquisa. “Deus está no particular”, essa é a premissa que orientará no manejo das fontes visuais e escritas:

---

<sup>69</sup> Cf.: BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010; BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Tradução: Sergio Goes de Paula. 2<sup>ed.</sup> rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2<sup>ed.</sup> 2<sup>reimp.</sup> Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

<sup>70</sup> LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In.: \_\_\_\_\_. **História e Memória**. 5<sup>a</sup> ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 548.

<sup>71</sup> KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. “Documento e História: a memória evanescente”. In: PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. 1<sup>a</sup> Ed. 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. p. 9-27.

<sup>72</sup> BLOCH, Marc. “A História e os Homens”. In.: \_\_\_\_\_. **Apologia da História, ou, o Ofício de Historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação a edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p.52.

<sup>73</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In.: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais - morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-180.

literárias ou não<sup>74</sup>. Procuramos diversificar as fontes aqui utilizadas, pois entendemos que ao fazermos isso, iria enriquecer o nosso trabalho e, concomitantemente, nos possibilita formar o quebra cabeça.

Assim, os lugares vasculhados que nos forneceram subsídios bibliográficos levantados com base na proposta elencada, ou seja, festas em Sergipe, ensino na Primeira República, grupos escolares, entre outros. Os locais de busca foram: a biblioteca da UFS e o setor de Documentação Sergipana existente no mesmo prédio, que conta com um acervo considerável de títulos iniciais que norteiam: história da educação, pensamento educacional entre outros estudos citados por Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas<sup>75</sup> e Jorge Carvalho do Nascimento<sup>76</sup>. O Departamento de História e o Núcleo de Pós-Graduação em Educação do mestrado em Educação também tem se voltado em muitas das suas monografias e dissertações a História da Educação. Um *lócus* privilegiado para encontrar estudos já realizados.

O *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* (IHGSE) tem a disposição do público textos produzidos por pesquisadores sergipanos sobre a história em suas variadas vertentes. A Revista do IHGSE e o acervo documental muito contribuíram com a pesquisa. Ademais, a revista contém artigos voltados tanto para a História como História da Educação. Foram acessíveis, também, as mensagens dos presidentes e governadores de Sergipe, leis e instruções sobre educação no Estado e, além do mais, possui revistas de circulação nacional do período em estudo.

O *Arquivo Público de Sergipe* que conta com um acervo voltado para educação contendo quatro catálogos sobre o ensino em Sergipe desde o século XIX ao XX. Nele foi pesquisado: Relatórios de Diretores, Relatórios de Professores, Relatórios de Inspetores, Relatórios de Diretores Gerais da Instrução Pública, Delegados de Ensino, Regulamentos de Ensino, ofícios entre outros. Esses foram os locais de coleta dos dados para construção da pesquisa. Acervos públicos ou particulares que localizam-se em Sergipe. Além dos arquivos particulares (sergipanos ou não) e acervos localizados em outros estados brasileiros, foram incluídos.

---

<sup>74</sup> Cf.: GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução de poemas: José Paulo Paes; revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>75</sup> FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Cultura Material Escolar e a Produção das Dissertações de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Educação”. In: BERGER, Miguel André. **A Pesquisa Educacional e as Questões da Educação na Contemporaneidade**. Maceió: UDUFAL, 2010. p. 139-153.

<sup>76</sup> Cf.: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia Educacional Sergipana**: uma crítica aos estudos da história da educação. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

Nas fontes encontradas, utilizamos também as imagens. Porque entendemos que era de fundamental importância a sua utilização para o desenvolvimento desse trabalho. Mas como qualquer texto, não são neutras, estão impregnadas de visões e particularidades do grupo a que pertencem - essas fontes precisam ser criticadas: o “olhar é múltiplo e que requer conhecer características intrínsecas às imagens, mas também admitir que o olhar precisa ser preparado para ver e analisar as imagens”<sup>77</sup>. Portanto elas não servirão apenas como ilustração, elas deram indícios para reconstruirmos as representações e práticas nas festas. Partindo disso, compreendemos as imagens como signos que transmitem uma mensagem, que tem explícita ou implicitamente um discurso a inculcar aos seus destinatários<sup>78</sup>.

A obra de arte considerada enquanto bem simbólico (e não em sua qualidade de bem econômico, o que ela também é) só existe enquanto tal para aquele que detém os meios para que dela se aproprie pela decifração, ou seja, para o detentor do condigo historicamente construído e socialmente reconhecido como a condição da apropriação simbólica das obras de arte oferecidas a uma dada sociedade em um dado momento do tempo<sup>79</sup>.

Como visto, para que o signo faça o efeito esperado é necessário que a mensagem chegue até o “*leitor*” e que ele tenha elementos para compreendê-la. A confusão na hora de interpretar as imagens não é recente. Peter Burke declara que elas têm sido alvos de interpretações errôneas “[...] por espectadores contemporâneos”<sup>80</sup>. Na citação de Burke é interessante esclarecer que o autor usa a palavra texto: não está claro se engloba o conceito de imagens. Independente disso, esta pesquisa comprehende que, assim como um texto, elas precisam ser criticadas para serem lidas.

Para superar qualquer interferência na recepção da mensagem - como no caso apontado por Peter Burke -, foram adotados alguns caminhos a serem percorridos devidos a problemas teóricos que a teoria da recepção impõe. Primeiro como saber que o destinatário interpretou corretamente a mensagem? O nível de instrução garante um melhor desempenho? Se, sim e os analfabetos?

Vamos por partes. Os jornais, legendas e outras formas de inculcação que levem o leitor a entender que deve representar um objeto desta forma e não de outra, faz parte do universo dos letrados. Assim, buscar os textos que situam a foto explicando-lhe o sentido foi um dos

<sup>77</sup> KNAUSS, Paulo. “O Desafio de Fazer História com Imagens”: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 8, jan.-jun. 2006.

<sup>78</sup> Cf.: SALES, Luís Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

<sup>79</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 2005. p. 283.

<sup>80</sup> BURKE, Peter. "Iconografia e Iconologia". In.: **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.p.51.

caminhos percorrido dessa pesquisa. Lembrando-se da subjetividade de quem aperta o obturador e está por detrás da máquina; de fazer ver certas cenas e ocultar outras<sup>81</sup>. Eles não são determinantes, mas influenciam no tipo de representação que os indivíduos terão.

Assim, o significado que os objetos visuais recebem são investidos nas relações humanas. Também é o entendimento de Paulo Knauss:

[...] seguindo a inspiração dos estudos culturais, defendem que os sentidos não estão investidos em objetos. Ao contrário, o conceito de cultura visual sustenta o pressuposto de que os significados estão investidos nas relações humanas. É nesse sentido que a cultura é definida como produção social e, por isso, o olhar pode ser definido como construção cultural. Nesse sentido, as definições materiais e tipológicas devem ser concebidas como elementos do processo de significação. O objeto individual é integrado numa ampla rede de associações e de valores que integram as competências visuais<sup>82</sup>.

E aqueles que não tiveram uma educação formal ou uma educação formal deficitária, há o segundo percurso: os discursos proferidos oralmente na construção e inauguração dos grupos escolares dentre outros. As festas eram momentos importantes, já que nelas se aglomeravam pessoas ilustres da cidade, o Presidente do Estado e seus acompanhantes, os pais de alunos e curiosos - um meio de difusão do ideário republicano. E, dependendo do evento, temos os discursos dos presidentes e sua comitiva transcritos no *Diário Oficial de Sergipe* ou jornais da capital.

Por fim, não há métodos fáceis na construção da pesquisa. Cada problema que surge no transcorrer, deve-se optar por dar tratamento específico. Todos os procedimentos e abordagens aplicadas nesse estudo mostraram suas dificuldades peculiares a cada fonte. Ao analisarmos os documentos de modo crítico, percebemos suas particularidades, recorrências, seu estilo etc<sup>83</sup>.

A literatura, por exemplo, é o meio que mais torna evidentes essas semelhanças<sup>84</sup>. Aliás, as recorrências e estilos estão presentes nos textos de historiadores. Estes definiam-se por um distanciamento dos recursos literários. E defendem que a poesia relatas coisas imaginadas pelo escritor, enquanto o historiador, em sua prosa, elucubra realidades através de regras aceitas pelo meio acadêmico.

<sup>81</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. "Correntes, Campos Temáticos e Fontes: uma aventura da história". In.: \_\_\_\_\_. **História e História Cultural**. 2<sup>o</sup>ed. 2<sup>o</sup>reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. pp.84-89.

<sup>82</sup> KNAUSS, Paulo. "O Desafio de Fazer História com Imagens": arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 18, jan.-jun. 2006.

<sup>83</sup> BURKE, Peter. "Persuasão". In.: \_\_\_\_\_. **A Fabricação do Rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 2<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 30.

<sup>84</sup> VOVELLE, Michel. Op. Cit. 2004. pp.51-58.

Contudo, percebemos que a literatura é uma das fontes mais ricas em informações. Nela, podemos encontrar o que nenhum outro texto poderia outorgar-nos: sensibilidade e vozes em conflito - a polifonia<sup>85</sup>. Não tomamos tais escritos como algo dado, diretamente retirado do contexto de determinadas épocas. Sabemos que há filtros e posicionamentos de grupos: políticos, econômicos etc., que distorcem ou abordam apenas a parte que lhes interessavam<sup>86</sup>.

Esses textos trazem testemunhos históricos sobre usos, costumes, regras sociais, representações de uma época entre outros<sup>87</sup>. Claro que estamos longe de afirmar que a literatura reflete o real. Mas também, não entendemos o seu contrário. O que há é uma seleção, ou seja, isolamos os pedaços inventados da poesia, e através de conhecimentos prévios - afinal o fazer histórico é assim: consultamos outros textos para construirmos o nosso -, criticamos, organizamos e introduzimos na prosa acadêmica.

Os documentos convocados para ser inquiridos, descrevem um posicionamento, dos seus produtores, intra-contexto de época. São relatos atrelados num ideal de civilização e trazem a marca de um projeto que estava em processo<sup>88</sup>. Só percebemos o valor dos discursos republicanos atentando-se para a *alteridade*. O *outro*<sup>89</sup>, que emana desses textos, estão repletos de estigmas. Então se desejarmos interpretar os fatos a luz da história cultural, temos que mudarmos nossas lentes (mesmo que por um instante) e refletirmos a dialética: o projeto civilizatório idealizado pelos indivíduos ilustres (autoridades do Estado, diretores dos grupos escolares, intelectuais, etc.) e os *outros*.

Esse trabalho está organizado em quatro capítulos que norteiam as festas cívico-escolares e escolares sergipanas. No primeiro, *Sergipe não Foi uma Ilha: Estratégias e Justificativas Utilizadas nas Festas Civilizatórias a Partir de 1911 - Seus Usos e Sentidos*, discutimos a trajetória dos festejos no Estado. A partir desse ano, percebemos que houve uma maior preocupação para com o ideal de civilizar os indivíduos. Sendo recorrente a publicação

<sup>85</sup> GINZBURG, Carlo. "Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história". In.: **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo Companhia das Letras, 2007. p.82. ver também: Pires, Vera Lúcia; Tamanini-Adames, Fátima Andréia. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. Estudos Semióticos. [on-line] Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/semitotica/es>>. Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 6, Número 2, São Paulo, novembro de 2010, p. 66-76. Acesso em 12/05/2013.

<sup>86</sup> FERREIRA, Antonio Celso. "Literatura: a fonte fecunda". In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e Suas Fontes**. 1ºed. 1º reimpr. São Paulo: Contexto, 2011. pp.61-91.

<sup>87</sup> GINZBURG, Carlo. "Introdução". In.: **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo Companhia das Letras, 2007. p.11.

<sup>88</sup> GINZBURG, Carlo. Op. Cit. 2007. pp. 280-293.

<sup>89</sup> Cf.: SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

na imprensa sobre o cotidiano escolar e as comemorações realizadas nas ruas com a participação dos alunos das escolas elementares.

No segundo capítulo, *As Festas na "República das Abelhas": Em Busca da Civilização e do Progresso na Periferia do Brasil*, analisamos as festas e suas utilizações das ruas. Elas aproveitavam dos espaços citadinos para imporem práticas civilizadas aos indivíduos. Visto que a própria cidade passava por um processo de remodelamento e civilização. Por isso compreendemos a necessidade de estudarmos o dialogo das solenidades com esse ambiente.

No terceiro capítulo, *O Conhecimento Prévio dos Elementos Festivos*, nos debruçamos sobre os alunos e os conteúdos ensinados nas escolas de ensino primário. A instrução ofertada nesses estabelecimentos possibilitava que os discentes compreendessem como eram organizadas e os significados das festas que estavam sendo realizadas e nas quais participavam. Além do mais, pesquisamos outras formas em que os indivíduos poderiam entender essas solenidades.

No quarto e último capítulo, analisamos os tipos de festas e sua ritualização. Nele podemos ver as formas de determinadas festejos sendo montados e seus objetivos executados. Por meio de estratégias e justificativas, os Presidentes de Sergipe as utilizavam para forjar os futuros cidadão republicanos civilizados, incutindo-lhes palavras de ordens como civismo, patriotismo entre outros, fomentando o sentimento de pertencimento a localidade e a nação.

Mas também percebemos vozes discordantes. Tais resistências almejavam um projeto de forjar o cidadão menos elaborado. E para isso exerceram pressão junto as escolas locais na intenção de conseguirem um programa escolar mais simples, com disciplinas reduzidas apenas as essências: saber ler, escrever e contar. O que por vezes suas ações alcançavam êxitos. Mesmo a contragosto das autoridades sergipanas.

## 1. SERGIPE NÃO FOI UMA ILHA: ESTRATÉGIAS E JUSTIFICATIVAS UTILIZADAS NAS FESTAS CIVILIZATÓRIAS A PARTIR DE 1911 – SEUS USOS E SENTIDOS

Passam os séculos, os homens, as repúblicas, as paixões; a história faz-se dia por dia, folha a folha; as obras humanas alteram-se, corrompem-se, modificam-se, transformam-se. Toda a superfície civilizada da terra é uma vasto renascer de coisas e ideias<sup>90</sup>.

### 1.1 Festas Republicanas Antes de 1911: Sergipe nos Primórdios da Primeira República

Com a implantação do novo regime em 1889, os republicanos tiveram que implementar *estratégias*<sup>91</sup> para a consolidação da recém construída realidade brasileira. Foi um período de muitas incertezas: o medo do esfacelamento da unidade nacional e a derrocada do modelo político, haveria que ser contornado. De forma que o projeto a seguir, veio do Governo Provisório. Os cidadãos - individuo alfabetizado, maior de 21 anos e eleitor - ficavam a margem das decisões do governo republicano.

A eles foram impostas *estratégias e justificativas*<sup>92</sup> a uma série de questões para que, naquele momento, fossem superadas. Garantindo assim, a unidade nacional e a consagração da estabilidade política. Em meio a ações que deveriam ser legitimadoras do novo regime, através de símbolos e eventos que exaltassem à pátria, entre outros.

Uma dessas estratégias seria a criação das festas nacionais de caráter republicano. Isso aconteceu através do Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890<sup>93</sup>, que criava as comemorações que a República mandava guardar. Evocando desta feita uma linguagem do passado, necessária para assegurar a estabilidade daquele momento conturbado do Brasil. Seu conteúdo festivo, estava repleto de mensagens, ritos, celebrações, comemorações, heróis, entre outros. Na assertiva de Pierre Bourdieu, diz que,

[...] é justamente nestas épocas de crise revolucionária que evocam com temor os espíritos do passado, tomindo-lhes de empréstimo seus nomes, suas

<sup>90</sup> ASSIS, Machado de. "1º de Julho de 1876". In: CARA, Salete de Almeida (Org.). **Machado de Assis**. Direção: Edla Van Steen; seleção de Salete Almeida Cara. 2º ed. São Paulo: Global, 2006. p. 45. (Coleção Melhores Crônicas).

<sup>91</sup> CHARTIER, Roger. "Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais". In.: **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990. p.17.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. "Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890". In.: OCTAVIO, Rodrigues. **As Festas Nacionaes**. F Briguet&C Editores, 1893. p.265.

palavras de ordem, seus costumes, para que possam surgir sobre o novo palco da história sob um disfarce respeitável e com esta linguagem emprestada<sup>94</sup>.

O novo regime no Brasil precisava se consolidar. Os que estavam no comando buscavam estabilizar a República que se formava, era um momento crítico. E por isso, muito dessa linguagem teve como parâmetro o passado. Ela, mais especificamente, vai ser usada nas festas que a República mandava guardar “ao proporem a lembrança de fatos, de feitos heroicos passados a ser recuperados”<sup>95</sup>. Portanto, os festejos contribuíam para legitimar certas representações e dar coesão social à nação.

O país, para os proclamadores da República, começava a partir daquele momento, por isso: a mudança de nome das instituições (mecanismo necessário). Decerto, à construção de figuras públicas, heróis e festas, foram algumas das estratégias utilizadas. Por elas, se poderiam obter a legitimidade do novo governo e o modelo de representação em que uma sociedade tomaria como molde a se espelhar. No universo conceitual desenvolvido por Bourdieu, o que os republicanos planejaram e executaram foi uma *revolução simbólica*<sup>96</sup>.

Na tese do autor, para a permanência de novas instituições e regimes políticos, a legitimação seria o caminho almejado. Nesse ínterim, elas teriam que justificar sua importância para o público ao qual se destinavam. Ao mesmo tempo em que desqualificavam os governos, regimes ou projetos predecessores - se existiram. Mas não deixando de recorrer ao passado, trazendo à tona uma linguagem conhecida, e então, ressignificá-la para os seus destinatários.

Eric Hobsbawm, delineia uma segunda via: a invenção de uma tradição. Esta seria construídas e formalmente institucionalizada, partir do estabelecimento de uma relação de continuidade passado-presente, dando a entender que seriam bastante antigas. Quando, de fato, foram elaboradas recentemente, coisas de alguns anos ou décadas<sup>97</sup>.

A invenção de uma tradição na Primeira República, não é exatamente o foco do trabalho. Acreditamos que Pierre Bourdieu, contribui muito com essa pesquisa ao explanar sobre a evocação do passado para legitimar as instituições daquele momento. Nas festas republicanas,

<sup>94</sup> BOURDIEU, Pierre. "Poder Político e Poder Religioso". In.: \_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Vários tradutores. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.77.

<sup>95</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As Festas que a República Manda Guardar". **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989. p. 181.

<sup>96</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. 2009. p.77. Revolução simbólica pra Bourdieu é: [...] justamente nestas épocas de crise revolucionária que evocam com temor os espíritos do passado, tomando-lhes de empréstimo seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes, para que possam surgir sobre o novo palco da história sob um disfarce respeitável e com esta linguagem emprestada.

<sup>97</sup> HOBSBAWM, Eric. "Introdução: a invenção das tradições". In.: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. pp. 7-8.

seus idealizadores elaboraram e ressignificaram uma linguagem repleta de discursos a serem incorporados aos indivíduos.

Para Mary Del Priori, a festa tinha a função também de simbolizar a imagem das instituições - políticas ou religiosas. Servindo para legitimá-las, encenando e incutindo em seu público a idealização de uma utopia, ou seja, a negação de um presente medíocre e sufocante. O que não obrigava ao vivido histórico a corresponder com as representações que seriam impostas nas solenidades<sup>98</sup>.

Os responsáveis por idealizarem tal projeto político-social, foi o grupo de indivíduos que fizeram parte do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. Eles ajudaram na elaboração e aprovação das festas que a República mandava guardar (Decreto n. 155 B, de 14 de janeiro de 1890). A frente de tal objetivo, estavam as seguintes personalidades brasileiras: Aristides da Silveira Lobo, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Demetrio Nunes Ribeiro, Eduardo Wandenkolk, Manoel Deodoro da Fonseca, M. Ferraz de Campos Salles, Quintino Bocayuva, Ruy Barbosa<sup>99</sup>.

Este grupo, construiu um sistema de festas nacionais que não pertenciam a uma determinada região, mas ao Brasil como um todo. Sendo que, o Estado brasileiro republicano precisava consolidar-se "a partir de um conjunto restrito de referências"<sup>100</sup> que lhe proporcionasse homogeneidade. Planejados para figurarem nos festejos cívicos (as referências), aquele grupo, selecionou, organizou e ressignificou a imagem dos indivíduos que representavam as palavras de ordem (pátria, civismo, republicanos, civilização entre outros), dando início ao processo de legitimação da República.

Esses heróis, já o conhecemos, foram incluídos desde revoltosos do período Imperial até militares, que por seus serviços prestados a nação, tornaram-se uteis à causa republicana. Afinal, o novo regime precisava de referenciais que fossem conhecidos. A partir daí, operou-se uma ressignificação nos símbolos, signos, personagens históricos (posteriormente vieram a se transformarem em heróis) entre outros. Indivíduos, a exemplo, Tiradentes, cujas imagens estavam manchadas pela dúvida, em períodos anteriores, tornaram-se, na República, um importante símbolo a ser cultuado nas solenidades cívicas.

---

<sup>98</sup> DEL PRIORE, Mary. "Olhares Cruzados na Festa". In.: .. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 17.

<sup>99</sup> GERKEN, Maria Aparecida de Souza. "Por um Espírito Festivo: decretos e Programas - as festas escolares, os auditórios e suas prescrições" In.: **Entre Bandeiras, Árvores e Bonecas**: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. p.55.

<sup>100</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. p. 236. (Memória e Sociedade).

Cada povo representa-se de uma certa maneira, variável segundo os tempos, seus heróis históricos ou legendários; estas representações são conceituais. Enfim, cada um de nós elabora uma certa noção dos indivíduos com os quais está em relação, de seu caráter, de sua fisionomia, dos traços distintivos de seu temperamento físico e moral [...]<sup>101</sup>.

Desta forma, a construção da imagem do herói, tinha que responder à alguma necessidade ou aspiração coletiva. Ele não poderia ser criado do nada, nem lhe ser dado qualquer atributo. Tendo-se de se levar em conta, as representações de heróis que estavam difundidos naquele período. Caso contrário, os pretendidos candidatos, seriam ignorados ou ridicularizados pela maioria dos indivíduos da sociedade<sup>102</sup>.

Nos resta saber o que as festas pretendiam, ou melhor, quais as *justificativas* de implantação de rituais festivos no Brasil para os seus idealizadores? E como deveriam tais eventos republicanos serem percebidos pelos indivíduos naquele momento? O último questionamento é melhor compreendido nas impressões deixadas por Raul Pompéia em 24 de fevereiro de 1893<sup>103</sup>. Ou seja, três anos já haviam se passado desde a seleção e criação das festividades até sua escrita.

Para Pompéia, as festas nacionais tinham à função de difusão do patriotismo. Exaltando a "evolução"<sup>104</sup> da grandeza histórica da nação. De forma que o ciclo de comemorações da República, contavam uma pequena História da marcha do Brasil Colonial até a implantação do novo regime<sup>105</sup>. Eram exemplos, entendia o autor, de costumes e modos de ser reverenciados e cultuados à linguagem patriótica republicana. Assim, destinavam-se a celebrar os grandes acontecimentos do progresso humano brasileiro.

Ora, a própria dedicatória de Octavio, no livro, *Festas Nacionaes*, esclarece a quem eram destinadas as festividades cívicas: "A Mocidade Brasileira para que Aprenda a Significação dos Dias que a República Manda Guardar"<sup>106</sup>. No seu entender, caberiam a tais eventos promover uma continuidade, ligando as novas gerações que estavam em formação

---

<sup>101</sup> DURKHEIM, Émile. "Capítulo VII - Origens dessas Crenças". In: \_\_\_\_\_. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução: Paulo Neves. 3<sup>ed</sup>. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.235.

<sup>102</sup> CARVALHO, José Murilo de. "Tiradentes: um herói para a República". In: \_\_\_\_\_. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 56.

<sup>103</sup> POMPÉIA, Raul. "A Mocidade Brasileira Para que Aprenda a Significação dos Dias que a República Manda Guardar ". In.: OCTAVIO, Rodrigo. **Festas Nacionaes**. Rio de Janeiro: F Briguiet&C Editores, 1893.p. I-XXIII.

<sup>104</sup> Ibidem. p. II.

<sup>105</sup> Ibidem. pp. I-III.

<sup>106</sup> OCTAVIO, Rodrigo. "Dedicatória: A Mocidade Brasileira Para que Aprenda a Significação dos Dias que a República Manda Guardar ". In.: OCTAVIO, Rodrigo. **Festas Nacionaes**. Rio de Janeiro: F Briguiet&C Editores, 1893. p. s/n.

naquele momento com o passado. Desta feita, pelos exemplos vislumbrados nas comemorações cívicas, ter-se-iam indivíduos comprometidos com a pátria brasileira.

Na outra ponta, há os integrantes do Governo Provisório. A *justificativa* para a elaboração do sistema de festividades republicanas, foi o desenvolvimento da "fraternidade universal"<sup>107</sup>. Assim, para que pudessem promover e estimular os laços de solidariedade entre os povos nas diversas gerações humanas, entendiam que cada pátria deveria instituir suas comemorações nacionais. O que era uma estratégia fundamental na ação dos republicanos. Com base em uma vivência coletiva, havia à intenção de legitimar o novo regime que seria capaz de dominar os corações e a mente dos cidadãos mediante à implementação de um sistema de festas públicas.

Por mais que à mudança de regime evidenciou o princípio da "fraternidade" em seu projeto de festejos cívicos, o contexto histórico brasileiro era outro. Embora a França tivesse fornecido palavras de ordens ("igualdade, fraternidade e liberdade")<sup>108</sup>, as intenções e objetivos destinavam-se a fins diversos do modelo Europeu. Pois, a colocação do princípio de "fraternidade" em primeiro lugar na constituição dessas festas, já era um indício do interesse e preocupação de manter a unidade nacional, criando laços de pertencimento.

Para Roger Chartier, a construção social da realidade está fundada em *estratégias*<sup>109</sup> que tendem a impor uma autoridade dos discursos à custa de outros, de como deve ser construída a representação de mundo na sociedade. Objetivando legitimar um projeto reformador, procurou-se *justificar*<sup>110</sup> para os indivíduos ao qual se destinavam, as suas escolhas e condutas. Foi dessa forma que as *representações*<sup>111</sup> construídas do mundo social, aspiravam a uma universalidade baseadas na razão.

Desse modo, os novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos criados na República, demandavam uma atenção maior por parte do Estado<sup>112</sup>. Esse conjunto de festas republicanas que a escola soube apoderar-se muito bem, ficou a cargo de formar os novos cidadãos republicanos imbuídos de práticas civilizadas. Na medida do possível, o Decreto de 155 B de 1890, demonstrou o sucesso alcançado pelo arsenal festivo colocado à disposição das escolas primárias brasileiras.

---

<sup>107</sup> REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. "Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890". In.: OCTAVIO, Rodrigues. **As Festas Nacionaes**. F Briguie&C Editores, 1893. p.265.

<sup>108</sup> Cf.: CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>109</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. p. 17. - (Memória e Sociedade).

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup>HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit. 2012. p. 338.

De fato, elas deram visibilidade às representações que, intencionalmente, foram criadas para promoverem uma educação visual, antecipadamente, elaboradas. Por conseguinte, instalou imagens e ritos que deveriam se transformar numa forma de culto social. A linguagem usada tinha por finalidade ligar o passado ao presente. De forma a inventar uma origem comum à nação que haveria de se formar<sup>113</sup>.

Nesse bojo, a escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações entre outros. Em nenhuma outra época da história do Brasil uma Instituição de ensino elementar, incorporou tantos personagens inseridos nas festas como expressão de um regime<sup>114</sup>. Claro que tal situação variou de região e de localidade. Afinal, cada Estado brasileiro tinha uma história que lhe era bem própria. No fim, elas serviram para dar coesão cultural<sup>115</sup>. Através da prática das comemorações cívico-escolares e dos estímulos nas festas escolares, os indivíduos eram educados por meio de um teatro encenado e legalmente programado (*ver tabela 1*).

**TABELA 1 - Festas Nacionais (Decreto de 1890)**

Festas Nacionais	Dias
Consagrado á Commemoração da Fraternidade universal	1ª de Janeiro
Consagrado á Commemoração dos Precursors da Independência Brasileira, Resumidos em Tiradentes	21 de Abril
Consagrado á Commemoração da Fraternidade dos Brasileiros	13 de Maio
Consagrado á Commemoração da Republica da Liberdade e da Independência dos Povos Americanos	14 de Julho
Consagrado á Commemoração da Independência do Brasil	7 de Setembro
Consagrado á Commemoração da Descoberta da America	12 de Outubro
Consagrado á Commemoração dos Mortos	2 de Novembro
Consagrado á Commemoração da Pátria Brasileira	15 de Novembro

**Fonte:** REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. "Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890". In.: OCTAVIO, Rodrigues. **As Festas Nacionaes.** F Briguet&C Editores, 1893. pp.265-266.

<sup>113</sup> HOBSBAWM, Eric J. Op. Cit. 2012. p. 7.

<sup>114</sup> SOUZA, Rosa Fátima de."Templos de Espetáculos e Ritos". In.: \_\_\_\_\_. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.p. 241.

<sup>115</sup> ALMEIDA, Jaime de. "Festa e História na América Espanhola e no Caribe". In.: VAINFAS, Ronaldo; et. all (Orgs.). **América em Tempos de Conquista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.pp. 143-144. (Coleção Jubileu).

Essas comemorações representavam o percurso do Brasil, iniciado no período colonial até a proclamação do novo regime. Ao mesmo tempo que contavam uma história sobre o país, exerciam a função de celebrarem os feitos republicanos. Sendo que sua realização serviu a diversas finalidades. Uma delas era criar a imagem de unidade nacional pelo sistema de festas sancionadas. Exibindo como referencial de República seus heróis e símbolos.

Tanto assim o foi, que um ano após à aprovação do primeiro conjunto de comemorações republicanas, o Congresso Nacional, sancionou mais um feriado nacional. No decreto nº 3 de 28 de fevereiro de 1891, declarava: "[...] festa nacional o dia 24 de fevereiro, commemorativo da promulgação da Constituição da Republica"<sup>116</sup>. Seria a comemoração de um regime instalado em bases constitucionais, e portanto, legais.

As representações criadas pós 1889, justificavam a implantação da República no país, afinal: o Brasil vinha de várias revoltas que surgiram no século XIX; a insatisfação com D. Pedro I; o desgaste, ao longo dos anos do poder da família real. E, por fim, as ideias antiescravistas que ramificaram-se mais forte ao aproximar-se da derrocada dos Braganças, que viam o número de escravos decair em, aproximadamente, 50 anos, de forma vertiginosa.

O problema é, como esses festejos emanados da lei de 1890 e 1891, foram recepcionados pelos brasileiros? Houve uma ampla aceitação pública deles? Ou perdurou a apatia e indiferença nos eventos republicanos? Entendemos que um estudo nos primeiros anos, naquele contexto, é algo que merece o debruçar-se do pesquisador. Ao historiador cabe, além das similaridades, destacar as diferenças em seus escritos.

Portanto, recorremos a um indivíduo que testemunhou os acontecimentos turbulentos da transição. Sua visão dos fatos por vezes é criticada por ser pessimista (declaração dissonante desta pesquisa) ou omissa, não expressando seu posicionamento frente a temas como a escravidão, por exemplo. Colocando as querelas de lado, seu espírito arguto para as observações do cotidiano faz de seu texto um dos melhores cronistas do final do Império e início da República. Machado de Assis, descreve a recepção à proclamação com um olhar que lhe é peculiar: numa visão crítica das coisas e uma irreverência presente em sua escrita:

Pensai nas festas de 15 de novembro e na espécie de julgamento egípcio, que toda a imprensa fez nesse dia acerca da República. Houve acordo em reconhecer a aceitação geral das instituições, e a necessidade de esforço para evitar erros cometidos. As festas estiveram brilhantes. Notou-se, é verdade, a ausência do corpo diplomático no palácio do governo<sup>117</sup>.

<sup>116</sup> REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. "Decreto nº 3 de 28 de Fevereiro de 1891". In.: OCTAVIO, Rodrigues. **As Festas Nacionaes**. F Briguiet&C Editores, 1893. p. 267.

<sup>117</sup> ASSIS, Machado de. Op. Cit. 2006, p. 225. (Coleção Melhores Crônicas)

Na compreensão do autor, houve um acordo para legitimar o novo regime brasileiro nas comemorações de 15 de novembro. As instituições (a imprensa, o judiciário, os estabelecimentos de ensino etc.), haveriam de reconhecerem e aceitarem os novos rumos que estavam sendo traçados. Contribuindo para a legitimação do governo que ali estava. Ao usar as festas cívicas como referência para novos projetos e ações, o Governo Provisório intentava também se distanciar dos erros cometidos no Brasil Império.

Mesmo existindo o pacto das instituições, contudo, houve resistências. As comemorações e regozijos não foram de igual espírito em todos os Estados da federação. Pois, cada região tem sua peculiaridade - política, cultura e social - que lhes são próprias. A localidade, mesmo com a implantação da república, tinha toda uma herança história que não devemos deixar de levar em conta no momento de à analisarmos.

Pensai antes nas festas nacionais dos estados, posto seja difícil, a respeito de alguns, saber a verdade dos telegramas. Aqui estão dois da Fortaleza, Ceará, datados de 16. Um: "foi intenso o regozijo pelo aniversário da Proclamação da República." Outro: "o dia 15 de novembro correu frio, no meio da maior indiferença pública"<sup>118</sup>.

No Rio de Janeiro, chegavam informações sobre as festas republicanas nos outros Estados. Em uns, diziam que os festejos aconteceram em meio a muito regozijo e aplausos; em outros entes da federação, o discurso foi o contrário: o 15 de novembro ocorreu frio, na maior indiferença pública. Com relação a algumas, Assis, expõe sua descrença, haja visto, a duplicidade das versões que chegaram até a capital federal. Infelizmente, o autor não descreve como foi a recepção de tais notícias pelos cariocas ou pelo Governo Provisório.

Ao evidenciar versões diferentes para a mesma capital de um Estado, colocando em xeque a veracidade das informações, ele salienta a existência da aceitação ou resistência aos festejos cívicos. Sim, pois, de forma irônica e irreverente, Assis, relatou - exceto os casos de duas versões - que os brasileiros participavam, e, portanto, legitimavam a República que ali era representada; ou, foram realizados com a participação de poucos indivíduos, em meio a maior frieza e indiferença pública.

No caso da capital de Sergipe, foi divulgado o *Programma de Festejos do dia 15 de Novembro* de 1890. Nele estava proposto os elementos que deveriam estar presentes na festa de Proclamação da República. Segundo o programa, contaria com acompanhamentos de

---

<sup>118</sup> ASSIS, Machado de. Op. Cit. 2006, p. 226. (Coleção Melhores Crônicas)

músicas, foguetes e passeata do batalhão 33. Seria a primeira comemoração a ser realizada em solo sergipano em homenagem a República brasileira.

Conforme o jornal, às 5 horas da tarde, iniciaria os festejos com uma passeata cívica. Tendo à frente um carro alegórico, estando em cima dele uma "linda menina"<sup>119</sup> representando a República. Ela conduziria o pavilhão nacional. Após o carro, marcharia a guarda do batalhão 33. Seguindo-lhes, estavam as comissões incorporadas e o prêstito popular que percorreria as ruas mais importantes da cidade. Terminando ao escurecer, na praça do governador com uma salva de 21 tiros<sup>120</sup>.

À noite, as comemorações continuariam. A festa cívica prometia prolongar-se por várias horas. Para receber o público, a praça foi iluminada para os que prestigiassem o evento. Enfeitada com bandeiras, possivelmente, as do Brasil e de Sergipe, demonstravam o apoio a República brasileira que completaria naquela data, um ano de existência<sup>121</sup>.

Por convite e por iniciativa do "Governador do Estado"<sup>122</sup>, foram chamadas todas as classes para contribuir para o brilhantismo da comemoração da Proclamação da República. Esperava-se que os sergipanos comparecessem, ante a convocação do chefe do Estado. Afirmando que haveria comissões de indivíduos cheias de prestígio - capital simbólico - perante as camadas sociais.

Quanto aos indivíduos de menor ou sem nenhum prestígio - capital simbólico -, chama-nos a atenção como o texto do jornal Folha de Sergipe, se referiu a eles. Muito assemelhava-se a conhecida descrição de Aristides Lobo, em que "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava", muitos pensavam que seria uma parada militar. Algum tempo depois, é que vieram entender do que se tratava, e o entusiasmo tomou conta dos espectadores - assim relata o autor da carta sobre o que viu e ouviu no dia 15 de novembro<sup>123</sup>.

Essa imagem não está muito distante do que a Folha de Sergipe descreveu. Segundo o impresso: "o povo, docil e festeiro, não deseja que o taxem de indiferente à gloriosa comemoração, de que o governo fez-se incubencia"<sup>124</sup>. Podemos perceber nesta frase a reverberação dos acontecimentos durante, o suposto desfile cívico, em que os indivíduos pensavam se tratar. Assim, a descrição de Aristides Lobo, não foi a versão de um observador

---

<sup>119</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 1, Aracaju/Se. 15 de novembro de 1890. p. 2.

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> Ibidem. p. 1.

<sup>123</sup> LOBO, Aristides. "Pronunciamento de Aristides Lobo Sobre a Proclamação da República (15 de Novembro de 1889)". In.: AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo (orgs.). **Textos Políticos da História do Brasil** - vol.III. 3<sup>o</sup>ed. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 103.

<sup>124</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 1, Aracaju/Se. 15 de novembro de 1890. p. 1.

em particular, mas pela forma que o discurso deste autor e um jornal sergipano se encaixam, concluímos que tais impressões repercutiram no país.

Contudo, apesar de todos os questionamentos, a festa do primeiro ano da República foi comemorada. Mesmo que, segundo o Jornal Folha de Sergipe, do dia 20 de novembro de 1890, as comissões não tiverem muito tempo para organizarem a comemoração<sup>125</sup>. Por isso que entre o programa dos festejos publicado no dia 15 de novembro e os relatos pós evento, mostram-nos a incerteza dos organizadores quanto ao que seria realizado no aniversário da Proclamação. Decerto, apenas sabiam que deveria ter uma mulher representando a República; a presença dos indivíduos; passeata cívica; salva de tiros e foguetes. As ruas por onde iriam passar ou uma descrição mais detalhada, não existe no documento.

Mas, afinal, o medo dos organizadores se concretizou? Em parte sim. Segundo a Folha de Sergipe, comemorou-se com brilhantismo o aniversário da Proclamação da República. Afirmou que os festejos aconteceram sob muita animação. Embora "[...] por parte do nosso povo, naturalmente frio, não houvesse o entusiasmo que era para desejar"<sup>126</sup>. Apesar disso, do ponto de vista daquele jornal, a festa republicana encontrou congraçamento em terras sergipanas.

Quanto ao festejo, o jornal informou que foi seguido à risca o programa<sup>127</sup>. Mas como já foi explicitado, entre a programação divulgada e as informações pós eventos, nos sugerem outra coisa. Além da falta de tempo hábil como eles bem colocaram na publicação do dia 15 de novembro de 1890, não se tinha uma ideia clara como seria sua organização. No intento de demonstrarmos, o antes e o depois, vale a pena debriçar-nos sobre o ocorrido.

Logo ao alvorecer do dia 15 de novembro de 1890, houve toque de alvorada no batalhão 33. Em seguida, algumas músicas que seriam tocadas no desfile, foram ouvidas por quem se encontrava perto, as quais foram precedidas do hino nacional. Eles ensaiaram para que nada desse errado. Afinal, era um dia especial. Por isso, o prédio encontrava-se decorado, tanto interna como externamente.

As sete horas, mais ou menos (a Folha de Sergipe não soube determinar a hora exata), deu início a passeata militar pelas ruas de Aracaju. Depois de percorrer a cidade, desfilou o batalhão pela rua de Japaratuba, encerrando sua participação com entusiasmo. A uma hora da

---

<sup>125</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 1, Aracaju/Se. 15 de novembro de 1890. p. 2.

<sup>126</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 2, Aracaju. 20 de novembro de 1890. p. 1.

<sup>127</sup> Idem.

tarde, a guarda, postou-se na praça do palácio, e deu três tiros em homenagem: à "America Livre"<sup>128</sup>.

Às cinco horas da tarde, partiu da praça Coronel José de Faro, o cortejo cívico. Na frente, ia a banda do corpo policial. Logo atrás, um carro puxado por quatro cavalos artificiais que remetia as alegorias carnavalescas do período. Em cima dele, uma menina, "lindamente vestida"<sup>129</sup> representando a República, sendo acompanhada pelo batalhão 33. A ela coube, segurar o estandarte nacional, símbolo da "nova pátria"<sup>130</sup>.

Afirmava o jornal, que tudo aconteceu de forma ordeira. Não houve badernas, nem confusões. Assim, o cortejo cívico percorreu as principais ruas da cidade, ao som das músicas e sobre um estalar de foguetes. Sendo acompanhado pelo povo que ficava ao redor, assistindo o teatro que lhe era encenado.

Ao pôr do sol, o cortejo cívico parou na praça do palácio. Nesta ocasião, a comissão dos festejos, fez a menina descer do carro, para então eles subirem afim de cumprimentarem o Governador de Sergipe. Pronunciou-se em nome da comissão o dr. Feliciano Prazeres, em seguida, o chefe do Estado, depois de um breve discurso, deu "vivas a Republica"<sup>131</sup>.

À noite, as comemorações continuaram. A praça do palácio, iluminada, encontrava-se preparada para receber o público que lá chegava. Estava ornamentada com globos coloridos em toda a sua extensão. Em cada lado, ergueu-se um coreto. Nele, a banda da polícia e de linha, entreteinha os espectadores com as peças musicais de seus repertórios.

Aquele, não foi o único espaço em que se comemorou o aniversário da República. Segundo o jornal, a praça do quartel apresentava igualmente um belo espetáculo. Tinha sido preparada para receber os sergipanos. E, assim como a comissão dos festejos pelo dia, a organização à noite, foi de última hora. Nem por isso, os indivíduos deixaram de frequentá-las.

No final, pediu desculpas, pois melhor teria sido se tivessem mais tempo para organizarem as comemorações, afirmava a Folha de Sergipe. Decerto, foi uma forma de dizer *mea culpa*, ou seja, assumir à responsabilidade de parte dos possíveis erros cometidos na realização da festa. Na intenção de se justificar, disse que, independentemente de qualquer coisa, o primeiro aniversário da República não tinha passado despercebido entre os sergipanos<sup>132</sup>.

<sup>128</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 2, Aracaju. 20 de novembro de 1890. p. 1.

<sup>129</sup> Ibidem. p. 2.

<sup>130</sup> Ibidem. p. 2.

<sup>131</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 2, Aracaju. 20 de novembro de 1890. p. 2.

<sup>132</sup> Idem.

No decorrer da Primeira República, as festas cívicas sofreram variações em suas comemorações. Pois, assim como aquela, muitas outras se seguiram falando da frieza dos sergipanos. De sua falta de patriotismo nos festejos republicanos em Sergipe. Como os organizadores pretendiam que os indivíduos reagissem em meio as encenações vistas nos desfiles, esta informação, infelizmente, não foi encontrada - se de fato ela existe.

Entretanto, há aquelas notícias que saem nos jornais em que afirmavam do sucesso dos festejos. Como foi o caso de Capela. Em 19 de fevereiro de 1890, levantou-se em frente do edifício da Intendência, uma bandeira republicana. Na organização estavam o Sr. Rozendo Peixoto de Carvalho, com o concurso de outros cidadãos, segundo o Jornal Gazeta de Sergipe: promotores de uma "festa popular"<sup>133</sup>.

Mas apenas o hasteamento de uma bandeira republicana, levariam tantos indivíduos a uma solenidade? E mesmo que sim, os jornais costumam esconder os números de espectadores presentes, substituindo por algo vago (muitos espectadores), em busca de legitimar determinado evento. Quanto ao "mais vivo entusiasmo"<sup>134</sup> - declarado pelo impresso - demonstrado pelos que ali estavam, também é subjetivo. Pois a depender da quantidade de indivíduos, e, quem eram eles - funcionários públicos, partidários, amigos de políticos, apadrinhados etc. - o cenário muda e o sentido também.

Por outro lado, as festas cívicas de 1890 até 1911, não contavam com a participação das escolas sergipanas. Elas não tomavam parte das comemorações nas ruas - os documentos silenciam sobre isso. Uma das hipóteses que levantamos seria que não houve a presença com participação ativa delas<sup>135</sup>, o que seria mais provável - com algumas exceções. Sendo que tais eventos, eram encenadas com indivíduos e instituições provenientes do exército ou de caráter militar. Por conseguinte, não poderemos falar de festas cívico-escolares nas ruas para este período (1890-1916).

Com algumas exceções, as escolas sergipanas organizavam em dias de comemorações: passeatas cívicas, simulação de combate, entre outros. Mas essas atividades fizeram parte não das escolas isoladas, e sim do cotidiano escolar de alguns estabelecimentos de ensino privado em Sergipe. As quais buscavam um referencial de educação nos outros Estados brasileiros, principalmente, São Paulo.

---

<sup>133</sup> GAZETA DE SERGIPE. Anno I, nº 41, Aracaju. 19 de fevereiro de 1890. p. 2.

<sup>134</sup> Ibidem. p. 1.

<sup>135</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XVI, nº 775, Aracaju. 20 de novembro de 1912. p. 2; CORREIO DE ARACAJU. Anno VII, nº 1035, Aracaju. 20 de novembro de 1913. p. 2; CORREIO DE ARACAJU. Anno IX, nº 1600, Aracaju. 19 de novembro de 1915. p. 1.

Em 7 de setembro de 1909, a cidade de Estância realizou uma comemoração com a participação da Escola Tobias Barreto - originária de Estância. Afirmava o jornal *A Razão*, que os alunos deste Instituição, ao som da corneta e em continência, assistiram o hasteamento da bandeira na fachada do edifício. Situação que impressionou aos estancianos, por ser a primeira vez, que acontecia tal feito na cidade<sup>136</sup>.

Em Aracaju, só vamos ter informações dos desfiles com a participação das escolas em 1917<sup>137</sup>. Antes disso, temos a Escola de Aprendizes Marinheiros que participavam dos festejos cívicos. Pelas evidencias, os estabelecimentos de ensino primário, anterior a esta data, ficavam aquém das festas republicanas de ruas. Limitando-se, quando muito, a discursarem ou escolherem um dos alunos para representarem a República.

O que mais nos chamou a atenção foi que antes de 1911 até a presença das escolas isoladas nas festividades cívicas eram inexistentes. Os documentos quando referia-se a participação de crianças, geralmente, as denominavam como meninos ou meninas, deixando evidente a ausência dos estabelecimentos de primeiras letras<sup>138</sup>. Podendo ser uma forma dos indivíduos ilustres, especialmente, das autoridades republicanas, de marginalizar um modelo de escola vinda do Período Imperial - situação pouco provável -; ou, isso seja um indício que não estavam ligadas a nenhuma Instituição de ensino primário - o que seria mais provável naquele momento festivo.

Seja como for, na Reforma da Instrução de 1911, as instituições de ensino elementar pública deveriam cessar suas aulas. Se as escolas estariam nos desfiles, o decreto não explicita<sup>139</sup>. Os documentos referentes a legislação educacional da época não nos fornecem melhores detalhes. Mas sabemos por outras fontes que os estabelecimentos de primeiras (grupos escolares e escolas isoladas) compareciam e eram citadas nominalmente na imprensa sergipana a partir daquela data.

Quanto ao processo civilizatório através das festas cívico-escolares nas ruas, seu foco transformou-se durante a Primeira República. A intenção de seus promotores era legitimar o novo regime, impedindo que o Brasil se esfacelasse em uma serie de republicas como a congênere América Espanhola. Esse cenário sofreu uma leve mudança ao longo do tempo. Isso

<sup>136</sup> A RAZÃO. Anno XVI, nº36, Estância/SE. 12 de setembro de 1909. p. 1.

<sup>137</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133. 09 de setembro de 1917. p.8.

<sup>138</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno XVII, nº129, Aracaju/se. 16 de agosto de 1908. p.1; FOLHA DE SERGIPE. Anno XIX, nº325, Aracaju/Se. 28 de julho de 1910. p. 2; FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 1, Aracaju/Se. 15 de novembro de 1890. p.1; FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 2, Aracaju. 20 de novembro de 1890. p.1; FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº 41, Aracaju. 19 de fevereiro de 1890. p.1.

<sup>139</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1912*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 35.

aconteceu por causa da implantação dos grupos escolares, no Estado de Sergipe. Sendo essas instituições, a partir de então, depositárias do projeto republicano<sup>140</sup>.

Decerto, desde 1890 (criação do decreto que instituía os feriados nacionais) até a 1910 (implantação do primeiro grupo Escolar em Sergipe), não foram encontradas fontes que subsidiasssem a realização delas com a participação ativa das escolas públicas. Após esta data, a documentação apresenta uma maior preocupação, não apenas com o civismo, patriotismo, mas também com às práticas civilizadas: forjar os futuros cidadãos sergipanos<sup>141</sup>. Foi a partir desse momento, que percebemos melhor, o processo civilizador sendo aplicado aos alunos do ensino primário por meio das festas cívico-escolares e escolares.

## 1.2 Construção de Práticas e Representações nas Festas - Seus Usos, Divisões e Compreensões

Como foi demonstrado anteriormente, as festas republicanas destinavam-se a certos fins que lhes eram creditadas: legitimarem o novo regime<sup>142</sup>. A participação das escolas isoladas nas ruas não existiu. Raro algumas exceções, como selecionar uma criança para ler um texto, e mesmo assim, sem vínculo com qualquer Instituição de ensino. Também não encontramos a existência de paradas cívico-militar naquele período (1891-1911). E se eram organizados festejos nas dependências onde funcionavam tais estabelecimentos é algo que pretendemos pesquisar em um futuro doutorado.

A partir de agora evidenciamos uma guinada em Sergipe, graças, principalmente, a implantação dos grupos escolares e uma série de Instituições que se formaram entre 1911 a 1930, contribuído significativamente na divulgação dos eventos cívicos. Foi devido à existência desses elementos que os festejos ganharam mais notoriedade ao serem publicadas a realização das comemorações/celebrações em seus espaços ou lugares propícios para tais<sup>143</sup>.

---

<sup>140</sup> Cf.: SOUZA, Rosa Fátima de. "Templos de Espetáculos e Ritos". In: \_\_\_\_\_. **Templos de Civilização: a** implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. pp. 241-277.

<sup>141</sup> Os grupos escolares, tornam-se o centro das atenções dos desfiles cívico-escolares em Sergipe. A medida que se expandem para o interior do Estado, mais encontramos nos documentos informações de uma comemoração preocupada com as práticas civilizadas.

<sup>142</sup> MICELI, Paulo. "A Revolução Francesa do Século XVII". In: \_\_\_\_\_. **As Revoluções Burgueses**. 10º ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. p. 76 (Discutindo a História).

<sup>143</sup> BURCKHARDT, Jacob. "A Sociabilidade e as Festividades". In: \_\_\_\_\_. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. Tradução: Sérgio Tellaroni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 360-371.

Em contrapartida não temos como confirmar o quanto as festas cívicas eram apropriadas nas escolas isoladas antes de 1911. Só podemos dizer que passava por longe da organização e regularidade dos eventos cívico-escolares e escolares apresentados posteriormente pelos grupos escolares sergipanos. Em parte, isso se devia a maior presença de indivíduos encarregados de fiscalizarem o andamento das escolas no Estado (os delegados de ensino); e, consequentemente, também, devido as festas (cívico-escolares e escolares) transformarem-se em matéria - seja por interesse do público ou do jornal - a ser publicada na imprensa sergipana, praticamente, de forma regular<sup>144</sup>.

Desta forma, veremos nos próximos capítulos que havia um rigor nas práticas e na construção de representações a serem impostas. Tendo em vista que todas as atividades eram planejadas seja pela Diretoria da Instrução, ou, quando esta permitia que as escolas graduadas pudessem, elas mesmas, fazer com que as festas acontecessem - situação que deveria ser acordada antecipadamente entre diretores dos grupos escolares e os professores.

Entretanto, os republicanos em Sergipe, por várias vezes, reclamavam da frieza da população para comemorarem as datas cívicas. Desde a promulgação do decreto em que se tentou implantar um sistema de festas no país até a realização delas neste Estado, percebemos que não alcançaram os resultados esperados (1890-1910). Em diversos momentos não foram organizados tais eventos nas ruas, quando muito, resumiam-se a um breve hasteamento das bandeiras nas Instituições públicas. Ademais, não temos informação suficiente - por enquanto - o que motivou as reiteradas declarações da apatia dos sergipanos para as questões cívicas e patrióticas.

Situação por demais paradoxal. Visto que os sergipanos, como o brasileiro em geral, tinham uma proximidade considerável com as festas, sejam religiosas ou profanas. Talvez fosse justamente por isso que umas das primeiras medidas ao ser proclamado o novo regime foi planejar e organizar um conjunto de comemorações/celebrações que atendessem as

---

<sup>144</sup> O ESTADO DE SERGIPE. Anno XVI, nº4890, Aracaju/Se Aracaju. 23 de novembro de 1915. p. 2; O ESTADO DE SERGIPE. Anno XVI, nº4896, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1915. p. 2; ESTADO DE SERGIPE. Anno XVIII, nº5320, Aracaju/Se. 22 de novembro de 1917. p. 1; ESTADO DE SERGIPE. Anno XIX, nº5594, Aracaju/Se. 27 de outubro de 1918. p. 2; ESTADO DE SERGIPE. Anno XIX, nº5868, Aracaju/Se. 29 de outubro de 1918. p. 3; ESTADO DE SERGIPE. Anno XIX, nº6142, Aracaju/Se. 30 de outubro de 1918. p. 2; ESTADO DE SERGIPE. Anno XIX, nº6416, Aracaju/Se. 01 de novembro de 1918. p. 1; SERGIPE JORNAL, Anno I, nº82, Aracaju/Se. 22 de novembro de 1921. p. 1; SERGIPE JORNAL, Anno I, nº82, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1921. p. 2; SERGIPE JORNAL, Anno I, nº82, Aracaju/Se. 26 de novembro de 1921. p.1; SERGIPE JORNAL, Anno I, nº86, Aracaju/Se. 03 de dezembro de 1921. p.1; SERGIPE JORNAL, Anno I, nº86, Aracaju/Se. 05 de dezembro de 1921. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XIX, nº3562, Aracaju/Se 25 de novembro de 1922. p. 2; SERGIPE JORNAL. Anno XIII, nº1278, Aracaju/Se. 24 de novembro de 1922. p. 1.

necessidades das causas republicanas: legitimar o novo regime, esse era, nos anos iniciais da Primeira República, o principal motivo para inserção de feriados cívicos no calendário nacional.

Ora, podemos perceber isso numa crônica anterior a Proclamação, em que a participação política do brasileiro foi desnudada por Machado de Assis. Em seu escrito de 13 de janeiro de 1885, conta o relato de uma carta interceptada pela polícia do Rio de Janeiro. Nela, Petroff, um socialista vindo de um país europeu, planejava fazer a revolução no Brasil. A melhor maneira, escreveu, seria fundar uma sociedade secreta. Mas, logo soube que por aqui já existia um clube socialista e que funcionava às claras.

Pedi para assistir uma reunião do Centro Socialista Brasileiro (CSB). E logo, sua solicitação foi atendida. O pouco português que aprendeu em Genebra e depois em Lisboa, facilitou-lhe a comunicação com seus camaradas brasileiros. Ansioso, chegou antes da hora marcada, sendo apresentado à diretoria do CSB que o recebeu “[...] com as mais vivas demonstrações de apreço”<sup>145</sup>.

Naquele momento encontrava-se eufórico, era uma oportunidade que não podia desperdiçar: difundir as ideias revolucionárias. Assim, levou consigo um discurso preparado, “verdadeiramente incendiário”<sup>146</sup>. Até copiou algumas receitas de bombas explosivas, seguindo as recomendações do Centro do Socialismo Universal, em Genebra. O que ele não sabia foi que seu pronunciamento demoraria muito antes de ser ouvido pelos que estavam ali presentes.

Pouco tempo depois (às 9:00hs), ouvia-se o afinar dos instrumentos. Compreendeu “[...] que era um meio de agitar o sangue, até pô-lo no grau de movimento apropriado à sua santa obra. E essa inovação pareceu-lhe útil”<sup>147</sup>. Com os ânimos mais acirrados, promovida pela agitação da festa, tornar-se-ia mais fácil a adesão dos membros às suas palavras, assim ele entendeu. O que demonstrava o completo desconhecimento, pela personagem, dos hábitos e comportamentos no país para a experiência política.

Não demorou e os músicos começaram a tocar. Apresentaram-lhe uma senhora de 28 a 30 anos para ser seu par. Dançaram uma quadrilha, em seguida, polca, e logo depois outra quadrilha. A euforia tomou conta dele, “[...] eu já tinha o sangue em fogo [...]”<sup>148</sup>, não teve jeito, era um estrangeiro, preferiu seguir o exemplo dos presentes no evento, e continuou a bailar.

Onze horas e nada de começarem os trabalhos. Estava impaciente, dirigiu-se a um dos membros da diretoria, e, perguntou mais uma vez, a que horas a coisa iria começar. Cansado,

<sup>145</sup> ASSIS, Machado de. Op. Cit. 2006, p. 129. (Coleção Melhores Crônicas)

<sup>146</sup> Ibidem. p. 130.

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> Idem.

pediu dispensa da valsa e foi fumar um charuto em companhia de um sócio. Lá conversaram as dificuldades dos clubes socialista na Rússia, pois o governo não consentia com tais ideias propaladas pelos clubes, sendo todos secretos. E quando descobria um sócio envolvido, mandava-os para a Sibéria.

Algum tempo depois de muito entreterem-se na festa, por meio das músicas, reuniram-se a mesa para se confraternizarem. E em torno de 15 a 20 minutos, levantou-se o presidente, saudando em nome do Centro Socialista, o ilustre estrangeiro que ali se encontrava. Petroff, retribuiu o gesto do Presidente do clube, levantou-se e agradeceu pela gentileza dos que estavam presentes. E logo adiantou-se em ler o discurso que tinha preparado de antemão, recitando-o na íntegra. Expôs todas as teorias de Babel, de Cabet, de Proudhon, e de Karl Marx. Declarando, na carta interceptada pela polícia, que não podia dar-lhes ideia dos aplausos que recebeu. Ao término de seu pronunciamento, encerrava suas palavras com uma visão positiva do socialismo no Brasil: "país excelente: está todo nas boas ideias"<sup>149</sup>.

Sem dúvida, Machado de Assis era um observador genial do cotidiano brasileiro. Conseguiu captar e passar para as páginas dos jornais que escrevia, o que para um contemporâneo seu, não teria importância. Seu texto é de uma irreverência, e, ao mesmo tempo, uma crítica à nossa sociedade. Debocha, de forma velada (para aqueles que não o entendem), da nossa participação política. No Brasil, tudo acaba em festa. Mas será?

Na obra organizada por José Murilo de Carvalho, *Repensando o Brasil do Oitocentos*, sua retomada de povo bestializado e a inserção destes na cidadania pela via da *estadania* foi criticada por Martha Campos Abreu e Andrea Barbosa Marzano. Segundo as autoras, nem tudo acaba em festa, e nem, são tão bestializados, assim. Há outras formas de manifestações em que os cidadãos podem utilizar: boicote a vacina, crítica nos jornais, letras de músicas debochadas entre outras<sup>150</sup>.

Seja como for, as festividades cívicas de ruas, só ganharam maior notoriedade e regularidade a partir de 1911 - ano em que foi construído o primeiro grupo escolar sergipano<sup>151</sup>. Mas não foi apenas essa mudança que aconteceu naquele momento. A utilização delas com o intento de obterem certos fins também ganhou relevância no período aqui compreendido (1911-1930). Com isso, Sergipe redefiniria o porquê de festejar nos dias de feriados nacionais e locais.

<sup>149</sup> ASSIS, Machado de. Op. Cit. 2006, p. 132. (Coleção Melhores Crônicas)

<sup>150</sup> ABREU, Martha Campos; MARZANO, Andrea Barbosa. "Entre Palcos e Músicas: caminhos de cidadania no início da República". In.: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp.121-149.

<sup>151</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno V, nº588, Aracaju/SE. 18 de Agosto de 1911. p. 2.

Assim, além celebrarem a República e as autoridades a frente da administração estadual, os Presidentes de Sergipe e os Diretores da Instrução Pública, idealizaram por meio das datas históricas, forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação. Para tanto, houve a necessidade de introduzir as escolas e, principalmente, os grupos escolares nas comemorações de ruas, com participação ativa - situação que ocorreu gradualmente.

Entendiam eles que o cidadão ideal deveria ser formado de modo a ser capaz de defender a comunidade pelas armas, sem entretanto, descuidar de fomentar práticas civilizadas aos indivíduos, ligando-os emocionalmente a localidade em que viviam e a nação - pertencimento -. Colocar em execução esse projeto pressupunha um currículo compatível com tal desígnio. Daí a importância de ser organizadas um conjunto de festas públicas que eram utilizadas pelas escolas de ensino primário.

Podemos compreender melhor tal situação, recorrendo a outro autor de época: Mario de Andrade. Ele caracterizou o povo brasileiro através de um dos personagens mais conhecidos da nossa literatura: Macunaíma. Ou, como ficou também conhecido, "o herói sem nenhum caráter"<sup>152</sup>. As suas características era a preguiça, a indisciplina, a esperteza, tentava sempre se dar bem; era avesso ao trabalho; tinha uma origem, mas não pertencia a lugar nenhum (saiu de sua aldeia para ir para a cidade); sua frase preferida: "ai, que preguiça"<sup>153</sup>. Nele, estavam ausentes palavras como civismo e patriotismo. Era avesso aos moldes da civilização.

No olhar dos dois autores (Machado de Assis e Mario de Andrade), os brasileiros tendiam a hábitos e costumes distantes de uma civilização almejada e, futuramente, construída no Brasil. Pois, caracterizavam-se pela utilização de práticas não civilizadas na vida em sociedade, o que incluía a apatia política. Embora pudessem ser suportadas, fazendo parte do cotidiano de um grande número de indivíduos - situações, às quais, era muito criticada por governantes e estrangeiros.

Esse foram testemunhos das visões dos brasileiros proferidas por brasileiros. E o que nos chama a atenção é que são relatos de momentos diferentes: um realizado poucos anos antes da Proclamação da República e o outro, deu-se quando o novo regime já havia se instalado há muito tempo, na década de 1920. Cada um destacando o que entendia ser necessários e urgente a ser erradicado nos indivíduos – um focava na apatia política e seus excessos de festas e o outro, nos hábitos e costumes.

Por isso as comemorações/celebrações com a participação dos alunos do ensino primário se faziam urgentes. A elas coube duas atribuições: transformar indivíduos

---

<sup>152</sup> ANDRADE, Mário. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992. p. 23.

<sup>153</sup> ANDRADE, Mário. Op. Cit. 1992. p. 23.

Macunaímas, em cidadãos, pertencentes a localidade e a nação. Mesmo que uma identidade coesa, firmemente fixada e solidamente construída se transformasse em " [...] um fardo, uma repressão [...] "<sup>154</sup>. Afinal, isso era o processo civilizador: autodisciplina, dominação dos instintos, promoção da distinção com relação a outras nações, construção de práticas e representações civilizadas entre outros.

Isto porque as festas cívico-escolares e escolares em Sergipe não eram planejadas para ser um evento passageiro. Para as autoridades no Estado, a realizações delas deveriam trazer algo de significativo, de transformador, contribuindo desta feita para a construção de práticas e representações que pudessem regenerar os sergipanos de costumes e hábitos não condizentes com a civilização que se almejava implantar.

O que nos surpreendeu foi o reconhecimento da potencialidade das festas para determinados fins, pela via escolar, sendo declaradas com veemência desde de 1911<sup>155</sup>, momento em que inicia nossa pesquisa. Desta data até os anos iniciais de 1920, percebemos uma recorrência na documentação com relação a erradicação de certos comportamentos e hábitos e o direcionamento dos alunos das escolas de ensino primário, em especial os grupos escolares, para às práticas civilizadas e a construção de representações, sem ter uma palavra que definisse melhor as intenções dos republicanos.

A partir de 1928, há um termo mais preciso para aquilo que por tanto tempo tentava-se explicar nas festividades republicanas: o porquê e a importância de tais eventos cívico-escolares. No decorrer desse intervalo - 1911 a 1927 - não encontramos a utilização de tal conceito relacionado a esses eventos. Assim, naquele ano temos a primeira referência textual - já que na prática era o que ocorria - afirmando da capacidade dos festejos de “regenerar”<sup>156</sup> os indivíduos em Sergipe.

Embásado pela documentação levantada nesse trabalho, pudemos perceber outras questões elencadas implicitamente. Uma delas foi a divisão em festas cívico-escolares e Escolares - anterior a 1911 só existiam festas cívicas. Na primeira, podemos deslumbrar a participação ativa dos alunos das escolas sergipanas nas comemorações cívicas de ruas ou nos interiores dos grupos escolares. Na segunda, no transcorrer dessa pesquisa, tornará inteligível

---

<sup>154</sup> BAUMAN, Zygmunt. "Identidade". In.: **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p.60.

<sup>155</sup> Antes dessa data não encontramos fontes que nos subsidiassem para que pudéssemos afirmar da apropriação de tal discurso como no período em que essa pesquisa se debruça. Eles podem até existirem, mas não com tanta ênfase associada a escola ou mesmo sem esta Instituição. Haja visto, a organização e a realização delas por vezes resumia-se ao hasteamento e descimentos das bandeiras somente.

<sup>156</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 3<sup>a</sup> Sessão Ordinária da 16<sup>a</sup> Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1928. p. 13.

para o leitor uma maior aproximação dos festejos com as questões ligadas diretamente ao cotidiano escolar.

Com tal preocupação de percebermos se as festas republicanas em Sergipe haviam outras divisões, procuramos indícios que contribuísse com nosso estudo. Como sabemos que as vezes determinados eventos ao serem realizados recebiam apenas uma caracterização ou títulos genéricos para aquilo que posteriormente resumia-se em apenas um termo ou expressão mais precisa. Assim, procuramos sermos atentos aos detalhes, confrontamos as fontes na intenção de compreendermos àquele momento festivo.

Curiosamente, no Regimento Interno do Grupo Escolar Modelo de Curitiba/PR de 1917, havia a divisão entre comemorações e festas cívicas. O que para nós ficou claro que se estendia aos demais estabelecimentos de ensino primário daquele Estado. Na primeira, eram realizadas com a presença das autoridades, da imprensa, dos pais dos alunos e de outras pessoas que se interessassem pelo assunto. Na segunda, aconteciam na véspera e em sala de aula, sem a preocupação de planejar e organizar a estética do espaço utilizado<sup>157</sup>.

Não encontramos nenhuma documentação que corroboração para tal divisão em Sergipe. Nem mesmo os decretos, os programas escolares, mensagens dos Presidentes do Estado, pronunciamentos de autoridades nos jornais ou mesmo ofícios expedidos e recebidos pelos grupos escolares mantidos com a Diretoria de Instrução Pública, forneceu indícios que nos levassem a compreender que existiu essa diferença, por uma questão de organização, nas festas cívico-escolares e escolares sergipanas.

Contudo, nesse intervalo temporal (1911 a 1930) tornou-se inteligível para nós que não houve uma preocupação de classificar os festejos de forma precisa nos regulamentos e decretos da instrução primária - diferentemente do Estado do Paraná. Para um olhar menos atento aos detalhes, seriam levados a compreender as comemorações/celebrações e festas escolares como um só evento, em que, fossem pela organização ou a presença dos indivíduos nesses ambientes, transpareceriam a imagem de não terem existido semelhanças e diferenças.

Nem por isso o projeto de forjar o cidadão republicano civilizado deixou de ser menos elaborado. Mesmo na ausência de divisões e classificações mais precisas, elas continuavam a ser realizadas. E por diversas vezes, autoridades no Estado ou convidados por estas a discursarem, exaltavam a importância e o fim a que se destinavam. Evidenciando a possibilidade de promover uma transformação, a começar pelos alunos das escolas de ensino primário, em Sergipe.

---

<sup>157</sup> ESTADO DO PARANÁ. **Regimento Interno do Grupo Escolar Modelo** – e similares. Curitiba/PR: Typ. d'A Republica, 1917. p. 14.

Foi desta forma que o diretor da Biblioteca Pública, o Sr. Epifanio Dorea, compreendia a finalidade das festas republicanas. Para ele, eram mais do que uma sagradação aos grandes homens, homenagens e cultos a certos indivíduos. Tais solenidades deveriam servir de estímulos para a mocidade sergipana que formaria a sociedade idealizada do futuro. Entendemos que ao se posicionar dessa forma, suas palavras estavam endereçadas, principalmente, aos alunos das escolas de ensino primário ali presentes<sup>158</sup>.

Por outro lado, seu discurso juntamente com o *Programma para o Curso Primario nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe*<sup>159</sup> de mesmo ano (1912), nos possibilitaram perceber o uso das festas para forjar o cidadão republicano civilizado, sendo reafirmados constantemente pelos oradores nesses eventos. Deixando indícios do viver dos sentidos e finalidades dos festejos ao serem utilizadas pelas autoridades de Sergipe, a partir de 1911 - a primeira solenidade de um grupo escolar no Estado: sua inauguração<sup>160</sup>.

Em 1920 o Presidente de Sergipe, José Joaquim Pereira Lobo, explanou sua compreensão sobre as comemorações/celebrações sergipanas. Para ele, “[...] nas lindas festas escolares [...]”, entendemos que estavam incluídas as cívico-escolares, traduziam “[...] sempre uma mais alta compreensão de civismo” no Estado<sup>161</sup>. Neste caso, as comemorações realizadas deveriam emergir, constantemente, nas Instituições de ensino ou nas ruas. Chegamos a tal conclusão ao tomar como ponto de partida a afirmação, dele, de que as leis eram mais fáceis de serem mudadas do que os comportamentos e hábitos sociais. Pois, as práticas vigentes na sociedade demandariam um longo tempo até serem erradicadas<sup>162</sup>.

Algum tempo depois, Manoel Corrêa Dantas, sucessor de Graccho Cardoso no governo de Sergipe, reconhecia o valor educativo das festas escolares. Tendo em vista a potencialidade dos festejos para inserção de determinados comportamentos e hábitos na sociedade, fomentou o projeto de forjar o cidadão republicano civilizado ao estimular sua realização nas escolas de ensino primário<sup>163</sup>.

Entendemos que, além das práticas civilizadas, Corrêa Dantas, estava preocupado com a construção, principalmente, com a ideia de pertencimento a localidade e a nação. Pois, aos

<sup>158</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno II, nº489, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1912. p. 1.

<sup>159</sup> **Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. p. 15-16.

<sup>160</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno V, nº588, Aracaju/Se. 18 de agosto de 1911. p.1.

<sup>161</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920. p. 12.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1927. p. 6.

alunos das escolas sergipanas, segundo ele, deveriam rememorarem as datas cívicas por marcarem fases relevantes do país ou fatos históricos importantes. Nelas, destacariam o valor dos grandes homens que contribuíram na marcha civilizatória do Brasil<sup>164</sup>.

No ano seguinte, o Sr. Corrêa Dantas pela primeira vez, utilizou-se de um termo que outros Presidentes, antes dele, apenas descreveram. De forma explícita usou as festas republicanas como um dos modos de “regenerar”<sup>165</sup> os indivíduos. Assim, ao pronunciar uma palavra que expressava mais precisamente as intenções e usos dos festejos, tornou inteligível para nós o porquê estimular a realização de eventos cívico-escolares e escolares em Sergipe<sup>166</sup>. O que apenas veio confirmar o que até aqui temos dito, utilizando-se em contraposições as personagens de Petroff (Machado de Assis) e Macunaíma (Mario de Andrade): uma sociedade civilizada deveria ser construída, começando pelos alunos das escolas de ensino primário de Sergipe<sup>167</sup>.

Quanto as compreensões dos festejos, os discursos proferidos nesses momentos mostram-nos de que não houve choque de interpretações. Ao contrário, estavam bem inteligíveis para os oradores as suas finalidades. Principalmente a quem destinavam-se: a mocidade sergipana, mais precisamente, aos discentes das escolas de ensino primário pelo caráter educativo ou regenerador das festas cívico-escolares e escolares.

Mesmo sabedores da importância delas e de seus usos, as autoridades no Estado, de forma geral - com exceção de Manoel Corrêa Dantas (1927-1930) -, não criaram estratégias para que os estabelecimentos de ensino fossem obrigados a realiza-las em seus interiores ou que levassem os alunos para assistirem e/ou participarem dos eventos cívico-escolares nas ruas. E quando usou de instrumentos para imporem a sua realização, limitou-se a alcançar apenas uma parte das festas: as organizadas nas Instituições de instrução pública<sup>168</sup>.

---

<sup>164</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1927. pp. 6-7; 12.

<sup>165</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 3ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1928. p. 13.

<sup>166</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1929, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1929. p. 99.

<sup>167</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1930. p. 32.

<sup>168</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Official, 1927. p. 6.

### 1.3 O Reforço do Sentido: O Cotidiano Escolar Legitimado pelas Festas

Proclamada a República no Brasil, várias questões educacionais, discutidas no Período Imperial, foram colocadas em prática. Isso só foi possível, em grande parte, graças aos novos estabelecimentos de ensino edificados a partir de 1890 no Estado de São Paulo. Esbanjando monumentalidade e imponência - que as escolas isoladas vindas do século XIX desconheciam -, deram prosseguimento à estratégia de legitimação do novo regime e execução do projeto reformador (construir a civilização brasileira). Causando repercussão em outros entes federativos, os bons resultados alcançados pelos grupos escolares paulistas<sup>169</sup>.

Jorge Nagle, analisou o debate sobre a educação no ensino primário e a legislação produzida nesse período. Em seu texto, ganhou destaque a escola elementar, atribuindo-lhe o papel de fomentador do regime e regenerador da nação<sup>170</sup>. Ela foi, no imaginário republicano, o símbolo da nova ordem<sup>171</sup>. Decerto, as preocupações dos republicanos voltavam-se para essa Instituição. E muitas das representações construídas passariam pelos grupos escolares.

Neste sentido, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação<sup>172</sup>.

Nesse momento, as festas eram os instrumentos, por excelência, para dar visibilidade ao cotidiano escolar e ao progresso alcançados na educação no Estado. Espetáculos que seriam, a partir de então, constantes na cena desses estabelecimentos de ensino. Sendo que alunos, professores, diretores dos grupos escolares e os indivíduos ilustres, desempenhariam seus papéis em cada um dos eventos realizados<sup>173</sup>.

Contudo, Sergipe por um longo período, não teve essas festividades tão organizadas e regulares como nos Estados da região sudeste. Naquele território, nenhum rito instaurador da nova ordem<sup>174</sup>, vislumbrados pelas cerimônias inaugurais dos novos estabelecimentos de ensino e do ciclo de comemorações e celebrações com a participação das escolas elementares presentes

<sup>169</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. "A Escola Modelar". In.: \_\_\_\_\_. **A República e a Escola**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 23.

<sup>170</sup> Cf.: NAGLE, Jorge. "A Educação na Primeira República". In.: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)**. 4<sup>o</sup>ed. v.2, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 261-291.

<sup>171</sup> Cf.: CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A República e a Escola**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

<sup>172</sup> Ibidem. p. 9.

<sup>173</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. p. 241.

<sup>174</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Op. Cit. 1989. p. 23.

nas ruas, vieram a existir. Se os festejos aconteciam, eram internamente nas escolas isoladas - evidenciando-se a vontade do professor em realiza-las ou não.

Ademais, a fiscalização após 1911, embora em melhores condições, apresentavam falhas. No relato do Inspetor escolar, afirmava que ao chegar nas localidades, sua primeira tarefa era visitar "os representantes", responsáveis pelo bom andamento da escola. A maioria agricultores, residentes em fazendas. Na ocasião, uns estavam viajando a negócios, outro, a trabalho, e outros, não foram encontrados em seus domicílios. Esta ausência de compromisso com a instrução pública, declarava, já faziam 15 anos (1900-1915) que tais estabelecimentos não eram visitados pelos delegados de ensino<sup>175</sup>.

Nessa situação, o processo de civilização ficava emperrado pela falta de compromisso dos indivíduos encarregados da inspeção, entre outras coisas. Com os grupos escolares, a fiscalização foi reforçada, e de tempos em tempos, havia divisões por distrito para designar os responsáveis pelas fiscalizações no Estado. A operação era realização dividindo determinada região por "distritos". Com isso, as escolas isoladas também seriam inspecionadas. Mas, por sua localização e importância para os Presidentes de Sergipe, as escolas graduadas foram os mais assistidos.

Nesse Estado, a inauguração do primeiro grupo escolar ocorreu em 1911<sup>176</sup>. Muitos anos já haviam se passado desde a chegada deles no país, via São Paulo<sup>177</sup>. Como demonstramos, a participação de forma mais efetiva nas festas cívico-escolares e escolares das escolas sergipanas, começaram a partir da implantação desses novos edifícios. Vindo a se tornarem referência de modelo na educação em Sergipe.

Assim, compreendemos que a implantação dos grupos escolares no Estado, mais do que um prédio próprio para o ensino, com seus espaços adequados a instrução, construídos sob um viés pedagógico, propício as atividades escolares (festejos cívico-escolares e escolares, aulas etc.), reforçou e tornou possível, por meio das festas, a execução do projeto de forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação.

A representação de uma civilização, ou, a busca desse processo civilizador é gritante nos documentos das autoridades educacionais e mesmo naqueles que não diretamente ditavam os rumos do ensino em Sergipe. O Inspetor Geral do Ensino do Estado, João Esteves da Silveira,

---

<sup>175</sup> Relatório Aos Delegados de Ensino, Carira/Se. 22 de setembro de 1915. p. 32.

<sup>176</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno V, nº588, Aracaju/SE. 18 de Agosto de 1911. p. 2.

<sup>177</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **Ecos da Modernidade:** a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. (1911-1926). São Cristóvão: Editora UFS, 2013. pp. 27-28.

enviou um relatório para o Diretor da Instrução Pública. Nele descreve o esforço empreendido, por sua pessoa, no progresso em favor dos sergipanos.

Em seu relatório afirmou que existia uma relação de dependência entre o Estado e o Povo. O inspetor subordina essa relação com a instrução e a educação. Se diz conhecedor "[...] da história e do movimento evolutivo da instrução nas várias e sucessivas idades do homem, abraçando o tempo e o espaço, gerando as civilizações e afirmado o progresso"<sup>178</sup>. Sendo assim, comprehende que para civilizar era necessário o manto da escola, mas não qualquer escola.

Os estabelecimentos de ensino elementar que vieram do Período Imperial Brasileiro atravessaram à Primeira República. Por mais que sua representação e estrutura perdurasse no novo regime, este modelo de instrução era alvo de críticas por representar a monarquia decaída. Os governantes republicanos de Sergipe não conseguiram se livrar dela. Embora as instalações fossem impróprias para o ensino de crianças e, estivessem caducadas frente à nova pedagogia, ela permanecia (*ver Tabela 2*).

**TABELA 2:** Número de Escolas

Escolas	Números de Escolas	Ano
<b>Escolas Isoladas</b>	221	1915
<b>Grupo escolar</b>	2	1915
<b>Escola Isolada</b>	248	1920
<b>Grupo Escolar</b>	5	1921
<b>Escola Isolada</b>	268	1921
<b>Escola Isolada</b>	201	1925
<b>Grupo Escolar</b>	12	1925

**Fonte:** Construída pelo autor. Mensagens dos Presidentes de Sergipe.

Isso se deve à facilidade com que alcançavam os lugares mais interioranos de Sergipe. Era na casa do professor, ou, em local alugado que se ministram as aulas. Faltava carteiras para os alunos, quadro negro para o professor e materiais escolares. A ausência deste último era

<sup>178</sup> Relatório do Inspetor Geral do Ensino João Esteves da Silveira Dirigido ao Excelentíssimo Diretor da Instrução Pública. Aracaju, 23 de Julho de 1913. p. 2.

recorrente nesses estabelecimentos. Em 1915 o Presidente de Sergipe, o General Manuel P. de Oliveira Valladão, discorre sobre a precariedade das escolas isoladas do estado.

E` sensivel a pobreza das nossas escolas em relação ao material escolar. Esse mesmo é uma das causas do retardamento do ensino, sendo, entre nos, até o seu grande mal como salienta o Diretor da Instrução Publica em seu relatório. Effectivamente só nossos grupos, a Escola Normal e as escolas de Propriá são dotadas do necessario mobiliario; nas demais escolas isoladas, inclusive as da capital, é absoluta a carencia de tão valioso elemento de propagação do ensino<sup>179</sup>.

Como podemos ver, para as escolas isoladas, eram destinados poucos recursos. Posteriormente, as condições materiais delas melhoraram na capital, pois no interior apenas algumas cidades e villas estavam melhor equipadas. Mesmo Assim, as condições pedagógicas e higiênicas na maioria das casas em que funcionavam estes estabelecimentos de ensino não atendiam os fins da escola moderna<sup>180</sup>.

Por isso, foram muito criticadas na República. Governantes tentaram acabar com este tipo de instituição em Sergipe. E por mais que se tornavam alvos de discursos ferrenhos, sua existência atendia bem a extensão territorial do Estado: os lugares mais distantes que a mão das autoridades faziam-se menos presente, havia uma escola isolada (*ver Tabela 2*). Embora, os grupos escolares fossem o ideal, na visão dos presidentes, por ser um modelo europeu que obteve bons resultados ao ser aplicado em São Paulo e nos demais Estados.

**TABELA 3:** Número de Matrículas

Escolas	Matrículas	Frequência	Ano
<b>Grupo Escolar</b>	438	382	1915
<b>Escolas Isoladas</b>	8086	5593	1916
<b>Escolas Isoladas</b>	8834	6674	1917
<b>Grupo Escolar e Escola Complementar</b>	721	590	1917

<sup>179</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem do Presidente de Sergipe Manuel P. de Oliveira Valladão Dirigida á Assembleia Legislativa de Sergipe em 7 de Setembro de 1915 Por occasião da abertura da 2º sessão Ordinária da 12º Legislatura*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915. pp. 16-17.

<sup>180</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel DR José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921. p.19.

<b>Grupo Escolar</b>	727	-----	1920
<b>Escola Isolada</b>	1490	-----	1920

**Fonte:** Construída pelo autor. Mensagens dos Presidentes de Sergipe.

Pela monumentalidade das construções, sua localização deveria ser perto dos grandes núcleos urbanos: capitais e cidades do interior. Por seu alto custo e pequeno número de prédios (*ver Tabela 2*), os resultados em termos de alcance de clientela era reduzido (*ver Tabela 3*). O alunato sergipano estudava de forma esmagadora no estabelecimento de ensino tão criticado pelas autoridades, as escolas isoladas - a população sergipana estava estimada em 400.000, seria uma escola para 1709 habitantes em 1915<sup>181</sup>.

Por longo tempo, a sciencia politica, pontificando aristocraticamente, liberou o Estado do dever de intervenção na instrução popular, atribuindo-o á iniciativa privada sob a direção da igreja com o especioso motivo de que o Estado, entidade inopinadora, não professa doutrina, não representa, não corporifica certezas, nem religiões, nem sciencias, devendo partir de outro lado taes creações<sup>182</sup>.

A visão de João Esteves é uma descrição teórica, do que ele entende, do papel e dever do Estado. Mesmo sendo o período monárquico tão criticado por sua sonolência, ela professou qual a religião seria a oficial, beneficiou certos grupos políticos e legalizou o ensino primário no país, entre outras coisas. Devemos entender seu discurso como a de um indivíduo representante de um cargo público e pertencente às fileiras republicanas.

Mesmo estando em maior número e com uma quantidade de alunos superior aos dos grupos escolares, as escolas isoladas não estavam adequadamente preparadas para legitimarem o cotidiano escolar nas festas. Faltavam-lhes as estruturas necessárias (edifício, higiene, materiais didáticos etc.), o que resultava, por mais das vezes, numa organização de improviso. Deixando a mostrar, nas comemorações/celebrações, o atraso educacional em que se encontravam.

Entretanto, os grupos escolares não eram perfeitos. Mas estavam em melhores condições de elaborarem e colocarem em prática as estratégias para transformar, os discentes desses estabelecimentos de ensino, nos futuros cidadãos republicanos civilizados. Com isso, as

<sup>181</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem do Presidente de Sergipe, Manuel P. de Oliveira Valladão, Dirigida á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, Por occasião da abertura da 2º sessão Ordinária da 12º Legislatura. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915. p. 18.

<sup>182</sup> Relatório do Inspetor Geral do Ensino João Esteves da Silveira Dirigido ao Excelentíssimo Diretor da Instrução Pública. Aracaju, 23 de Julho de 1913. p. 4.

festividades organizadas nesses espaços, poderiam dialogar com a pedagogia que se tentava implementar em Sergipe.

Este caráter pedagógico pode ser percebido desde a escolha das datas que eram festejadas, presentes no calendário escolar; dos conteúdos nas aulas e que se estendiam as festividades, até as formas de agir e de se comportar nas comemorações ou celebrações. Sendo que a festa, a partir de seu tema e ritual, ensinava o que deveria ser valorizado e aprendido num determinado contexto e as formas pelas quais esse objetivo podia tornar-se possível.

De fato, aliadas às disciplinas curriculares obrigatórias, as festas cívico-escolares e escolares seriam capazes de potencializar e legitimar o aprendizado dos conteúdos tidos como demasiados abstratos para as crianças. Como por exemplo, as disciplinas de educação moral e cívica (o civismo, patriotismo etc.) ou história (civilização, nação, etc.) dentre outros. Em tais ocasiões, os alunos teriam a oportunidade de vivenciá-los e aprendê-los de forma intensa - os conteúdos<sup>183</sup>.

Aos professores, e raras vezes, diretores dos grupos escolares, cabiam fazer as preleções, tentando garantir, assim, o reforço de determinado sentido, sejam nas festas realizadas pelas escolas de ensino primário, ou, nas comemorações cívicas organizadas no cenário urbano<sup>184</sup>. Sendo que as representações e práticas eram anteriormente trabalhadas no cotidiano escolar junto aos alunos das escolas graduadas -via disciplinas, cantos ou hinos, exercícios físicos entre outros -, antes que pudessem ser exibidas ao público em geral (espectadores, pais, autoridades e intelectuais) através nas solenidades.

A incorporação de práticas (hábitos, comportamentos, etc.) e a compreensão de representações (apropriação das representações difundidas pelas disciplinas, festas etc.) requeriam mais do que discursos abstratos. Tornavam-se necessários que os discentes dos grupos escolares tomassem parte de forma ativa na organização e participação das festas realizadas nesses estabelecimentos de ensino ou fora dele.

Neste caso, a função do professor nas comemorações/celebrações não se resumiu a organização e/ou preleção. Cibia-lhe a integração dos conhecimentos, veiculados pelas disciplinas, com os eventos cívico-escolares e escolares como parte da estratégia de controle da

---

<sup>183</sup> Sobre as disciplinas escolares consultar: ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1912*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1914*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1916*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1923*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1924*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe;

<sup>184</sup> Ofício enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pelo Diretor do Grupo Escolar Severiano Cardoso, Aurora Fontes de Oliveira. Boquim/se. 23 de junho de 1928. p. 3.

recepção. Buscando garantir o aprendizado e adesão dos alunos sob o pretexto de se fazer uma festa. Em outras palavras, almejava-se o comprometimento dos discentes nas atividades festivas realizadas.

Sendo que os afazeres no cotidiano escolar eram potencializados e exibidos nas solenidades - como se fosse uma vitrine, havendo prateleiras de comportamentos, hábitos, gestos, disciplina entre outros - a um público que, por vezes, mal entendia o que presenciava. Ou seja, tratava-se apenas de espetáculos agradáveis de serem vistos. Havendo compreensão ou não da comemoração de determinada data histórica ou celebração, professores e alunos construíam uma representação de civilidade, em tais recintos ou nas ruas, em dias de festivos.

Entretanto, as práticas e representações difundidas nos eventos organizados pelas escolas ou com a participação delas, não se limitavam a cerimônias de potencialização e legitimação do processo civilizador. Pois, os preparativos para as festas aconteciam durante todo o ano letivo. Elas iniciavam-se nas aulas, por meio das disciplinas, consideradas obrigatórias no currículo dos estabelecimentos de ensino do Estado. E terminavam nas apresentações públicas que davam a entender o progresso da educação em Sergipe e o efetivo coroamento do aprendizado pelo método intuitivo.

Nesses momentos as diferentes funções das festas – para que serve? Seu significado e como organizá-las? – passavam por vários níveis de tentativas de integração de práticas civilizadas e construções de representações. O que por certo demonstrava as dificuldades enfrentadas pelos profissionais envolvidos com a educação, como professores, diretores dos grupos escolares, diretores da instrução pública etc. Evidenciando a quantidade de indivíduos e recursos (materiais - pedagógicos ou não -, financeiros, disciplinas escolares, festividades entre outros) necessários para serem compreendidas e organizadas<sup>185</sup>.

Dentre as estratégias utilizadas, elencamos algumas. A primeira, eram as atividades escolares como ginásticas, cantos, exercícios militares entre outros, presentes no cotidiano das escolas graduadas, respondendo, em parte, para que as festas serviam: forjarem cidadãos republicanos imbuídos de práticas civilizadas. Por outro lado, o seu significado seria melhor trabalhado nas disciplinas obrigatórias do currículo para o ensino primário. Tendo nos momentos festivos a oportunidade de potencializar e legitimar - como exemplo, através das preleções - os hábitos, comportamentos e representações pretendidos.

Na segunda estratégia, os alunos seriam, concomitantemente, ensinados - relacionado a primeira estratégia - e capacitados a poderem organizar as festas republicanas. Lembremos que

---

<sup>185</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XXI, nº2744, Aracaju/SE. 23 de novembro de 1919. p. 1.

haviam vários tipos de solenidades com sentidos e rituais que lhes eram bem próprios. E no qual, os alunos das escolas sergipanas deveriam estar cientes, ao serem incluídos na seleta lista daqueles indivíduos responsáveis pela realização desses eventos.

Tomemos como exemplo, a festa em comemoração ao dia das árvores realizada no Grupo Escolar Olympio Campos, em 21 de setembro de 1927<sup>186</sup>. Esse tipo de solenidade, exigia, por parte dos alunos, uma série de saberes, comportamentos e hábitos trabalhados durante todo o ano e que encontrava seu auge - ou um deles - ao serem expostos em tais eventos. Assim, ao participarem ativamente, os discentes deveriam estar a par da organização dos vários tipos de festividades: as datas, seus temas, a programação (sequência de atividades realizadas numa comemoração) entre outros; e até mesmo os conteúdos que seriam apresentados por eles (ginásticas, recitações de poesias, peças teatrais, cantos de hinos etc.)<sup>187</sup>.

Ora, as tarefas desempenhadas pelos alunos, diferenciavam-se de acordo com o tipo de evento festivo a ser realizado. A grosso modo, quando se tratava de comemorações cívicas em Sergipe, a depender do período, elas aconteciam com muita pompa, como o hasteamento de bandeiras (nacional e/ou estadual), execução de hinos e a realização de desfiles pelas ruas. Já em celebração a natureza, especificamente, na Festa das Árvores, os discentes plantavam as mudas em locais anteriormente definidos, sendo orientados a adotarem as técnicas adequadas de plantio<sup>188</sup>.

Tal exaltação não era uma peculiaridade brasileira<sup>189</sup> ou sergipana. Separar um dia no ano para prestar homenagens a natureza, fez parte dos principais centros civilizados do mundo<sup>190</sup>. E o país pretendendo incluir-se nesse rol, sancionou feriado o Dia da Árvore. O que não nos surpreende, afinal, desde outros períodos da história do Brasil (Colônia, Império e República), a flora foi descrita e admirada por brasileiros e estrangeiros. Não estando muito distante dessa compreensão o que Jota Pires escreveu no Correio de Aracaju: para ele, tratava-se de “[...] um jesto louvável do [...]” Estado realizar tais comemorações em proveito da “[...] nossa gurisada [...]”<sup>191</sup>.

Como podemos perceber, as festas para acontecerem prescindiam de uma série de ações ordenadas e conjuntas de alunos, professores e diretores dos grupos escolares que

<sup>186</sup> Relatório do dia 7 de Novembro de 1927 enviado pelo Diretor do Grupo escolar, padre Arthur Alfredo Passos, ao Diretor da Instrução Pública. p.1.

<sup>187</sup> DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Anno VI, nº1683, Aracaju/SE. 22 de setembro de 1925. p.4.

<sup>188</sup> Idem.

<sup>189</sup> Hino Nacional Brasileira. In.: <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais/hinos/hino-nacional-brasileiro-1>> Acesso 21 de Maio de 2014.

<sup>190</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº32, Estância/SE. 21 de Agosto de 1910. p. 2.

<sup>191</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XVIII, nº263, Aracaju/SE. 21 de setembro de 1926. p. 1.

desempenhavam papéis no cenário dessas solenidades. De forma que a organização das comemorações tomava proporções para além dos interiores dos muros das escolas graduadas. Pois não se limitavam aos integrantes de determinadas Instituições de ensino, mas estavam inclusos, autoridades do Estado, intelectuais, representantes de empresas privadas entre outros. Eram atuações que garantiam o brilho e espetáculo dos festejos.

Assim como no cotidiano escolar, nesses momentos festivos deveriam ser reconhecidos e respeitados a hierarquia. Por certo, as demonstrações de apreço vinham das mais diversas formas a depender do tipo de festa. Sendo em tais ocasiões propícias para estimular os alunos a prestarem homenagens aos indivíduos ilustres que estavam presentes nas solenidades. O que se sucedia por meio de discursos, recitações de poesias, passeatas cívicas - lembrando que os desfiles paravam em frente à residência de determinada autoridade para serem feitas as devidas saudações -, dentre outros.

Esse conjunto de atividades a ser desempenhadas pelos discentes dos grupos escolares sergipanos, em ocasiões festivas, fez parte de um amplo projeto republicano, no Estado de Sergipe, em que se almejava forjar o cidadão civilizado e formar a nação. Com isso, não entendemos que houve um processo tardio de utilização das solenidades pelas escolas de ensino primário nesse ente federativo. Já que na pesquisa compreendemos que a localidade tem seu próprio ritmo e peculiaridade histórica.

Observando-se que o processo civilizador era/é continuo. E diferente para cada sociedade. Não havendo congruências de práticas que se possa dizer que sejam condizentes com uma determinada civilização durante toda a sua história. Sendo que os grupos de indivíduos trabalham para imporem certas representações como o real, a visão de mundo, considerada por eles como a correta. Restando aos demais, aqueles que resistem, também lutarem para fazer prevalecerem seus posicionamentos enquanto grupo<sup>192</sup>.

E muito desse confronto, na tentativa de fazer prevalecer certas práticas e representações, aconteceram em momentos festivos nas escolas sergipanas de ensino primário ou nos espaços urbanos com a participação delas. Assim, independentemente de onde fossem realizadas, tais solenidades davam voz ao que era ensino e praticado no cotidiano dos grupos escolares.

Dessa forma, ao serem as ruas invadidas pelas escolas graduadas, motivadas pelas festas, acabavam contribuindo na legitimação de práticas e representações civilizadas. Podendo alcançar repercussão na comunidade ou na imprensa. Ocasião em que se declarava,

---

<sup>192</sup> Cf.: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes - volume I. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

implicitamente, que os espaços utilizados no cotidiano, não serviam apenas como deslocamentos para o trabalho, lugares de passagem, lazer entre outros, mas como local de culto a pátria, de comunhão e harmonia sob os auspícios do civismo em prol de se construir uma civilização.

Para a revista *A Escola*, o civismo era o conjunto de qualidades que formavam o cidadão. Então que características são essas? “[...] o amor da pátria e da liberdade, o respeito ao direito e a justiça, a dedicação à família e aos seus concidadãos”, dando-lhes regras de condutas, “firmes e seguras, para se dirigir na vida pública”<sup>193</sup>. Com isso entendemos que o fim a que a educação cívica destinava-se seria forjar o cidadão republicano civilizado.

Mesmo sendo um documento de 1904, ele se matinha atual no período em que pesquisamos (1911-1930). Pois todas essas qualidades foram explicitadas nos programas escolas e nos ofícios enviados e recebidos entre a Diretoria de Instrução Pública e os Grupos escolares a partir de 1912. E como leremos na trajetória desse trabalho, foi acrescentado um adicional nessas características na educação em Sergipe: Deus. Preceitos religiosos foram introduzidos num texto legal que legislava sobre o *modus* do ensino no Estado. Destinado principalmente para as escolas graduadas.

Afinal, seria a partir dos grupos escolares, principalmente, que se deveria forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação, salvando a criança de se torna um adulto Macunaíma. Sendo que esses estabelecimentos estavam em melhores condições (físicas, pedagógicas e de funcionários) para organizarem festas e legitimarem ao mesmo tempo o cotidiano escolar. Na fala de João Esteves, Coube ao [...] Estado com o seu poder coercitivo, poderia, como tem sucedido, abreviar a infancia mental da humanidade [...] operando no sentido civilizador [...]”<sup>194</sup>. Esta operação, mais precisamente, encontrou ressonância nas solenidades (cívicas, cívico-escolares e escolares) realizadas entre 1911 a 1930.

Se tal tentativa obteve êxito, é algo que discutiremos no decorrer da dissertação. Por hora, entendemos que houve avanços importantes ao instituir festas como estratégias de legitimação de práticas e representações veiculadas pelos grupos escolares sergipanos. Ademais, ressaltamos, foi um esforço conjunto entre diversos indivíduos que tentaram contribuir para formar as novas gerações com base numa idealização de civilização a ser forjada.

---

<sup>193</sup> REVISTA A ESCOLA. Anno I, nº I, São Paulo/SP. 14 de fevereiro de 1904. p. 4.

<sup>194</sup> Relatório do Inspetor Geral do Ensino João Esteves da Silveira Dirigido ao Excelentíssimo Diretor da Instrução Pública. Aracaju/SE, 23 de Julho de 1913. p. 4.

#### **1.4 Celebrar, Comemorar e Legitimar: As Festas nos Grupos Escolares e a Contribuição dos Indivíduos Ilustres**

Em nosso trajeto discutimos a ausência de eventos cívico-escolares nas ruas sergipanas, posteriormente, debruçamo-nos sobre a força e repercussão que passaram a gozar a partir de 1911. Neste momento, nosso olhar direciona-se para certos indivíduos de importância significativa no Estado. De forma geral, outros pesquisadores já trataram de destacar a participação desses sujeitos nas solenidades. Então, nos comprometemos a examinarmos a atuação deles sobre uma nova perspectiva.

Primeiro, denominamos as autoridades estaduais (Presidentes de Sergipe, Diretores da Instrução Pública, ou de Obras entre outros), diretores de empresas privadas, intelectuais e profissionais ligados a produção de textos - a exemplo, jornalistas - como indivíduos ilustres. Visto que em alguns casos, encontramos estudos voltados para as festas cívico-escolares e escolares intitulando-os de forma genérica como autoridades.

Decerto, as participações dos indivíduos ilustres contribuíam para legitimar as práticas e representações veiculadas nas festividades. E graças a eles, entre outros motivos, os eventos repercutiam nos jornais sergipanos. O que por si só não garantiria o sucesso almejado ao se organizar e realizar um conjunto de festas voltadas para colocar em prática um projeto audacioso de forjar o cidadão e formar a nação. Sendo que existia um alto índice de analfabetos, e a maioria das escolas que se tinha no Estado estavam em péssimas condições.

Se os indivíduos ilustres nesse cenário de espetáculo e exibições contribuíam para legitimar as atividades realizadas no cotidiano escolar, e neste ponto, entendemos que sim, não podemos isolá-los, transformando-os em vultos ou grandes homens daquele tempo, apenas. Havia outros modos que conjuntamente contribuíam nas festividades e que não foram citados nos estudos sergipanos, a exemplo: um conjunto ou sistema de festas cívico-escolares e escolares como instrumentos facilitadores e legitimadores de determinado discurso; representações que fossem fáceis de serem entendidas pelos indivíduos entre outros<sup>195</sup>.

Dessa forma, ao ser organizada uma festa, um grupo poderia imprimir suas marcas. Fazer com que a população enxergue através de determinados indivíduos a visão de mundo almejada. Ao mesmo tempo que marginalizava práticas opostas, nas quais, representava outro

---

<sup>195</sup> VIDAL, Diana. " Cultura e Prática Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares". In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A Cultura Escolar em Debate: questões Conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.p13. - (Coleção Educação Contemporânea).

projeto e/ou regime político - mesmo que tivesse ideais semelhantes: forjar sergipanos civilizados.

Entretanto, entendemos que o tipo de cidadão a ser forjado não foi único, pois tal projeto pretendia ser coerente com o processo civilizador que era próprio a cada civilização. As "[...] sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento, criam uma imagem de cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida"<sup>196</sup>. Existindo diversos caminhos para se chegar até ela: distinção, pela via jurídica e por certos atributos que deveriam ser preenchidos - como foi o caso brasileiro descrita na Carta Magna.

Na obra clássica de T. H. Marshall, *Cidadania, Classe Social e Status*, o autor debruçou-se sobre o desenvolvimento da legislação para intermediar a relação entre o Estado e os indivíduos, e com eles mesmos, na Inglaterra. Lá, a clássica trilogia dos direitos seguiu uma lógica: os direitos civis deram condições aos sujeitos para lutarem por direitos políticos, que por vez, possibilitou obterem a cidadania plena com os direitos sociais, último requisito<sup>197</sup>. Sendo que todos os atributos de ser cidadão foram alcançados por meio das Instituições do Estado.

O Brasil trilhou outro caminho. Por aqui, a cidadania "[...] é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade"<sup>198</sup>, era justamente, essa a crítica. Havia muitos obstáculos para serem superados na Primeira República. O primeiro seria a apatia política do povo, e assim, não existia tal instituição política no país. Outro problema, era que para ser incluído como cidadão no novo regime, o indivíduo deveria saber ler - um dos maiores empecilhos, pois a maioria eram analfabetos -, escrever entre outros atributos.

José Murilo de Carvalho ao pesquisar o tema no Brasil, declara que aqui, os rumos tomados foram outros. Diferente da Inglaterra de Marshall, o primeiro direito a surgir no país foi o Social, segundo o civil, e por fim o político. A inclusão dos sujeitos neste último item encontrava barreiras devido à baixa instrução dos indivíduos: pouquíssimas pessoas conseguiam entrar no clube dos chamados: cidadãos. Evidenciando que um dos problemas era "a ausência de uma população educada [...]" tendo "[...] sido um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política"<sup>199</sup> no território brasileiro.

<sup>196</sup> MARSHALL, T. H. "Cidadania e Classe Social". In:\_\_\_\_\_. **Cidadania, Classe Social e Status**. Introdução: Phillip C. Schmitter. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.76.

<sup>197</sup> Cf.: MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Introdução: Phillip C. Schmitter. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

<sup>198</sup> CARVALHO, José Murilo de. "Introdução: mapa da viagem". In:\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 12<sup>ed.</sup> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 11.

<sup>199</sup> Idem.

Para Firmo Freire, “a instrução primária tem importância primacial na constituição das nacionalidades e é na instrução primária que está a força das democracias”<sup>200</sup>. Tornando evidente que os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela a consolidação do novo regime e a regeneração da nação. A escola deveria ser o centro irradiador e transformador desse período. Remetendo a analogia de Mona Ozouf<sup>201</sup>, a escola transformou-se numa *máquina*<sup>202</sup> civilizatória. Dela, todo um arsenal foi mobilizado para forjar o cidadão republicano civilizado.

No transcorrer da pesquisa mostramos que na Constituição Federal brasileira haviam os predicados que transformavam os indivíduos em cidadãos. Outros estudos como o de T.H. Marshall no caso da Inglaterra e José Murilo de Carvalho no caso do Brasil, concentraram-se no desenvolvimento dos direitos em suas respectivas sociedades. Mas no âmbito escolar, percebemos um embate que incluía e foi para além do texto legal, era um projeto amplo e humanístico civilizador, legitimado por um grupo de indivíduos ilustres.

Sobre a atuação deles, o trabalho de Pierre Bourdieu, *A Produção da Crença*, nos possibilita perceber algumas situações da nossa pesquisa sobre os grupos, na tentativa de imposição de práticas e representações, teorizada por Roger Chartier. Nela, os indivíduos emprestam seus capitais simbólicos, é uma troca, ao mesmo tempo que emprestam, também podem supervalorizá-los, ou, na pior das hipóteses, perdê-los - sua teoria, originalmente, foi aplicada ao mundo da moda.

São exemplos instigantes e próximos do objeto em estudo. Como a publicação de um livro: o texto ganha visibilidade, por associação, pela importância da editora no mercado editorial; o editor coloca seu nome e, o prefaciador, seu prestígio, desta forma, ambos emprestam seus capitais. Ou seja, é uma rede de indivíduos e instituições que deixam a disposição os seus capitais simbólicos com a função de legitimarem determinado produto, seja simbólico ou não<sup>203</sup>.

Dessa forma, aplicamos às festas dos grupos escolares que contaram com melhores condições físicas e pedagógicas para legitimarem os eventos cívico-escolares e escolares; além de ser constante a presença de indivíduos ilustres nas comemorações/celebrações; e,

---

<sup>200</sup> FREIRE, Firmo. Pronunciamento na Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim. In: **Correio de Aracaju**. Aracaju. 10-07-1917, nº 2083.p.2.

<sup>201</sup> Cf.: OZOUF, Mona. "A Festa Sob a Revolução Francesa". LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. pp.216-232.

<sup>202</sup> As festas cívico-escolares e escolares são uma ótima forma de ver os grupos escolares em ação. Nelas há uma mobilização de agentes e símbolos.

<sup>203</sup> Cf.: BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

consequentemente, eram frequentes a publicação de tais notícias sobre os festejos na imprensa sergipana. Situação que as escolas isoladas não experimentaram, mesmo no período de nossa pesquisa (1911-1930). E se chegou a acontecer, foi de forma esporádica e sem muitos detalhes nos jornais.

De feita que em Sergipe, as autoridades reuniam-se com o finco de: criarem uma representação deles próprios como agentes que trazem a civilização; e, segundo, legitimarem as práticas e representações nos eventos cívico-escolares e escolares. Entretanto, não eram apenas a presença dos indivíduos ilustres que produziam visões de mundo. Lembremos que os discursos pronunciados faziam parte do ritual: celebração do civismo, declarar os rumos do progresso, o engrandecimento do Estado atrelado a República, entre outros.

Bourdieu, ensinou-nos que há lugares próprios para pronunciar certas palavras, gesticular de determinada forma e não de outra. Sendo que os discursos para surtirem efeito têm/tinha que ser ditos por quem são responsáveis para emitir-los<sup>204</sup>. E nada melhor do que a presença de sujeitos de renome no Estado, em um momento festivo, para legitimar o rumo que a sociedade sergipana deveria seguir. Legitimando objetos (os grupos escolares), projetos civilizatórios (forjar o cidadão e formar a nação) e a si mesmos.

A própria presença deles já produzia um discurso. Por exemplo, na festa de férias do Grupo Escolar General Siqueira em 1919, a pompa e o capital simbólico manifestado nessa solenidade, criou uma áurea que, para o simples espectador, acostumado com o desdém de tempos idos, em que as autoridades mal compareciam as festividades nas escolas. Assim, a proximidade dos indivíduos ilustres com as atividades escolares repercutia de forma positiva na visão idílica da República.

[...] estando presentes no recinto do grupo o exmo. sr. coronel Presidente do Estado, o secretario geral Dr. Álvaro Silva, o Intendente da Capital, Dr. A. Baptista Bittencourt, o diretor desta folha, engenheiro Gentil Tavares, e muitas outras pessoas da alta sociedade, pediu a palavra o director advogado Mecenas Peixoto, que manifestou seu agradecimento pela comparecencia das auctoridades, áquellea modesta festa escolar [...]<sup>205</sup>.

É notório o engrandecimento dessa festa ao citar os nomes e cargos ocupados pelos indivíduos ilustres que participavam da solenidade ao ser publicada na imprensa. Com isso, tentava-se evidenciar a importância da realização de tal evento. Embora, o jornal afirmasse que

<sup>204</sup> Cf.: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**. Prefácio: Sergio Miceli. São Paulo: Edusp, 2002.

<sup>205</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XXI, n°2744, Aracaju, 23 de novembro de 1919. p. 1.

se tratava de uma “[...] modesta festa escolar [...]”<sup>206</sup>, o que discordamos. Porquanto, pelos padrões sergipanos, tomando-se como referência as festividades nas escolas isoladas, por existirem em maior número, podemos afirmar, levando-se em conta os espaços utilizados, a organização e a presença de sujeitos importantes da sociedade, que sua realização não se deu de forma simples.

No mesmo grupo escolar em 1922, o presidente do Estado não pôde comparecer. O representante dele, o Dr. Cyro Cordeiro de Farias, depois de ser elogiado, pois “[...] produziu bellissima allocução na qual fez expressivas referencias á correcta direcão e ao corpo docente do grupo”<sup>207</sup>. Em seguida foram entoados hinos pelos alunos, recitação de poesias<sup>208</sup> etc.

Para os padrões atuais isso seria considerado como bajulação. Mas temos que enxergar além: essa situação fazia parte do ceremonial. E não deveria ser desprezada. Era mostrando a importância dos indivíduos que a festa ganhava importância - contribuía para abrilhantar a comemoração que se realizava. Fosse celebrando-se um tema em específico ou os grandes vultos históricos<sup>209</sup>.

Deixando essas querelas de lado, o primeiro ponto que gostaríamos de destacar, foi a legitimidade dada pelos professores e pelo diretor do grupo escolar ao representante do Presidente do Estado para discursar. Pode parecer banal, e natural, afinal, o indivíduo estava no lugar da autoridade máxima. Mas, para o mecanismo de produção de legitimação funcionar era necessário que os envolvidos coloquassem à disposição seus capitais simbólicos.

O comparecimento deles era tão importante para o abrilhantamento das solenidades que havia a expedição de convites especiais para os indivíduos ilustres. Sendo que não foi por um simples gesto de cordialidade que em 12 de maio de 1930, o jornalista e diretor do Grupo Escolar General Siqueira, Acrílio Cruz, foi pessoalmente fazer o convite ao Jornal Correio de Aracaju para tomar parte no festejo que seria realizado no dia seguinte em comemoração à libertação dos escravos<sup>210</sup>.

Como de praxe, as Instituições faziam-se representar por indivíduos que tivessem notoriedade. E naquele caso<sup>211</sup>, assim como outros<sup>212</sup>, eram enviados sujeitos capazes de tornar

---

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIX, nº3562, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1922. p. 2.

<sup>208</sup> Idem.

<sup>209</sup> Cf.: BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

<sup>210</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XXIII, nº1358, Aracaju/SE. 12 de maio de 1930. p. 4.

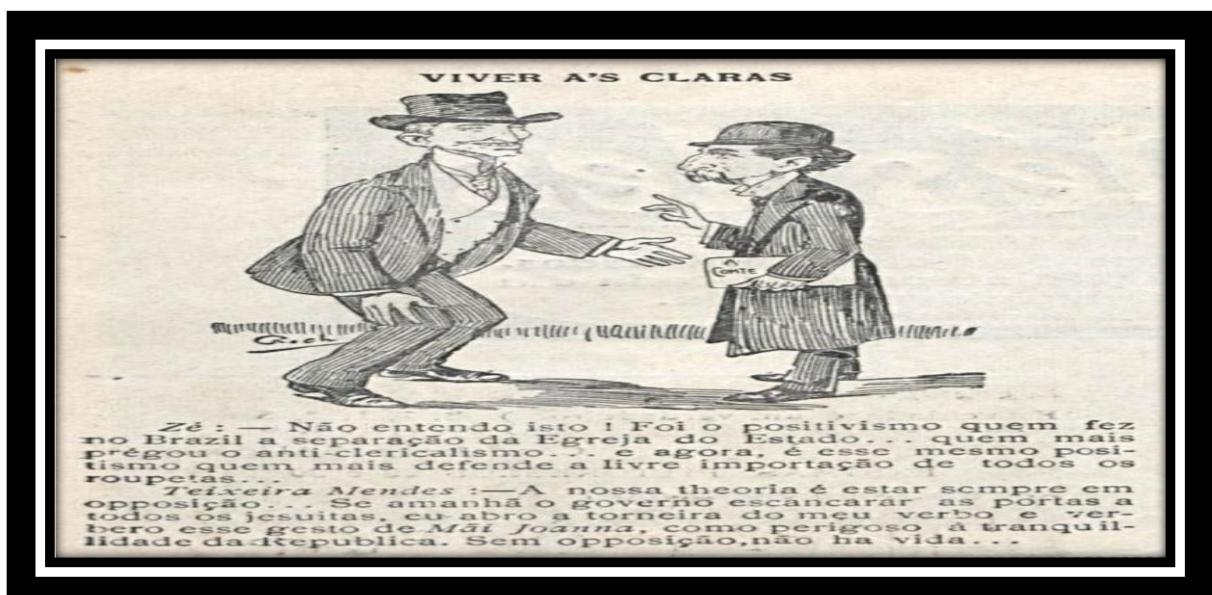
<sup>211</sup> Idem.

<sup>212</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno XVI, nº2133, Aracaju/SE. 03 de setembro de 1918. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XXI, nº2744, Aracaju/SE. 23 de novembro de 1919. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XIX, nº3562, Aracaju: 25 de novembro de 1922. p. 1.

evidente a importância do evento e da empresa que estava sendo representada. Afinal, nesses momentos podiam se reafirmar o apoio a determinados grupos, propor alianças, apresentar-se como fomentador do progresso entre outros.

Na inauguração do Grupo Escolar General Valladão, pessoas de todas as classes sociais estavam presentes para assistir a solenidade. O bispo de Aracaju, D. José Thomaz, "pronunciou" uma "bella oração", em seguida abençoou o prédio<sup>213</sup>. As autoridades clericais obtinham maior visibilidade nas aparições de eventos do governo. Como explicar tais presenças, se, com o advento da República, Estado e Igreja separaram-se. Entretanto, como podemos perceber, suas relações ainda eram amistosas. As duas entidades flirtavam-se sem o menor pudor.

**FIGURA 1- Viver a's Claras<sup>214</sup>**



Fonte: Raul. "Viver a's Claras". **O Malho**. Anno IX. n° 427, Rio de Janeiro. 19 de novembro de 1910. p. 50.

É compreensível, afinal, era a instituição mais antiga do Brasil, que serviu por muitos anos como os braços do Estado, e tratava diretamente com as pessoas do vasto território chamado Brasil. Além disso, ela tinha a posse da confiança dos religiosos pela manutenção da fé dos fiéis. Nela, estava concentrada uma enorme quantidade de prestígio que os republicanos sonhavam utilizar.

<sup>213</sup> DIÁRIO DA MANHÃ. Anno XVI, n°2133, Aracaju: 03 de setembro de 1918. p. 1.

<sup>214</sup> Legenda 1 - Zé, não entendo isto! Foi o positivismo quem fez no Brasil a separação da egreja do Estado ... Quem mais pregou o anti-clericalismo ... e agora, é esse mesmo positivismo quem mais defende a livre importação de todos os roupetas... - Teixeira Mendes: A nossa teoria é estar sempre em oposição ... se amanhã o governo escancarar as portas a todos os jesuítas, eu abro a torneira do meu verbo e verbero esse gesto de Mãe Joana, como perigoso à tranquilidade da República. Sem oposição, não ha vida...

Na inauguração do grupo General Valladão, anunciou o Diário da Manhã, tinham pessoas de todas as classes: de instruídas até aquelas que não sabiam nem assinar o nome, que viviam na simplicidade de seus casebres. A fé na Igreja e os divertimentos da missa eram as coisas mais próximas de uma instituição de produção e reprodução da ordem que lhe era familiar.

Por mais que, oficialmente, a lei tivesse separado essas duas instituições, era de vital importância mantê-la ao lado de um regime que não tinha boa referência dos brasileiros pelo exemplo exposto na América Espanhola: guerras e divisão territorial. Afinal, o regime mal tinha dado seus primeiros passos, poucos anos se passaram depois da proclamação. Por mais que o Estado quisesse ser laico, o capital simbólico, sob as bênçãos da igreja católica, era uma das condições necessárias para fortalecer mais o processo de legitimação do novo regime e no caso pesquisado por nós, forjar cidadãos republicanos civilizados por meio das festas.

Paralelamente ao Estado, a Igreja católica, numa série de medidas, também, esteve reforçando práticas que legitimassem o processo civilizador, e, expurgando as crenças populares do seio da Igreja. No caso dela, o nome defendido era processo de romanização. Péricles Andrade se utiliza deste e de outros conceitos de Bourdieu e de outros autores para caracterizar a criação da primeira diocese sergipana e a série de medidas implementadas por D. José Thomaz na luta contra às práticas gentílicas<sup>215</sup>.

Outras autoridades e Instituições sergipanas contribuíam com seus prestígios. Contudo, indivíduos poderiam deixar de comparecerem a determinada solenidade tendo em vista imprevisto de ordem natural (como doenças) ou não (outro compromisso). Para os padrões da sociedade atual, além de deselegante, seria um indício que algo não agradava ao convidado. O que em parte explicaria a atitude de Baltazar Goes em 1913, na qual pediu desculpa ao Presidente do Estado, José Siqueira Menezes, por sua ausência na inauguração do busto de Fausto Cardoso. E fez questão de afirmar que foi uma justa homenagem ao grande homem público reconhecido em Sergipe e fora do Estado<sup>216</sup>.

O seu não comparecimento, embora banal para nós, poderia levantar rumores de repercussão negativa naquele período. Um sujeito sem muita expressividade - um indivíduo comum - ao faltar geraria consequências quase nulas ou sem nenhum efeito. O que não seria o caso de Baltazar Goes. Ele era uma figura de prestígio na sociedade sergipana. A sua ausência

---

<sup>215</sup>Cf.:ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Dirigente do Pastor**: a igreja católica em Sergipe. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. - Fundação Oviêdo Teixeira; SOUSA, Antônio Lindvaldo. **Eclipse de um Farol**: contribuição da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristóvão: EDUFS, 2008.

<sup>216</sup>Ofício Dirigido ao exmo General Presidente do Estado, Dr. José de Siqueira Menezes, em 15 de julho de 1913.

poderia ser interpretada como um sinal claro de desacordo com o projeto de civilização e/ou grupo que ali estava. Por isso, a preocupação de redigir um texto se justificando da impossibilidade de ir ao evento.

Em compensação havia aqueles indivíduos que a presença era uma constante em certas festividades. Mais que convidados, estavam nelas a trabalho: discursar em prol da legitimação de determinados objetos ou figuras importantes de Sergipe. Uma personagem frequente era o engenheiro Firmo Freire do Nascimento. Ele participava do ritual do Estado atestando a grande obra de civilização que estava sendo operanda.

Não tenho a pretensão de ter construído um edifício irrepreensível. Sem embargo é um prédio cuidadosamente feito, obedecendo aos preceitos pedagógicos. Aproveitando os antigos alicerces, procurei dar divisão que me pareceu mais consentânea com a organização dos grupos escolares: seis salões, amplos, confortáveis, com pés diretos altos, bem arejados, illuminados fartamente, hygienicos enfim. Todos tem acústica sufficiente: os sons não se reproduzem em reflexões sobre as paredes e a pintura é suave, permittindo a fácil acommodação da vista [...]<sup>217</sup>.

Seu discurso tinha a autoridade da ciência. Dela, extraia as condições de higiene do prédio escolar, a acústica, as cores ideais para as crianças, enfim, seria um contraponto a monarquia. E mesmo na Primeira República, as instalações tanto criticadas por suas péssimas condições higiênicas estavam presentes - fato preferível omitir nos pronunciamentos. E quando eram lembradas, ouviam-se o gesticular de algumas palavras para dizer que era um modelo de escola vinda do século XIX<sup>218</sup>.

O que as críticas deixavam de lado era que mesmo toda essa pompa e monumentalidade dos grupos, bem mais equipado para formar a nação brasileira, não se comparava a instituição que veio do império sem condições higiênicas e em instalações improvisadas, mas que detinha o maior número de alunos. Esta informação, embora evidente naquele período, não fez parte de nenhum discurso que homenageasse as escolas isoladas. Ao contrário, elas foram depreciadas pelos indivíduos ilustres como modelo a ser superado.

---

<sup>217</sup> FREIRE, Firmo. Pronunciamento na Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim. In: CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, nº 2083, Aracaju/Se. 10 de julho de 1917. p.1.

<sup>218</sup> Em muitos jornais sergipanos os grupos escolares vão ser comparados a templos. Cf.: DIARIO DA MANHÃ. Anno IX, nº842, Aracaju/SE. 17 de março de 1914. p.1; DIARIO DA MANHÃ. Anno XVI, nº2131, Aracaju/SE. 31 de agosto de 1918. p.1; DIARIO DA MANHÃ. Anno VI, nº1341, Aracaju/SE. 03 de outubro de 1918. p. 2; SERGIPE JORNAL. Anno VIII, nº846, Aracaju/SE. 10 de julho de 1917. p.1; SERGIPE JORNAL. Anno IX, nº726, Aracaju/SE. 03 de outubro de 1918. p. 1; SERGIPE JORNAL. Anno IX, nº728, Aracaju/SE. 13 de outubro de 1918. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno, XI, nº14248, Aracaju/SE. 01 de outubro de 1918. p. 2; CORREIO DE ARACAJU. Anno, XI, nº14251, Aracaju/SE. 03 de outubro de 1918. p. 1.

Mesmo assim, Firmino Freire entendeu que a melhor educação para os indivíduos estaria nos grupos escolares. E sua afirmação fazia sentido. Neles, os alunos participavam de várias atividades festivas em que envolviam: exercícios físicos (ginásticas, militares etc.); discursavam, recitavam, encenavam (um combate entre tropos, por exemplo), entre outros. Para o engenheiro,

A escola primária é, por assim dizer, o primeiro passo para a organização da nossa defesa, porque a instrução primária é o hymno sabido de cór, é o dever aprendido. Precisamos auxiliar a nossa nacionalidade, consequentemente precisamos ensinar a ler e contar, precisamos implantar no coração dos moços o mappa do Brasil, se quizermos estimular o sacrifício da vida na fronteira<sup>219</sup>.

O sentimento de pertencimento a nação brasileira, seria construído através da aprendizagem de certos conteúdos a serem ensinados nas escolares. Através destes, entendia Firmino Freire, preparava-se os indivíduos para defenderem sua pátria. De forma que as escolas graduadas - e as festas cívico-escolares - forjariam seus alunos para assumirem funções militares - ou como se fossem. Sendo que os parâmetros que ele utilizou de bom andamento da instrução no Estado foi a formação do cidadão passando pelos deveres patriótico-militares.

Mas os indivíduos ilustres não estavam nos eventos simplesmente para abrilhantarem as festividades ou exaltarem certos objetos. Eles também eram alvo dos olhares perscrutadores do público. Peça importante no engrandecimento das solenidades. E por isso, aproveitavam o momento para homenagearem colegas e indivíduos pertencentes a determinados grupos (político ou sociais), fossem vivos ou já falecidos<sup>220</sup>.

Naquele instante festivo eram trocadas homenagens e evidenciados os préstimos realizado pelos indivíduos ilustres em prol da educação sergipana. Entre eles, se destacavam diretores dos grupos escolares, diretores da Instrução Pública e os Presidentes de Sergipe. Comprovando que as festas podiam ser usadas como via de mão dupla: legitimando os ideais proposto de civilização e homenageando e serem homenageados na busca de mais prestígio.

Assim, entre emaranhado de discursos, apresentações e homenagens, encontrava-se o projeto de forjar cidadãos republicanos civilizados. Este foi o cerne das comemorações cívico-escolares e escolares como temos defendido em nossa pesquisa. Sendo que os indivíduos

---

<sup>219</sup> FREIRE, Firmino. Pronunciamento na Inauguração do Grupo Escolar Barão de Maroim. In: CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, nº2083, Aracaju/Se. 10 de julho de 1917. p. 2.

<sup>220</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2742, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1919. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2593, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1922. p. 1; SERGIPE JORNAL. Anno XIII, nº1278, Aracaju/Se. 24 de novembro de 1922. p. 1; SERGIPE JORNAL. Anno XI, nº1226, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1925. p. 2.

poderiam legitimar as práticas e representações, estrategicamente, trabalhadas no cotidiano escolar.

Ao ser comemorada, celebrada e legitimada pelos organizadores (alunos, professores e diretores escolares entre outros) e participantes (Diretor da Instrução Pública, Presidente de Sergipe, intelectuais entre outros)<sup>221</sup>, a festa repercutia na imprensa sergipana. Tornando-se alvo dos olhares da sociedade que a partir de então poderia ter notícias por meio dos jornais ou *in locus* do andamento da educação no Estado. Sem deixar de perceber que, em grande parte, a aceitação das práticas e representações, veiculadas nessas solenidades, dependiam do sucesso alcançado graças as contribuições dos indivíduos ilustres.

---

<sup>221</sup> A depender do tipo de festa essa relação se invertia ou se mesclava. Por exemplo, quando as comemorações eram realizadas nas ruas, os organizadores e participantes poderiam sofrer inversão ou mesclarem-se – na proposta apresentada logo acima. No caso das festividades organizadas nos grupos escolares, seria, basicamente, a sequência declarada no texto.

## 2. AS FESTAS NA "REPÚBLICA DAS ABELHAS"<sup>222</sup>: EM BUSCA DA CIVILIZAÇÃO E DO PROGRESSO NA PERIFERIA DO BRASIL

Extinguir o parasita não é uma operação de dias, mas um trabalho de séculos. Os meios não os darei aqui. Reproduzo, não moralizo<sup>223</sup>.

O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamo-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela [...]<sup>224</sup>.

### 2.1 O Processo Civilizatório a Partir da Cidade de Aracaju

A cidade de Aracaju nas primeiras décadas da República, passava por reformas urbanas que envolviam a estética, o saneamento básico, à construção de casas, segundo o modelo de civilização que pretendeu se implantar; o alinhamento de ruas etc., chegando a afetar as questões morais, costumes e práticas da vida urbana. Era preocupação dos Presidentes de Sergipe. E a partir de 1911, as transformações são mais visíveis, pois foi reforçada a idéia de colocar o menor ente federativo dos Estados Unidos do Brasil, nos trilhos civilizatórios, pautado no modelo Europeu. Para Paulo César Garcez Marinz,

As grandes capitais da jovem República constituíam o horror a qualquer um que estivesse habituado aos padrões arquitetônicos e sanitários de grandes capitais europeias, como París, Londres, Viena e São Petersburgo, Nova York e Washington, ou mesmo às cidades secundárias dos países centrais<sup>225</sup>.

Ressaltamos que o processo civilizatório no Estado não era uma via de mão única. Ela perpassava por várias outras instâncias da vida na cidade. As festas cívico-escolares dialogavam com o novo ritmo imposto pelas fábricas de Sergipe. Como o Dia do Trabalhador, que apesar de todas as críticas ao operariado sergipano, exaltava e expunha, tomando-o como indivíduo importante na confecção da civilização. Bem assim, como os festejos escolares que intentava implantar práticas civilizadas nos indivíduos, a exemplo, o tempo disciplinado; como nas

<sup>222</sup> ASSIS, Machado de. Op. Cit. 2006, p. 34. (Coleção Melhores Crônicas).

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> CUNHA, Euclides da. "Plano de uma Cruzada". In.: \_\_\_\_\_. **Contrastes e Confrontos**. Rio de Janeiro, Record, 1975.

<sup>225</sup> MARINZ, Paulo César Garcez. "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In.: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo Companhia das Letras, 1998. p.134. - (História da Vida Privada v. III).

fábricas, os estabelecimentos de ensino almejavam impor horários predeterminados de início, intervalo e término das aulas entre outras práticas<sup>226</sup>.

Foi o que a reurbanização das cidades sergipanas representava. Um diálogo com o novo panorama de espaço, imbuído de representações e práticas, condizentes com as novas reformas que estavam acontecendo. Para Enéida Queiroz, as reformas urbanas estavam ligadas a um processo de civilização do país. Pois, elas continuavam vistas, por seus governantes, como atrasadas, insalubres e representantes de uma antiga ordem colonial ou monárquica<sup>227</sup>.

Para tanto seriam necessárias reformas no espaço físico como nas leis, entendidas como armas poderosas para transformar o social, dando-lhes regras, hábitos e comportamentos civilizados. Dentro deste espírito, as posturas municipais ditavam as mais diversas instâncias da vida do cidadão: "[...] eram posturas sanitárias; regulamentos de obras e novas construções; horários e dias de funcionamento de farmácias, confeitarias, bares [...] etc."<sup>228</sup>.

O exemplo analisado pelo pesquisador, Antônio Lindvaldo Sousa, em que descreve uma população que se formava na parte norte de Aracaju, por não serem capazes de atender às exigências das posturas municipais, sendo forçadas a segregação. Porquanto, uma linha nítida da vida urbana foi traçada, convivendo a urbe e seu processo de civilização e a barbárie nos recantos afastados do centro, abrangendo os cinco principais bairros da cidade: o Industrial, o 18 do Forte, o Aribé (Siqueira Campos), Santo Antônio e o Bairro América<sup>229</sup> - período, compreendido, entre 1911 a 1930<sup>230</sup>.

Nos rincões da cidade, o cotidiano manifestava-se aquém dos cuidados que um indivíduo civilizado deveria ter. Na rua São José, por exemplo, um grupo de meninos descalços, seminus, brincavam na terra úmida (efeito da última chuva). Enquanto isso, outros, a passos lentos, procuravam moedas perdidas, desejosos que a chuva levasse a areia que cobria o metal<sup>231</sup>.

<sup>226</sup> Claro que com isso, surge problemas não idealizados pelos promotores da civilização. O número de prostitutas, bêbados, algazarras, roubos, etc., típicos de uma cidade moderna, aumentou em Aracaju.

<sup>227</sup> QUEIROZ, Eneida. "Justiça Sanitária - o papel do judiciário nas reformas urbanas e sanitárias do Rio de Janeiro na Primeira República". In.: RIBEIRO, Gladys Sabina (Org.). **Brasileiros e Cidadãos: modernidade política (1822-1930)**. São Paulo: Alameda, 2008. p.289.

<sup>228</sup> QUEIROZ, Eneida. Ob, cit., p. 290.

<sup>229</sup> CABRAL, Mário. "Os Bairros". In.: \_\_\_\_\_. **Roteiros de Aracaju**. 3º ed. Aracaju: Banese, 2001. pp. 175-180.

<sup>230</sup> SOUSA, Antonio Lindvaldo. "Por uma Melhoria do Jeca Tatu". In.: \_\_\_\_\_. **Em Nome do Progresso e da Liberdade: "ordem" e "rebeldia" no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)**. São 1993. 99 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Curso de especialização em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão-SE, 1993.p.43.

<sup>231</sup> FONTES, Amando. op. cit., p. 133.

Conta-nos, o romancista-memorialista Amando Fontes de Aracaju de outrora. Entre suas idas e vindas, testemunhou uma cidade que estava remodelando suas ruas, seus prédios, práticas sociais etc. No enredo de romance proletário, narra uma cena tão comum nos interiores sergipanos: a mãe, aparentando estar subnutrida, gritava da janela para o filho sair da poça de água. Não demorou, e o garotinho, amarelo, os olhos vesgos, de pernas e braços finos, ventre e cabeça enormes, de 6 anos de idade, ao ouvir os berros de sua progenitora, afastou-se do grupo de meninos que brincavam na lama<sup>232</sup>.

Por certo, Aracaju parecia demonstrar à permanência de certas práticas anti-higiênicas, tão combatidas pelos médicos e pela escola elementar<sup>233</sup> - as práticas insalubres -, embora elas persistissem. O cotidiano e o espaço escolar era um *locus* de inculcação de bons hábitos higiênicos. Cristina de Almeida Valença, vê, nas medidas higienistas com o fazer pedagógico um *modus operandi* de formar o "cidadão civilizado"<sup>234</sup>.

Contudo, demonstramos mossas reticências quanto aos resultados, pois distante dos olhares de professores, diretores e inspetores que colaboravam nas estratégias de civilizar os discentes através das festas cívico-escolares e escolares dentre outras formas, eles haveriam de gozar de maior liberdade. E assim, não resistiria a fina camada de verniz, apresentada no espaço dos grupos escolares (e nas escolas isoladas também).

No cotidiano das ruas, antes mesmo de ser utilizadas por crianças na madrugada, uma horda de moças e rapazes, de diversos bairros da cidade, locomoviam-se até suas respectivas fábricas. Era Aracaju, despertando, junto com o barulho dos indivíduos que passavam pelos becos, vielas e avenidas da cidade. E vinham de vários lugarejos: Bairro Santo Antônio, do Anipum, do Aribé, do Saco, entre outros<sup>235</sup>.

Pelo dia, transeuntes disputavam espaço com os carros, carroças, bondes e etc. Enquanto houvesse sol, um turbilhão de cenas emergia no quadro aracajuano. À noite, determinadas ruas afamadas por oferecerem prazeres, expunham mulheres de vários gostos e qualidades. A Rua Siriri foi um dos pontos, bastantes conhecidos, como zona de meretrício<sup>236</sup>; outro lugar, era o Curral do Bomfim, famoso também pelo cabaré *Pinga Sífilis*. Deste último lugar, Mário Cabral escreveu: "Mulheres feias, magras, cobertas de farrapos, corroídas pelas moléstias mais graves

<sup>232</sup> FONTES, Amando. op. cit., p. 134.

<sup>233</sup> VALENÇA, Cristina de Almeida. Civilizar, Regenerar e Higienizar: a implantação das práticas higienistas na educação sergipana (1900-1935). **Revista de Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju. - v.1, n.1 (1943). - n.11 (2005). p.57.

<sup>234</sup> Ibidem. p. 51.

<sup>235</sup> FONTES, Amando. op. cit., p.39; CABRAL, Mário. op. cit., pp.175-176.

<sup>236</sup> Ibidem. p. 140.

e mais vergonhosas, vendiam, ainda, por um prato de comida, o seu corpo doente, em um arremedo de amor que causava nojo e piedade"<sup>237</sup>.

A rua era espaço de transformação das reformas urbanas que se implementou na Primeira República em Sergipe. Os indivíduos, usufruíram de seus espaços: por diversas razões: trabalho, compras, namoro entre outros. A cada praça, esquina, e calçada, convidava os sergipanos a desfrutarem dos benefícios da civilização. De forma que, constituiu-se no objeto de um novo imaginário social. E nem sempre, correspondeu com às expectativas de suas representações.

Em datas especiais, as ruas eram invadidas pelos alunos dos estabelecimentos de ensino primário. Nelas, encenavam-se atos de civismo e patriotismo ao público que ali compareciam para verem seus filhos, parentes, amigos ou por outros motivos as solenidades. Nesses eventos programados e incluídos no calendário das escolas sergipanas, um modelo de civilização que ganhou força a partir de 1911, se utilizava dos espaços da urbe para se impor.

Por outro lado, uma de suas funções era ser o "cartão de visitas" de uma cidade moderna. Em que indivíduos nocivos a sociedade, como meretrizes, criminosos etc., deveriam ser retirados do centro de Aracaju e alocados em regiões em que não fossem tão perceptíveis à presença deles. Foi uma luta entre grupos que buscavam utilizar determinados espaços como lhe convinham através de práticas (sociais, políticas, escolares) consideradas civilizadas ou não pelos indivíduos ilustres.

O Presidente, Maurício Graccho Cardoso, desejoso de "regenerar" os indivíduos alheios aos bancos escolares, ao trabalho e a cultura, ou seja, criminosos, resolveu criar a penitenciaria modelo de Aracaju (*ver Figura 2*). No edital de 1923, exigiu que fosse construída para abrigar 250 detentos<sup>238</sup>. Depois de três anos, em 12 de outubro de 1926, ela foi inaugurada. E, em 1927, já contava com 81 detentos em seus muros e seu sucessor à Presidência do Estado anunciou mais reformas, pois, continuava inacabada<sup>239</sup>.

Mesmo este estabelecimento prisional não escapava das comemorações cívicas. Os sujeitos que lá estavam recebiam a instrução elementar. E nas datas históricas, segundo orientação do Presidente de Sergipe, Manoel Corrêa Dantas, eles também deveriam tomar parte

<sup>237</sup> CABRAL, Mário. op. cit., p. 141.

<sup>238</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1923, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1923. p.18.

<sup>239</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 16º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1927. p.36.

das celebrações. Haja visto, que acreditava na capacidade das festividades de regenerar os indivíduos.

**FIGURA 2** - Penitenciária do Estado de Sergipe



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 52.

Ao menor desvalido foi criado o Patronato São Maurício, anexo ao Centro Agrícola Epitácio Pessoa<sup>240</sup>, em São Cristovão (*ver Imagem 3*). Primeira escola sergipana, destinada a profissionalização da juventude para as diversas lavouras do Estado<sup>241</sup>. O patronato, foi construído para receber 200 alunos em seus prédios. Em 1927, já tinha matriculado 72 crianças, menos 14, que, por ordem de "autoridade competente"<sup>242</sup>, a quem foram exibidas provas de que não eram desamparados. Estes, foram desligados da instituição<sup>243</sup>.

Objetivando manter distantes certos indivíduos (meretrizes, delinquentes e pivetes) do centro de Aracaju, tais instituições, elencadas acima, intentou regenera-los. Através de uma educação voltada para o trabalho, criou-se uma expectativa de na brutalidade e rudeza de suas mentes, recupera-los, direcionando-os para as práticas civilizadas. Antônio Lidvaldo Sousa, ao falar sobre processo de urbanização, declarou:

<sup>240</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 16º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1927. p. 6.

<sup>241</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1923, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1923. p.37.

<sup>242</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 16º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1927. p.17.

<sup>243</sup> Idem.

[...] os atores sociais colocaram os homens pobres como pessoas consideradas geradoras e/ou disseminadoras de desordens. Era preciso, na concepção desses atores sociais, disciplinar esses indivíduos impondo-lhes novos comportamentos de acordo com a "civilização"<sup>244</sup>.

Enquanto isso, a cidade de Aracaju passava por diversas melhorias. Em 1911, José Rodrigues da Costa Dória, discursou sobre à urgência de começar as obras de urbanização. As chuvas tornavam o centro da capital um vasto lago em céu aberto. Segundo o Presidente Dória, esse estado de coisas causava mal a população, pois com as águas, ficavam represados: o lixo jogado pelos citadinos; os dejetos fecais. Formando bolsões como na rua: Itabaiana, Santo Amaro, Laranjeiras e a Praça Mendes de Moraes. De forma que mandou aterrarr àqueles espaços, e colocou um cano que atravessou a praça, atrás da 6<sup>a</sup> Companhia Isolada, onde existia, também, extensa lagoa<sup>245</sup>.

**FIGURA 3** - Prédio do Patronato São Maurício



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 66.

No ano de 1914, reaparece à formação de lagos no centro da cidade. Desta vez, além de tentar sanar, objetivou melhoramentos de forma mais ampla. Como a usina elétrica que

<sup>244</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. "Considerações Finais". In:\_\_\_\_\_ . **Em Nome do Progresso e da Liberdade**: "ordem" e "rebeldia" no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930). São 1993. 99 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) - Curso de especialização em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão-SE, 1993. p.89.

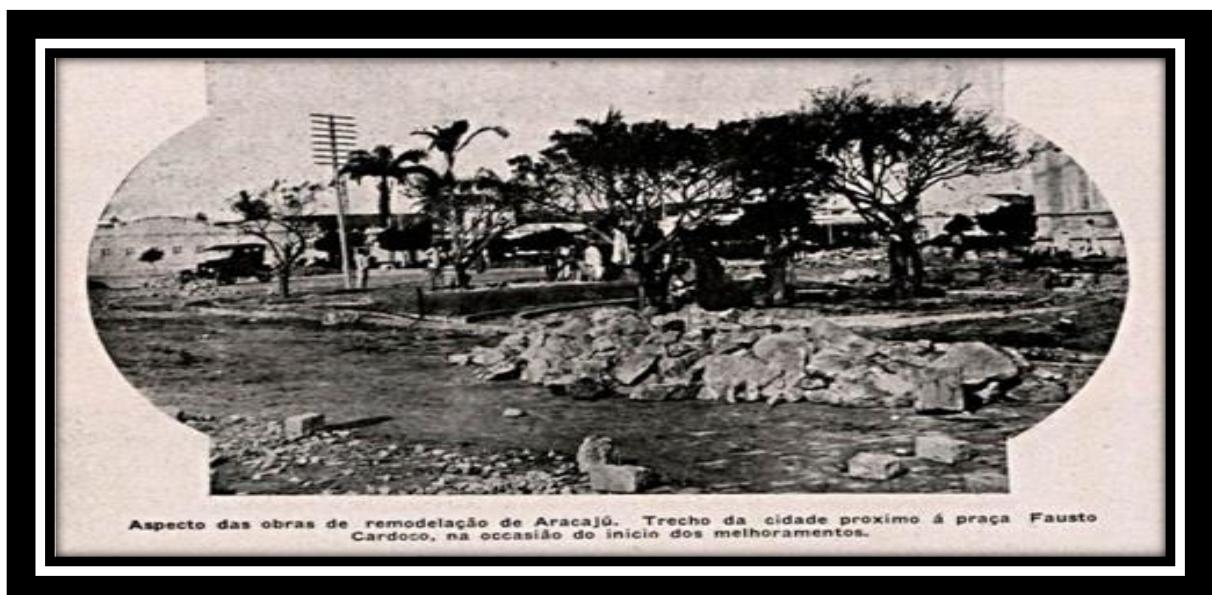
<sup>245</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado**. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911. p.79.

distribuiu energia para as principais ruas de Aracaju; a empresa de abastecimento de água pertencente e custeada pelo Estado; a construção de uma rede de esgoto e a galeria de drenagem para o saneamento da capital<sup>246</sup>.

Mas os velhos problemas acabavam surgindo. Tanto era que em 1915, foram alvos da atenção das autoridades públicas. Tomadas as devidas providências, a lagoa na Praça Camerino, nos fundos do Quartel do Corpo de Polícia e em frente ao Atheneu Sergipense, estava reduzida a um quinto de sua extensão. Foram aterrados uma grande baixada nos fundos das casas compreendido na quadra entre as ruas: Pacatuba, Maroim, Estancia e Avenida do Rio Branco, entre outros espaços com concentração de água<sup>247</sup>.

A partir de 1923, boa parte do centro de Aracaju, foi calçada - sem desconsiderar que, outras pendências urbanas, estavam em andamento naquele momento. O Presidente do Estado, Graccho Cardoso, ao assumir o governo, encontrou um momento favorável economicamente e obras que estavam semi-terminadas. De forma que, em entorno da Praça Fausto Cardoso, diversas ruas foram calçadas de paralelepípedo: defronte ao edifício do governo e na Rua Japaratuva (*ver Figura 4*).

**FIGURA 4** - Obras de Calçamento da Cidade



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 76.

<sup>246</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 8 de Julho de 1914, ao Installar-se a Sessão Extraordinaria, pelo Sr. Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1914. p.6.

<sup>247</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 12º Legislatura, pelo Coronel Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915. p. 86.

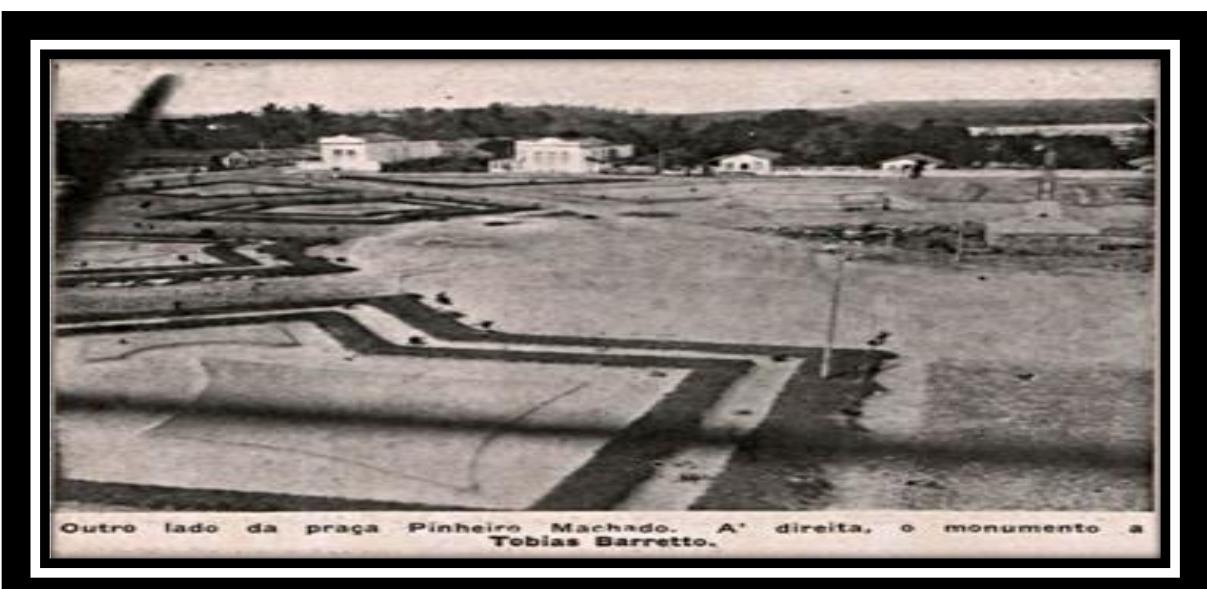
O Presidente, Graccho Cardoso, continuou as obras públicas de urbanização de seus predecessores: tornar a urbes civilizada. Além de se dispor a empreender uma ação de calçamento das áreas não contempladas pelos governos anteriores, ao seu ver, houve a necessidade retirar os paralelepípedos inadequados, desgastados pelo tempo e uso, colocando outros em seu lugar (*ver Figuras 4, 5 e 6*). Assim, no governo de Graccho Cardoso, houve um grande número de obras que estavam acontecendo simultaneamente no território sergipano.

**FIGURA 5 - Praça Pinheiro Machado**



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 78.

**FIGURA 6 - Praça Pinheiro Machado de outro ângulo**



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 78.

A partir da capital, posteriormente, os interiores, ao seu ritmo, iam implementando as reformas e construções que lhes eram necessárias. Resolvendo os problemas de formações de lagoas, em épocas de chuvas, nas praças, ruas do centro da cidade entre outros. Então, ao olharmos para as obras que estavam sendo realizadas no Governo de Graccho Cardoso, temos à percepção que Aracaju, naquele momento, tornou-se um vasto canteiro em obra (*ver figura 4, 5 e 6*).

Doravante, devemos ressaltar que não foi apenas com a urbanização que à cidade de Aracaju possibilitou uma vida mais complexão e rica. Pois, as melhorias que iam sendo incorporadas à vida urbana, com o fim de acompanhar o desenvolvimento e avançar no processo civilizatório, foram fundadas - nesse ínterim de 1911-1930 - várias instituições de caráter literário, científico e social. Data desse período a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), Centro de Propaganda do Voto Secreto (1912), Centro Literário Educativo (1914), Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (1916), Centro Pedagógico Sergipano (1918), Centro Socialista Sergipano (1918), Centro Cívico Amintas Jorge (1918), Grêmio Tomaz Cruz (1918), Academia Literária Santo Tomaz de Aquino (1919), Sociedade de Medicina e Cirurgia de Aracaju (1919), Hora Literária Santo Antonio (1919), Instituto Parreiras Horta (1924). No Interior surgiram o Clube Literário Silvio Romero (1918)<sup>248</sup>.

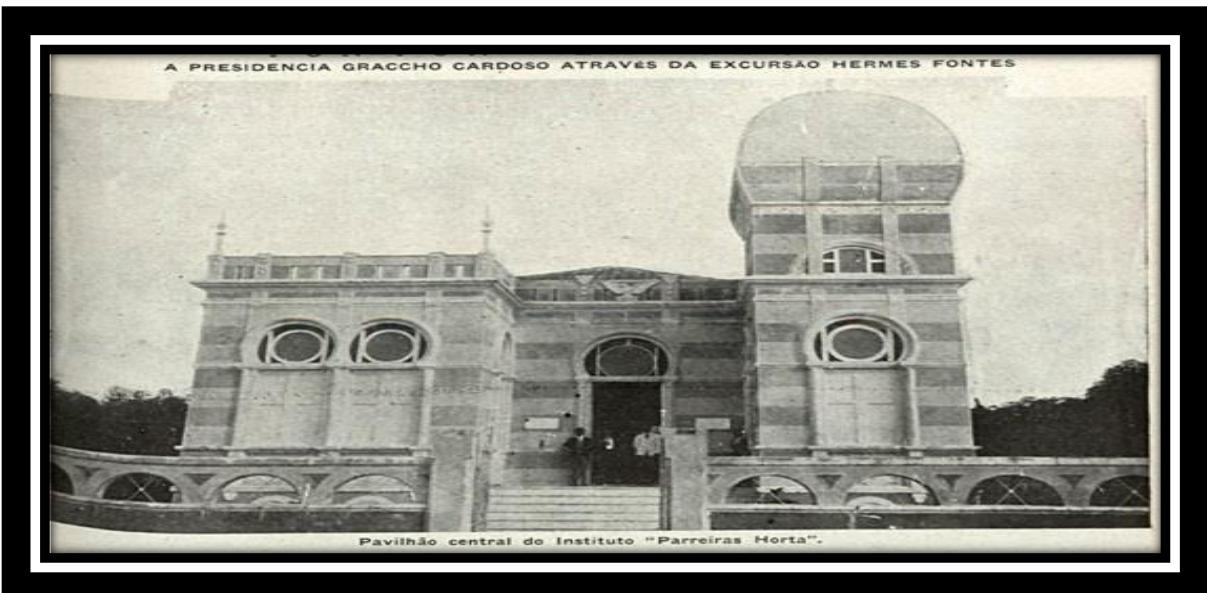
**FIGURA 7 - Instituto Coelho e Campos**



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 69.

<sup>248</sup> SOUZA, Cristiane Vitório de. **A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930)**. 2001. 211f. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. p.33.

**FIGURA 8 - Instituto Parreira Horta**



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 49.

**FIGURA 9 - Instituto de Chimica de Sergipe**



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 63.

## 2.2 Festa na Cidade: Representação de Civilização no Centro de Aracaju

Ao pesquisarmos a história das festas cívico-escolares na cidade de Aracaju, capturamos os indivíduos, em tensões, e conflitos. Ocasiões privilegiadas, em que, se costuma encenar e, cultuar uma representação de civilização, até então, idealizada por seus

promotores<sup>249</sup>. Permitindo-nos, enxergar, as ações tomadas no espaço em que ela se manifestou. Doravante, à imagem que se pretendeu construir, excluindo determinados elementos e, privilegiando outros, tornou possível fazer uma leitura da festa na cidade.

Percebendo, desta forma, as intenções e objetivos a que se propôs. Lembrando-nos, que a pesquisa é referente às festas que representaram o estabelecimento da ordem<sup>250</sup>, da civilização, e, por isso, utilizavam-se de *estratégias*<sup>251</sup> para legitimar determinados objetos e a si mesma - as comemorações. Ou seja, para que fossem realizadas, seriam necessários que outras vozes fossem silenciadas. Somente, ela, e tudo ao seu redor, que coadunasse com seu discurso, deveriam aparecer. Para tal, sua *justificativa*<sup>252</sup> embasava-se na construção de um espaço festivo, fomentador de práticas e representações civilizadas.

Assim, foi a rua, espaço em que habitou variados tipos de festejos, lugar em que à representação de civilização deveria torna-se visível, apresentando um modelo idílico almejado. Era lugar de construção das cenas republicanas, entre outros, que haveria de promover e cultuar o indivíduo cidadão. Nela, a "República ha sempre esperança de melhorar, de corrigir, de aperfeiçoar na prática de seus principios salutares e honestos. Na monarquia ha vicios detestaveis e incorrigiveis[...]"<sup>253</sup>, declaração escrita no Jornal, Correio de Aracaju, na coluna "Aos Domingos"<sup>254</sup>, por um indivíduo que assinava como Severino.

Salientamos que há exageros na afirmação daquele autor. Sua visão é compartilhada por outros que viam as ruas de outrora como "[...] anárquica, tortuosa, suja e escura frente as ruas dos novos tempos"<sup>255</sup>, com uma maior preocupação nos problemas sanitários, construção de novos prédios, calçadas alinhadas e iluminação. Realmente, as ruas republicanas em Sergipe, eram mais vivas e complexas, com suas contradições e resistências. Não eram mais espaços de passagem, simplesmente. Os indivíduos que ocupassem seu espaço, teriam que se portar com determinados gestos, apresentar costumes e hábitos condizente com sua transformação.

Elas conduziam a várias partes da cidade, inclusive, a praças pública (ágora), um dos mais importantes espaços físicos de Aracaju. Em Sergipe, representava um lugar de encontros; de manifestação da sociedade; de comercialização de produtos, entre outros. As festas, laicas

<sup>249</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **Carnavais e outras F(r)estas**: ensaios da história social da cultura. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. p. 17.

<sup>250</sup> Não utilizamos este termo para dualizarmos entre festa da ordem e de inversão. Pensamos, que ela é mais complexa, do que a categorização, simplista, em duas vertentes.

<sup>251</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. p.17.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> **Correio de Aracaju**, Anno XII, °1626, Aracaju/Se. 03 de dezembro de 1911. p.6.

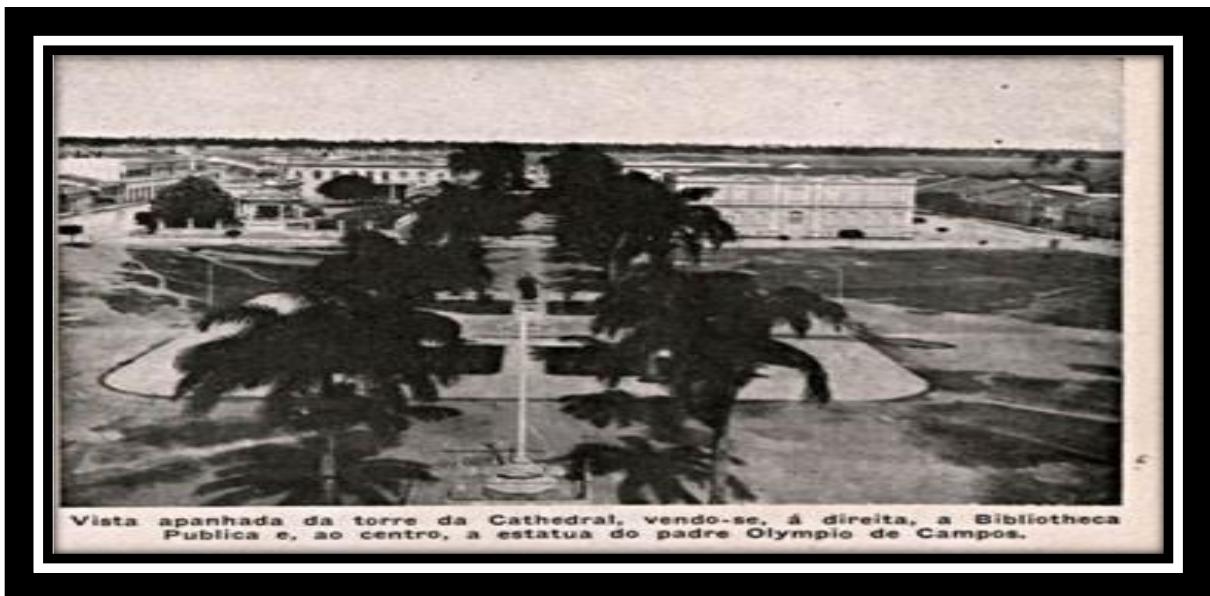
<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). "A Redescoberta da Rua". In.: \_\_\_\_\_. **O Espetáculo da Rua**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Prefeitura Municipal, 1992. p. 10.

ou religiosas, foram as que mais utilizavam-se daquele espaço. As comemorações de 7 de setembro de 1911 a 1930, no Estado, ganhavam, a cada ano, maiores proporções<sup>256</sup>- isso é relativo. Em torno dela a sociedade sergipana encontrava-se, com o fim, de comemorarem a Independência do Brasil ou qualquer outra solenidade.

Era da praça Fausto Cardoso, que as comemorações do 7 de setembro de 1917, iniciaram-se (ver *Figura 10*). Para lá, arrolaram indivíduos de vários bairros da cidade. Pais, desejosos de verem seus filhos sendo vistos, num momento de congraçamento da sociedade Aracajuana; outros, para namorarem, ou, simplesmente, divertirem-se, apreciando o espetáculo<sup>257</sup>. Seja qual for o motivo da presença dos cidadãos na comemoração, uma nota publicada no *Correio de Aracaju* de 1917, afirmava do sucesso do festejo cívico, dizendo que jamais se festejou, anteriormente, assim na capital.

**FIGURA 10** - Praça Olympio Campos



**Fonte:** FON-FON. nº 25, anno, XIX. Rio de Janeiro. 29 de agosto de 1925.p. 79.

Estavam presentes, o batalhão policial, o Tiro 136, o Collegio Tobias Barreto, o Atheneu Sergipense e o Gremio Escolar, sob o comando do primeiro tenente, Augusto Pereira. São às instituições, que impõem ou inculcam uma ordem nos moldes da civilização que haveriam de aparecer. A exemplo, temos o batalhão policial, responsável pela segurança pública, que

<sup>256</sup> Sergipe nos idos de 1890 (decreto das festas nacionais) até, aproximadamente, 1915, as festas nacionais, como por exemplo, a comemoração do 7 de setembro, que, inicialmente, era realizada pelo exército. Depois, em torno de 1907, apenas o Colégio Tobias Barreto - junto com o exército -, participava do desfile cívico. Isto perdurou por alguns anos após 1911. Quando, finalmente, podemos falar de festas cívico-escolares.

<sup>257</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 8.

imprimia à idéia de ordem nas ruas; ou, os colégios Tobias Barretos e Atheneu Sergipenses, simbolizando a instrução.

Nas laterais da praça, estavam as alunas da Escola Normal, dos três grupos escolares e os da escola noturna. Os respectivos diretores e professores das instituições de ensino, encontravam-se, presentes<sup>258</sup>. Afinal, seria um evento propício para promoverem a si e os estabelecimentos de ensino que trabalhavam. Dividindo o mesmo espaço que pessoas ilustres de Sergipe, o capital simbólico desses indivíduos, ajudavam na legitimação das práticas e representações aracajuana.

A própria disposição das instituições diz muito da importância que elas gozavam no Estado. Temos em primeiro plano os mantenedores da ordem pública: o batalhão de polícia e o Tiro 136. E os estabelecimentos de ensino: Atheneu Sergipense e o Gremio escolar. No segundo plano, a Escola Normal, responsável pela formação de professores que difundiriam os novos modelos pedagógicos para as escolas elementares de Sergipe; os três grupos escolares, idealizado para fornecer melhor qualidade de educação para os aracajuanos e a escola noturna, que vinha enfrentando baixa em seus números de matrículas, consoante a proximidade dos grupos escolares na capital.

Ao analisarmos tal geografia institucional, percebemos alguns silêncios e contradições na comemoração da Independência de 1917. O primeiro, está relacionado a ausência das escolas isoladas que não foram descritas no Correio de Sergipe. Uma olhadela superficial, levaríamos a pensar que por sua insignificância, tais estabelecimentos de ensino primário não mereceriam serem mencionados. Sua presença, então, seria a confirmação da continuidade de uma instituição do período monárquico que a Primeira República não conseguiu suplantar.

Este argumento é sedutor, pois sabemos que qualquer texto de jornal, seleciona e organiza as palavras, e logo, o texto em si. Aparecendo de determinada forma, induzindo o leitor a aderir à visão de quem escreve. Haja vista que para as autoridades republicanas, as escolas isoladas tinham que serem extintas, e colocadas em seu lugar os grupos escolares. Pois estes atendiam melhor as exigências dos novos reclamos de uma educação moderna no Estado. Por outro lado, a maioria do alunato sergipano, frequentava as escolas tão criticadas pelos republicanos<sup>259</sup>. E, portanto, representava a maioria da sociedade aracajuana, naquele período.

<sup>258</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 8.

<sup>259</sup> SILVA, Degenal de Jesus da. "Nos Requembros das Cadeiras: a feminização do magistério em Sergipe - instrução e representação feminina". In: **III Congresso Sergipano de História e III Encontro Estadual de História da ANPUH/SE** (História, Memória e Comemorações na casa de Sergipe: 100 Anos do IHGSE), 2012, Aracaju. pp. 1-13.

Ao contrário daquelas, as escolas noturnas, estavam com o número de matrículas deficitário, causado pelo mal planejamento de localização dos grupos escolares que estavam próximos. Mesmo assim, não impediu que fizessem parte da comemoração e fossem citadas pelo Jornal Correio de Aracaju. Seja qual for o motivo, as contradições e conflitos aparecem nos silêncios do 7 de Setembro de 1917.

Afora este detalhe, os festejos seguiriam o rumo normal de uma festa cívico-escolar, se não fosse a transformação dela, objetivando outros fins. O Correio de Aracaju, informa que a presença do General Manuel Prisciliano de O. Valadão, desviou a atenção dos aracajuanos das comemorações. Na intenção de crescer seu capital simbólico, apoderou-se de parte da celebração, ligando seu nome a Independência do Brasil e aos ilustres indivíduos que ali se encontravam.

Afinal, era o momento ideal para lhes prestarem as devidas homenagens. A passagem das forças armadas e das escolas públicas de Sergipe, deixou pais, ao verem seus filhos, assim como a sociedade de Aracaju, eufóricos com o que viam (os gestos, as fardas usadas, etc.), e ouviam (os hinos e poemas). Os alunos desfilaram de forma elegante, com muita civilidade, demonstrando entusiasmo na forma de marchar. Rompendo uma estrepitosa salva de palmas e vivas a "gloriosa data" e ao general Valadão<sup>260</sup>.

Foi a exaltação daquela data e da figura do Presidente de Sergipe que se almejou legitimar. Mas, devemos prestar atenção a um terceiro elemento: a exatidão dos gestos encenados por seus participantes. Na articulação dos movimentos realizados pelos indivíduos em marcha, causou admiração a àqueles que viam o desfile passar. Seria um indicativo que "[...] receberam a mais correcta e perfeita instrução"<sup>261</sup>.

Na rua, o trabalho das escolas primárias de moldar e inculcar na criança uma economia dos gestos foi exibido. A instrução civilizatória foi aprendida pelos alunos - pelo menos em teoria -, e, através da festa, alcançar um público mais amplo: deveria ser incorporada a sociedade. Assim, tentou-se legitimar e incentivar os gestos, hábitos e comportamentos que nas ruas e praças republicanas, haveriam de predominar. Ou seja, não mais movimentos bruscos e desengonçados, pertencentes aos indivíduos de educação precária. A disciplina e o autocontrole deveriam tomar parte em uma sociedade que intencionava ser civilizada.

Na leitura de Lindvaldo Sousa, as ruas de Aracaju requeriam novas demandas. Era preciso disciplinar os indivíduos, impondo-lhes novos comportamentos, ditos, civilizados. De sorte que o modelo a ser incorporados pelos aracajuanos, perpassava pela obediência às leis, as

<sup>260</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p.8.

<sup>261</sup> Idem.

autoridades, aos patrões e ao culto aos heróis. A comemoração naquele espaço tinha a função de educar a sociedade sergipana, utilizando-se dos sentimentos patrióticos dos indivíduos<sup>262</sup>.

A festa não se comprometeu, apenas, em direcionar os indivíduos a determinadas práticas. Mas fazer com que eles, enxergassem uma Aracaju que estava se modernizando. Deixando para trás: os casebres de palha entre os arbustos ralos da caatinga<sup>263</sup>; as ruas fétidas de cheiro grotescos dos dejetos fecais - em exposição - que tanta náuseas e desconfortos causavam para seus transeuntes<sup>264</sup>.

O percurso da festa nas ruas de Aracaju, como em outros anos, iniciava-se na praça Fausto Cardoso. Era permanente o lugar em que os festejos eram realizados. Quanto ao seu trajeto, sofreu algumas variações nos anos seguintes. Sendo, assim, podemos afirmar que a vida social em Aracaju gravitava em torno daquela praça. Porquanto, nela ficava o palácio do governo; e mais umas dezenas de instituições de fomentação republicana que lhes estavam próximas.

Na comemoração de 1918, o desfile saiu da praça do palácio e, seguindo, atravessou a avenida Rio Branco e a rua de São Cristovam, passando em frente à Assembleia Legislativa, terminando na esquina da rua de Maroim com Pacatuba<sup>265</sup>. No 7 de setembro de 1917, ao sair da Praça Fausto Cardoso, parou em frente ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, localizado na rua Itabaiana<sup>266</sup>. A festa da Bandeira, também, começava na Fausto Cardoso, passando pela avenida Rio Branco, retornando pela rua Itabaiana, dispersando-se, na travessia da Assembleia Legislativa com a rua de Pacatuba<sup>267</sup>.

A recorrência delas nos desfiles, atestam que eram os pontos mais importantes do centro da cidade. Espaços de referência para a sociedade aracajuana. Haja vista, as várias obras realizadas nelas pelos Presidentes do Estado. As ruas do centro eram símbolos das novas reformas urbanas que estavam em curso. Assim, nos desfiles, os cidadãos viam a marcha do

<sup>262</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. Op. Cit. 1993. p. 53.

<sup>263</sup> FONTES, Amando. Op. Cit. 2003. p. 179

<sup>264</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911, p.79; ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 12º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915, p.37; ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921, p.57.

<sup>265</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, 2414, Aracaju/SE. 10 de setembro de 1918. p.6.

<sup>266</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, nº1235, Aracaju/SE. 09 de setembro de 1917. p.8.

<sup>267</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno, XI, 14256, Aracaju/SE. 21 de novembro de 1917. p. 9.

progresso, ao contemplarem as praças, as obras de urbanização e o modelo de casas que existiam nas rotas de passagem da urbe.

De forma que ao passarmos por elas, temos a possibilidade de vislumbrarmos o palacete do senhor Couto Farias (*ver Figura 11*); o palacete do Coronel Manoel Dantas a rua de Estância (*ver Figura 12*); a residência do doutor, Lauro Andrade e do Coronel Ciciliano Texeira de Andrade na rua Pacatuba (*ver Figura 13 e 16*); o palacete dos senhores, Manoel Cruz, Pedro Amado e Issac Undermann na rua de Itabaiana (*ver Figura 14 e 15*). Exemplos de casas que representavam a civilização em Aracaju. Demonstrando a preocupação dos promotores dos festejos em apresentarem uma estética urbana, aos olhares de seus espectadores e participantes, da nova capital que surgia.

**FIGURA 11** - Palacete do Senhor J. Couto Farias



**Fonte:** FON-FON. anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 29.

**FIGURA 12** - Palacete do Coronel Manoel Dantas (rua de Estância)



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 29.

**FIGURA 13** - Residência do Dr. Lauro Andrade (rua Pacatuba)



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 66.

**FIGURA 14** - Palacete do Dr. Manoel Cruz (rua Itabaiana)



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 30.

**FIGURA 15** - Residências dos Srs. Pedro amado e Issac Undermann (rua Itabaiana)



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 30.

**FIGURA 16** - Palacete do Coronel Cecílio Teixeira de Andrade (rua Pacatuba)



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 30.

Toda esta área, em dia de festas, estava sobre constante vigilância<sup>268</sup>. No Centenário de emancipação de Sergipe (1921), arrolaram para Aracaju, "um numero incalculavel de pessoas", vindas de outros Estados e do interior. As comemorações aconteceram sem nenhum tipo de

<sup>268</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921. p. 54.

baderna ou desordem pública<sup>269</sup>. Graças, segundo, o Presidente Pereira Lobo, a ação zelosa da patrulha policial na manutenção da ordem pública e da índole pacífica dos sergipanos.

[...] orientado pelo movimento aperfeiçoador da vida humana sempre impulsionada esta pela poderosa lei da civilização, com a irradiação sucessivas de novas idéas, tenho concentrado o meu espirito na solução dos problemas que dizem com os interesses moraes e materiaes do povo, que nos olha sempre cheio de esperanças no tocante ao aperfeiçoamento dos nossos costumes, da contemplação dos nossos atos [...] tendo eu por fito o culto aos nobres sentimentos e ao devotamento patriotico pelas causas que se prendem ao bem publico<sup>270</sup>.

Movido pelo intento de apresentar uma Aracaju renovada em seus costumes, cultuadora de bons hábitos, expurgava nos períodos de festas os indivíduos perigosos a ordem pública. Ou, os mantinham sobre constante vigilância. Desta forma, a polícia tomava providências contra o jogo, prática social deturpadora dos ideais de homem civilizado. Estes seriam o inverso do que o projeto republicano tentava forjar: indivíduos fracos no autocontrole de seus corpos e vontades<sup>271</sup>.

Não fugindo a regra, essas medidas foram tomadas na comemoração do Centenário de Emancipação de Sergipe<sup>272</sup>. O Sr. Pereira Lobo, determinou o fechamento de cabarés, frequente foco de desordens públicas e tomou providências contra as meretrizes que surgiam em certos horários no centro da capital. Tais cenas urbanas eram incoerentes num espaço, que via de regra, deveria ser civilizado, representando o que mais de honesto e descente haveria de existir. Principalmente numa data tão importante, em que os olhares da imprensa, das autoridades e visitantes ( vindos do interior ou de outros Estados) se faziam mais perscrutadores.

A cidade, embora tivesse seu discurso modernizador e a idealização de se cultuar um modelo de civilização em seus espaços, as festas esbarravam com a própria vida urbana. Pois, os aparatos de promoção e fiscalização dos indivíduos na urbe, em tempos festivos, apenas, desfrutavam de uma vitória momentânea. Por conseguinte, ao terminar, todo aquele aparelhamento, veneração nos festejos e vigilância no centro, voltavam a sua flexibilidade

<sup>269</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921. p. 54.

<sup>270</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1921, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Official, 1921. pp.6-7.

<sup>271</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1921, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 14ª Legislatura. Aracaju: Imprensa Official, 1921. pp.6-7.

<sup>272</sup> Idem.

habitual. E os cidadãos, sem os olhares da sociedade e do Estado, retornavam as velhas práticas, em seus bairros distantes da exigência de sujeitos civilizados.

### **2.3 Festa de Arrecadação na "Cidade Dos Mortos"<sup>273</sup>: Formas de Custo do Ensino Elementar Público nas Primeiras Décadas da República em Sergipe - Fundo e Caixa Escolar e os Símbolos da Pátria**

Por meio do Decreto nº. 536, de 12 de agosto de 1911, o Presidente do Estado, José Rodrigues da Costa Dória, reorganizou o ensino, ao mesmo tempo, ordenou que fossem observados os regulamentos baixados na mencionada reforma<sup>274</sup>. Para ele, a instrução não estava atendendo aos fins a que foi designada: forjar o cidadão republicano civilizado<sup>275</sup>. Pois, a última restruturação realizada no ensino elementar, já não atendia às condições de desenvolvimento do Estado. Era necessária uma educação que dialogasse com a nova pedagogia e com àquele momento de transformações que passava Sergipe.

Dentre as preocupações do Presidente Dória, estava a organização do ensino elementar no Estado. Pelo decreto nº 536, ficava instituído as escolas isoladas e os grupos escolares. Na capital, nas cidades e vilas em que o número de alunos exigisse, poderiam reunir as escolas isoladas em grupos. Por mais, contemplou a criação, classificação e supressão dos estabelecimentos de instrução; estabeleceu as condições adequadas dos prédios aos métodos de ensino, junto com a mobília e material didático a ser usado, entre outras providências.

Uma das regulamentações mais importantes contida no decreto estava a obrigatoriedade do ensino primário<sup>276</sup>. Entendemos que ao fazer isso, o Estado tomou para si a responsabilidade da educação os sergipanos<sup>277</sup>. Como via de regra, implementou medidas para que os custos com a instrução em Sergipe, não fosse oneroso aos cofres públicos. Visto que, o objetivo era aumentar, sensivelmente, o número de matrículas nas escolas públicas.

<sup>273</sup> Este título faz parte de um Relatório Apresentado ao Exm. Senhor Desembargador Guilherme de Souza Campos, pelo Director da Instrução e da Escola Normal, Padre Possidonio Pinheiro da Rocha. 15 de agosto de 1907. p. 14. Ao comentar o texto do poeta inglês de nome Gray, descreve a tristeza do escritor diante da cidade dos mortos, pois supunha que ali existisse talentos privilegiados, que se instruídos, seriam capazes de descrever com perfeição o movimento dos corpos celestes. E conclui, de forma implícita, a urgência da ampliação do ensino "[...] até as ultimas camadas sociaes [...]".

<sup>274</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p.1.

<sup>275</sup> CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. "Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária". In: *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p. 141-158, set 2011/fev 2012. p. 151.

<sup>276</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911, p.54.

<sup>277</sup> CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Op. Cit. 211. p. 145.

Em tese, isso aumentaria sensivelmente a quantidade de alunos nas festividades cívico-escolares e escolas. Lembremos que uma das peças fundamentais de qualquer solenidade, organizada para ser um espetáculo, com pomosidade e grandiosidade, sem deixar a parte instrutiva, seria o número de discentes que participavam dela. Consequentemente, se houvesse uma grande defasagem escolar, as exibições nas ruas em datas especiais ficariam prejudicadas. Visto que as encenações de progresso na educação sergipana limitar-se-iam a uns parcos indivíduos.

Assim, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino, incluiu alunos pobres de Sergipe que não podiam arcar com os custos do material didático, necessários na aprendizagem. O próximo passo foi planejar como mantê-los nos bancos escolares, sendo que, para muitos, faltavam as condições mínimas de vida (comida, roupas, condições sanitárias e higiênicas, entre outros). Como auxílio a população escolar pobre, constituiu o "fundo escolar"<sup>278</sup>. Dessa forma, promoveu meios para que os alunos desvalidos pudesse frequentar, durante quatro anos, uma instituição de ensino no Estado.

Ele destinava-se, exclusivamente, para aquisição de livros e materiais escolares, entre outros, para os alunos pobres das escolas públicas. Suas receitas vinham de descontos, donativos e emolumentos; dentre eles: descontos do primeiro ano de exercício dos funcionários públicos; donativos ou legados feitos a instrução pública e pelos emolumentos cobrados do registro de diplomas, cartas e certificados dos estabelecimentos de ensino público primário e secundário do Estado<sup>279</sup>.

A reforma de 1914 (lei nº 663 de 28 de julho de 1914) realizada no decreto de 1911, não alterou, significativamente, os regulamentos da instrução em Sergipe. Basicamente, o que houve foi pequenos acréscimos no texto, especificando, melhor as atribuições e, fins, a que se destinavam cada artigo. Com isso, podemos dizer que não houve um grande avanço de uma reforma para a outra, na questão de financiamento do ensino público.

Salientamos também que à criação de um fundo para a educação, abrangendo os discentes desvalidos, não conseguiu na prática, tornar o ensino primário obrigatório. Embora a matrícula fosse livre e gratuita em qualquer dos graus da instrução pública<sup>280</sup>. Segundo, o

---

<sup>278</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911. p.54.

<sup>279</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1911.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. pp. 34-35.

<sup>280</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1914.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 5.

Presidente de Sergipe, o General José de Siqueira Menezes, logo que as finanças do Estado o permitissem, o ensino obrigatório seria implantado<sup>281</sup>.

Com esse intento, incentivou à associação de indivíduos que objetivavam fomentar a instrução em Sergipe. Com o consentimento do Presidente do Estado, o General Manuel P. de Oliveira Valladão, tais iniciativas ganharam força. Entre os meios apontados por ele em 1915 para o crescimento de matrículas e frequências, estavam as caixas escolares<sup>282</sup>. Para o General Valladão, a instituição delas, com caráter obrigatório, não deveria ser adiada<sup>283</sup>.

No ano seguinte, ele promoveu a reforma do ensino primário no Estado. Dessa forma, outro decreto foi criado para conseguir se adequar as dificuldades enfrentadas pelos presidentes, que tentavam implantar o ensino obrigatório de qualidade nos grupos e escolas isoladas. Através do decreto nº 630 de 24 de abril de 1916<sup>284</sup>, sancionou as caixas escolares como um dos meios de inestimável valor para a educação dos sergipanos.

Um dos seus fins era fomentar e impulsionar a frequência escolar. Sendo sua criação obrigatória nos grupos escolares e, facultativa, nas escolas isoladas<sup>285</sup>. Além dos recursos arrecadados pelas doações, o fundo escolar destinava uma parte de sua verba para as caixas escolares; contava com o auxílio do Governo Estadual e das intendências; com o produto de subscrições, quermesses, festas entre outros<sup>286</sup>.

Os recursos arrecadados pelas caixas escolares podem ser aplicados nas seguintes despesas: calçados e vestimentas para alunos, comprovadamente, pobres; assistência médica, fornecimento de papel, tinta etc.; na merenda dos mesmos; aquisição de livros, estojos, brinquedos, entre outros, para serem distribuídos como prêmios aos que mais se destacavam nos estabelecimentos de ensino elementar<sup>287</sup>.

Com isso, essa instituição detalha quais os seus fins e a meta que pretendeu obter: obrigatoriedade do ensino público. Ao doar material aos alunos comprovadamente pobres e ao mesmo tempo fornecer merenda, o Presidente do Estado, quis colocar em condições de igualdade o alunato sergipano. Dando-lhes condições de frequentarem e permanecerem nos bancos escolares. Ressaltando que, pelo decreto, a assistência seria dada aos grupos escolares, preferencialmente.

<sup>281</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1914**. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 5.

<sup>282</sup> AZEVEDO, Crislane B. Op. Cit. 2009. p. 98.

<sup>283</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 12º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915, p.17

<sup>284</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1916**. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 200.

<sup>285</sup> Ibidem. p.253.

<sup>286</sup> Ibidem. p. 253.

<sup>287</sup> SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1916**. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 254.

As escolas graduadas de Aracaju foram os primeiros a organizarem uma caixa escolar. Duas estavam em funcionamento em 1917: a caixa escolar General Valladão e a Rodrigues Dória<sup>288</sup>. A primeira no Grupo Escolar General Siqueira, presidida pelo Coronel Silvério dos Santos, delegado fiscal do Tesouro Nacional; e, a segunda, anexa ao Grupo Modelo, presidida pelo Dr. Monteiro de Almeida, secretário geral<sup>289</sup>. Duas outras tinham sido fundadas mas não estavam regulamentadas conforme o art. 261 do decreto nº 630, de 1916, pois as caixas só poderiam ser reconhecidas quando adquirissem personalidade jurídica, baseada na lei federal nº 173, de 10 de setembro de 1893<sup>290</sup>.

Em 1920, já existia 8 caixas escolares no Estado. Entre elas: caixa escolar Thereza Lôbo, junto a escola normal; caixa escolar Elvira Valladão, junto ao Grupo Escolar General Valladão; caixa escolar Rodrigues Dória, junto ao Grupo Escolar Modelo; caixa escolar Valladão, junto ao Grupos Escolar General Siqueira; caixa escolar Wenceslau Guimarães, junto ao Grupo Escolar Barão de Maruim. Todas funcionavam na capital. No interior, tinham: a caixa escolar Pereira Lôbo, em São Cristovão; caixa Alvaro Silva, junto ao Grupo Coelho e Campos, na cidade de Capela e a caixa escolar Graccho Cardoso, na cidade de Laranjeiras<sup>291</sup>.

Logo nos primeiros anos de criação delas, um número significativo de alunos foi contemplado. No ano de 1917, o Grupo Escolar General Siqueira, distribuiu 264 uniformes de ambos os sexos; o Grupo Modelo, há apenas três meses que estava funcionando, tinha dado 56 uniformes, livros e papéis no valor de 56\$000<sup>292</sup>. No ano seguinte, foram 262 uniformes para ambos os sexos e 125 uniformes, respectivamente, além de calçados, papel, pena, livros entre outros<sup>293</sup>.

Pelos resultados alcançados, essa instituição gozou de muito prestígio pelos sergipanos. Tendo em vista o pouco tempo que havia sido sancionado o decreto, os Presidentes de Sergipe, diretores e etc., viam a constituição delas com certa urgência. Foi desta forma que o senhor

---

<sup>288</sup> Caixa Escolar fundada em 1º de junho de 1917. **Estatuto da Caixa Escolar Rodrigues Dória**. 19 de junho de 1917. p. 1.

<sup>289</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1918, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1918. p. 29.

<sup>290</sup> SERGIPE. Collecção de Leis e Decretos de 1916. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 254.

<sup>291</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920. p. 26.

<sup>292</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1917, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1917. p. 10.

<sup>293</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1918, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1918. p. 29.

Pereira Lobo em 1920, referiu-se as caixas escolares: de valor inestimável para a instrução no Estado. Ela "vêm preenchendo uma extensa valla"<sup>294</sup> que até pouco tempo existia entre a pobreza e a escola.

Pereira Lobo ao dirigir-se a Assembleia Legislativa, discursou sobre sua utilidade. Todas as caixas escolares eram subsidiadas pelo Estado. Elas recebiam da Diretoria de Finanças, recursos que variavam de acordo com o número de classes nos grupos escolares ou de matrículas nas escolas<sup>295</sup>. Apontando uma sensível melhora nos recursos destinados a instrução. Pois, à medida que foram crescendo as caixas escolares, o "fundo econômico"<sup>296</sup>, que por lei, destinava uma verba especial para o ensino primário, tornava-se estável<sup>297</sup>.

Dentro do espírito de popularizar o ensino, os Presidentes do Estado, procuravam alternativas de captação de recursos destinados a instrução pública. Permitindo que crianças pobres se matriculassem e permanecessem frequentando as aulas. No decreto, nº 536 de 1911, e, nº 663 de 1914, houve uma preocupação de onde viriam os recursos para tornar a instrução elementar obrigatória. Em meio a tantas tentativas, o Fundo Escolar, criado na reforma educacional de 1911, perdurou por entre as várias reformulações da educação pública.

Na reforma de nº 630 de 1916, ela trouxe, pelo menos, duas importantes inserções. O primeiro, foi a criação das caixas escolares para as escolas públicas sergipanas. Agregando, ao seu patrimônio, as mensalidades dos sócios, doações entre outros<sup>298</sup>. Desta forma, pretendeu-se que fossem autossuficientes, enquanto perdurasse. O segundo, foi a legalização da organização, pelo corpo docente - inclusive o diretor - e terceiros, de "Kermesses" e festas. Com o fim de angariar fundos<sup>299</sup>.

Não foi uma inovação trazida pela legislação do ensino público de 1916. As quermesses, já eram usadas para outros fins em Sergipe. No ano de 1910, o Jornal a Razão, anunciaava uma quermesse em favor dos "pobres velhos"<sup>300</sup> do Asylo Santo Antonio. Conclamando a população estanciana a participarem, e, prometeu lindas prendas e bilhete à 200rs.

<sup>294</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.* Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920. p.26.

<sup>295</sup> Ibidem. p. 27.

<sup>296</sup> Idem.

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> CARACANHA, Laura Aparecida. "A Primeira República e os Grupos Escolares: a constituição do Grupo Escolar José Gabriel de Oliveira de Santa Bárbara D'este, Sp.". <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/L/Laura%20Aparecida%20Caracanha.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/L/Laura%20Aparecida%20Caracanha.pdf)>. Acesso em 07 de julho de 2014. p. 15.

<sup>299</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1916.* Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 253.

<sup>300</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº 16, Estancia/SE. 24 de abril de 1910. p. 3.

Além de ser um evento de arrecadação para manter uma instituição, o que mais os movia? Ora, como toda festa, há uma variedade de intenções por quem organiza e por que participa. No dia em que a quermesse foi realizada no asilo, comemorava-se o dia do seu patrono, Santo Antônio<sup>301</sup>. Nessa data, o Cônego Victorino ficou encarregado de recitar um panegírico ao santo.

Entre músicas e conversas, o Jantar esteve a cargo da senhora, Jovina B. Santos, filha do conhecido e estimado tabelião, João Antonio H. dos Santos. Em favor a uma graça dada pelo padroeiro, sentiu-se na obrigação de retribuir. Ao final da festa foi distribuído anéis, fitas de Santo Antônio e pães bentos, recebendo em troca pelas pessoas agraciadas, com tais objetos, uma pequena contribuição para os "pobres velhos"<sup>302</sup>.

Outro exemplo, foi a quermesse para construção de um monumento em memória ao falecido Pericles Barreto. Os amigos estavam à frente do evento a ser realizado no dia 24 de dezembro, num dos trechos da praça da Matriz. Neste caso, os responsáveis e os elementos presentes nela, estão descritos no Jornal Correio de Aracaju. Em particular, o que chamou a atenção, foram as comissões, composta, totalmente, por "senhorinhas"<sup>303</sup>.

Ao todo, formaram-se sete comissões. Observando que, sendo um evento benéfico, a estrutura de uma quermesse era bastante complexa. Por certo, exigiu dos organizadores uma preparação com bastante antecedência. Ela contou com uma comissão para distribuição de bilhete; comissão para bebidas e doces; comissão para venda de flores; comissão para distribuição de prendas; comissão para passagem de telegramas; comissão de barraca infantil e comissão de contas. E, àqueles que quisessem fazer suas doações, poderiam remeter para a "casa do professor Manoel Cândido, a rua de Itabaiana nº 48[ilegível]"<sup>304</sup>.

Assim, ao liberar "kermesses" e "festas", em 1916, para subsidiar as caixas escolares, o Estado apropriou-se de um festa social-religiosa benéfico. Até o momento de recolhimento de fontes, não encontramos nenhuma documentação descrevendo à existência de quermesses, anteriores a este período, que fossem organizadas em prol da obrigatoriedade do ensino primário público em Sergipe.

Em face disso, só detectamos a organização delas, no ano seguinte a promulgação da lei. Ora, tal intervalo de tempo, fez surgirem perguntas, questionamentos que esperamos responder. Entre elas, por que esperar mais de um ano para realizar uma quermesse em prol da

---

<sup>301</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº 23, Estancia/SE. 12 de junho de 1912. p. 1.

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2490, Aracaju/SE. 22 de dezembro de 1918. p. 1.

<sup>304</sup> Idem.

instrução? Ela veicula um modelo de civilização? Bem, de início falemos da quermesse organizada em 1917.

Inicialmente, sabemos que certos divertimentos eram permitidos e apoiados pelas autoridades do Estado. Esses eventos por serem entendidos como entretenimento civilizados que contribuíam para forjar cidadãos republicanos civilizados, aconteciam como se fossem uma continuação das festas cívicas. Assim, as quermesses que por muito tempo esteve fora desse rol, foi incluída nas solenidades sergipanas. Sendo organizadas por diretores de grupos escolares e por outros indivíduos.

Aliás, uma foi realizada em 07 de setembro de 1917. Às sete horas da noite, no jardim Olympio Campos, as luzes foram acesas. Não aquelas costumeiras de todos os dias. Eram lâmpadas multicolores que permitiu, aos que ali chegassem, vislumbrassem o carinho e zelo da comissão organizadora. O palco e os organizadores, já estavam preparados para receberem os ilustres sergipanos<sup>305</sup>. Ao som dos instrumentos da banda do corpo policial, a festa começou.

Um número grande de senhoritas e senhoras da mais fina sociedade, afirmou o jornal, compareceram ao evento filantrópico em benefício a caixa escolar General Valladão. Disto, podemos perceber, o destaque dado a figura feminina: tanto com relação aos organizadores quanto aos que foram prestigiar a quermesse. Sendo exceção, neste caso, o diretor do grupo escolar, o Presidente do Estado e o corpo da banda policial.

Pelos indícios apresentados pela imprensa, podemos concluir que existiam outros homens naquele local. Tomando o próprio discurso - involuntário - do jornal podemos fazer algumas afirmações<sup>306</sup>. O próprio Correio de Aracaju as nomeia, "[...] eram senhoritas e senhoras da mais fina sociedade [...]", que ao cair da noite, não andavam desacompanhadas, eram com seus respectivos maridos, namorados, pais e parentes que estavam elas.

No dia 9 de setembro, o jornal declarava que os resultados do evento benéfico de anteontem, foram satisfatórios. Pois, naquela noite, conseguiram arrecadar a importância de 813\$000, incluído, a doação de 200\$000, do Presidente de Sergipe, General Oliveira Valladão. Menos às deduções que juntas somaram 132\$000, sendo gastos: 55\$000, com papéis e cartões; 25\$000, com bandeirinhas republicanas; 40\$000, com presentes; 14\$000, com "armação e enfeite etc"<sup>307</sup>. Tendo uma renda líquida de 681\$000<sup>308</sup>. Ao fim da matéria, o jornal agradeceu

<sup>305</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 1.

<sup>306</sup> GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In.: \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais - Morfologia e História**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 171.

<sup>307</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 1.

<sup>308</sup> Idem.

a todos que ali estiveram, e, ao idealizador da quermesse: o diretor do Grupo Escolar General Siqueira, o advogado, Mecenas Peixoto.

Os produtos que circularam na quermesse, gerou receitas ao comércio de Aracaju. Claro que, como uma organização benéfica, não tinham muitos recursos para comprarem em enormes quantidades. Mas para os comerciantes, naquela época, representava um diferencial em relação a um dia normal de vendas. Pela documentação, nenhum comerciante fez um donativo.

Ao contrário, percebemos que foram necessários adquirir produtos para a quermesse em vários lugares. A própria omissão do correio de Aracaju, implicitamente, sobre o lugar de compra de alguns deles, diz algo. Como o historiador italiano, Carlos Ginzburg escreveu, todo discurso citado é feito seu e remodelado por quem cita<sup>309</sup>. Principalmente o jornal que é trabalhado - o texto - para ser vistos, somente, aquilo que tem que aparecer.

Na lista apresentada pelo jornal, ou melhor, seu silêncio, permitiu-nos realizar uma leitura a contragosto de seu(s) editor(es). Entre as casas comerciais estão: a Papelaria Commercial (Compra de cartas e Cartões); Magazin Leite (comprou bandeirinha republicana) e o Prato Chinez (comprou presentes). O último item que foi "armação e enfeites etc.", não consta o lugar.

Nisso, elencamos à hipótese que as casas comerciais que foram citadas no jornal, fizeram descontos por se tratar de uma festa benéfica em prol da educação e, principalmente, por ser um evento importante, comparecendo a tal festividade, os indivíduos ilustres de Sergipe. Justificando assim, a omissão das empresas comerciais que não foram listadas no texto.

Por alguns detalhes entendemos que a expectativa de público esperado não era modesta. Visto que o festejo foi realizado na Praça Olympio Campos. Espaço de sociabilidade que comporta um número significativo em seu entorno. Acrescentemos ainda, a presença do senhor General Valladão, Presidente de Sergipe. Autoridade máxima do Estado, que em tais momentos estava acompanhado de sua comitiva. Isso atraia muito olhos curiosos para o evento<sup>310</sup>.

Até o próprio dia de realização dos festejos, prova isso: 07 de setembro. Uma data especial para o Brasil e para Sergipe também. Sendo que a própria quermesse não estava longe do modelo de civilização que se cultuou quase o dia todo. Compreendemos que ao evidenciar um modelo de comportamentos das senhoras e senhoritas, iniciado nas comemorações da Independência do Brasil, a festa benéfica contribuiu para o estabelecimento de práticas

<sup>309</sup> GINZBURG, Carlo. "O Inquisidor como Antropólogo". In.: \_\_\_\_\_. **Os Fios e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire d'Águia e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.288.

<sup>310</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 1.

(gestos, maneiras ao falar), hábitos (roupas), entre outros que estavam a mostra como modelos a serem incorporados a vida urbana.

Para além dessa conotação, a festa legitimava o ideário de se forjar um novo cidadão. Sim, pois afinal de contas, o evento aconteceu para que houvesse a inserção da população pobre, em idade escolar, no ensino elementar - disposto no decreto de obrigatoriedade da instrução pública de 1911. Então, podemos nos questionar, mas e no momento em que se realizava a festividade, eram apenas os adultos os destinatários de um modelo Europeu de civilização? E se não, como a mensagem alcançava as crianças?

Utilizando-se do conceito de "individuo" do sociólogo Norbert Elias, compreendemos que antes do sujeito, já havia o mundo com suas práticas, costumes, hábitos, sociabilidades, tensões, entre outros. Ele, em um primeiro momento, acolhe às informações que estão em seu redor. Capacitando-o para viver em sociedade<sup>311</sup>. Sendo que no transcorrer, a própria história remodela, constantemente, seu referencial de civilização<sup>312</sup>.

Ao indivíduo em idade escolar que estava presente na quermesse, como qualquer criança, a primeira coisa ao chegar naquele evento seria fixar seu olhar num brinquedo ou algo lúdico. Lembremos que existia, como no exemplo anterior, uma comissão de Barraca Infantil e Contas. Ou seja, por mais que não pudessem participar, já que não era de graça, aflorava um desejo, mesmo que por um instante, daquilo considerado prática lúdica civilizada.

Se o cidadão estava sendo forjado, não haveria o porquê de fugiram do compromisso, implícito, de formar a nação, porquanto, isso foi o que norteou a pauta do dia. Podemos perceber melhor, o tecido festivo, prestando atenção em uma comissão específica: a de Bandeiras da República. Explicitamente, o que se almejava foi incentivar a exacerbação do patriotismo e reconhecimento dos indivíduos sergipanos, enquanto pertencente a uma unidade maior, em que se reconheciam partilhando a mesma história - A Independência do Brasil.

Este detalhe corrobora com a nossa afirmação de que as quermesses tornaram-se uma continuação das festividades cívicas realizadas nas ruas. A data em que eram organizadas e o tema que se propõem a trabalhar são indícios fornecidos pela documentação dessa ligação. Decerto, mais do que arrecadar, ela difundia um modelo de práticas e representações para os indivíduos que compareciam em tais eventos.

<sup>311</sup> Cf.: ELIAS, Norbert. "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **Sobre o Tempo**. Editado por Michael Schoter; Tradução: Vera Ribeiro; Revisão técnica: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1998. p.19; e, ver também: ELIAS, Norbert. "A Sociedade dos Indivíduos (1939)". In.: \_\_\_\_\_. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por Michael Schoter; Tradução: Vera Ribeiro; Revisão técnica e notas: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 19.

<sup>312</sup> Cf.: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes - volume I. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Além disso, elas tinham um ciclo de datas festivas em que se realizavam<sup>313</sup>. Nesta última, caiu na comemoração da Independência do Brasil. Mas poderia ser outra data, por exemplo, em 1920, o diretor do Grupo escolar Barão de Maruim, organizou uma, em benefício a caixa escolar Wenceslau Guimarães, no Jardim Fausto Cardoso. Pelo programa, estava prevista para 13 de maio, as 16hs<sup>314</sup>.

Essa data seria a comemoração nacional da fraternidade dos brasileiros. Um evento importante do calendário nacional. Sendo que nos dias de grandes festas (nacionais ou nacionais), às várias instituições sergipanas, em forma de adesão, organizavam seus rituais. Eram momentos propícios para incluir novos sócios e empossar à equipe que fossem conduzi-las, a exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) ou celebrando-se uma missa, ritual corriqueiro para a Igreja Católica em Sergipe nesses momentos.

As quermesses não conseguiram, simplesmente, com suas arrecadações, evitar as críticas feitas aos parcos recursos adquiridos pelas caixas escolares. Um dos fins das festas, seria auxiliar no aumento financeiro daquela. Contribuindo de forma indireta para a instalação da obrigatoriedade do ensino elementar público no Estado. Tais eventos filantrópicos não deveriam oferecer ajuda de custo permanente, isto cabia as mensalidades pagas pelos associados das caixas escolares. Se estas foram exaltadas pelos grandes serviços prestados à população pobre estudantil, uma parcela do crédito deveria ser outorgada as quermesses.

Consequentemente ao serem organizadas, acabavam contribuindo para aumentar o número de alunos dos grupos escolares que compareciam as festas cívico-escolares e escolares. E o mais importante, a desempenharam atividades nessas solenidades. Afinal, tratava-se também de tornar evidente o que estava sendo ensinado nos estabelecimentos de ensino primário tidos como de excelência.

Contudo, a efervescência das caixas escolares logo chegaria ao seu fim. As contribuições provenientes dos sócios e da sociedade sergipana decrescia no decorrer dos anos. Ao se organizarem uma, era grande o seu desenvolvimento. A exemplo, a caixa escolar Rodrigues Dória, que em pouquíssimo tempo de organização, conseguiu angariar sócios e doações consideráveis. Revertidas para a população escolar pobre. E, logo em seguida, declinou. *A priori*, foram diversos os fatores que contribuíam para sua decadência.

---

<sup>313</sup> Neste caso, nos referimos as quermesses em que eram organizadas pelos diretores dos grupos escolares e destinada a arrecadação de suas respectivas caixas escolares.

<sup>314</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2853, Aracaju/SE. 16 de abril de 1920. p. 1.

Parte do problema se deu porque, depois de certo tempo, as mensalidades atrasavam, e, posteriormente, os contribuintes deixavam de prover recursos à instituição<sup>315</sup>. Outra situação foi observada no Grupo Escola Coelho e Campos, em que o diretor exaltou a criação delas e os benefícios para os alunos pobres, mas pelo seu reduzido número de sócios, não satisfazia à expectativa de arrecadação<sup>316</sup>.

Essas instituições não se arraigaram no Estado. Não era costume dos sergipanos, engajarem-se em associações de fomentação da educação, financiando-os. Para Maurício Graccho Cardoso, a ausência de hábitos que concorressem no bom andamento do ensino, estaria por se consolidar. Pois, havia carência de indivíduos decididos a comprometerem-se com elas<sup>317</sup>.

A diminuição de sócios, não impediu à criação de novas caixas escolares. Mesmo enfrentado problemas em mantê-las, os diretores dos grupos escolares continuavam a solicitá-las. O Grupo Escolar Manoel Luiz, em 12 de julho de 1924, já falava da urgência de se criar uma, para amparar os alunos pobres. Aguardava apenas a reunião do corpo docente para deliberarem sobre o assunto<sup>318</sup>.

No Grupo escolar Coelho e Campos, na cidade de Capela, os ânimos foram mais exaltados. Em relatório apresentado em 30 de junho de 1924, ao Diretor da Instrução, descreveu as dificuldades enfrentadas para conseguir novos associados. Escreveu com pessimismo da existência, por mais tempo, das caixas escolares. E culpou a indisposição de seus conterrâneos pela impossibilidade de manter essa associação benficiente<sup>319</sup>.

Esse pessimismo perpassava por diretores de grupos escolares, professores e os Presidentes de Sergipe, ou seja, por profissionais vinculados a educação. Porquanto, o processo de civilizar as crianças em idade escolar, carecia do auxílio dos indivíduos em condições de contribuir. Estes se representavam como civilizados e incentivadores do progresso<sup>320</sup>, que no calor do momento, cediam seus préstimos - via donativos ou mensalidades. Em certos casos, as

---

<sup>315</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1925, ao Installar-se a 3º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1925, p.15.

<sup>316</sup> Relatório do Grupo Escolar Coelho e Campos Enviada ao Diretor da Instrução Pública. 17 de junho de 1922. p. 4.

<sup>317</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1923, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1923. p.7.

<sup>318</sup> Relatório do Grupo Escolar Manoel Luiz Apresentado ao Diretor da Instrução Pública, Aracaju/Se. 12 de Julho de 1924. p. 2.

<sup>319</sup> Relatório do Grupo Escolar Coelho e Campos Apresentado ao Diretor da Instrução Pública, Aracaju/Se. 30 de Junho de 1924. p. 2.

<sup>320</sup> Ibidem. p. 3.

caixas benficiares tiveram oportunidade de tê-los como membros por algum tempo, para logo em seguida, arrefecerem os ânimos.

Coube apenas a tais profissionais tentarem manter as caixas escolares, resistindo o quanto pudessem ao desinteresse dos sergipanos. E foi o que ocorreu. Naquele mesmo ano, criava-se, em Própria, mais uma instituição benemérita, pertencente ao Grupo Escolar João Fernandes de Brito. Segundo, Graccho Cardoso, nenhum proveito traria a população escolar pobre se o Estado não lhes socorresse com o auxílio do Fundo Escolar<sup>321</sup>.

Seja como for, percebemos um aumento no número de discentes matriculadas nas escolas de ensino primário. E graças a realização de quermesses - além dos fundos e caixas escolas -, podemos perceber o crescimento, mesmo que em bases modestas, de meninos e meninas comparecendo e tomando parte nas festas cívico-escolares e escolares.

#### **2.4 A Escola Invade as Ruas: Passeatas Cívicas dos Grupos Escolares Sergipanos - Civismo e Patriotismo no Espaço Urbano**

Um dos maiores problemas enfrentados pelas festas era o número de seus participantes. Mesmo que fossem bem organizadas, necessitavam de uma quantidade razoável de alunos - a proporção dependia da localidade e discentes matriculados nas escolas -, se não, comprometeriam a representação de civilização e progresso encenada e legitimada em momentos festivos.

Parte da solução foi realizada por meio das caixas escolares e do Fundo Escolar. Não resolveram o problema do diminuto número de alunos que frequentavam os grupos escolares. Mas a criação e funcionamento delas, proporcionaram crescimento, mesmo que pouco expressivo, nas escolas de ensino primário de Sergipe. Assim, portando um melhor contingente, as festas poderiam construir uma representação de civilização e de progresso na educação do Estado e/ou da Instituição que a organizava.

Para Michel Vovelle, nelas um grupo ou uma coletividade projetaria simbolicamente suas representações de mundo, podendo inclusive filtrar todas as suas tensões. Desta forma, seria a imposição da visão do cotidiano que estariam sendo disputadas ou trabalhadas para

---

<sup>321</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1925, ao Installar-se a 3º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1925. p.15.

serem estrategicamente impostas. Possibilitando ao historiador perceber as interações existentes em um dado período histórico<sup>322</sup>.

Entretanto, a primeira dificuldade a enfrentarmos estavam relacionadas a sua organização. As passeatas cívicas não tinham um papel definido nas festas. Em alguns momentos eram organizadas em função delas mesmas, em outros, tornavam-se um prolongamento de uma maior: uma comemoração, uma celebração, uma solenidade, uma homenagem etc. Tal dualidade podemos observar quando acompanhamos o desenrolar de seu desenvolvimento ao serem realizadas em Sergipe.

Em um primeiro momento, elas poderiam ser realizadas por meio de parcerias ou de iniciativa da própria escola, sem a intervenção de terceiros - o que era mais raro. Naquele caso, geralmente, seria um jornal a contribuir com as festas que ocorreriam. Sendo assim, não estavam sujeitas, necessariamente, a participação de outras Instituições de ensino, já que elas mesmas planejavam e executavam como se fosse o próprio Estado a organizá-las<sup>323</sup>.

Ao fazerem isso, acabavam promovendo a instituição que colaborava - financeiramente ou ajudava na divulgação do evento -, apresentando-se como defensora ou promotora do civismo<sup>324</sup> e a escola, que conseguia notoriedade na comunidade em que estavam sediadas<sup>325</sup>. Esta, em especial, coube mostrar o que esses estabelecimentos ensinavam aos seus alunos. Nessas datas as práticas do cotidiano escolar iam as ruas - disciplina, comportamentos, hábitos, gestos ou por meio de encenações, exercícios, ginásticas entre outros<sup>326</sup>.

O jornal *A Razão* criticava a situação de atraso em que se encontrava a educação em Sergipe. As festas cívicas apareciam estarem num estado letárgico, tendo avançado pouco nesse quesito (1890-1910). Para contornar tal situação, afirmava: "já é tempo de expurgar o atraso e presunção que predominam em nosso meio, seguindo o desenvolvimento d'outros estados da união"<sup>327</sup> - certamente, ao proferir tal assertiva estava pensando no Estado de São Paulo.

No entanto, a primeira Instituição de ensino em que as fontes descrevem a realização de passeatas cívicas na Primeira República em Sergipe, foi a Escola Tobias Barreto<sup>328</sup>. Fundada

<sup>322</sup> VOVELLE, Michel. "O Retrессo pela História na redescoberta da Festa". In: \_\_\_\_\_. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução: Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 246-247.

<sup>323</sup> A RAZÃO. Anno XVI, nº43, Estancia/Se. 31 de outubro de 1909. p. 3.

<sup>324</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº34, Estancia/Se. 04 de setembro de 1910. p. 1.

<sup>325</sup> A RAZÃO. Anno XVI, nº43, Estancia/Se. 31 de outubro de 1909. p. 3; A RAZÃO. Anno XVI, nº35, Estancia/Se. 05 de setembro de 1909. p. 2.

<sup>326</sup> A RAZÃO. Anno XVI, nº43, Estancia/Se. 31 de outubro de 1909. p. 3.

<sup>327</sup> Idem.

<sup>328</sup> A Escola Tobias Barreto, foi fundada em 09 de maio de 1909 pelo major José de Alencar Cardoso. Em um primeiro momento, tal estabelecimento denominava-se de Grupo Escolar Tobias Barreto. Uma alusão à qualidade apresentada pelos grupos escolares do Estado de São Paulo. Cf.: A RAZÃO. Anno XVI, nº19, Estancia/Se. 09 de

em 1909 pelo Major José de Alencar Cardoso em Estância, apresentava características de forte teor cívico e patriótico, estando incluídos em seu programa escolar a organização de desfiles pelas ruas da cidade com encenações de diversos combates<sup>329</sup>.

A outro modo de passeatas cívicas eram uma forma mais complexa sua organização. Aconteciam conjuntamente com outras Instituições de ensino e inseridas em uma festa maior. Não se apresentando somente estabelecimentos de instrução primário, mas também, batalhões militares, corpo policial, entre outros, sendo que essas contavam, obrigatoriamente, com a presença das autoridades do Estado nas comemorações. Consequentemente, estavam sob a orientação de alguém indicado ou em posse de tal autoridade, geralmente, o Diretor da Instrução Pública.

As duas formas de passeatas cívicas, além de comemorarem certos feitos, destinavam-se a um mesmo fim: celebrar determinadas datas, prestando homenagens a indivíduos ilustres ou Instituições sergipanas. Cabendo aos alunos apresentarem-se, demonstrando o que haviam aprendidos nas escolas de ensino primário de Sergipe. Ou seja, o cidadão era forjado ao se renderem as encenações anteriormente ensaiadas sobre a supervisão do professor.

Como espelhos da sociedade a ser formada, as passeatas cívicas eram organizadas para apresentarem os resultados da educação no Estado. As festas, entretanto, mais do que mostrarem, era uma forma pedagógica - estratégica - de incutir nos indivíduos, especialmente, os discentes e ao público em geral, comportamentos, hábitos, gestos e as palavras de ordem (civismo e patriotismo).

Elas foram organizadas para tornarem-se espetáculos, sedutoras, agradáveis aos olhos, despertando sentimentos de negação com algumas práticas utilizadas em sociedade. Tal sensação de vergonha ou coerção deveria gerar nos alunos e seus pais um autocontrole que os fizessem volverem-se ao trabalho; culto aos heróis; obediência as autoridades do Estado que ali se faziam presentes - hierarquia -; e defenderem a pátria quando fosse necessário, entre outras coisas. Forjar o cidadão e formar a nação exigia entrega total dos indivíduos aos ideais do regime republicano.

Ao tentaram impor, por meio das festas, uma sociedade idealizada em Sergipe, distanciavam-se da vida real. Elas não poderiam ser analisadas como espelhos de certo período, trazendo à tona o cotidiano e a relação dos indivíduos no meio social. Longe de ilustrar a cultura

---

maio de 1909. p. 2; A RAZÃO. Anno XVI, nº43, Estancia/Se. 31 de outubro de 1909. p. 3; A RAZÃO. Anno XVI, nº36, Estancia/Se. 12 de setembro de 1909. p. 1.

<sup>329</sup> A RAZÃO. Anno XVI, nº19, Estancia/Se. 09 de maio de 1909. p. 2.

de determinado período e espaço, contrariavam seus elementos e dela se destacavam, forjando uma imagem idílica a ser construída<sup>330</sup>.

Os lugares privilegiados para tais encenações eram as ruas e praças das urbes sergipanas. Paralelamente nesse período, a partir de Aracaju, as cidades passavam por um processo de remodelação de seus espaços. Com a realização das passeatas cívicas das escolas no Estado, tais cenas vieram reforçar os novos comportamentos e hábitos que deveriam ser gestados em tais ambientes.

O que haveria de vigorar numa cidade que passava por transformações, objetivando se tornar civilizada seria a erradicação de certo contexto, existente bem antes de 1911 e que atravessou o Período Imperial: prostituição, vadiagem, roubo, furtos etc. Entretanto, não se destinavam apenas lugares de passagem ou de recreações. Haveriam de serem lembradas e usadas para práticas civilizadas dos cidadãos republicanos, como festas cívicas, comemorações, celebrações, passeatas cívicas, homenagens entre outras.

Para que isso acontecesse, os festejos não poderiam cair em desuso como nos tempos da monarquia<sup>331</sup>. Neste momento, elas estavam sobre a égide das escolas isoladas do Império. Em tais estabelecimentos de ensino, não se poderiam ter nem uma educação cívica e nem uma preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais que a República impunha. Eram muito deficitárias para conseguirem construir e legitimar as práticas e representações que o novo regime idealizava<sup>332</sup>.

Segundo Mona Ozouf, elas seriam como uma dócil maquinaria, pronta para ser montada e desmontada "[...] num abrir e fechar de olhos, tendo em vista as necessidades da causa"<sup>333</sup>. Pois, quantos sejam os propósitos políticos tanto eram as festas a serem organizadas. Sendo que para a autora nem todas seriam iguais. Haveriam uma tipologia: festas revolucionárias, contestatórias, de desregramento entre outros. E mesmo semelhantes, esboçavam intenções antagônicas de seus organizadores<sup>334</sup>.

Contudo, mesmo com a construção dos grupos escolares em Sergipe, as comemorações nas ruas oscilavam entre momentos de euforia (1917-1922), de certa regularidade (1911-1916) e de quase estagnação (1923-1930). Assim, compreendemos que a afirmação de Mona Ozouf,

<sup>330</sup> DUVIGNAUD, Jean. "Introdução". In: \_\_\_\_\_, **Festas e Civilizações**. Tradução e Nota Introdutória: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983. p. 32.

<sup>331</sup> VEIGA, Cynthia Greive. "Educação Estética para o Povo". In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3<sup>a</sup> Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 414.

<sup>332</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Op. Cit. 1989. pp. 24-25.

<sup>333</sup> OZOUF, Mona. Op. Cit. 1976. p. 224.

<sup>334</sup> Ibidem. p. 220.

foi exagerada, hiperbolizando a festa a uma mera montagem facilmente realizada por seus organizadores. Ao fazer isso, acabava desconsiderando os vários fatores que poderiam influir em sua organização, como: conflitos políticos, econômicos, sociais, o próprio interesse do público sobre tais festejos.

Neste penúltimo, as solicitações destinadas ao público - por meios dos jornais - para comparecerem nos festejos eram praticamente recorrentes. No Diário da Manhã em 1917, salientava que os professores deveriam se apossar do mais vivo interesse por estas manifestações públicas: as festas cívico-escolares. Fazendo assim, almejava-se incentivar um maior número de participantes (alunos e espectadores) nas comemorações. Tendo como resultado um grande estímulo para as crianças e para o povo, possibilitando-os apreciarem o desenvolvimento e a compreenderem a necessidade de incrementá-las<sup>335</sup>.

Portanto, ao fazer desta forma, construía uma representação de civilidade. Sendo que nesses momentos, aparentava que as disputas políticas desapareciam; as epidemias que assolavam em determinados períodos não existiam; e o mais importante de todos: tentava-se criar um laço de comunhão e de solidariedade cívica entre alunos, professores, funcionários e familiares. Deveria ser um momento de reconciliação entre os vários grupos sociais e os ideais republicanos - forjar o cidadão civilizado e fomentar o sentimento de pertencimentos a comunidade local e a nação<sup>336</sup>.

Doravante, em uma mesma festa cívica haviam ou poderiam haver, outras comemorações atrelados a ela. Dependiam apenas de oportunidade e interesse de um jornal sergipano, de um diretor de uma escola ou do Diretor da Instrução Pública do Estado para organizá-las. Podendo participar desde um determinada Instituição em particular ou vários estabelecimentos de ensino.

Em 7 de setembro de 1918, depois da parada cívico-escolar, foi organizada uma passeata cívica pelo Diretor da Instrução Pública. Estavam presentes diversos grupos escolares, escolas isoladas, escolas particulares e a Escola Normal. Desfilaram pelas ruas de Japaratuba e praça 24 de Outubro até o edifício da Escola Normal, ao som de hinos. Essa situação somente tornou-se possível porque para tais estabelecimentos, a festa poderiam dar vazão para que outras se iniciassem<sup>337</sup>.

O percurso realizado por tais Instituições explicita as intenções dessa passeata cívica. Antes de Retornarem ao prédio da escola Normal, ficaram em frente ao 41º Batalhão de

<sup>335</sup> DIÁRIO DA MANHÃ, Anno XVII, nº1570, Aracaju/Se. 12 de setembro de 1917. p. 1.

<sup>336</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3502, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1922. p. 2.

<sup>337</sup> DIÁRIO DA MANHÃ. Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p. 1.

Caçadores, quando entoaram na ocasião, o hino "Amor Febril" acompanhado pela banda - cedida pelo Coronel comandante, Gil de Almeida - até a rua de São Cristóvão. De lá seguiram para a residência do Presidente de Sergipe, General Manuel P. de Oliveira Valladão, instante em que cantaram o hino da Independência do Brasil, prosseguindo para a Escola de Aprendizes Marinheiros<sup>338</sup>.

Na comemoração do Centenário da Independência em Sergipe, ao termino da parada militar às 16:00hs, acontecia um "cortejo cívico"<sup>339</sup>, informava o Correio de Aracaju. Ao debruçarmo-nos sobre as descrições dos festejos e a programação publicada em 12 de agosto de mesmo ano e jornal, chegamos à conclusão que não se tratava simplesmente de um cortejo cívico - indivíduos que acompanhavam a festa -, e sim de uma passeata cívica<sup>340</sup>.

Organizada pelo Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA, José Alencar Cardoso, ela foi descrita pelos jornais sergipanos como pomposa e suntuosa por serem bem planejadas<sup>341</sup>. Abrilhantando a cena urbana por onde passavam. Infelizmente, o trajeto que seria percorrido pelas escolas, ficou sem ser publicado. Há somente a informação que terminou na praça Fausto Cardoso. Tendo ocorrido ali, diversas cerimônias.

Nos municípios de Aqidabã e Socorro foram feitas passeatas cívicas pelos estabelecimentos de ensino primário. Ao percorrerem as ruas, entoaram diversos cânticos patrióticos (hinos do Brasil e de Sergipe). Tais festas eram acompanhadas por um cortejo que, concomitantemente com os alunos, visitavam aos diversos prédios do governo: findando em alguma praça pública; na sede da Administração local (Intendência); na residência de uma autoridade do governo entre outros<sup>342</sup>.

Notamos que as passeatas, quando eram organizadas nas festas cívicas de ruas, aconteciam logo após as paradas cívico-militares, entre 15:00hs e 16:00hs. Pelo exposto até aqui, o planejamento, na maioria das vezes, ficava relegadas aos Diretores da InSTRUÇÃO de Sergipe. Como consequência, havia maior número de escolas de ensino primário que participavam das comemorações.

Fato ocorrido em 24 de outubro de 1929, em que o Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA, o padre Carlos Costa, realizou uma passeata pelas ruas de Aracaju. Estavam presentes diversas escolas do Estado, resultando em aproximadamente 2000 alunos desfilando. Em frente ao Palácio do

<sup>338</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, nº2414, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p.1.

<sup>339</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3502, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1922. p. 1.

<sup>340</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº4484, Aracaju/Se. 12 de agosto de 1922. p. 1.

<sup>341</sup> O ESTADO DE SERGIPE. Anno II, nº322, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1922. p. 3.

<sup>342</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3507, Aracaju/Se. 16 de setembro de 1922. p. 2.

Governo fizeram várias demonstrações de ginásticas suecas. Sendo por isso muito aplaudido pelos espectadores<sup>343</sup>.

Depois do Centenário da Independência do Brasil, essas comemorações cívicas eram mais realizadas nos grupos escolares e nas praças públicas. Assim, as festas em Sergipe reduziram-se a alguns lugares de fomentação do civismo e patriotismo que contribuíam na construção da representação e de práticas civilizadas, através de encenações e/ou espetáculos.

Se as comemorações nas escolas continuaram a serem praticadas, muito se deve ao projeto implementado pelo Presidente de Sergipe, Manoel Corrêa Dantas. Graças as providências tomadas, conseguiu fazer com que os festejos cívicos continuassem a serem realizados, mesmo que entre os muros dos grupos escolares sergipanos. Eram a partir dos estabelecimentos de ensino que as ruas eram invadidas por ideais de forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação<sup>344</sup>.

O que fez surgir alguns questionamentos que no momento não sabemos as respostas. Primeiro o que será que deve ter acontecido para que os dois Presidentes de Sergipe, de forma sucessiva, não esboçassem reação ante a quase estagnação das comemorações cívicas entre 1923 a 1930? Sendo que um não fez nada para mudar aquele contexto - Graccho Cardoso (1922-1926) - e o outro - Manoel Corrêa Dantas (1927-1930) -, optou-se para que fossem realizadas nos interiores das escolas, consentindo na sua expansão para as ruas através das passeatas cívicas?

Na situação em que as comemorações em Sergipe estavam, o Sr. Manoel Corrêa Dantas, transformava, segundo seu projeto, a escola de ensino primário - principalmente os grupos escolares - em principais instrumentos de execução dos ideais republicanos. Ao fazer isso, pesava sobre seus ombros a construção de representações (conhecimentos escolares) e práticas civilizadas (hábitos, costumes, gestos etc.) a serem ensinadas e legitimadas por meio das festas cívico-escolares - principalmente - e escolares.

Foi nesse contexto que a comemoração realizada no Grupo Escolar Olympio Campos, em 7 de setembro de 1927, aconteceu. Depois de várias solenidades e atividades com a participação dos alunos, a escola preparava-se para invadir as ruas. Pois, à tarde, esse

---

<sup>343</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XXIII, nº1209, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1929. p. 1.

<sup>344</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1927. pp. 6-7.

estabelecimento de ensino fez um passeio cívico, acompanhada de uma banda de música local, juntamente, com a Escola Tobias Barreto que se incorporou ao desfile<sup>345</sup>.

Por conseguinte, na ausência de comemorações em que havia a participação de várias escolas sergipanas, tais empreendimentos tornavam-se da competência dos professores e diretores dos grupos escolares (1923-1930). Doravante, competiam-lhes planejarem e executarem os festejos. O que possibilitou que gozassem de certa liberdade para escolherem se as festas nos grupos escolares seriam mais simples ou mais elaboradas, seguidas de passeatas cívicas nas ruas da cidade.

Na prática, embora sutil, representava a transformação em um dos objetivos da festa. Por conseguinte, em um primeiro momento, temos diversas escolas encenando os progressos da instrução em Sergipe; em outro, haviam escolas organizando as comemorações de forma particular. Neste caso, mais do que representarem o desenvolvimento do ensino primário, mostravam a importância da Instituição escolar que a realizava. Possibilitando também adquirir visibilidade tanto na localidade como em nível estadual os grupos escolares que as organizassem, principalmente, para fora de seus muros, por meios de passeatas cívicas<sup>346</sup>.

Ao fim de nossa análise, percorremos os caminhos trilhados pelas passeatas cívicas no estado. Antes dos grupos escolares em 1911, eram realizadas, geralmente, com a ajuda de certos indivíduos ou Instituições privadas. Entre 1911 a 1922, foram frequentes sua inclusão nas festas organizadas pelo Estado com a participação de vários estabelecimentos de ensino; e por fim, depois desta data, voltavam as ruas de forma individual: uma passeata cívica, uma escola. Para finalmente, a partir de 1929, surgir indícios que as comemorações cívicas estavam voltando.

Desse modo, compreendemos que os alunos dos grupos escolares no Estado exerciam paralelamente dois papéis. Eram forjados pelas festas cívico-escolares, e aqui especificamente nas passeatas, ao mesmo tempo em que contribuíam para a construção de uma representação de civilidade. Sendo que coube aos professores, diretores dos grupos escolares e discentes, darem prosseguimento - entre 1923 a 1930 - as grandes festividades cívicas de ruas organizadas no passado, mesmo que fossem apenas uma lembrança do que já foram.

---

<sup>345</sup> Ofício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Diretor do Grupo escolar Olympio Campos, padre Arthur Alfredo Campos, Aracaju/Se. 08 de setembro de 1927. p.1.

<sup>346</sup> Ofício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Diretor do Grupo escolar Olympio Campos, padre Arthur Alfredo Campos, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1927. p.1.

### 3. O CONHECIMENTO PRÉVIO DOS ELEMENTOS FESTIVOS

Jornal antigo é melhor que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto no jornal está vivo tudo. Os letreiros sepulcrais, sobre monótonos, são definitivos: aqui jaz, aqui descansam, orai por ele! As letras impressas na gazeta antiga são variadas, as notícias parecem recentes; é a galeria que sai, a peça que se está representando, o baile de ontem, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muitos elogios; é a própria vida em ação<sup>347</sup>.

#### 3.1 A Clientela dos Grupos Escolares Sergipanos: Os "Elementos Instáveis"<sup>348</sup> nos Trilhos da Civilização

A emigração em Sergipe, tornou-se preocupante, merecendo das autoridades públicas um olhar mais atento para tal situação. Ela deveria ser contida para o bem das finanças do Estado. Com esse intuito que o Presidente de Sergipe, Manuel P. de Oliveira Valladão, em mensagem de 1917, elencou os possíveis motivos de alguns indivíduos sergipanos terem de abandonar sua terra (Sergipe) rumo a outros Estados.

"O povo"<sup>349</sup>, disse o Presidente do Estado, a classe menos abastada, tem espírito aventureiro. Herdou de seus ancestrais a inconstância. Por isso que não é dado a reflexão quando o coage a penúria e o sofrimento. De mentes fracas e vontades débeis, sedem ao primeiro chamado de promessas fáceis para outras terras. E em prejuízo, ficava o lar de origem em precária falta de braços para o trabalho<sup>350</sup>.

Nisto os agricultores e industriais foram os mais afetados pela ausência desses indivíduos. Para o General Valladão, cabia a estes setores da economia sergipana prover meios para que patrícios não fossem aventurar-se em outras paragens. Sendo que a principal causa da

<sup>347</sup> ASSIS, Machado de. " 14 de Junho de 1889". In: CARA, Salete de Almeida (Org.). **Machado de Assis**. Direção: Edla Van Steen; seleção de Salete Almeida Cara. 2º ed. São Paulo: Global, 2006, p. 179. (Coleção Melhores Crônicas).

<sup>348</sup> Assim denominou o diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o padre Arthur Alfredo Passos, os alunos que não se estabeleciam nas escolas. Segundo ele, os pais não fixavam residência por muito tempo em uma localidade. O que acabava prejudicando o aprendizado dessas crianças. Cf.: Relatório Enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Franco Freire, pelo Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o Padre Arthur Alfredo Passos. Vilanova/Se. 23 de junho de 1928. p. 22.

<sup>349</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1917, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1917. p. 5.

<sup>350</sup> Idem.

debandada de sergipanos, para ele, seria os baixos salários. Razão do lento esgotamento da população sadia, moça e forte do campo que desejavam melhores condições de vida<sup>351</sup>.

Em 1915, já havia detectado o problema da migração no Estado. Descreveu a penúria dos indivíduos que regressaram ou tentavam voltar aos seus lares. Muitos desses faltavam-lhes condições de subsistência ou meios para retornarem. Mais uma vez, utilizou-se da falta de trabalhadores como a causa de prejuízo para Sergipe. Solicitando que se radicasse na mente dessa "gente boa"<sup>352</sup>, a possibilidade de terem melhores condições de vida, sem precisarem locomoverem-se a outras terras.<sup>353</sup>

O problema persistiu, e outros Presidentes do Estado tiveram que se dirigirem a Assembleia Legislativa a fim de propor soluções. Pois, com a descentralização republicana o problema da migração passou às mãos dos Estados<sup>354</sup>. Podemos perceber melhor essa situação na mensagem de 1921. Neste ano foi realizado um censo demográfico constatando o crescimento diminuto da população. De forma que se constatou que diferente de outras federações do Brasil, onde existiu forte ondas imigratórias, em Sergipe, ao contrário, o que se observa é a ação emigratória dos indivíduos<sup>355</sup>.

Essa leitura é inteligível a partir da confrontação dos documentos da localidade em estudo. Levando-nos a formular algumas assertivas, pois o historiador deve saber fazer flecha com qualquer madeira<sup>356</sup>, afirmou Dominique Julia. Assim, Sergipe, pode ser incluído naqueles casos que fogem à normalidade. Não estamos dizendo, com isso, que o território foi uma aberração entre os entes federativos. Haja visto, a declaração do pesquisador Paulo César Garcez Martins, que, com a Proclamação da República, as capitais brasileiras, sofreram com o grande contingente populacional nessas cidades. O que demandou uma série de reformas urbanas e sanitárias<sup>357</sup>.

<sup>351</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1917, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1917. p. 5.

<sup>352</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 12º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915. p.117.

<sup>353</sup> Idem.

<sup>354</sup> FURTADO, Celso. "A Crise da Economia Cafeeira". In.: \_\_\_\_\_. *Formação Econômica do Brasil*. 34ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.251.

<sup>355</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Dr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921. p.65.

<sup>356</sup> JULIA, Dominique. "A Cultura Escolar como Objeto Histórico". *Revista Brasileira de História da Educação*. N° 1, jan/jun. Campinas, São Paulo: Autores Associados, SBHE, 2001. pp.9-43.

<sup>357</sup> MARINZ, Paulo César Garcez. "Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In.: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo Companhia das Letras, 1998. pp.131-214. - (História da Vida Privada v. III).

Discordamos pois, do exagero pregado por ele, da suposta explosão demográficas das capitais e cidades vizinhas. Pelas fontes já utilizadas, podemos fazer um contraponto a este discurso afirmando que a história sergipana - ou seja local – tinha seu próprio ritmo histórico. Assim, não podemos apreender uma determinada situação a partir de importantes metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco etc.), estendendo e homogeneizando a outras cidades, matando com isso a historicidade delas.

Mesmo com a reurbanização da capital aracajuana, o Jornal Correio de Sergipe, apontava em 1910, os problemas trazidos pela emigração. E o que era mais grave, seria a inclusão, nesse rol de emigrados, dos intelectuais sergipanos que buscavam melhores condições de ascensão social ou reconhecimento em outros Estados<sup>358</sup>.

Doravante, no decorrer do decênio de 1911 a 1930, com a criação de várias instituições (IHGSE, Clubes Literários, Sociedade de Medicina e Cirurgia de Aracaju entre outros), os indivíduos com alto grau de instrução não precisariam deslocarem-se para outros entes federativos. Sergipe, com todas as suas peculiaridades, passou a oferecer melhores condições aos sujeitos letRADOS<sup>359</sup>.

Para aqueles que viviam no campo, tinham a opção de resistirem aos baixos salários, intempéries do clima sobre a agricultura e as pragas que arrasavam as plantações. Ou, procurar melhores condições de vida na capital sergipana. Em Aracaju, pensavam aqueles que se aventuravam: havia emprego decente nas fábricas; melhores salários; vestia-se melhor; as moças casariam e as crianças poderiam frequentar uma boa escola<sup>360</sup>.

Entende, Antônio Lindvaldo Sousa, que Aracaju passou por um processo incipiente de urbanização. A cidade recebeu, de forma constante, a imigração de homens pobres vindos do campo. As informações obtidas demonstram que, comparando-se 1920, a migração da década anterior, foi superior três vezes. Os dados da população da capital apontam que em 1900, o censo registrou 21.132 habitantes, no ano de 1920, subiu 37.440, e em 1924, 42.469 indivíduos residiam na capital<sup>361</sup>.

As famílias buscavam melhores oportunidades para seus filhos. A urbe oferecia um número considerável de escolas públicas. Em 1913, temos 11 cadeiras isoladas e 1 grupo escolar

<sup>358</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno XIX, nº325, Aracaju/Se. 28 de julho de 1910. p. 2.

<sup>359</sup> Cf.: SOUZA, Cristiane Vítorio de. "A República das letras" em Sergipe (1889-1930). 2001. 211f. Monografia (Licenciatura em Historia). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. pp. 29-126.

<sup>360</sup> FONTES, Amando. "Quatro". In: \_\_\_\_\_. Os Corumbas. 25º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. pp. 27-28.

<sup>361</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. "Por uma Melhoria do Jeca Tatu". In: \_\_\_\_\_. Em Nome do Progresso e da Liberdade: "ordem" e "rebeldia" no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930). São 1993. 99 f. Monografias (Especialização em Ciências Sociais) - Curso de especialização em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 1993. p.45.

na capital, e 62 escolas isoladas nas cidades<sup>362</sup>. Em 1915, tinha-se 3 grupos escolares e 221 escolas isoladas. Perfazendo um total de matrículas 9.243 alunos. Com uma frequência média de 5.812<sup>363</sup>.

Um número que podemos considerar irrelevante frente à quantia de indivíduos em Sergipe: 400.000. Ou seja, era uma escola para cada 1.709 habitantes. Estando matriculados naquele ano 509 alunos na capital e 2.846 nas cidades<sup>364</sup>. Demonstrando que os resultados esperados com a lei de obrigatoriedade do ensino elementar e a implantação das caixas escolares, posteriormente, não obtiveram os resultados esperados.

Sete anos depois (1922), a quantidade de matrículas nas escolas públicas era inexpressiva. O Estado contabilizou 10.032 docentes nos grupos e escolas isoladas. Tendo um acréscimo, no intervalo de 1915 a 1922, de 789 alunos. Sendo que muitos desses não chegavam a concluir seus estudos. A maioria abandonava no 2º, 3º e 4º anos. O maior problema seria a permanência deles, como já apontavam aqueles que defendiam as caixas escolares. Pois, os 1º anos não demonstravam sofrer de uma evasão gritante como nos seguintes. Isso ocorria porque não conseguiam manter os custos com materiais escolares e pela alta rotatividade dos pais.

Essa situação pode ser melhor percebido, se levarmos em conta, quantos deles terminaram a última etapa do ensino elementar. A mensagem de 1922, do Presidente de Sergipe, Dr. Maurício Graccho Cardoso, a Assembleia Legislativa, discursou sobre à precariedade que estava a instrução no Estado. Pelas informações, apenas 160 alunos conseguiram completar o ensino primário, que tinha a duração de quatro anos<sup>365</sup>. O que fez suscitar alguns questionamentos: quem eram os discentes matriculados nos grupos escolas da capital e cidades sergipana? E qual sua procedência?

Afinal, essas crianças ao matricular-se aceitavam um compromisso implícito de frequentarem as aulas e de participarem das atividades escolares. Inclusive, tomar parte na realização das festas cívico-escolares e escolares nos estabelecimentos de primeiras letras. Pois, um nível tão baixo de aprovações poderia interferir na pomosidade festiva. Uma vez que não estando aptos, o número de evasão aumentaria, repercutindo na realização das solenidades.

---

<sup>362</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1913, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 11º Legislatura, pelo Dr. General José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1913. p.15.

<sup>363</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 12º Legislatura, pelo Dr. General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915. p.18.

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1923, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1923, p.7.

Boa parte da informação que precisamos, poderemos encontrar no livro de matrícula dos grupos escolares. Isso porque, com a Reforma do Ensino de 1911, o Presidente do Estado, através do Decreto nº 536, em seu Art. 28, obrigava que no livro de matrícula seriam declaradas as seguintes informações referentes ao aluno e aos seus pais: o nome, a idade, a naturalidade, a filiação, a data da matrícula, a profissão e a nacionalidade do "pae"<sup>366</sup>.

Com o intuito de tornar-se inteligível e relevante para a pesquisa, discutiremos algumas dessas classificações registradas no livro de Matrícula. Entre elas: a idade, naturalidade e a profissão dos pais. Esses são indicativos para afirmarmos alguns pontos chaves. Em que pretendemos desenvolver ao longo destas linhas. Algumas das interrogações feitas no antepenúltimo parágrafo.

Comecemos então pela idade. Em 1912, o *Livro de Matrícula do Grupo Modelo e Escola Complementar*, indicava que os alunos estavam em idade escolar no limite exigido por lei. O mais velho nasceu em 20 de agosto de 1898, tendo iniciados as matrículas do 3º ano, em 1º de fevereiro daquele ano. Ou seja, quando o discente frequentou a escola pública pela primeira vez, considerando que não sofreu reprovação nos anos anteriores, estava com 10 anos de idade. Quase a idade limite de 14 anos, quando cursou o penúltimo ano.

Assim, a Reforma da Instrução Pública de 1911, determinou o limite máximo e mínimo a ser exigido àqueles que aspiravam frequentar uma instituição de ensino. No Art. 27, descreve quais as condições para ser efetuadas as matrículas. Primeiro, ter o mínimo de 7 anos completos no ato da matrícula e o máximo de 14. Segundo, ser vacinado e não apresentar moléstia contagiosa<sup>367</sup>.

O atestado de vacina nas primeiras décadas, deveu-se à proliferação de epidemias em Sergipe. Como já abordamos, as condições sanitárias e urbanas da capital - e as cidades do interior também - estavam num estado péssimas para a saúde humana. Ao chover, o problema tornava-se latente, como formação de lagos em certas praças da urbe, dejetos fecais correndo a mostra dos que se aventuravam em dia de chuva.

No livro de Antônio Samarone de Santana, *As Febres do Aracaju: dos miasmas ao micróbios*, nos diz, que no anos 1911 a 1912, Sergipe passou por uma importante epidemia de varíola. E mais uma vez, não tinha estrutura sanitária para enfrentar a doença que se alastrava.

---

<sup>366</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p.19.

<sup>367</sup> Idem.

Sendo que no biênio, afirma o autor, além das mortes, da sequela e do medo, gastou-se muito do orçamento para erradicar a epidemia que assolou o Estado<sup>368</sup>.

Era recorrente as epidemias em Sergipe. As crianças, como portadoras de uma imunidade menor, e por estarem em contato físico com alunos de outras localidades de onde moravam, poderiam contribuir para espalhar, com mais facilidade, a doença. Como medidas, os Diretores de InSTRUÇÃO PÚBLICA, exigiam a ficha de vacinação no momento de matrícula. Em outros casos, confeccionou, também, uma pequena cartilha dirigida aos discentes. Seria uma das maneiras do Estado combater o surto de varíola, paludismo, entre outros. Pois,

Os municípios de Laranjeiras e propriá foram de preferencia escolhidos para pasto do terrível morbo. As povoações ribeirinhas do S. Francisco, as de Itabaiana, Aquidaban, S. Paulo, Dôres, Divina Pastora, Estancia, Riachuelo, Maroim, Capella, S. Cristovão, Itaporanga, a propria capital foram invadidas pela epidemia. Para combate-la estava o Estado completamente desapercebido; não tinha pessoa competente, nem os recursos mais comesinhos e conhecidos, si bem que mais efficazes, como a lympha para vaccinação<sup>369</sup>.

Como é perceptível, os Presidentes de Sergipe, lutavam contra a falta de estrutura no Estado. Das estratégias para barrar o surto epidêmico, obrigava a apresentação do atestado de vacinação no ato de matrícula. No primeiro ano de varíola, 1911, o Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA, professor, Bricio Cardoso, no dia 4 de março, comunicou as instituições de ensino público do Estado, para não receberem em suas escolas, meninos que não apresentassem o comprovante de vacinação, segundo prescreve a lei<sup>370</sup>.

Michel de Certeau escreveu em sua obra, *A Escrita da História*, sobre os silêncios dos discursos, ou o não-dito<sup>371</sup>. Naquele caso, não poderemos entender como um silêncio, propriamente. Haja visto que o comunicado dirigidas as escolas públicas pelo senhor Bricio Cardoso, de forma direta, informa a persistência de uma prática que, além de não está de acordo com a lei (atestado de vacinação), prejudicava o bom andamento da erradicação epidêmica. Sua negativa de forma veemente, torna inteligível o problema enfrentado por aquela diretoria.

<sup>368</sup> SANTANA. Antônio Samarone. "A Saúde Pública em Sergipe (1889-1922)". In: \_\_\_\_\_. **As Febres do Aracaju: dos miasmas ao micróbios**. Aracaju, Sergipe: O Autor, 2001. p.150.

<sup>369</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1912, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 11º Legislatura, pelo General Dr. José de Siqueira Menezes , Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1912. p.7.

<sup>370</sup> O ESTADO DE SERGIPE. Anno XIII, nº 3.506, Aracaju. 5 de março de 1911. p.1.

<sup>371</sup> CERTEAU, Michel de. "A Operação Historiográfica". In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2ºed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. pp. 67-68.

Ressaltamos que mesmo sendo as ordens emanadas de uma instituição estatal de instância máxima - no caso uma diretoria de instrução -, por vários motivos, entre os quais, alguns de caráter subjetivo, alguns pais conseguiam realizar a matrícula de seus filhos. Então, a tão almejada civilização embasada na ideia de ordem e hierarquia era atropelada pela ação do indivíduo que estava à frente de executar o cumprimento das leis.

Em circular de nº12, recebida em 28 de abril de 1927, pelo Grupo Escolar José Augusto Ferraz, o Diretor da Instrução Pública de Sergipe, pedia satisfação sobre andamento das matrículas. Em resposta, a diretora do grupo escolar em ofício comunicava que "tem sido observadas de acordo, mais ou menos, com as instruções que acabae de fornecer-me"<sup>372</sup>(grifos nossos).

Essa não era uma expressão que se encontrava naquela época. Foge ao usual de palavras inseridas num documento oficial expedido por uma instituição de ensino. A forma corriqueira encontrada na documentação seria termos afirmativos ou negativos. Mas, sempre seguidos de uma justificativa, o porquê de determinada ação não ser realizada ou, como se procedeu para conseguir cumprir o que lhes era solicitado. Seja como for, a fonte já deixava uma reticência nas primeiras linhas: "mais ou menos".

A diretora prossegue em sua justificativa: concernente à certidão de idade, por muitos pais procurarem matricular seus filhos sem possuírem o devido documento legal, ela limitava-se a receber as declarações verbais dos progenitores ou responsáveis. E ao final pedia desculpas pela falta que tinha sido "forçada pelas difficuldades que surgia"<sup>373</sup>. Pediu, também, orientação do que deveria fazer quanto aos alunos que já frequentavam irregularmente as aulas.

Pela posição da diretora e do Diretor da Instrução, podemos perceber uma série de fatores envolvidos. Primeiro, tanto no regulamento da instrução de 1911 e posteriores, que já diziam, expressamente, que a matrícula só deveria ocorrer com a comprovação de idade. Por esse lado, a senhora Maria Amelia Fontes, não teria motivos para pedir orientação quanto aos casos de ausência de documentação. Fora, os ofícios que foram enviados as escolas pedindo explicações e cumprimento das regulamentações a que dispunha o ensino pelos Diretores de Instrução Pública.

Por outro lado, o papel de registrar o nascimento de crianças durante o império, ficou a cargo da Igreja Católica. Segundo, Maria Sylvia de Carvalho Franco, a administração central não possuía pessoal burocrático suficiente que alcançassem os mais longínquos rincões do

---

<sup>372</sup> Ofício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pela diretora do Grupos Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/Se. 28 de abril de 1927. p. 1.

<sup>373</sup> Idem.

Brasil. A única instituição que lhe dava diretamente com o "povo" era a Igreja. E os próprios municípios, nessa época, sofriam com a escassez de recursos para os mais diversos projetos que iam desde remendos das ruas, calçadas e pontes<sup>374</sup>.

Com o advento da Primeira República, ocorreu a cisão oficial. Tramites burocráticos do Estado, não seriam mais feitos por religiosos investidos de tal prerrogativa. O problema foi como dar conta de um vasto território, tendo de registrar o nascimento de crianças nos lugares em que a presença do governo não se fazia sentir - execução antes realizada pelas paróquias.

Consoante tal leitura, Governos Federal e Estaduais, comungavam de parcela da responsabilidade na ausência do documento civil dos indivíduos. Embora requeressem um atestado de idade escolar para a matrícula de alunos, eram raros os casos em que este documento seria mostrado a um agente público com o intuito de comprovar ou requerer algo.

Ao interpretar dessa forma, podem alguns pensarem na volta de uma história tribunal. Longe disso. O objetivo foi partir da ótica de dois indivíduos em lados opostos: o Diretor da Instrução, Helvécio Ferreira de Andrade, que ordenou o comprimento de apresentação de documento civil no ato de matrícula, na perspectiva da lei; e, a diretora Maria Amélia Fontes, que diante do cotidiano e da clientela que atendia, cedeu as condições em que lhe foram vivenciadas.

Limitamo-nos apenas em dois ângulos, seria encurtar o nosso ângulo de visão. Tendo em mente que os documentos, mais claros e complacentes, não falam. Entre outras prerrogativas, está a de o historiador saber interrogá-los. Torná-lo inteligível quando, o autor do texto, não havia intenção de fazê-lo<sup>375</sup>. Aquele texto, portanto, diz mais do que uma simples questão legal ou administrativa. Ele, também, está imbuído de questões histórico-sociais.

Ao justificar a sua conduta administrativa, a diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, ao escrever que "[...] limitando-me a aceitar as declarações que verbalmente fazem os pais ou responsáveis que se apresentam"<sup>376</sup>, legou-nos indícios histórico, mas também, sobre a prática social daquele período. Um documento com informações, aparentemente, simples, nos proporcionou lê-lo como se tivesse umas 50 páginas relevantes.

---

<sup>374</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "O Homem Comum, a Administração e o Estado". In: \_\_\_\_\_. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. 4º ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p. 115-166. - (Biblioteca Básica).

<sup>375</sup> BLOCH, Marc. "A Observação Histórica". In: \_\_\_\_\_. **Apologia da História, ou, o Ofício de Historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 78.

<sup>376</sup> Ofício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pela diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amélia Fontes. Aracaju/SE. 28 de abril de 1927. p. 1.

O porquê, então, da recorrência de falta de atestado de idade? Além da precariedade do Estado, algo que já discutimos, a não apresentação do documento era uma prática social de algumas famílias sergipanas. Na tentativa de seus filhos poderem adentrar numa instituição de ensino elementar público, elas burlavam o texto legal com o auxílio da parte subjetiva da burocracia - o indivíduo. Como já problematizamos, a idade dos candidatos a vagas nas escolas, em média, estava bem próxima da máxima permitida.

Os casos contrários também podemos pensar. Crianças que não tinham a idade escolar mínima de 7 anos, chegavam a frequentar os bancos escolares<sup>377</sup>. Bastasse que os responsáveis pela matrícula justificassem a não apresentação do registro de nascimento. Pois, na falta deste, o testemunho de duas pessoas, consideradas idôneas pela sociedade, seria aceito. Ou, acrescentava ou diminuía a idade da criança, ao sabor das necessidades, no momento de registrá-la em cartório. Visto que muitos alunos pobres, os responsáveis só registravam-no, em cartório, depois que a criança já tinha alguns anos - isso quando registravam.

Assim, os pais ou responsáveis pela solicitação de matrículas não eram indivíduos passivos ou vítimas da precariedade que acometia os homens pobres. Eles também utilizavam-se da norma para burla-la. Ao fazer isso, pretendia com que seus filhos fossem inseridos na categoria de cidadãos. Pois, almejavam que seus filhos aprendessem, principalmente, a ler e escrever para poderem votar em períodos de eleições.

O Delegado de Ensino, em 1915, já apontava a predileção dos pais pela aritmética e português, almejando com isso, que seus filhos soubessem apenas a assinar o nome para serem eleitores<sup>378</sup>. Ao se posicionarem desta forma, perdia-se de vista um amplo projeto planejado pela Diretoria de Instrução Pública e executada pelas escolas de ensino primário e legitimado por meio das festas: forjar cidadãos republicanos civilizados e formar a nação.

Decerto, ao conseguirem matricular os filhos, os pais ou responsáveis, dificultavam, também, a conclusão da criança nas primeiras letras - lembrando que o curso durava 4 anos. Estes "elementos instáveis"<sup>379</sup>, assim denominou o diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o padre Arthur Alfredo Passos, aos operários sergipanos. Explanou ele, alegando que a maioria dos indivíduos que residiam em Aracaju eram operários de fábricas.

<sup>377</sup> FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. "Requisitos Legais para o Acesso ao Curso Normal". In: \_\_\_\_\_ . **Vestidas de Azul e Branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950).** São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003. pp. 59-79.

<sup>378</sup> Relatório enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Delegado de Ensino [il.], Aracaju/Se. 22 de setembro de 1915. p. 3

<sup>379</sup> Relatório Enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Franco Freire, pelo Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o Padre Arthur Alfredo Passos. Vilanova/Se. 23 de junho de 1928. p. 22.

Argumentava o padre, que em um ano, contavam com determinados alunos. No ano seguinte, "frequentemente", com outros elementos. Eles não se fixavam em uma escola pela transitoriedade dos pais ou responsáveis. De forma que acusava a impossibilidade de receber mais discentes no grupo escolar. Sendo que naquele ano, tinha matriculado muitas crianças, e a escola não possuía condições físicas para que fossem acrescentados mais<sup>380</sup>.

Atentemos pela forma como o clérigo denominava os que não se fixavam num determinado lugar: elementos instáveis. Numa sociedade civilizada, os indivíduos errantes eram o símbolo do que a civilização tentava extirpar, ou seja, não ter residência fixa, não criar raízes em uma comunidade, não se inserir em um grupo, entre outros.

Nessa classificação, não estavam apenas os pais, mas, principalmente, os alunos. Eram em demanda destes que o padre Arthur Alfredo Passos, sugeriu ao Diretor Geral da Instrução Pública, dizendo que a matrícula poderia ser melhorada se fossem obedecidos os itens do regulamento do ensino elementar público<sup>381</sup>. Entendemos que entre eles, estavam a obrigatoriedade de idade adequada (7 a 14 anos); apresentação do registro de nascimento e da ficha de vacinação no ato de matrícula.

Seu relatório aconselhava a promover um censo na população. A intenção seria identificar as crianças em idade escolar que não estivessem matriculadas numa instituição de ensino público. Visto que, muitos deles evadiam das escolas. Mesmo tendo um grande número inscritos no ensino elementar, em seu grupo escolar, fazia-se mister cooptar os elementos instáveis proporcionando-os uma educação que lhes facultasse bons hábitos, costumes, patriotismo, civismo, ou seja um indivíduo republicano civilizado.

Contudo não podemos perder de vista o impecílio enfrentado pelas festas ao ter alunos que em um determinado ano participavam delas e em outro, não mais, porquanto estavam residindo em outras localidades. Essa transitoriedade muito rápida pelas escolas não afetava apenas na capacidade de serem considerados aptos ou inaptos para avançarem para os próximos anos. Mas prejudicava também o projeto de forjar cidadãos republicanos civilizados por meio das festividades.

Haja vista que os alunos antecipadamente eram familiarizados com cotidiano escolar - suas disciplinas, os hábitos, comportamentos, gestos, respeito a hierarquia entre outros - para posteriormente participarem dos momentos festivos. Porquanto, a referência para se compreender a festa e dela participar, vinha dessas atividades escolares.

---

<sup>380</sup> Relatório Enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Franco Freire, pelo Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o Padre Arthur Alfredo Passos. Vilanova/Se. 23 de junho de 1928. p. 27.

<sup>381</sup> Ibidem. p. 28.

### 3.2 Regulamentos da Instrução Pública: A Formação das Almas para as Festas Cívico-escolares

A festas escolares cívicas colocam-nos um problema a ser resolvido: como saber que os alunos dos grupos escolares sergipanos compreendiam este momento de celebração/comemoração dos eventos republicanos? Como é possível que cheguem a reconhecer indivíduos específicos da história brasileira e regional e percebam como ícones a ser cultuados?

Alguns indícios podem ser apreendidos a partir da teoria da festa. O espetáculo festivo, por exemplo, atraía e encantava os espectadores e aos seus participantes. Mas então seria a realização de uma festividade apenas pelos elementos lúdicos ou ornamentais presentes nela? Se assim o for, o objeto desta pesquisa perderia seu sentido - como a representação de uma civilização em Sergipe, calcada em forjar o cidadão e formar a nação. E as próprias categorias de *representação* atrelada a *estratégias e justificativas* de Roger Chartier, que utilizamos no primeiro capítulo, demonstraria um esforço teórico-metodológico em vão.

Para Guilherme de Amaral Luz, que nos brindou com um texto rico em reflexões sobre a festividades. Seu capítulo, *Festa Barroca?* Ao mesmo tempo que dialoga com outras interpretações, questiona o senso comum de enxergar nas celebrações/comemorações formas grande-eloquentes de exageros nas ornamentações<sup>382</sup>. Ela não serviria apenas a isso, mas cabia-lhe cumprir um fim determinado. Portanto, conclui, nem toda festa é igual.

Léa Freitas Perez, caminha na mesma direção que o pesquisador Amaral Luz. As festas, embora dêem a entender como um fenômeno vindo do fundo da tradição em relação a contemporaneidades mais imediata, possa parecer alguma forma de arcaísmo, nostalgia ou atraso, sua função vai para além disso. A autora defende que elas são vividas como explosão de vida. Ou melhor, é a própria vida - criação, permanência e renovação - que se manifesta e circunda-a<sup>383</sup>.

No caso dos festejos cívico-escolares a toda uma linguagem que "evocam com temor os espíritos do passado"<sup>384</sup>, tomando-lhes seus nomes, suas palavras de ordem, seus costumes, em um palco fluído da história. São homens que foram travestidos de uma áurea quase mágica;

<sup>382</sup> AMARAL LUZ, Guilherme. "Festa Barroca?". In.: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 337-351.

<sup>383</sup> PEREZ, Léa Freitas. "Festa para Além da Festa". In.: \_\_\_\_\_; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 21-42.

<sup>384</sup> BOURDIEU, Pierre. "Gênese e Estrutura do Campo Religioso". In.: \_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2009. p.77. - (Coleção estudos; 20/ dirigida por j. Guinsburg).

símbolos que ganharam novos significados para fins distantes do que originalmente foram. Desta forma a festa ganhou conotações de culto aos seus elementos (heróis, símbolos, palavras de ordem: patriota, cidadania, civilizado, entre outros). Ao indivíduo, em sinal de respeito, cabia apenas adotar um gesto tido como civilizado em honra a festa republicana.

Nisso, a escola era a Instituição, se não a única, capaz de reproduzir e codificar uma série de saberes e percepções de mundo. É a partir dela que o sentido da festa era desenvolvido nos indivíduos em formação. Através da inserção de disciplinas nos grupos escolares, o discente seria instruído em certos saberes, possibilitando enxergar determinada forma de representação construídas para aquele momento festivo e do mundo ao seu redor.

Num primeiro momento pode parecer forçoso enxergar as disciplinas escolares deste modo. Mas se refletirmos melhor, podemos entender que, no geral, o estudo dela era justificado pelo caráter científico, já legitimado naquele período. Ao aluno não cabia questionar o porquê de tal matéria existente no programa escolar. Sendo que por vezes, o foco dos questionamentos não foi a grade curricular, mas a forma como deveria ser transmitida à população escolar. Sendo que no período de 1911 a 19230, surgiram muitas críticas ao antigo modelo pedagógico.

A reforma da instrução de 1911, tentava pôr fim a maneira como o ensino estava sendo ministrado. O Presidente Pereira Lobo, pôs em prática os novos modos para a aprendizagem em Sergipe. Em seus objetivos, podemos compreender como estando calcada em dois pilares: preparar melhor os professores nas escolas normais e adotar o método intuitivo no Estado.

Isso só foi possível de ser realizado, graças a divisão de competências entre os poderes provinciais e Imperial ocorrido em 1938. Até então, a educação nos vários Estados (na República) ou províncias (no Império) do Brasil, seguiam diretrizes próprias, emanadas da Diretoria de InSTRUÇÃO PÚBLICA, para os níveis de ensino: primário, secundário, profissional e normal<sup>385</sup>. Tal situação só mudou no Estado Novo, quando diretrizes gerais sobre a educação no país foi concentrada em um órgão central: o Ministério da Educação e Saúde.

Enquanto a responsabilidade estava nas mãos do Estado de Sergipe, foram feitas várias reformas para introduzir o método intuitivo nas escolas sergipanas. Dentre as mudanças estavam: os professores não assumiriam mais uma postura austera diante de seu aluno; os castigos físicos estavam banidos pelo modelo adotado de ensinar, porquanto, tamanha

---

<sup>385</sup> VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da escola Primária no Brasil". In.: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **As Lentes da História: Estudos de História e Historiografia da Educação no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. p. 60.

barbaridade não deveria encontrar lugar num espaço - escolar - de formação de seres civilizados.

No método intuitivo, ou, de lições de coisas, como também se chamava, apontava que a produção do conhecimento começava a partir dos sentidos. Era do que a criança já sabia que o conhecimento deveria ser construído. As quais produzem percepções do mundo, tornando-se ponte de partida para a construção do indivíduo. Vera Teresa Valdemarin, diz que:

Entre as inovações vinculadas ao método de ensino intuitivo, estão a proposição que a escola deva ensinar coisas vinculadas à vida, aos objetos e fatos presentes no cotidiano dos estudantes, introduzindo assim os objetos didáticos como elementos imprescindíveis à formação das idéias [...]. Mas, acima disso, traz consigo a possibilidade de uniformizar raciocínios, modos de pensar, cristalizando uma forma de apropriação das coisas exteriores num processo que é dirigido pelo professor, o representante naquela situação do legado das gerações precedentes, inclusive com seus valores e seus preconceitos (grifos nossos)<sup>386</sup>.

A vinculação do método intuitivo a vida, demonstrava seu caráter prático ao mesmo tempo: pois, preparava o indivíduo para a sociedade e, indicava como se comportar nela. Naquela, ele deveria ser capaz de codificar uma série de sinais que lhes seriam apresentados. Para isso, o Programma para o Ensino Primário, de 1916, dava exemplos de como desenvolver o intelecto do aluno. O texto diz que nenhuma lição de coisas ou leitura elementar, deveria ser ministrado sem que o objeto fosse conhecido pelos discentes. De preferência, o que eles pudessem manusear, experimentar *in loco*, que não debandasse para as abstrações teóricas<sup>387</sup>. A ideia seria partir de algo da vivência deles, particular, para o geral.

Ora, nem por isso o aluno desenvolvia sua criticidade, liberdade de pensar e questionar. Como qualquer disciplina voltada para o conhecimento, era uma construção orientada para fazer crer e impor<sup>388</sup> certas representações de mundo. Como afirmou a pesquisadora Valdemarin, o método intuitivo, trazia à possibilidade de uniformizar raciocínios, costumes, modos de pensar entre outros. Apropriando-se das coisas exteriores - as festas e seus elementos - que eram coordenadas pelo professor.

---

<sup>386</sup> VALDEMARIN, Vera Teresa. **Os Sentidos e a Experiência: professores, alunos e métodos de ensino.** In: SAVIANI, Dermeval (et. all.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 171-180.

<sup>387</sup> Programma para o Curso Primário nos Grupos Escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1916. p. 4.

<sup>388</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. p.17. - (Memória e Sociedade).

Ao profissional da educação cabia ministrar a disciplina aos seus pupilos, conforme rezava os regulamentos escolares. Entre elas, estavam em 1911: leitura, escrita e caligrafia; instrução cívica e moral; lições de coisas; ensino prático da língua portuguesa; aritmética até a regra de três simples; desenho; noções de geografia geral e de História, especialmente do Brasil; ginástica; trabalhos manuais e cantos<sup>389</sup>.

Na Reforma da Instrução de 1914<sup>390</sup>, praticamente não foram acrescentadas disciplinas. O que houve foi a redefinição de termos ou a colocação de adjetivos especificando o objeto de estudo. As matérias foram: língua materna; aritmética até regra de três; desenho linear; noções sumaríssimas de geografia geral, especialmente do Brasil e noções de História pátria, especialmente de Sergipe; noções gerais de ciências físicas e naturais; lições de coisas; trabalhos manuais especialmente os domésticos de utilidade no cotidiano; música (hinos escolares e patrióticos, aprendidos por audição); ginástica sueca e exercícios livres<sup>391</sup>.

Em 1916, a instrução sofreu outra redefinição em suas disciplinas. Nota-se que alguns termos foram mudados, e alguns redefinidos. Eram as seguintes disciplinas: leitura e caligrafia; ensino prático da língua portuguesa; aritmética até regra de três; noções de geografia geral e do Brasil e particularmente história de Sergipe e de história do Brasil; noções gerais de ciências físicas e naturais( lições de coisas ), com aplicação a zootecnia e agricultura; educação cívica e moral; desenho linear e noções de geografia plana; trabalhos manuais apropriados aos sexos; música (hinos escolares e patrióticos, aprendidos por audição) e ginástica e exercícios militares<sup>392</sup>.

E finalmente, em 11 de março de 1924, através do Decreto nº 867 do Regulamento da Instrução Pública, as escolas elementares de ensino primário teriam o seguinte mínimo de ensino: leitura, escrita, e caligrafia; aritmética, compreendidas as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal; Corografia do Brasil e de Sergipe, História do Brasil e de Sergipe; rudimentos de moral e instrução cívica; urbanidade e higiene; elementos de trabalho manual, cartonagem, prendas de agulha e outros misteres domésticos, cultivo de hortas e jardins, para meninas. Por meio de lições de coisas: noções simples acerca de estrutura e função do corpo humano, plantas, animais e objetos de imediata utilidade; moléstias mais

---

<sup>389</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p.16.

<sup>390</sup> Este regulamento ficou parado na Assembleia Legislativa, pois faltavam alguns itens que não foram contemplados em seu texto. A Reforma de 1915 foi a que vigorou, sendo pequenos acréscimos feitos ao regulamento original. Nada que tenha haver com o objetivo desta pesquisa.

<sup>391</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1914*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 25.

<sup>392</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1916*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 231.

comuns em Sergipe e meio de preveni-las; fenômenos atmosféricos e ginástica, formações marciais<sup>393</sup>.

Como podemos observar algumas disciplinas tiveram seus nomes modificados, outros, foram unidos em uma única matéria ou desmembradas. E há, os casos, em que eram criadas novas cadeiras. O que isso demonstra é a inconstância do ensino elementar em Sergipe. Há uma tentativa de encontrar, junto com a aplicação do método intuitivo, o conjunto de saberes que pudessem fomentar a educação no Estado.

Dentre as disciplinas ofertadas a população escolar, interessam-nos apenas algumas: instrução moral e cívica, geografia, história do Brasil e Sergipe. Essas, especificamente, é que nos deteremos para comprovar a importância delas na criação e recriação das representações nas festas cívico-escolares. Pois como já comentamos, anteriormente, os pais dos alunos, conseguiam com que somente certas matérias fossem ministradas. Contra tal iniciativa, os Diretores da InSTRUÇÃO e de grupos escolares reforçavam seja através de ofícios, relatórios ou regulamentos da instrução pública.

Comecemos pela disciplina de educação moral e cívica. Ela foi a única matéria que não sofreu alteração em seu nome - basicamente. Mas, na lei nº663, de 28 de julho de 1914<sup>394</sup>, e no decreto de nº 587, de 09 de janeiro de 1915<sup>395</sup>, ela não aparece como componente curricular. Em todas as outras reformas da instrução, ela é citada. Então poderíamos afirmar que para aquele ano, não houve sua oferta nas escolas de ensino primário público de Sergipe?

Não exatamente. Vasculhando as instituições públicas sergipanas de guarda de documentos históricos, encontramos uma que nos levou para outra direção. Era uma fonte que listava as disciplinas a ser adotadas pelas escolas do Estado. Além disso, sua confecção foi pensada como uma forma de auxiliar o professor em sala de aula, indicando como trabalhar cada assunto no viés do método intuitivo. Então a cada modificação da instrução em Sergipe, seria acompanhado pelo *Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe*. Consoante o exposto, podemos afirmar que ela no período de 1911 a 1930, não saiu da grade curricular das escolas de ensino primário do Estado.

No programa escolar de 1912, tem uma breve introdução do que seria educação moral e cívica. Nele a carreira de professor é considerada como missão perante seus discípulos. Pelo exemplo, o docente suscita e desenvolve os mais belos sentimentos em relação a si mesmo, aos

<sup>393</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1924*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 32.

<sup>394</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1914*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 25.

<sup>395</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1915*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. pp. 143-144.

seus semelhantes e a tudo ao seu redor. E prossegue o texto dizendo que não deveria manchar, rasgar um livro, pinchar uma parede móvel<sup>396</sup> etc. Ora, isto é um *modus operandi* de forjar o cidadão. O programa exigia do profissional da educação a ser o primeiro modelo em que as crianças deveriam se espelhar na escola.

Da instrução e da educação patriótica resulta o homem útil para a família, o cidadão para a pátria e para a humanidade, afirmava o texto. O patriotismo deveria admirar e aplaudir as invenções, a ciências e o heroísmo na história, principalmente este. Só assim a bandeira nacional, diz o programa, deixaria de ser apenas uma tela, convertendo-se no símbolo de valor e mérito do brasileiro.

Ao professor foi orientado, formar em suas aulas, panteões ou galerias de retratos de homens celebres: nas letras, nas artes nas indústrias, nas armas, na pedagogia, de preferência, os grandes homens do Brasil é que deveriam ser contemplados<sup>397</sup>. Com isso a imagem desses personagens tornar-se-ia familiar para os alunos dos grupos escolares do Estado.

O programa escolar de 1912, terminou afirmando que a civilização dos indivíduos era obra da educação. Aos sergipanos caberiam avançar na estrada da civilização: fomentando as faculdades mentais, intelectuais que são naturais no homem<sup>398</sup>. Portanto, entendemos que o fim, a que se destinou a disciplina de educação moral e cívica, foi justamente, civilizar os sujeitos. Preparando-os para ensejarem, gestos, hábitos num momento de grande celebração/comemoração das festas cívico-escolares.

Sendo que não foi à toa que o programa escolar associava civilização à festa. Para ele, "civilizar [...] é a festa perenne em que elle celebra, a verdade, o bello, o bem, o ideal immorredouro, seguindo o qual nos encaminhamos para a perfictibilidade" (grifos nosso)<sup>399</sup>. Ao se expressar desta forma, o discurso enumera as características que as comemorações cívico-escolares e escolares deveriam ter.

Sua perenidade pode ser entendida no ciclo de festas cívico-escolares que aconteciam no transcorrer do ano, e se repetiam no seguinte. Essa constância de um ano para o outro de seu ciclo, a tornam "o ideal immorredouro", ou seja, aquilo que não morre, eterno, era a celebração ou exaltação da verdade republicana com seus heróis e símbolos; era o belo: a organização, ornamentação e ordem presentes nas comemorações/celebrações; e o bem: que seriam os atos

---

<sup>396</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. p. 14.

<sup>397</sup> Ibidem. p. 15.

<sup>398</sup> Idem.

<sup>399</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. pp. 14-15.

daqueles que lutaram e lutavam para fomentar no indivíduo uma prática cidadã, civilizada - seriam os feitos dos grandes homens da pátria. Assim, ao celebrarem nas festividades, o imorredouro, a perenidade, a verdade, o belo, o bem, tais atributos, se fossem apropriados pelos indivíduos, os conduziriam à aperfeiçoarem-se (perfectibilidade)<sup>400</sup>.

Nas reformas da instrução dos anos de 1915 e 1917, foi inserido a ideia de Deus como criador de tudo. O exemplo de seus atos eram um modelo a ser seguido pelos sergipanos. Ao fazer isso, mesclou práticas religiosas com a conduta moral e cívica em sociedade. Transformando Deus no primeiro herói nacional a ter como referência para a população escolar<sup>401</sup>.

Talvez possa parecer contraditória para um Estado, considerado, laico, a opção por uma religião monoteísta - o cristianismo. Mas as condições histórico-sociais laçam luzes sobre a nebulosidade, que por hora, se apresentam. Iniciemos, então, pelo método intuitivo. Este se baseava na produção do conhecimento - e práticas - a partir do que era conhecido pelo discente. Lembremos que a presença do governo não se faziam sentir em todos os lugares de Sergipe. E que, a legitimação dos grandes homens e símbolos republicanos deu-se, principalmente, pelas instituições de ensino.

O pesquisador Claudefranklin Monteiro Santos, afirmou que no século XIX, Sergipe e, em especial, Lagarto, demonstrou uma carência gritante na educação. Era falta de estabelecimentos de ensino, ausência de lugares adequadas para a ministração das aulas, alto índice de analfabetismo etc. Tal situação só foi melhorar, segundo o autor, na administração de Graccho Cardoso na década de 1920. Para Monteiro "o Estado, nessa época, deu um salto de qualidade, poucas vezes visto [...]"<sup>402</sup> em outras épocas.

Como afirmamos anteriormente, se o Estado não conseguia chegar aos lugares mais longínquos de Sergipe, o cristianismo - por meio da Igreja Católica - estava em melhores condições de obter êxito. Seja pela Igreja enquanto instituição<sup>403</sup> ou, pela religiosidade

<sup>400</sup> Ibidem. p. 15.

<sup>401</sup> **Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915. p. 21; **Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1917. p. 23.

<sup>402</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. "Introdução". In.: \_\_\_\_\_. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928):** limites e contradições da romanização. Recife-PE. Tese(Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. p.309.

<sup>403</sup> Diferentemente do Estado laico, a Igreja Católica Sergipana no século XX, foi em busca de seus fiés, nos lugares mais distantes da capital e cidades do interior de Sergipe, principalmente, através das Santas Missões. Cf.: SOUSA, Antônio Lindvaldo. "As Mudanças do Catolicismo em Sergipe". In.: \_\_\_\_\_. **O Eclipse de um Farol:** contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristovão-SE: Editora UFS/Fundação Oviêdo Texeira, 2008. p. 97.

popular<sup>404</sup>: o modelo comportamental, de bons costumes, exemplo de vida e hábitos, do ser supremo do monoteísmo, era conhecido por todos os indivíduos, até por aqueles de tenra idade.

Ao introduzir, em um conteúdo escolar, um personagem religioso (Deus), destinava-se com isso, alcançar um fim secular: promover no indivíduo os conteúdos da educação moral e cívica, como a justiça, o direito, o amor à pátria, a obediência aos poderes constituídos, o controle dos pensamentos, das palavras e ações<sup>405</sup>. Dessa forma, podemos perceber à tentativa de implantação de uma religião cívica, um culto das festas cívico-escolares.

Na segunda disciplina a ser desmembrada, unimos história e geografia. A primeira coisa gritante na documentação, seria a importância dada aos conteúdos regionais e/ou nacionais. Para 1911, observamos que o decreto da instrução informava que deveria se trabalhar com a matéria de História, especificamente do Brasil. Sergipe, não foi nem citado pelo texto da reforma do ensino<sup>406</sup>. A importância do estudo da localidade se daria nos regulamentos de 1914/1915 e 1916, em que se lê, estudo de História do Brasil, Especificamente de Sergipe<sup>407</sup>. Por fim, no ano de 1924, não foi dado peso ao nacional ou regional, apenas dizia: História do Brasil e Sergipe<sup>408</sup>.

Na prática, o que modificava nos programas escolares, seriam apenas, a ordem dos conteúdos<sup>409</sup>. Em 1912, a história deveria iniciar com o descobrimento do Brasil, seus primeiros habitantes, o processo de colonização, logo em seguida temos as grandes datas nacionais, como a Independência do Brasil, o 15 de novembro, a proclamação da República, a primeira constituição etc.

Chegando ao fim, aos saberes regionais como os acontecimentos mais importantes na vida dos habitantes da localidade em que reside a escola, e a biografia dos grandes homens do Estado. De forma que o professor teria que expor com uma linguagem clara e correta, narrando os fatos para que seus alunos, corrigissem os erros de memória sobre determinados feitos,

---

<sup>404</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. op., cit. p. 193.

<sup>405</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915. p. 21; Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1917. p. 23.

<sup>406</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 16.

<sup>407</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1914*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 25; SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1915*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. pp. 143-144; SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1916*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 231.

<sup>408</sup> SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1924*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 32.

<sup>409</sup> O 1º ano, focava, apenas, a localidade onde a escola funcionava. Do 2º até o 4º ano, prevalecia a regra que expomos.

fazendo-os com que aceitem os fundamentos morais como a virtude, os bons costumes, a honestidade<sup>410</sup> etc.

Entendemos que os programas escolares, não fizeram distinção, dando importância a um ou outro. O fato é que ambos aparecem, e, indicavam a forma como se deveria trabalhar com eles. Por outro lado, os decretos emanados da Diretoria de instrução Pública de Sergipe, ao qual não podemos menosprezar, atentava para que os professores, focassem mais em suas aulas, o regional ou o nacional, a depender da reforma da instrução.

Nos idos de 1915 e 1916, o decreto privilegiou a História regional. Como os primeiros habitantes, a mudança da capital, os principais fatos: o 24 de outubro, proclamação da República, entre outros. Só depois, adentravam nos conteúdos de caráter nacionais. Mais uma vez, deu-se destaque aos grandes vultos da pátria. Ou, como traz o programa de 1912: os "protagonistas"<sup>411</sup> da história<sup>412</sup>.

Apenas com o decreto de 1924, o foco foi diluído nos estudos regionais e nacionais, com leve tendência para este. Podemos fazer tal afirmação pelo modo em que foi introduzido a disciplina de História. Ao professor, cabia discursar de forma comprehensível, para seus alunos, a idéia de pátria. Fazê-los entenderem que tal palavra não estava distante da realidade dos discentes. De forma que o sentimento patriótico deveria ser despertado<sup>413</sup>.

As disciplinas, como pudemos analisar, auxiliavam na construção das representações nas comemorações cívico-escolares e escolares. A versão oficial do Estado haveria de ser legitimada por meio da educação. Por isso, que mesmo os Presidentes, ao decretarem ou reformularem, a instrução em Sergipe, exigindo a aplicação do método intuitivo, a memória ainda seria usada para reforçar, o sentido da festa.

Em seu conteúdo, coube valorizar elementos presentes nos festejos. Ao fazer com que o aluno percebesse que familiares, amigos, e o lugar onde nasceu, faziam parte da pátria, intencionava-se construir uma identidade local que dialogasse com o indivíduo, enquanto, nação - a ideia de pertencimento.

Assim, com a memorização de representações dos feitos dos grandes homens da história - os protagonistas -, objetivava transcorrer na mente da população escolar, um modelo ideal a

---

<sup>410</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. p. 7.

<sup>411</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. p. 11.

<sup>412</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915. pp. 20-21; Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1917. p. 19.

<sup>413</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1924. pp. 125-130.

ser imitado: o indivíduo exemplar, civilizado. Seria nesta direção que a sociedade sergipana deveria se espelhar. Pois eles, ajudaram na história do Brasil (Colônia, Império e República), de alguma forma, contribuindo para a marcha da civilização - foi o que nos deu a entender, a leituras das disciplinas escolares.

Com o propósito de civilizar a população escolar, as datas festivas da história da pátria (regional ou nacional), bem como os fatos diários da vida comum e da própria escola, serviriam de ensejo para comentários do professor. Desses ensinamentos, deveriam ser realçadas as abnegações, altivez, devotamento aos heróis e símbolos, inclinação ao trabalho, o amor à pátria e às instituições republicanas.

As disciplinas e suas orientações, adotadas por meio de decretos, regulamentos, programas escolares, entre outros, serviram ao processo de legitimação, ao se tentar implantar a "religião do civismo"<sup>414</sup>. Tal afirmação, pode ser melhor exposto pelo discurso apresentado do Presidente de Sergipe, Pereira Lobo, em que diz, "[...] as festas escolares, que traduzem sempre uma mais alta compreensão de civismo"(grifos nossos)<sup>415</sup>.

Não devemos olhar apenas um trecho do texto, mas ele como um todo. Ao analisar a palavra traduzir, podemos perceber dois sentidos nela. O primeiro, seria a maneira exata ou perfeita como as festividades exprimiam o civismo brasileiro e sergipano - observamos isso, olhando apenas um trecho ou parágrafo do texto. No segundo sentido, tradução, significaria interpretar, torna-se compreensível aos seus receptores - ao olhar o texto como um todo. Neste caso, cabia a escola ou, como ele usou, ao "templo"<sup>416</sup>, tal tarefa de codificar e impor as representações que estavam sendo apresentadas nas festas.

Por entendemos que na execução de tão grande tarefa, o fator humano, deve aparecer, debruçamo-nos na documentação em busca das práticas pedagógicas dos professores em sala de aula. Ao adentrarmos nos relatórios e ofícios produzidos pelos diretores de grupos escolares, verificamos os meandros, ou melhor, os bastidores das instituições de ensino tentando organizar-se para cumprir as metas impostas pelos decretos, regulamentos, programas escolares, entre outros.

Em 1913 foi enviado um ofício ao Diretor da Instrução Pública de Sergipe. Nesta época, só existia um grupo escolar no Estado: o Modelo (1911). Ele, servia de referência para prática

<sup>414</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Dr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920. p. 21.

<sup>415</sup> Ibidem. p. 12.

<sup>416</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Dr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920, p. 21.

pedagógica para as outras instituições sergipanas de ensino - as escolas isoladas e os futuros grupos escolares que fossem construídos. Taís dificuldades não deveriam estarem presentes nela, mas, estavam e emperraram o andamento do Grupo Escolar Modelo.

No ofício dirigido ao Diretor da Instrução Pública, o Cônego Francisco Gonçalves Lima, provavelmente, por Baltazar Góes<sup>417</sup>, reclamava das constantes licenças homologadas por problemas de saúde. As professoras substitutas ao entrarem em exercício no Grupo Modelo, apresentavam ausência de práticas pedagógicas em sala de aula. Muitas não sabiam nem se comportar perante os discentes, declinando de sua autoridade. O documento, sugeriu que para sanar tais eventualidades, os próximos professores, deveriam exercerem um ano na profissão antes de lecionarem na Escola Anexa<sup>418</sup>.

Ora, tal situação impunha obstáculos. Professores sem preparos lecionando disciplinas que contribuíam para legitimar determinadas representações veiculadas nas festas era algo preocupante. Além do mais, não saberem se comportarem e nem ensinarem a hierarquia e demais valores que a escola tanto idealizava, seria deixar de lado a implementação das práticas civilizadas que nas festividades tanto se fazia questão de exibir e legitimar.

Em outro grupo escolar, o diretor lastimava a situação da instrução no seu estabelecimento. Segundo Alfredo Passos, as várias licenças prejudicavam à aprendizagem dos alunos. Para substituírem tais professores, foram-lhes enviados profissionais sem nenhuma prática pedagógica. Para ele, além disso, outro mal afligia os docentes: não estudarem as lições que iriam ensinar aos seus alunos<sup>419</sup>.

O despreparo dos professores, prejudicavam a compreensão dos alunos, sobre as grandes datas (os heróis, os símbolos, as palavras de ordem etc.); e, das representações das festas cívico-escolares. Por conseguinte, com a ininteligibilidade, o modelo de civilização encenado nas celebrações/comemorações não alcançavam, ou, apenas, parcialmente, seu fim.

No Grupo Escolar José Augusto Ferraz, a diretora relatou as providências para as comemorações cívicas. Como responsável por aquele estabelecimento de ensino, afirmou ela, explicando aos alunos, na intenção de fazê-los "comprehender a razão do feriado" e o dever de "cultuarmos" a memória do "grande morto", Ignácio Joaquim Barbosa<sup>420</sup>- fundador da cidade de Aracaju/SE.

<sup>417</sup> Pois, era ele que no final faz as saudações ao Cônego Francisco Gonçalves Lima.

<sup>418</sup> Ofício enviado pelo Grupos Escolar Modelo ao Diretor da Instrução Pública, o Cônego Francisco Gonçalves Lima. 22 de setembro de 1913. pp. 8-9.

<sup>419</sup> Relatório Enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Franco Freire, pelo Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o Padre Arthur Alfredo Passos. 23 de junho de 1928. pp. 26-27.

<sup>420</sup> Ofício enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública de Sergipe pela Diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. 19 de março de 1927. p. 1.

A ação da diretora demonstrou a quão precária, era, a prática pedagógica dos professores. Ao não conseguirem, primeiro, fazer com que seus alunos compreendessem as festas cívico-escolares que iriam ser realizadas; e segundo, por não forjarem uma cidadania republicana, e nem possibilitar, que se reconhecessem, como parte da nação. Coube a Amelia Fontes, sanar possíveis questões, no transcorrer da comemoração.

Este tipo de caso era tão corriqueiro, que Maurício Graccho Cardoso, manifestou-se sobre a questão. No texto, o Presidente, determina que a Diretoria da Instrução faça saber o quanto é antipedagógica tal orientação. Uma prática que deveria ser extinguido das escolas do Estado. O costume de darem a decorar as crianças das escolas primárias do Estado, em momentos festivos, longos discursos que "[...] escapam a aprehensão e cansam, sem proveito algum a memoria infantil, atrophiando intelligencias ainda em formação"<sup>421</sup>.

Os professores deveriam ser facilitadores da produção do conhecimento, através do método intuitivo. Tornar as festas republicanas, aos seus discípulos, comprehensíveis. Não era, simplesmente, a memorização de nomes e datas. Tinham que ser algo que desse o sentimento de proximidade com o desenrolar do culto cívico, um ideal a seguir: o exemplo de práticas civilizadas.

Ao tentar civilizar os indivíduos sergipanos, o projeto de civilização no Estado esbarrava com a resistência a determinadas práticas. Pereira Lobo, já sabendo das dificuldades enfrentadas nas instituições de ensino de Sergipe, afirmou: "certo, não se podem, curar de vez, velhos defeitos de organização que residem mais nos costumes do que nas leis e regulamentos. Estes, por uma reforma inteligente e criteriosa, podem, prestes, melhorar; aquelles é trabalho tardo e de muito tempo"<sup>422</sup>. Sua compreensão vislumbrava uma atuação, por parte das Instituições educacionais nos momentos festivos, as várias gerações. Mostrando-nos o longo caminho que as festas cívico-escolares e escolares teriam que percorrer. Enfrentando os mais diversos obstáculos para se estabelecerem.

Assim, os decretos e programas escolares geravam confrontos. Eram pais que queriam determinar quais disciplinas os filhos teriam que ter; a ausência do aluno porque era dia de feira na localidade. Professores que, seja por desleixo ou por ausência da pedagogia moderna - método intuitivo - , oferecia um parco conhecimento aos discentes entre outros. E aos diretores dos grupos escolares, coube tentar negociar com toda essa situação.

<sup>421</sup> **Diário Official do Estado de Sergipe.** Anno XX, nº1236, Aracaju/Se. 24 de maio de 1923. p. 1.

<sup>422</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Dr. Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920, p. 12.

### 3.3 A Contribuição da Imprensa Sergipana e a Tentativa de Imposição de um Sentido: Jornais como Manuais de Civilização e Outros Olhares

Com a república, os Presidentes de Sergipe se preocuparam em difundir suas ações empreendidas na educação. Diferente dos anos anteriores a 1911, nos subsequentes, houve um aumento de publicações voltados para as instituições da Diretoria da Instrução Pública. Elas foram alvos de olhares que vasculhavam em busca de perceber a estagnação ou o avanço do ensino público no Estado por meio das festas.

Um desses setores, que se concentrou em informar a sociedade, foi a imprensa sergipana. Em seus textos, há uma profusão de temas voltadas para educação. De um lado temos indivíduos que escreviam para os jornais, despertando, nos seus leitores, o grande potencial de transformação que ela poderia oferecer, em um fervor, quase suplicante em suas páginas. Outros, se preocupavam em apenas elogiar as contribuições de certos indivíduos ilustres no ensino público no Estado.

Com isso, afirmamos que os jornais cada vez mais, desempenharam um papel de máxima importância, através de suas ações: primeiro como instrumentos de propaganda (dos ideais republicanos; e, da figura dos Presidentes de Estado); e, segundo, na divulgação das atividades das instituições da Diretoria de Instrução Pública de Sergipe, especificamente, as festas dos grupos escolares<sup>423</sup>.

Na área da educação, podemos perceber a importância delas para a imprensa de Sergipe, pela farta documentação disponível ao historiador. Ao se debruçar sobre a temática percebemos que foram alvos dos jornais: o cotidiano escolar, as festas cívico-escolares e escolares, as inaugurações, os exames finais, os saraus e aniversários dos professores, entre outros. A intimidade entre funcionários públicos e alunos, no processo de aprendizagem, nunca foi tão exposta como nas décadas seguintes a 1911<sup>424</sup>.

Por exemplo, na cerimônia de encerramento do ano letivo, em que aconteciam os exames finais dos grupos escolares. Ao dia posterior ao evento, era noticiado nos jornais do Estado, a presença de pessoas ilustres na comemoração como podemos observar num determinado periódico da capital:

---

<sup>423</sup> HÖRNER, Erik. "A Tribuna em Praça Pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842)". In.: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A História na Política, A política na História**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 102.

<sup>424</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Olhares da Imprensa: metáforas arquitetônicas". In: \_\_\_\_\_. **Ecos da Modernidade: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. (1911-1926)**. São Cristovão: Editora UFS, 2013. p. 183.

Já estando no recinto do Grupo o exmo. sr. coronel Presidente do Estado, o secretário geral dr. Álvaro Silva, o intendente da capital, dr. A. Baptista Bittencourt, o diretor desta folha, engenheiro Gentil Tavares, e muitas outras pessoas da alta sociedade [...] seguindo-se a entrega dos diplomas aos alunos que terminaram o curso elementar [...]<sup>425</sup>.

Ao apresentar os indivíduos num evento escolar, nomeando os personagens mais ilustres, o jornal *Correio de Aracaju*, utilizou-se do capital simbólicos deles, para ressaltar a importância do ensino público para os representantes da República em Sergipe. Percebem que o texto diz existir outros sujeitos da alta sociedade, porquanto, não foram citados, mas o nome do diretor daquela folha, encontrava-se entre os representantes da administração.

Nesse período a imprensa sergipana já falava sobre a imparcialidade do jornalista, sua ética, a busca da verdade na produção de notícias etc. De forma que esse discurso de "verdade" só escondia o apoio e a contribuição velada ao informar o "progresso" na instrução. Pensamos que o periódico ao apoiar a divulgação dos eventos relacionados aos grupos escolares, estrategicamente, encontrou um modo de prolongar os anos de sua existência.

Para Erik Hörner, muitos jornais extinguiram-se, antes de completaram um ano de vida. Os motivos de tão baixa expectativa, estaria, em parte, na sua origem política. Pois, muitos surgiram apenas para apoiarem certas ideias ou partidos; e, além disso, os altos custos de impressão e distribuição inviabilizavam sua permanecia por muito tempo<sup>426</sup>.

Com base nesse autor, pensamos que ao noticiar o término do ano letivo, a intenção não foi somente evidenciar a preocupação dos representantes do Estado com a rotina escolar. Mas, também, posicionando-se em favor desse ideal. Acima de tudo, era o apoio do jornal *Correio de Aracaju* na figura de seu diretor que se tentou legitimar. Seria a confirmação para os sergipanos que o periódico apoiava a causa e o governo que ali estava.

Por outro lado, a imprensa sergipana contribuiu para divulgar as ações do governo. E, a propaganda foi o meio, por excelência, encontrado na tentativa de serem vistos como grandes fomentadores - os Presidentes de Sergipe - da educação no Estado. Neste momento, temos a representação do indivíduo civilizador, amante de sua pátria e inquieto com o atraso cultural de seus patrícios. De forma que há um esforço em mostrar a preocupação na construção de espaços físicos que propiciasse um ensino de qualidade. Por exemplo, na construção do Grupos Escolar Barão de Maroim.

<sup>425</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno, XIII, nº2720, Aracaju/Se. 23 de novembro de 1919. p.1.

<sup>426</sup> HÖRNER, Erik. "A Tribuna em Praça Pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842)". In.: \_\_\_\_\_. OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PRADO. Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A História na Política, A política na História**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 101.

Cumpre-me entregar ao governo de vossa excelência o Grupo escolar Barão de Maroim, que eu tive a satisfação de projectar e construir, como auxiliar da Diretoria de Obras. A confiança de vossa excelência eu procurei corresponder, ao menos com boa vontade [...] é um predio cuidadosamente feito obedecendo aos preceitos pedagógicos (grifos nosso)<sup>427</sup>.

Valladão entregou à tarefa de planejar e construir, o Grupos escolar Barão de Maroim, ao engenheiro Firmo Freire. Segundo este, o Presidente tinha depositado confiança nele, em sua capacidade técnica. Em retribuição, o engenheiro, demonstrou em seu discurso, a grande tarefa que lhe foi dada. Com zelo, esperava alcançar às expectativas do chefe do Estado.

Ao lermos, o discurso de Freire, percebemos que houve uma tentativa de se exaltar a figura do senhor Valladão ao falar sobre: a Diretoria de Obras e a estrutura física do grupo escolar projetada segundo preceitos pedagógicos. Como já afirmamos, num trecho acima, a fala do engenheiro Freire, é uma evidência da construção da representação de um indivíduo civilizador - o Presidente de Sergipe - sendo aplicado o mesmo, aos outros presidentes (1911-1930).

Sim, pois, a Diretoria de Obras estava fazendo melhoramentos no centro da capital de Sergipe. Eram calçamentos que estavam sendo feitos; lagoas - motivadas pelas chuvas - em torno das praças, com dias contados, etc. Enfim, as obras deviam melhorar a vida dos cidadãos. Proporciona-lhes uma Aracaju com ar de civilização. Tais empreendimentos apareceram na mídia como parte das preocupações do senhor Valladão, ou, dos Presidentes de Sergipe, eleitos, depois dele.

Quanto a parte da estrutura física, Freire afirmou que teve a preocupação de construir o prédio de acordo com os preceitos pedagógicos modernos. É um discurso que coaduna com o do Presidente de Sergipe, o senhor Valldão. Ao discursar, este, faz referência aos longos anos em que o antigo edifício, onde tinha sido o asilo, não encontrou mercê perante seus antecessores.

Nesse momento, sem precisar discursar sobre a parte técnica do empreendimento - já que o engenheiro Freire se encarregou disso -, Remeteu-se ao passado. E ao fazer isso, ele evidencia a preocupação com uma construção calcada no método pedagógico moderno. Ao descrever as paredes que ali haviam, disse: "[...] esse arcaboiço de parede a quem me referi que, convenientemente modificado, constitui a sua graciosa fachada"<sup>428</sup>.

---

<sup>427</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, nº2083, Aracaju/Se. 10 de julho de 1917. p. 1.

<sup>428</sup> Idem.

Nesse instante, os dois discursos se encontram. Não era uma modificação qualquer. Aqueles que eram alfabetizados e poderiam adquirir o jornal, tinham a possibilidade de confrontar os dois discursos: o primeiro de um especialista, o engenheiro Freire - portador de um determinado capital simbólico; o segundo, foi o do Presidente Valladão, sobre uma pequena modificação nas paredes do antigo edifício - também, possuidor de determinado tipos de capital simbólico. Ao unirmos o trecho, podemos perceber, como cada um exerce um papel, ao se pronunciarem, mas sem se contradizerem. Foi um momento ensaiado e pensado, justamente, para que não acontecesse aquilo.

Assim, a imprensa serviu ao propósito de expor o desenvolvimento na educação pública do Estado. E, além disso, coube representar determinados Presidentes como fomentadores da civilização no território. Ao se criar tais textos nos jornais, pretendia-se colocar Sergipe nos rumos civilizatórios. Para isso, utilizaram-se de matérias voltadas para o cotidiano escolar e as construções dos grupos escolares.

Neste caso, como foi o exemplo da construção do Grupo Escolar Barão de Maroim e dos outros mais, uma festa escolar (exames finais) virou notícia na imprensa, contribuindo na difusão de práticas civilizadas. Pois, além de um texto informativo os jornais tinham também, na grande maioria das vezes, um caráter pedagógico<sup>429</sup>. Para aqueles indivíduos que não estavam presentes - seja pela questão da distância, ou, por outro compromisso inadiável, etc. -, mas eram letrados, o impresso, poderia se tornar um manual para tais leitores.

Segundo o pesquisador Magno Francisco de Jesus Santos, "a civilização [...] deveria ser edificada também sob a tinta das páginas dos jornais [...]"<sup>430</sup>. Ao leitor seria imposta uma representação, presentes nos textos jornalísticos. Ao afirmar o que era civilizado, patriotismo, civismo, bons costumes, entre outros, tentava-se influenciar a postura a ser adotada pelos indivíduos em sociedade.

Tal representação propalada por eles, ecoariam no território sergipano. Claro que a imprensa tem suas limitações. Mas, também, os indivíduos físicos, os Presidentes de Sergipe (eles mesmo discursando) estavam limitados pela ação de seus corpos. E mesmo que empreendessem uma série de viagens, como fez Graccho Cardoso na década de 1920, as condições das estradas e os meios de transportes da época, tornariam muito cansativas as expedições pelo interior do Estado. Além de deixar ausente, a sede administrativa da capital, sem o governante máximo.

---

<sup>429</sup> HÖRNER, Erik. Op. Cit. 2006. p. 102.

<sup>430</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit. 2013. p. 183.

Uma alternativa seria um emissário. Em alguns casos, pela impossibilidade de poder estar num determinado evento, encarregava um indivíduo para representá-lo. Um desses momentos aconteceu em 15 de abril de 1923, na festa litero-musical, pelo dr. Cyro Cordeiro Farias, chefe de polícia<sup>431</sup>. Como de praxe, o jornal ressaltou que encontrava-se ali, um representante do Presidente de Sergipe. Depois de alguns pronunciamentos, o enviado fazia seu discurso em que exaltava o patriotismo, o civismo, convocando-os (os sergipanos) para dirigirem-se rumo a civilização.

Fora esse modo e o papel da imprensa na difusão das representações, do que seria civilização<sup>432</sup>, temos uma terceira via. Nas festas cívico-escolares e escolares ao serem pronunciados os devidos discursos pelas autoridades do Estado, *in loco*, os indivíduos ali presentes, poderiam apropriarem-se de tais assertivas. Tanto a forma escrita, como a oral, ambos são construídos, organizados e selecionados para funcionarem como um texto: imposição de um sentido<sup>433</sup>.

E aqueles que não tiveram uma educação formal ou uma educação formal deficitária, há o segundo percurso: os discursos proferidos oralmente na construção e inauguração do prédio em estudo, entre outros. As comemorações eram momentos também importantes, já que nelas se aglomeravam pessoas ilustres da cidade, o Presidente do Estado e sua comitiva, os pais de alunos e curiosos. Um meio, dentre outros, da difusão das representações e práticas civilizadoras.

Sabemos que dentre as práticas de leitura, estavam a de ler um determinado texto, em voz alta, para outras pessoas que não partilhavam da habilidade aprendida, principalmente, na escola. Mas o texto escrito ou, oral, é comum a recorrência de estratégias para conseguir uma adesão ao discurso. Ou, como Chartier utilizou: uma "leitura forçada"<sup>434</sup>. Elas encontram-se no texto de forma explícita, através de prefácios, advertências, glosas e notas; também, podemos percebê-las implicitamente. Esta forma é a mais difícil de ser observada em uma primeira leitura. E depende de uma série de fatores: suporte; tipo de impresso: livro, jornal, revista, etc.; e, a que público se destinava, entre outros. Mesmo, assim, não é garantido o resultado esperado pelo autor do texto.

---

<sup>431</sup> DIARIO OFICIAL DE SERGIPE. Anno XX, nº1437, Aracaju/Se. 15 de abril de 1923. p. 1.

<sup>432</sup> OZOUF, Jacques. "A Opinião Pública: apologia das sondagens". In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

<sup>433</sup> CHARTIER, Roger. Op. Cit. 1990. pp. 121-122. (Memória e Sociedade).

<sup>434</sup> CHARTIER, Roger. op. cit. 1990. p. 123.

A leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis às intenções dos autores de textos ou de fazedores de livros: ela é uma "caça fugitiva" [...]. Por outro lado, o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correcta, a uma leitura autorizada<sup>435</sup>.

Como podemos perceber da citação de Chartier, a leitura é criadora, não tem como assegurar que a recepção seria tal qual os produtores dos textos pretendiam. Além do mais, discursos escritos ou não, dependendo que quem se aposse deles, poderia remeter-se a uma variedade de representações a depender do grupo que o leu: letrados ou analfabetos. E dentre estes uma serie de subcategorias como citadino/camponeses, patrões/empregados, maior de idade/ menor de idade, entre outros.

Desta perspectiva, só podemos afirmar que houve uma tentativa de transformar determinadas notícias nos jornais, ou, discursos orais, em manuais de civilização. A eles, coube difundir a representação que seus autores elaboraram. Diante do que já foi exposto, o quanto deu resultado essas estratégias, não há como quantificar, pois falta-nos documentos que corrobore com qualquer afirmação que viéssemos a fazer<sup>436</sup>.

### **3.4 Espaços em Festa: A Imposição de um Discurso Arquitetônico Civilizador nos Grupos Escolares Sergipanos**

Já discutimos sobre as festas nas ruas das cidades. Agora temos que abordar a realização delas no espaço físico dos grupos escolares sergipanos. A civilização também passava por condições materiais de escolhas. Pesquisar um grupo social, herdeiros de práticas civilizadas sem que venha junto a cultura material seria desprezar o diálogo que existiu.

Ora, pensar o processo civilizador de Norbert Elias, nos hábitos a mesa, exigiu dele, dialogar com a cultura material<sup>437</sup>. Pensemos na utilização de certo costume nas refeições, tido como civilizado, sem diferenciar que tipo de garfo utilizar: o de duas ou três pontas. Tal reflexão parece ser banal, mas o próprio autor, ao unir os dois discursos - o hábito e a cultura material - tornou possível chegarmos à seguinte conclusão: na apropriação de certas práticas pelos

<sup>435</sup> CHARTIER, Roger. op. cit. 1990. p. 123.

<sup>436</sup> GINZBURG, Carlo. "Prefácio à Edição Italiana". In: \_\_\_\_\_. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução de poemas: José Paulo Paes; revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.11.

<sup>437</sup> Alertamos que Norbert Elias não se utilizou desta expressão.

indivíduos, elas, apenas, não garantiriam o gesto fundador daquilo que o sociólogo chamou de, *o processo civilizador*<sup>438</sup>.

Tomemos as festas nas ruas de Aracaju como exemplo. Nelas, o projeto de civilização dialogou com o cenário urbano da capital - já comentamos isso anteriormente. Por vezes, foram mais pronunciamentos do que ações concretas na infraestrutura urbana. Mas se os Presidentes de Sergipe, fizeram questão de associar urbanização, progresso e civilização, foi porque no projeto de civilizar os indivíduos, entre outras propostas, as práticas e a cultura material eram fatores importantes na construção de uma representação de civilidade.

Assim, na implantação do primeiro grupo escolar sergipano, seguiu-se um mobiliário importado dos Estados Unidos do norte, da empresa *América Seating Company*<sup>439</sup>. Não eram simplesmente um modelo de escola (seu edifício) ou matérias (carteiras, globos, mapas etc.) a ser apropriados pelo Estado. Foi uma tentativa de seguir as "pegadas dos povos civilizados"<sup>440</sup>.

O Estado, ao elencar os materiais indispensáveis as funções do ensino - o mobiliário -, objetivava inseri-los no aprendizado de determinados hábitos e costumes sociais que se queriam disseminar nos alunos. Segundo, Souza, fez parte, também, a manutenção da limpeza e higiene, em que se destinava recursos a compra de: bacias, limpa-pés, lavatórios, escarradeiras. Sendo que a escola primária, portanto, contribuiu para o desenvolvimento de hábitos de civilidade<sup>441</sup>.

Podemos afirmar que os Presidentes de Sergipe tentaram construir uma representação de civilização no Estado, ao associar o modelo e os materiais vindos de países, ditos civilizados. De forma que foi uma civilização por associação com as localidades de origem dos produtos - em parte. Seja como for, tais utensílios estavam incluídos no projeto civilizatório de 1911 e posteriores.

O pioneirismo em implantar este modelo no Brasil foi do Estado de São Paulo - início da década de 1890. Ela representou uma importante renovação no ensino elementar. Tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica calcada na "racionalidade científica e divisão do trabalho"<sup>442</sup>. Em que os alunos eram classificados (1º ano, 2º ano, 3º ano e 4º ano), e, a cada nível escolar, foi estabelecido um plano de estudos. Além de determinar a jornada escolar

<sup>438</sup> Cf.: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes - volume I. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

<sup>439</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, ao Instalar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911, p. 54.

<sup>440</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. "Pilares da República". In. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1889-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998. p. 31.

<sup>441</sup> Ibidem. p. 143.

<sup>442</sup> Ibidem. p.16.

a funcionários e alunos no intuito de difundir uma escola mais homogênea, padronizada e uniforme.

Por sua ação, ela tornou-se pioneira na organização e criação de grupos escolares. Pois, desde a década de 1890, tais estabelecimentos estavam funcionando. Pelos resultados alcançados na educação, o modelo difundiu-se para os outros entes da federação. Profissionais da instrução de São Paulo, foram convidados para orientarem a implantação das escolas graduadas fora do eixo do Estado.

Foi assim, que a pedido do senhor Pereira Lobo, o Secretário do Interior daquele Estado, o dr. Carlos Guimarães, enviou a Sergipe em 1911, o dr. Carlos da Silveira, diretor do Grupo Escolar da Avenida Paulista, para ajudar na organização e implantação do novo modelo de escola<sup>443</sup>. No Estado ficou à frente da Escola Normal e da Escola Modelo.

Para o senhor Menezes, os edifícios escolares construídos em Aracaju eram palácios que decoravam a capital. Sua arquitetura "elegante de linhas bem conformadas"<sup>444</sup>, contrastavam com as casas ora de palhas, ora de telhas, espalhadas quase a esmo<sup>445</sup>. Era um modelo em que os Presidentes sergipanos iriam preferir, não só pela sua beleza, mas, levando-se em conta, a possibilidade de maior organização<sup>446</sup>.

Essa estrutura, contribuía para abrillantar as festas realizadas em tais estabelecimentos de ensino. Sendo que a suntuosidade, imponência e espaços bem elaborados a partir da teoria pedagógica da época, auxiliavam a transparecer a grandiosidade das festes cívico-escolares e escolares organizados para dialogar com a arquitetura dos novos estabelecimentos de ensino que começaram a ser construídos desde 1910 em Sergipe.

Diferentemente, as escolas isoladas funcionavam em casas alugadas, paróquias, cadeias, cômodos de comércio ou na própria casa do professor<sup>447</sup>. Faltavam espaços próprios para o ensino. Além do mais, os que existiam não atendiam as necessidades educacionais<sup>448</sup>. Por suas condições físicas e salientando da considerável margem de liberdade que os professores

---

<sup>443</sup> Ibidem. pp. 53-61.

<sup>444</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 8 de Julho de 1914, ao Installar-se a Sessão Extraordinaria, pelo Sr. Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1914. p. 15.

<sup>445</sup> FONTES, Amando. "Trinta e Dois". In: \_\_\_\_\_. **Os Corumbas**. 25º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. pp. 27-28. p. 178.

<sup>446</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 8 de Julho de 1914, ao Installar-se a Sessão Extraordinaria, pelo Sr. Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1914. p. 16.

<sup>447</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. op. cit.1998. p. 122.

<sup>448</sup> SALES, Luís Carlos. "Cultura e Linguagem Arquitetônica". In: \_\_\_\_\_. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000. p. 44.

gozavam para realizarem as festas cívico-escolares escolares ou não. Afinal, devemos nos lembrar que a vigilância para essas Instituições era muito precária.

Debruçamo-nos na análise das práticas civilizadas através de imagens, tornando as festas inteligíveis, gostaríamos de ter um documento que captasse o instante festivo da Escola Tobias Barreto, já que não encontramos de nenhum grupo escolar sergipanos no momento de realização de uma solenidade. Assim, utilizamos uma fotografia tirada, provavelmente, na comemoração do 7 de setembro de um estabelecimento de ensino - Escola 14 de Janeiro - também renomado no Estado. Pois, as mais importantes escolas particulares de Sergipe estavam em melhores condições físicas, pedagógicas e de profissionais experientes, assemelhando-se as escolas graduadas - neste último quesito, até os grupos escolares sofreram.

**FIGURA 17:** Escola 14 de Janeiro (Propriá/SE)



**Fonte:** O MALHO. Anno XV, nº.38, Rio de Janeiro/RJ. 11 de setembro de 1921. p.17.

Ao centro, temos o fundador do estabelecimento o dr. Guimarães Torres, à esquerda o professor Nomysyio de Aquino, e à direita, o professor Aguiar Caldas. No fundo estão os discentes do Ensino Primário, da Escola 14 de Janeiro, da cidade de Propriá. Todos enfileirados e em forma de degraus, começando dos professores e do respectivo dono, indo até a parte mais alta em que figuravam os alunos fardados.

Este estabelecimento não era um grupo escolar, o tamanho da sala de aula o demonstra; nem uma escola isolada, pois ela tem um fundador: o senhor Guimarães Torres. Foi uma instituição de ensino particular em melhores condições de instrução do que as escolas isoladas

do Estado. Embora num espaço maior e com melhores instalações que aquelas. Esse pequeno estabelecimento de instrução do interior sergipano, pode-nos dar pistas da utilização dos espaços físicos nas festas cívico-escolares e esclares.

Aquela imagem foi tirada, provavelmente, em comemoração ao 7 de setembro daquele ano. E publicada na Revista quatro dias depois. Pela divulgação conferida à esta mídia, podemos concluir que era um importante estabelecimento de ensino de Propriá. Assim, como as escolas públicas, deveriam introduzir práticas civilizadas nos discentes.

Para Peter Burke, as imagens passam uma mensagem destinada a àqueles que as observam. Os historiadores, geralmente, a ignoram, e vão tentar ler o que o autor/pintor não pretendeu dizer<sup>449</sup>. Em outros casos, serviriam apenas para ilustrar ou confirmar as conclusões que o pesquisador chegou. Independentemente do método de leitura de imagens, declarou Burke, é uma operação perigoso.

Levando-se isso em conta, observamos que na imagem temos a imposição de uma representação que os professores e o diretor intencionava destacar. Como qualquer texto, não são neutras, estão impregnadas de visões<sup>450</sup> e particularidades do grupo a que pertencem<sup>451</sup>. Por sua vez, o fotografo seleciona a cena que melhor condiz com a proposta dos indivíduos que o contrataram.

Percebam os gestos contidos e planejados na fotografia. Mostram alunos vestidos, geralmente de paletó, gravata e uma bermuda. O grupo mais ao fundo, ostentam fardas semelhantes a do exército brasileiro. A civilização deveria mostrar-se também pela homogeneidade das características físicas externas - roupas, sapatos, bijuterias etc. - e internas - práticas ditas civilizadas.

Os gestos demonstram movimentos controlados contidos, elaborados. Vemos isso ao olharmos para a posição em que o grupo ficou ao ser fotografado. Os que estavam sentados, permaneceram eretos e os braços apoiados sobre as pernas, de preferência, em direção ao interior delas. No segundo grupo, temos os indivíduos em pé. Seus membros superiores estão rentes ao corpo, como se quisesse tocar a parte da frente da coxa da perna. O único que foi possível identificar, que sobressaiu, foi o professor a direita do fundador do estabelecimento

<sup>449</sup> BURKE, Peter. "O Testemunho das Imagens". In.:\_\_\_\_\_. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004. p. 18.

<sup>450</sup> LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. "Fotografias: usos sociais e historiográficos". In.: PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. 1<sup>a</sup> Ed. 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 42-43.

<sup>451</sup> BORGES, Maria Eliza Linhares. "A Ciência Histórica na Época da Fotografia". In.:\_\_\_\_\_. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. pp. 19-21.

(ao centro). Aquele, com os braços colados ao corpo, segurando um livro na direita, e na esquerda, permaneceu com os braços descansando sobre a perna.

Como podemos perceber na imagem, a utilização dos comportamentos e gestos nesses espaços em momentos festivos, remete-nos, em tese, a concluirmos que houve êxito na imposição das práticas e representações. Haja visto que nos eventos não encontramos atos de indisciplina ou de incivilidade. Contudo, expomos nossa reticencia quanto a tal afirmação. Porquanto ao ser encerrada as solenidades, os alunos voltavam para casa, para suas vidas aos quais lhes representavam o real.

Também observamos que a sala além da ostentação de civilidade, mantinha em seu espaço muitos mapas. Lembremos as orientações dos programas escolares. A disciplina de História e Geografia do Brasil e de Sergipe, deveriam ser trabalhadas com mapas. Aos alunos seriam ensinados os limites de Sergipe com outros Estados; e, as fronteiras brasileiras com os outros países. Com isso a história pátria, a educação civil, entre outros, haveria de ser fomentada.

Quanto as atividades cotidianas nas escolas isoladas, o discurso do senhor Pereira Lobo confirma o estado em que alunos e professores estavam submetidos: a aula na casa do mestre traz prejuízos ao ensino. Os afazeres domésticos eram preferidos ao magistério<sup>452</sup>. É dessa forma que ele descreve o cotidiano escolar. Como podemos ver, elas não tinham uma estrutura que evitasse as distrações.

Considerando a mensagem do Presidente de Sergipe, o senhor Menezes, percebemos uma tentativa de racionalização<sup>453</sup> ao serem edificados os grupos escolares. Nesse espaço as distrações deveriam estar fora de seus muros. Seria um lugar específico para o trabalho docente<sup>454</sup>. O prédio deveria se tornar portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos outros edifícios públicos. Com espaços propícios as atividades escolares.

Para os pesquisadores Viñao Frago e Augustin Escolano, a construção da arquitetura, tomando como referência a pedagogia, constitui-se num importante fator de modernização do ensino. Haja visto, a utilização dos espaços, projetados para ensina-lhes, através de atividades escolares, práticas civilizadas<sup>455</sup>.

---

<sup>452</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911, p. 54.

<sup>453</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. p. 214.

<sup>454</sup> Idem. pp. 122-123.

<sup>455</sup> VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. Op. Cit. 1998. pp. 23-24.

Sendo uma das preocupações tentarem impor práticas civilizadas aos que transitavam pelo interior do edifício. Coube a escola ordenar e disciplinar a presença dos indivíduos. Tal justificativa serviu a dois fins: primeiro, civilizar os alunos - principalmente; e, evitar a deterioração do prédio pelo uso constante. Neste caso, tentou-se minimizar esses efeitos, ordenando e disciplinando a utilização dos espaços.

No relatório enviado pelos grupos escolares à Diretoria de Instrução, dentre os quesitos a serem informados, estavam as condições físicas dos estabelecimentos de ensino. Isso era tão visível que em 1927 o Grupos Escolar Severiano Cardoso, relatou que, embora o edifício tenha servido como hospedaria as forças legais que ali instalaram-se, ele encontrava-se conservado e asseado. E a disciplina dos alunos continuava "reinante"<sup>456</sup>.

Tendo em vista que os grupos escolares foram projetados para receberem em seus espaços uma quantidade limitada de indivíduos. Tais informações demonstram a preocupação quanto à conservação e manutenção desses prédios. Afinal, eles representavam o que havia de mais moderno no discurso civilizador no Estado. As construções - em alguns casos, foram apenas reformas num edifício já existente - sua construção exigia grandes somas de recursos.

Haja visto a presença de indivíduos ilustres no recinto, o edifício não poderia se apresentar de qualquer forma, por isso a preocupação nas festividades de organizarem um espaço mais agradável que representasse o progresso na educação em Sergipe. Esta imagem positiva, diga-se de passagem, deveria ser apreendido pelos seletos observadores que eram convidados (pais, parentes, amigos, jornalistas, intelectuais e demais autoridades). Já que, seja por questão de espaço ou pelas condições precárias do prédio, era limitado o número de espectadores.

Mas as comemorações/celebrações cívico-escolares e escolares não deveriam parar. As festas continuavam, mesmo os inspetores de ensino alertando para a situação precária de alguns prédios<sup>457</sup>. A organização e a disciplina não poderiam deixar de serem ministradas. A inculcação de práticas civilizadas tinha que continuar.

Foi o caso do Grupo Escolar Silvio Romero da cidade de Lagarto. Quatro dias após a *Commemoração da Republica da Liberdade e da Independência dos Povos Americanos* (14 de julho), Florival de Oliveira, delegado regional do ensino, escreveu sobre o bom andamento do estabelecimento de ensino, tendo como diretor, o padre Possidônio Pinheiro da Rocha. No

---

<sup>456</sup> Termo de Visitas do Delegado Regional do Ensino, Florival de Oliveira, realizado no Grupo Escolar Severiano Cardoso, tendo como diretora, Maria de Carvalho. Boquim/Se. 05 de setembro de 1927. p. 1.

<sup>457</sup> Coube aos responsáveis pelos grupos escolares e aos agentes de fiscalização solicitarem da Diretoria de Instrução Pública, providências na tentativa de sanarem, o quanto antes tais problemas.

termo de visitas observou as condições do edifício, segundo, ele, "[...] esta carecendo de serias e urgentíssimos reparos".

Assim, o modelo de civilidade era mostrado nos espaços, pois ao serem utilizados, dialogavam com a pedagogia da época, contribuindo dessa forma, na construção de representações nos momentos festivos. Sendo que o discurso arquitetônico além de contribuir para inserção de práticas civilizadas, deveria mostrar sua monumentalidade. Foi por isso que ao final da descrição das condições físicas do edifício, escreveu: "a disciplina reinante satisfaz plenamente em qualquer classe"<sup>458</sup>.

Percebiam a importância do diálogo de práticas civilizadas e os espaços escolares. Pela pedagogia moderna da época, espaços, festividades e hábitos, comportamentos e gestos, deveriam ser observados para forjar o cidadão. Por isso, que por várias vezes ao término da descrição das condições físicas, afirmava-se no estabelecimento a disciplina era reinante ou não.

No ano seguinte (12 de setembro de 1928), cinco dias após uma das maiores comemorações das festas cívico escolares, foi realizado nova fiscalização. Como de praxe, elogiou a administração do diretor do Grupos Escolar Silvio Romero, do empenho das professoras entre outros. Desta vez, afirmou que o número de matrículas não tinha mostrado crescimento, seria um problema a ser sanado. E concernente a solicitação de reparos, da visita anterior, disse, "volto a salientar a necessidade absoluta de serem feitas, no predio, reparos"<sup>459</sup>. Desta vez, houve silêncio quanto a disciplina.

O programa escolar orientava o modo como deveria ser realizada a entrada e saída dos alunos. Antes da entrarem nas salas, os alunos formariam uma fila sob a vigilância do professor, e desfilariam cantando o hino inicial dos trabalhos. Ao chegarem no recinto, deveriam permanecerem de pé, enquanto não tivesse terminado a música<sup>460</sup>.

A saída para o recreio e a entrada para as aulas, se procedia da mesma maneira. No fim de cada "sessão", os alunos em fila, sairiam cantando o "hino de retirada"<sup>461</sup>. Foi a maximização dos espaços, na imposição de comportamentos e hábitos, que a todos os momentos, eram ensinados aos discentes dos grupos escolares.

---

<sup>458</sup> Termo de visita do Delegado Regional do Ensino, Florival de Oliveira, do Grupos Escolar Sylvio Romero, tendo como diretor o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. Lagarto/Se. 18 de julho de 1927. p. 1.

<sup>459</sup> Termo de visita do delegado regional do ensino, Florival de Oliveira, do Grupos Escolar Sylvio Romero, tendo como diretor o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha. Lagarto/Se. 12 de setembro de 1928. p. 1.

<sup>460</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915. p. 15.

<sup>461</sup> Idem.

Essa mesma organização e disciplinamento deveriam ser mostrado nas festas cívico-escolares e escolares. Segundo a orientação da Diretoria de Instrução Pública, a programação seria de responsabilidades dos diretores e professores nos grupos escolares.

Serão organisados previamente, [...] programmas proprios para a celebração das principaes festas nacionaes: o 7 de Septembro - a Independencia; o 13 de Maio - remissão dos captivos; o 15 de Novembro - roclamação da Republica; a Bandeira Nacional; o 24 de Outubro - Independencia de Sergipe<sup>462</sup>.

O que nos chamou a nossa atenção, foi a comemoração do dia 24 de outubro (Independência de Sergipe) estar na categoria de festas nacionais. Construímos duas hipóteses para tal fato: na primeira, o legislador pretendeu incluir a emancipação sergipana a um dos grandes acontecimentos da nação, assim como as outras datas festivas; numa segunda hipótese, menos provável, mas, perfeitamente possível, poderia ter sido erro de digitação.

Deixando essas questões de lado. Os espaços, contribuíram para impor uma representação nas festas cívico-escolares e escolares, ao utilizá-los para formar a nação e forjar o cidadão. Assim, nas paredes das salas de aulas, foi orientado aos professores, que além de mapas do Brasil e de Sergipe, se colocassem pantheons ou galerias de retratos dos homens celebres.

Tal indício nos levou a concluir que mesmo os silêncios das imagens, fixadas em lugares estratégicos nas salas de aulas, eram usados para comunicar uma mensagem aos que ali frequentavam. Torando-se um referencial de inteligibilidade quando as festas ocorriam. Sendo que as comemorações/celebrações alimentavam-se através de construções diárias do modelo civilizatório a ser adotado pelos alunos dos grupos escolares e pelo público em geral.

---

<sup>462</sup> Idem.

#### 4. DIONÍSIO REPUBLICANO: AS FESTAS DOS GRUPOS ESCOLARES SERGIPANOS E OS OUTROS OLHARES

Mas o historiador não se contentará com as questões ligadas à intenção dos promotores de tais festas, já que nem sempre a multidão corresponde à expectativa e manifesta outros desejos através da intemperança, pela carnavalização, ou pela exigência de maiores prodigalidades, provocando dispendiosas disputas entre proprietários e chefes políticos por um aplauso pouco confiável<sup>463</sup>.

##### 4.1 Festas Cívicas dos Grupos Escolares Sergipanos nas Ruas

Com a criação dos grupos escolares, as festas cívico-escolares em Sergipe passaram a ter grande repercussão na mídia. O que eram apenas descrições esporádicas de um ou outra comemoração, e que, no ano seguinte às vezes, não era nem lembrado, teve outros rumos. À partir de 1911, tornou-se frequente divulgar notícias sobre os festejos no Estado, relacionado a participação das instituições elementares de ensino público<sup>464</sup>.

Associações de cunho histórico-culturais como o Instituto Histórico Geográfico (1912)<sup>465</sup>, a Liga Sergipense Contra o Analfabetismo (1916), o Centro Cívico Amintas Jorge (1918), e tantas outras, que ao comemorem as festas republicanas, organizavam seus próprios eventos, ajudavam na manutenção e divulgação delas<sup>466</sup>. Decerto, entendemos que essas instituições contribuíam para legitimar o *status quo* de suas representações, seja através de pronunciamentos, a inclusão de novos sócios ou a eleição da mesa diretiva<sup>467</sup> em tais datas.

Entretanto, os olhares da imprensa sobre o cotidiano nos grupos escolares, tornavam-se frequentes. Eles atraiam o foco para as atividades realizadas em suas dependências, em que se tornavam notícias nos jornais sergipanos. Assim, as inaugurações, exames finais,

<sup>463</sup> OZOUF, Mona. "A Festa Sob a Revolução Francesa". In: \_\_\_\_\_. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. p. 144.

<sup>464</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XI, nº2.189, Aracaju. 21 de novembro de 1917. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3.502, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1922. p. 1.

<sup>465</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2.914, Aracaju/Se. 09 de julho de 1920. p. 1.

<sup>466</sup> SOUZA, Cristiane Vitório de. **A “república das letras” em Sergipe (1889-1930)**. 2001.211f. Monografia (Licenciatura em História). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe. pp. 33-36.

<sup>467</sup> BURCKHARDT, Jacob. "A Sociabilidade e as Festividades". In: \_\_\_\_\_. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. Tradução: Sérgio Tellaroni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp. 360-371.

comemorações nas escolas, entre outros, deu a estas instituições, um capital simbólico que somente veio contribuir a divulgar e legitimar as festas cívicas de rua<sup>468</sup>.

Dentre as comemorações cívico-escolares mais importantes no Estado, estavam: a Festa da Bandeira (19 de novembro); Emancipação Política de Sergipe (8 de julho); a Independência do Brasil (7 de setembro) e da Proclamação da República (15 de novembro). São elas que encontraremos com frequência na imprensa sergipana<sup>469</sup>. Pela imensa divulgação dadas a esses festejos, foram organizadas comissões no intento de realizá-las. Estando explícito, a importância e grandiosidade de tal evento.

Uma dessas grandes datas cívico-escolares aconteceu no 7 de setembro de 1917. A comemoração da Independência do Brasil, pela primeira vez, nas festas republicanas em Sergipe, contou com um grande número de escolas de ensino elementar, entre outras Instituições<sup>470</sup> que participaram de forma ativa no desfile. E como o jornal, *Correio de Aracaju*, fez questão de lembrar aos seus leitores, os três grupos escolares da capital tomaram parte nas festividades<sup>471</sup>.

A solenidade teve início às 6 horas, ao ser hasteada a bandeira brasileira no quartel do destacamento federal. Enquanto isso, os indivíduos do tiro 136, fizeram as devidas continências em frente ao edifício. Ao assistirem aquela solenidade, os soldados saudaram o símbolo nacional, com gestos habituais ao exército. Terminado esse evento, deslocaram-se até o próximo ponto de encontro, anteriormente, publicado na imprensa, no programa das festas da Independência, um dia antes<sup>472</sup>.

Às 9 horas, as instituições de ensino tomaram suas posições no festejo. Os Colégios Tobias Barreto, o Atheneu Sergipense e o Gremio Escolar, formaram-se na Praça Coronel José de Faro, em frente a Biblioteca Pública. Nos dois lados da Praça Fausto Cardoso, com seus respectivos diretores e professores, estavam os alunos das escolas públicas: a Escola Normal, os Três Grupos Escolares e, as Escolas Nocturnas.

Tal ordenamento tinha função de ensiná-los. Na comemoração republicana sua organização deveria exalar ordem. Por isso, os discentes das instituições de ensino aprenderiam,

<sup>468</sup> NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. "A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe". In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006.p.163.

<sup>469</sup> BERGER, Miguel André. Os Grupos Escolares e as Festas para Difusão da Instrução e da Civilidade. In.: **Revista do Mestrado Em Educação**, UFS, v.11, jul./dez. 2005. p. 59

<sup>470</sup> O Colégio Tobias Barreto - que já participava de longa data -, o Atheneu Sergipense, o Gremio Escolar, a Escola Normal, os Grupos Escolares e as Escolas Nocturnas. Cf.: CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2131, Aracaju/Se. 06 de setembro de 1917. p.1; CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p.1.

<sup>471</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p.1.

<sup>472</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2131, Aracaju/Se. 06 de setembro de 1917. p.1.

*in locus*, o que a festa da Independência do Brasil idealizava: o controle das pulsões e disciplinamento dos alunos que participavam dela. Seriam momentos de apresentarem práticas civilizadas, aos que ali, contemplavam o desfile.

Segundo Norbert Elias, certos comportamentos são proibidos de serem vistos em público. Não porque fossem anti-higiênicos ou tivessem alguma função utilitária na sociedade. Mas, a vergonha e o afastamento de alguns gestos ou hábitos, deve-se a sua capacidade de gerar associações desagradáveis. Em contraponto, as práticas civilizadas, difundem-se, gradualmente, dos círculos que estabelecem o padrão - neste caso, as festas cívico-escolares, tendo como modelo: o europeu - para outros mais amplos, como os cidadãos de determinado país<sup>473</sup>.

Como exemplo, destacamos o caso que aconteceu na festa da Bandeira na cidade de Estância. Nela, um indivíduo - infelizmente, não quis se identificar - lançou vitupérios, a determinados sujeitos que assistiram àquele evento. Revoltado com a barbaridade em que alguns espectadores, publicamente agiram, sem o menor pudor, no momento em que estava acontecendo as comemorações. Por isso decidiu levar aos jornais, seu voto de repúdio as práticas incivilizadas que ele, assim, como outros, foi obrigado a suportar<sup>474</sup>.

Nas palavras deste indivíduo, desse que passou por "uma grande vergonha"<sup>475</sup>. Relata que viu muitos patrícios seus, educados, assim como ele, darem provas que não o são. A festa da Bandeira e o hino são sagrados - afirmou a testemunha -, devendo seus concidadãos, todo o respeito e veneração. Ela não poderia ser comemorada de qualquer jeito, sem disciplina. Os estancianos são indivíduos civilizados, declarou.

Não foi o caso deste dia. Ao Contrário. Ele viu muitos espectadores, no momento de execução do hino nacional, com o chapéu na cabeça. E mesmo com a passagem do pavilhão, quando os alunos do Colégio Tobias Barreto marchavam ou levaram a embarcar o General Marques Porto, conseguiu fomentar alguma reação civilizada. Assim, as cenas cívicas desenrolavam-se, mas o objeto continuava nos mesmos lugares em que estes indivíduos deixaram quando saíram de casa: na cabeça.

Na ausência de civilidade, o autor justificou, afirmando que possivelmente, foi um ato de distração, cometido por alguns estancianos. Tal hipótese elencada pela testemunha, parece-nos frágil de ser sustentada. Há uma reticência em sua declaração. Talvez não quisesse passar

<sup>473</sup> ELIAS, Norbert. " A Civilização Como Transformação do Comportamento Humano". In.: **O Processo Civilizador: uma história dos costumes** - volume I. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. p. 149.

<sup>474</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº28, Estancia/Se. 24 de julho de 1910. p. 2.

<sup>475</sup> Idem.

uma representação negativa aos que fossem de fora. E as evidências corroboram para tal assertiva. Pois ao final do seu texto ele desabafa: "[...] é triste que estranhos notem a nossa des cortezia, a nossa pouca civilidade"<sup>476</sup>.

O que presenciamos ao ler as dezessete linhas escritas pela testemunha, coaduna com as declarações de Elias. É a vergonha e o medo das associações desagradáveis - incivilidade - que fez com que os indivíduos se sintissem coagidos a controlar suas pulsões, gestos, comportamentos etc. E não apenas isso, mas ao manifestarem-se, poderem externar, as práticas civilizadas, em momentos propícios.

Na comemoração da Independência do Brasil de 1917, os alunos dos grupos escolares aprenderiam a ser disciplinados e a respeitarem a hierarquia, este principalmente. Pela descrição, o Presidente de Sergipe, General Oliveira Valladão, acompanhado do senhor Ivo do Prado e do tenente Ascendino Jorge, em carro, passaram revista as tropas. Nesta ocasião, as forças armadas prestaram as devidas continências, no mesmo instante em que todas as escolas - entre eles os três grupos escolares - entoaram o hino nacional "[...] com entusiasmo e vigor [...]"<sup>477</sup>.

A comemoração cívico-escolar intencionava ensinar práticas civilizadas, tanto aos participantes quanto aos espectadores. Com isso, concordamos com Mikhail Bakhtin, quando disse que para que haja o clima de festa, seria necessário a existência dos ideais nela. Mais especificamente, estamos falando dos ideais dos promotores do evento em Sergipe. Os quais eram denotativas de ordem, disciplina, hierarquia, controle das pulsões, obediências, entre outros<sup>478</sup>.

Mas não como Bakhtin percebeu as festas oficiais. Segundo o autor, elas contribuíam para consagrар a ordem já estabelecida, legitimar o governo em vigor, para fortificá-lo. Assim, olhavam apenas para o passado de onde se serviam, consagrando, estrategicamente, um modo social existente. Em tal cenário, as comemorações, por exemplo, não poderiam ser portadoras de uma imagem idealizada, rumo ao futuro<sup>479</sup>, e portanto, formadora dele.

Não foi o que observamos nas festas cívico-escolares. Ao colocarem alunos do ensino primário para entoarem o hino nacional, frente à miríade de indivíduos ali presentes, o Estado republicano, forjavam os cidadãos para atuarem de forma patriótica no desenvolvimento local.

<sup>476</sup> A RAZÃO. Anno XVII, n°28, Estancia/Se. 24 de julho de 1910. p. 2.

<sup>477</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, n°2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p.1.

<sup>478</sup> BAKHTIN, Mikhail. "Introdução: apresentação do problema". In: \_\_\_\_\_. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 8º ed. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 8.

<sup>479</sup> Ibidem. pp. 8-9.

De forma estratégica, através do hino e da bandeira nacional, tentava incutir-lhes a ideia de pertencimento ao país e a Sergipe.

Acima de tudo, elas negavam a realidade reinante no Estado: as péssimas condições físicas da capital e dos interiores; a suposta frieza dos sergipanos para com as comemorações das datas cívicas, anteriores a 1917<sup>480</sup>, tendo como consequência, a ausência de patriotismo e civismo. As representações impostas deveriam ser capazes de conseguir a adesão dos alunos dos grupos escolares e de outras instituições de ensino, como também, a dos indivíduos que prestigiavam as encenações.

No ano seguinte (1918), os sergipanos, publicou o *Diário da Manhã*, estavam entusiasmados com o desfile cívico. Cenas de patriotismos eram vistos nas ruas. Ao passarem entre a multidão que tomou conta de um lado a outro, foram dados intensos vivas ao cortejo - entre eles, os grupos escolares -, que em imponente marcha, abrilhantava a festa<sup>481</sup>.

Conseguir impor uma representação de civilidade aos festejos, e ante tal feito, ser bem recepcionado pelos indivíduos que assistiam as evoluções dos grupos que participavam, apenas demonstrou a capacidade que as festas cívicas tinham de cooptar os espectadores a aderirem - nem que fosse por um instante, aos ideais dos organizadores. Devendo-se notar a forma como o público, frequentemente, era citado e recitado a cada passagem dos indivíduos em cena, dando a entender que foi um espetáculo legitimado pelos sergipanos.

Então, por que tais expressões de apresso não foram demonstradas entre 1891 a 1916? A resposta pode ter, a depender do corte temporal, várias explicações. Entretanto, parte do quebra cabeça, pode ser solucionado, se somente, mantivermos os anos de 1911 a 1916. E através do método comparativo, tentarmos buscar algum elemento novo, que antes não existia, e que por mais insignificante que pareça, em uma análise, deixaria vim à tona algumas conclusões.

Assim, ao contrário das comemorações/celebrações dos anos anteriores a 1917, Neste ano, o público tinha melhores razões de manifestar-se positivamente, inclusive, exclamando vivas nas celebrações das grandes datas. Eram seus filhos, amigos, parentes dentre outros<sup>482</sup>, que estavam desfilando nas ruas de Aracaju - ou outras cidades sergipanas -, que por sinal,

<sup>480</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº41, Estancia/Se. 23 de outubro de 1910. p. 2; A RAZÃO. Anno XVII, nº45, Estancia/Se. 20 de novembro de 1910. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno VI, nº775, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1912. p. 2; CORREIO DE ARACAJU. Anno VII, nº1035, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1913. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno IX, nº1601, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1915. p. 1.

<sup>481</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p. 1.

<sup>482</sup> Diferente dos anos anteriores, em 1917 houve número maior escolas nas comemorações cívicas. E portanto, uma quantidade considerável de alunos a participarem dos festejos.

como já analisamos, eram para ser mostradas, expostas como símbolo de um processo civilizador no centro da capital.

No transcorrer, os alunos desfilaram de forma homogênea. Assumindo funções, não de forma individuais, mas como grupo. Era um pequeno cosmo criado nos festejos para representarem e legitimarem práticas sociais que deveriam vigorar em sociedade. A diferença deveria ser afastada do evento republicano. Sendo que, ao desfilarem, as instituições de ensino estavam uniformizadas, com exceção do Grupo Escolar Barão de Maroim<sup>483</sup>.

Por temos elementos suficientes, discordamos da assertiva de René Girard. A festa não tem somente o caráter de instalar a diferença. Pois, para aquele autor, ela tinha/tem a função de liberar a violência acumulada dos indivíduos ao promover a diferença, renovando, assim, a sociedade para mais um ciclo festivo em que, novamente, seria evidenciada a alteridade. Tendo como resultado, uma série de ritos que conotariam a agressão, a revanche, ou seja, a quebra de tabus que possibilitariam a libertação da violência<sup>484</sup>.

Tal generalização não se aplica aos festejos cívico-escolares das primeiras décadas da República em Sergipe. O jornal Diario da Manhã, fez questão de afirmar que marchou o colégio particular de d. Glória Chaves [...] com cerca de 50 meninas rigorosamente uniformizadas, causando bellissimo effeito [...], e logo em seguida, desfilaram o Grupo Modelo, a Escola Complementar, o Grupo General Siqueira, [...] muito vistoso, todos conduzindo seus estandartes", e o "[...] Grupo Barão de Maroim, não uniformizado ainda [...]"<sup>485</sup>.

Primeiramente, na descrição do jornal, compreendemos que as comemorações cívico-escolares não eram apenas uma exaltação dos feitos do passado. Bakhtin, há muitos anos atrás, já tinha nos alertado sobre os perigos de reduzir as festas a um conteúdo determinado e limitado - "por exemplo, à celebração de um acontecimento histórico"<sup>486</sup>, simplesmente. Por isso, não eram, somente, um espetáculo ao ar livre, bem ensaiado e agradável de se ver<sup>487</sup>. Elas foram elaboradas na expectativa de se impor uma determinada visão de mundo como sendo a correta.

E, segundo, embora os uniformes dos alunos fossem adjetivados como "vistoso" e de "bellissimo effeito", a ornamentação elaborada somente realçaria alguns aspectos e camuflariam

<sup>483</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p. 1.

<sup>484</sup> GIRARD, René. "A Crise Sacrificial". In.: \_\_\_\_\_. **A Violência e o Sagrado**. Tradução: Martha Conceição Gambini; revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. 3ºed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista/Paz e Terra, 1990. p.71; GIRARD, René. "Dionisio". In.: \_\_\_\_\_. **A Violência e o Sagrado**. Tradução: Martha Conceição Gambini; revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. 3ºed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista/Paz e Terra, 1990. pp. 153-154.

<sup>485</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p. 1.

<sup>486</sup> BAKHTIN, Mikhail. Op. Cit. 2013. p. 241.

<sup>487</sup> SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve!**: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2011. p. 64.

outros<sup>488</sup>. Tal utilização das percepções sensórias dos indivíduos (visão e audição), destinava-se à adesão do espectador, ao que lhe era sugestionado ou, declarado *in loco*.

Pelo relato, os uniformes<sup>489</sup> objetivavam realçar a homogeneidade dos participantes dos festejos. Contribuíam na construção da imagem de igualitarismo, em bases, patrióticas e cívicas, para imposição de práticas civilizadas na sociedade<sup>490</sup>. Destinando-se, entre outros, a fomentar nos alunos, o sentimento de pertencimento ao local de origem - Estado e nação. De forma que, essa estratégia deveria alcançar aos observadores ali presentes: pois, ao mesmo tempo, que a representação de modelo de civilização era passada, buscava-se educar<sup>491</sup> os indivíduos que foram assistir ao cortejo.

Logo, ao impor uma representação de modelo civilizatório a seguir, as comemorações cívico-escolares excluíam a maior parte da sociedade. Porquanto, os uniformes desempenhavam uma dupla função. A primeira seria homogeneizar os participantes, eliminando a distinção entre os indivíduos. A segunda, expressaria seu paradoxo, pois, ao mesmo tempo que exorciza a alteridade, ela a confirmava.

Se pensarmos nos participantes das escolas públicas sergipanas, perceberemos uma estratégia montada, com o fim, de torná-los iguais. Através de gestos, antecipadamente, ensaiados e a utilização de objetos incorporados a seus corpos (os uniformes), tornando possível camuflar a diferença.

Se aceitarmos tal explicação, poderemos estabelecer uma fronteira, e assim, traçarmos os participantes dos grupos escolares no centro dos festejos, representando a idealização da ausência de marcas visuais que o diferenciassem. E quanto aos espectadores, representariam o paradoxo, seriam a prova perene da existência da alteridade, daqueles que desfilam e os outros<sup>492</sup>, que a gosto pessoal, econômico, cultural e familiar, vestiam-se e interagiam - através de práticas civilizadas ou não - com os indivíduos da/na festa.

No cotidiano escolar, a diferença tornava-se mais visível. Segundo o Inspetor geral da instrução pública, João Esteves da Silveira, em 1915, declarou que os filhos da extrema pobreza,

---

<sup>488</sup> AMARAL LUZ, Guilherme. "Festa Barroca?". In.: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 337.

<sup>489</sup> MATTA, Roberto da. "Carnavais, Paradas e Procissões". In: \_\_\_\_\_. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6<sup>ed</sup>. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 60-61.

<sup>490</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. p. 270.

<sup>491</sup> BITTENCOURT, Circe. "As 'Tradições Nacionais' e o Ritual das Festas Cívicas. In.: PYNSK, Jaime (autor e organizador). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. Rev. e atual. - São Paulo: Contexto, 2009. pp. 81-82.

<sup>492</sup> BENCOSTTA, Marcos L. Albino. "Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)". In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006. p. 305.

usavam, tamancos nos pés, um "simples casaquinho e calça de picote" sobre o débil corpo. E não raro, portando os livros de ABC emprestados daqueles mais afortunados<sup>493</sup>.

Desta forma, concluímos que as caixas escolares, além de almejarem o aumento de matrículas nas instituições de instrução primário no Estado, através do fornecimento de objetos indispensáveis ao ensino<sup>494</sup>, pretendiam extinguir a diferença entre os alunos das escolas públicas de primeiras letras<sup>495</sup>. Por este mesmo recurso, o material para os desfiles cívicos - uniformes dos grupos escolares -, poderiam ser subsidiados - entre outras formas.

Para além de toda parte estética dos festejos cívicos, havia os indivíduos encarregados de discursar, em nome do Estado. Tal assertiva, pode ser observado na comemoração do Centenário da Independência do Brasil. Pelo *Programma Official das festas que se realizarão, em Sergipe, no dia 7 de setembro de 1922*, publicado no Jornal, Correio de Aracaju, no dia 12 de agosto de mesmo ano, estava planejado que: ao desfilar o cortejo, em frente do Palácio do Governo, nessa ocasião, o orador dissertaria sobre aquela data histórica<sup>496</sup>.

Aproximadamente, 26 dias separavam a publicação no jornal e a realização das comemorações do Centenário da Independência - quase um mês. Era um evento que exigiu, por parte dos organizadores, planejamento, bem mais elaborado, e com mais tempo para sua organização do que as precedentes, visto a importância daquela data. Possivelmente, o trabalho de composição da celebração ao 7 de setembro, começou bem antes de sua publicação na imprensa sergipana.

Seja como for, o indivíduo responsável por discursar, não seria qualquer um. Deveria ser conhecido, exercer uma função que o tornasse visível perante os outros. E ao mesmo tempo, que lhe fosse familiar o objeto em que houvesse de se pronunciar. Apenas, assim, ele seria capaz de contribuir para a representação a que os organizadores dos festejos idealizavam, legitimando-as.

Sendo assim, o orador oficial das comemorações do centenário foi o jornalista, João Esteves<sup>497</sup>. Na imprensa sergipana, ele foi apresentado como "previamente convidado pelos encarregados dos festejos"<sup>498</sup>. Um homem das letras, acostumado com às técnicas de controle

<sup>493</sup> Relatório do Inspetor Geral do Ensino João Esteves da Silveira Dirigido ao Excelentíssimo Diretor da Instrução Pública. Aracaju/Se. 23 de Julho de 1913. p. 28.

<sup>494</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1918, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1918, p.29.

<sup>495</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2725, Aracaju/Se. 30 de outubro de 1919. p. 1.

<sup>496</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3434, Aracaju/Se. 12 de agosto de 1922. p.1.

<sup>497</sup> Além de exercer a função de jornalista, ele foi advogado. Segundo, o jornal, Diário da Manhã, João Esteves, era um prosador elegante, que encantava seus leitores com seu estilo, pela clareza e concisão em seus trabalhos. Cf.: Diário da Manhã. anno V, nº1337, Aracaju/Se. 20 de outubro de 1915. p. 1.

<sup>498</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3502, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1922. p.1.

e indução de representações em sua escrita. Afinal, essa era uma das funções da festa, aos alunos e ao público presente, fazer com que aderissem, a práticas civilizadas, tendo como palavras de ordem: pátria e civismo; e, contribuir para a recepção de imagens corretas, sobre o significado daquela data histórica.

Pela forma com que se manifestou o público, sua retórica os conquistou. O auditório o escutava de modo silencioso e reverente. O silêncio tomava conta naquele instante. Sua voz era a única emissão que se ouvia num emaranhado de pessoas e coisas. Todas as atenções, estavam voltadas para aquele indivíduo que falava em nome do Estado - as expectativas, sobre ele, eram grandes.

Em sua oratória, utilizou-se de "linguagem expressiva"<sup>499</sup>, repleta de frases de efeito, nos informou, o jornal Correio de Aracaju. Este malabarismo de palavras produzidas por João Esteves, teve como resultado a euforia "[...] do auditorio que o escutava [...]"<sup>500</sup>. Como o público se apropriava da mensagem, infelizmente, não temos registros. Só sabemos que sua participação, terminou ao som de um prolongado e estrondoso soar de palmas.

Em que pesem as questões até então postas, poderíamos chegar à conclusão que à legitimidade de pronunciar um discurso estava relegada aos adultos? Entendemos que não, devemos atentarmos para os fins a que se pretendiam os organizadores das festas ao escalarem determinados tipos de indivíduos (criança/adulto, novo/velho, letrado/iletrado, ligado a alguma instituição ou não, entre outros), outorgando-lhes, o direito de legitimarem certos objetos em um evento oficial<sup>501</sup>.

Compreendemos que o convite ofertado a certos adultos, obedeciam uma estratégia usada pelos encarregados das comemorações de datas históricas. Assim como João Esteves, tais sujeitos tinham que possuir capital simbólico para contribuírem na legitimação das representações construídas. Ademais, deviam ter visibilidade na sociedade, com reputação ilibada, preferencialmente.

Com relação aos jovens (7 a 14 anos, em idade escolar) das escolas de ensino primário de Sergipe, só podemos questionarmos qual a função deles neste cenário. Pois, ainda não dispunham de capital simbólico, entre os adultos, devido as suas tenras idades. Os alunos escolhidos seriam, então, representantes de famílias abastardas da região, o que justificaria suas presenças no palco da festa? Acreditamos que não. Tal hipótese, embora possível, já que

---

<sup>499</sup>Idem.

<sup>500</sup> Idem.

<sup>501</sup> Cf.: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. Prefácio: Sergio Miceli. Tradução: Sergio Miceli, et al. 2<sup>o</sup>ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

poderiam ser um daqueles a lhes ser fraqueada a palavra através de poemas, discursos, ou, outras formas de expressão, mas não com aquelas intenções quando o orador fosse adulto.

Então temos que buscar a explicação nas próprias comemorações. O fim a que se destinavam, era construir uma representação de civilidade. Tornando-se possível a apropriação de práticas condizentes com os novos espaços que estavam em reformulação e o ideal de se forjar indivíduos republicanos civilizados. Tal projeto, negava aquela realidade existente, criando, desta forma, um mundo idílico, baseado num futuro melhor.

Reconhecendo o valor educativo das festividades escolares, em que se rememoram datas cívicas, que marcam phases de progresso em nosso paíz, ou factos historicos de importancia, não só para nossa patria como para a humanidade, tenho incentivado essa iniciativa em beneficio das gerações de amanhã, desde cedo esclarecidas no valor dos nossos grandes homens e no conhecimento da nossa nacionalidade<sup>502</sup>(grifos nosso).

A tentativa em se forjar cidadãos republicanos civilizados era um projeto para o amanhã<sup>503</sup>. A função desses alunos, era justamente, simbolizarem a renovação. Afinal, a festas cívico-escolares, embora calcadas no passado, se revolviam para aquele presente-futuro ao tentar civilizar as novas gerações da sociedade sergipana. Nas palavras do Presidente de Sergipe, o sr. Manoel Corrêa Dantas, buscava-se regenerá-los através da "escola [...]" e "[...]" das comemoração das datas cívicas<sup>504</sup>. Assim, os organizadores perceberam nas festas um meio para tirar os sujeitos da incivilidade em que viviam.

E nada melhor do que escolher alguns desses alunos para protagonizarem essa renovação. Foi o que aconteceu no Centenário da Independência do Brasil. Entre os discentes que discursavam sobre a importância daquela data histórica, um "[...]" estudante e uma menina [...]<sup>505</sup> foram selecionados para saudarem em nomes de seus colegas das escolas sergipanas de ensino primário.

O próprio Presidente de Sergipe, o senhor Maurício Graccho Cardoso, em pleno evento, direcionou seu discurso para os jovens das escolas do Estado - públicas e particulares -, ali presentes. Segundo o Correio de Aracaju, ele fez uma "[...]" breve e eloquente oração referente

<sup>502</sup> SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 16º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1927, pp. 6-7.

<sup>503</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno II, nº489, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1912. pp. 1-2.

<sup>504</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1929, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1929. p. 99.

<sup>505</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3502, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1922. p.1.

[...]"<sup>506</sup> aquela comemoração. Concluído por lhes aconselhar a prática dos deveres cívicos e o culto a pátria.

Ao oferecer aos alunos uma explicação sobre o Centenário da Independência, ele tentou controlar o modo como era apropriado<sup>507</sup>, pelos discentes, os discursos sobre aquela data. O Presidente de Sergipe, Pereira Lobo, já afirmava que as festas cívico-escolares, "traduzem"<sup>508</sup> para os indivíduos, determinados comportamentos. Por conseguinte, temos a construção de uma representação e seu direcionamento para as práticas sociais idealizadas.

Depois do Centenário da Independência do Brasil (7 de setembro de 1922), as festas cívicas realizadas nas ruas praticamente desapareceram. Quando algum jornal publicava uma nota, era para afirmar que as Instituições públicas comemoraram determinada data em seus estabelecimentos com o hasteamento das bandeiras. E mesmo esses textos eram raríssimos de serem publicados.

O que levou ao seu arrefecimento, infelizmente, não dispomos de tal informação. Contudo, a ausência delas no cenário sergipano foi algo que nos chamou a atenção. Visto que declinaram logo após uma das maiores festas já organizadas no Estado - o 7 de setembro de 1922 - o que por demais nos causou estranheza. Sendo que foi muito bem organizada, planejada e que repercutiu nos jornais sergipanos pelo sucesso alcançado.

Entretanto, uma série de medidas para revitalizar as comemorações foram colocadas em prática em 1927. O Presidente Manoel Corrêa Dantas havia voltado seu olhar para as festas cívico-escolares comemoradas no interior das escolas graduadas. O pronunciamento não se referia as que eram realizadas nas ruas: as paradas cívico-militares, em que as várias escolas sergipanas participavam dos desfiles. Sendo que enquanto esteve à frente do governo, as celebrações de datas históricas continuavam na mesma situação de antes: sem serem estimuladas a sua realização por parte das autoridades públicas.

Na mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, declarava que estava, "[...] felizmente, arraigado, o habito de commemorarem-se [...]"<sup>509</sup> as festas cívicas no Estado. E para comprovar suas afirmações, mencionou duas comemorações

---

<sup>506</sup> Idem.

<sup>507</sup> BURKE, Peter. "Oralidade e Textualidade". In: \_\_\_\_\_. **História e Teoria Social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt; Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 138.

<sup>508</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920, p. 12.

<sup>509</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1930. p. 31.

realizadas no ano anterior: o 7 de setembro e o 24 de outubro. Nas quais tomaram parte, mais de mil alunos que com disciplina desfilaram pelas ruas da cidade.

Durante seu governo, encontramos duas festas cívicas de rua. Uma, realizada no dia 24 de outubro de 1929 (Festa da Bandeira) na qual o jornal Correio de Sergipe afirmava como sendo cerca de 2000 alunos a desfilarem<sup>510</sup> - com relação a comemoração da Independência citada pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, não há informações sobre a realização dela que não fosse seu pronunciamento a Assembleia Legislativa. E a outra foi a comemoração do 7 de setembro, que só temos documentos comprovando a ocorrência dela no ano seguinte (1930)<sup>511</sup>.

O que nos levou a concluir que se as festas realizadas nas dependências dos grupos escolares aconteciam com regularidade, foi porque houve estímulos para que assim acontecessem. Quanto a sua organização com a participação de várias Instituições (públicas, particulares, escolas, batalhão militar etc.) que tomariam parte das atividades dos festejos cívico-escolares nas ruas, não encontramos menção de incentivos na documentação para que fossem comemoradas.

Por conseguinte, chegamos à conclusão que as festas cívicas - e consequentemente as cívico-escolares - realizadas não ruas com a participação de várias escolas, geralmente, organizadas pelo Diretor da Instrução Pública, não foram arraigadas em 1930. Contrariando a versão dada pelo Presidente de Sergipe, Manoel Corrêa Dantas, em um discurso dirigido a Assembleia Legislativa do Estado.

Só foi possível chegarmos a essa afirmação porque seguirmos os indícios existentes na documentação. A partir das informações fornecidas por Corrêa Dantas, percebemos a necessidade de cruzarmos sua afirmação com outras fontes. Haja vista, o Presidente ter citado apenas dois eventos para afirmar do retorno e consolidação das festas em Sergipe. O que por demais nos causou estranheza. E foi este estranhamento que nos possibilitou aprofundarmos a pesquisa e, posteriormente, afirmarmos que as festividades cívicas não foram arraigadas em 1930.

#### **4.2 Festas Cívicas nos Grupos Escolares Sergipanos**

No transcorrer da pesquisa, nos deparamos com várias formas que podem ser categorizadas como desfiles cívicos. Embora semelhantes, eles nos dizem muito sobre seus

---

<sup>510</sup> CORREIO DE SERGIPE. Anno XXIII, nº1209, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1929. p.1.

<sup>511</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XXIII, nº1454, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1930. p.1.

participantes, financiadores e organizadores de tais festejos. Nesses casos, não existiu linha tênue entre uma coisa e outra. Pois, nas comemorações/celebrações sergipanas, podemos observar cada uma delas, em cena.

Assim, ao analisar a documentação sobre as festas cívicas, encontramos três modelos. Ou seja, duas classificações utilizadas pelos indivíduos daquele momento histórico e uma terceira, que denominamos por serem recorrentes nas fontes de época. Por uma questão de metodologia e com base nos termos usados pelos sujeitos da Primeira República, traçamos o que lhes eram comuns, com o fim de, na falta ou omissão dos textos, podermos identificar a que tipo de forma ela pertencia.

O primeiro modelo de desfile era a parada militar. Esta forma de celebração em Sergipe, foi encenada no aniversário do primeiro ano da República no Brasil. Pela forma organizada, ela tentou recriar o dia 15 de novembro de 1889, quando proclamaram o novo regime no país. Com exceção de políticos do Estado e da menina, que segundo o jornal, simbolizava " [...] a Republica [...]"<sup>512</sup>, todos os outros integrantes, que participaram ativamente pelas ruas, eram militares.

Este tipo de desfile foi o mais comum em Sergipe. A parada militar predominou na maior parte da Primeira República no Estado<sup>513</sup>. Mesmo após 1917, continuava sendo utilizada nas comemorações históricas, do calendário nacional ou estadual. De praxe, era uma forma mais simples de organização<sup>514</sup>. Os responsáveis pelos festejos não tinham que lhe dar com a participação de um grande número de alunos das escolas de ensino primário ou outras instituições. Bastavam que selecionassem alguns dentre eles para discursarem, lerem poemas, encenarem - como a menina simbolizando a República - , entre outras coisas, com o fim de representarem aquele grupo.

A segunda forma de desfile, também era bastante usual. Mas, não como a primeiro. Era composta de civis que com uniformes, desfilavam pelas ruas da cidade. Além do mais,

<sup>512</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº2, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1890. pp. 1-2.

<sup>513</sup> FOLHA DE SERGIPE. Anno I, nº2, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1890. pp. 1-2; CORREIO DE ARACAJU. Anno IX, nº2189, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1917. p.1; CORREIO DE ARACAJU. Anno VI, nº775, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1912. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. AnnoII, nº505, Aracaju/Se. 17 de novembro de 1912, p. 1; FOLHA DE SERGIPE. Anno XVII, nº129, Aracaju/se. 16 de agosto de 1908. p.1; DIARIO DA MANHÃ. Anno V, nº1304, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1915. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno V, nº1358, Aracaju/Se. 17 de novembro de 1915. p. 1; DIARIO DA MANHÃ. Anno VI, nº1641, Aracaju/Se. 17 de novembro de 1916. p. 1.

<sup>514</sup> Com exceção do desfile cívico que foi realizada à noite, não encontramos outro do tipo. E contou com militares e alunos da Escola Atheneu Sergipense e Gremio Escolar. Infelizmente, o Jornal Diario da Manhã, não fornece maiores informações, sobre a forma que percorreu essas instituições, as ruas de Aracaju. Por isso, não podemos classificá-la em parada militar, passeata cívica ou parada cívico-militar. Cf.: DIARIO DA MANHÃ. Anno III, nº775, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1913. p. 2.

adotavam o estilo de marchar e caracterizavam-se como militares. Muitas dessas passeatas cívicas foram realizadas pelo Colégio Tobias Barreto, fundado pelo senhor, José de Alencar Cardoso, em 1 de maio de 1909<sup>515</sup>.

Outra coisa que à caracterizava era a independência com relação aos festejos cívicos. Ao contrário das paradas militares, ela não precisava estar ligada aos organizadores daquela. Pois seus incentivadores poderiam ser instituições não estatais ou pessoas físicas<sup>516</sup>. Como exemplo, a comemoração em Estância, do 7 de setembro de 1910, que foi promovida pelo jornal *A Razão* e o Colégio Tobias Barreto<sup>517</sup>.

Os alunos, nessas ocasiões, executavam as ações como se fossem militares em dias festivos. No 7 de setembro de 1910, às 5 horas da manhã, por exemplo, estava programado para fazerem uma alvorada, conjuntamente, com a Filarmônica Lyra Carlos Gomes. A tarde (16:00hs), vestidos a caráter, simulariam um combate após cantarem o hino nacional. Em seguida (17:00hs), organizariam uma companhia de caçadores para desfilarem, contornando a praça 7 de setembro<sup>518</sup>.

Esta foi a primeira escola no Estado, segundo a documentação nos evidencia, a promover passeatas cívicas. Não há registro de nenhuma outra, que adotava lemas militares de 1890 a 1911, tão presente em sua forma de ensino nas datas históricas. Pois, as escolas isoladas ficavam a depender da vontade do professor encarregado por aquele estabelecimento. E aproveitando-se das distâncias, da precariedade nas fiscalizações e na falta de ações mais energéticas das autoridades, entre as paredes das casas ou prédios improvisados, a realização das festas cívico-escolares e escolares ficavam a mercê dos docentes.

Assim, ao analisarmos as solenidades, seus contemporâneos descreviam a frieza em Sergipe para a realização delas. E quando se organizavam, antes de 1911, podemos perceber o predomínio, nos desfiles, das paradas militares. Haja visto que as escolas de primeiras letras, enquanto Instituição, eram inexistentes nos eventos republicanos que ocorriam nas ruas sergipanas.

Um terceiro e último ponto a ser estudado era a parada cívico-militar. Os organizadores de antemão, já planejavam as instituições de ensino que estariam após os militares nos desfiles. Para as escolas do Estado, restavam, apenas, executar os programas dos festejos cívico-

<sup>515</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº43, Estancia/Se. 20 de novembro de 1910. p. 2

<sup>516</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº43, Estancia/Se. 20 de novembro de 1910. p. 2; DIARIO DA MANHA. Anno, VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p.1.

<sup>517</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº35, Estancia/Se. 11 de setembro de 1910. p. 2.

<sup>518</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº34, Estancia/Se. 04 de Setembro de 1910. p. 6.

escolares e as orientações dos encarregados daquelas comemorações. Elas só precisavam ensaiar, para que no dia, nada saísse errado.

Este tipo de desfile, aconteceu pela primeira vez em 7 de setembro de 1917<sup>519</sup>. Os organizadores não souberam classificá-la, e a imprensa, muito menos. O que encontramos foi um termo incompleto, remanescentes de sua antiga expressão: parada militar. Por conseguinte, o termo utilizado para a primeira parada cívico-militar, daquele ano, foi, simplesmente: "parada"<sup>520</sup>. Ou seja, não era, exclusivamente, do exército e nem de civis - alunos das escolas sergipanas.

Entendemos que nesse trajeto das festas cívicas de ruas, houve um desdobramento. Comemorações que eram organizadas, principalmente, com o intento de legitimar a República, foram alvos de reclamações por causa da baixa frequência em que eram realizadas, e, da frieza dos espectadores. De forma que, em seu decurso, começaram a ser incorporados outros elementos.

Elas, *a posteriori*, passaram a incluir um número maior de participantes em suas fileiras. Isso se deve porque em algum momento das celebrações, ao se preocuparem com as estratégias utilizadas, não só com o público que assistia, mas também, com as futuras gerações - alunos que frequentavam as escolas no Estado -, as comemorações cívicas, deixavam de ser, em grande parte políticas, voltando-se para as questões político-sociais: o processo civilizador.

Mas não eram só nas festas cívicas de rua que práticas sociais, ditas, civilizadas, eram ensinadas. As escolas sergipanas celebravam as datas cívicas, pois elas também tentaram forjar o novo cidadão republicano civilizado. Afirmarmos se eram frequentes os festejos cívico-escolares e escolares nos estabelecimentos de instrução antes de 1927, torna-se difícil dizer, pois como já discutimos no primeiro capítulo, a vigilância promovida pelos inspetores escolares demonstrava-se por demais falha. Segundo, Souza,

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político [...]. Festas, exposições escolares, desfiles de batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola [...]<sup>521</sup> (grifos nosso).

<sup>519</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 1; DIARIO DA MANHA. Anno, VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p.1.

<sup>520</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno X, nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p.1.

<sup>521</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. p. 241.

Tal espetáculo festivo afirmado pela pesquisadora, deve ser temporalizado e recortado em um espaço. Quando escreveu, *Templos de civilização*, sua preocupação era estudar a realidade de São Paulo: primeiro Estado no Brasil, a implantar os grupos escolares. E, seu marco temporal, compreendia 1890-1910, período em que não haviam sido construídos os novos modelos de escolas em Sergipe.

Seu primeiro grupo escolar foi construído em 1911<sup>522</sup>. E mesmo assim, a edificação dessas escolas não garantiram a regularidade das comemorações. O porquê do desestímulo de celebrar datas históricas demonstrada por diretores e professores, não conhecemos os motivos. São poucos os momentos em que, estes estabelecimentos de ensino, organizavam uma festa cívico-escolar. Alguns instrumentos legais, tentaram regulamentá-las.

Por exemplo, em 1923, o Presidente de Sergipe, o Sr. Graccho Cardoso, publicou no Diario Official de Sergipe, restrições a serem aplicadas as instituições de ensino. Determinava que a partir do dia 28 de fevereiro, os alunos das escolas públicas primárias não poderiam participar de eventos do Estado ou particulares, sem a previa autorização do Diretor Geral da Instrução Pública. Alegando-se que deveria ser analisada, as resistências físicas dos alunos, em relação a determinados atos, e, o não prejuízo do funcionamento escolar, nos dias letivos<sup>523</sup>.

Os decretos da instrução pública<sup>524</sup>, estabeleciam quais os feriados deveriam ser observados pelas escolas. No Programma Escolar de 1912, explicitava que os estabelecimentos de ensino primário, deveriam organizarem previamente, acordados entre diretores e professores ou "autoridades da instrução"<sup>525</sup>, programas para as celebrações das principais comemorações nacionais e Estaduais.

Como deveriam ser comemoradas as festas cívico-escolares, aquele documento, não especificava. Deixou a cargo dos responsáveis da instrução pública no Estado sua organização. Posteriormente, em 1917, foi adicionado no programa escolar a realização de preleções sobre as datas históricas<sup>526</sup>. Isso era apenas um ato regulamentar, pois na prática, já tinha se tornado uma constante a inserção desse elemento nas celebrações.

---

<sup>522</sup> SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Op. Cit. 2013. p. 30.

<sup>523</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1923*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 148.

<sup>524</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 18; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1915*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 148; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1916*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 238; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1924*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 38.

<sup>525</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. p. 15.

<sup>526</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1917. p. 23.

Seja como for, ao longo do ano, as festividades cívico-escolares nas escolas graduadas<sup>527</sup>, mostravam-se fundamentais no processo de formação do indivíduo republicano civilizado - imbuído da ideia de nacionalidade e cidadania em prol do Brasil. Ela incluía à recepção de autoridades do Estado e personagens ilustres em suas celebrações. Oradores, que por vezes, exaltavam as comemorações, afirmado a sua função na sociedade. Um desses casos aconteceu em 24 de outubro de 1912 (Festa da Bandeira), em que foi pronunciada pelo chefe da Biblioteca Pública de Sergipe, o Sr. Epifanio Dorea:

Esta festa, ao meu ver, é mais do que uma sagrada ao grande patriota, é mais do que uma homenagem a um amigo dedicado e querido, é mais do que um culto, do que uma veneração ao homem virtuoso, ao caráter sempre ilibado, porque é um estímulo, um verdadeiro incentivo para esta mocidade que ha de formar a sociedade do futuro [...]<sup>528</sup>.

Na compreensão do Sr. Dorea, as celebrações cívicas não tinham somente cunho venerativos. Muito menos, se prestavam, exclusivamente, a homenagearem personalidades sergipanas ou de foro nacional. Ao serem realizadas contribuíam para forjarem os cidadãos do amanhã. De forma que a representação difundida pelas festas, preparavam os indivíduos para uma sociedade mais cívica, patriótica, ciente dos deveres, em resumo: civilizada.

Em 1915, o Diretor da Instrução Pública<sup>529</sup>, promoveu no Grupo Escolar Modelo uma celebração para o 7 de setembro. Pela informação do Jornal, O Estado de Sergipe, compareceram ao local, um grupo seletivo, mas que por isso, não deixava de ser expressivo em quantidade. Desta forma, entendemos que a entrada no recinto, não era permitido a qualquer um. Haja vista, as limitações impostas pelo espaço físico<sup>530</sup>.

Os convidados puderam ver as classes reunidas executando exercícios de marcha sobre a supervisão das professoras. Demonstrando para o público, o progresso do ensino escolar sergipano. Pois, o ideário republicano, não privilegiava, somente, a instrução dos discentes, levava em consideração, também, o estado físico desses indivíduos: corpos fracos, tendiam a gerar mentes débeis, rezava os regulamentos da instrução.

<sup>527</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno V, nº1304, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1915. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno V, nº1342, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1915. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno IX, nº1601, Aracaju/Se. 20 de novembro de 1915. p. 1.

<sup>528</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno II, nº489, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1912. p. 1.

<sup>529</sup> Tal situação era explicada porque, ele, obrigatoriamente, naquela época, acumulava os cargos de Diretor da Instrução e Diretor da Escola Normal e, consequentemente, responsável pela Escola Anexa. Responsabilidade delegada a todos que exerciam o cargo de Diretor da Instrução Pública de Sergipe.

<sup>530</sup> O ESTADO DE SERGIPE. Anno XVI, nº4722, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1915. p.3.

Logo após entoaram o hino nacional, e, ao termino, tomou a palavra a docente adjunta, Cacilda Fontes. Na sua preleção, discorreu sobre aquela data. Este feito era recorrente, professores dissertarem, no intento de fazer algumas alusões aos acontecimentos e aos seus respectivos significados. Quando isso acontecia, a mensagem destinava-se aos alunos. Esperava-se que ao se pronunciarem, pudessem utilizar do conhecimento didático nesses momentos.

Dessa forma, podemos explicar, em um mesmo evento, a presença de vários oradores. Além do capital simbólico utilizados nesses festejos, devemos analisar as intenções dos organizadores em colocar determinados indivíduos para contribuírem para na construção das representações. Assim, ao delegar a professora Cacilda Fontes uma participação, esperava-se que conseguisse atingir os discentes pela utilização de uma linguagem apropriada.

Na possibilidade de outros indivíduos a discursarem, como foi o caso da conferência realizada à tarde, ter-se-iam em vista um público diferente e vários objetivos em mira. Podendo se utilizar de frases mais complexas, ornamentadas, com recursos retóricos a exaustão. Tendo a liberdade de ir e voltar, em seu pronunciamento, no tempo, sem precisar preocupar-se, muito, em ser pedagógico.

O segundo caso foi realizado à tarde (16:00hs), no salão da Biblioteca Pública. O Sr. Helvecio Andrade proferia uma conferência relativo a àquele dia aos alunos do Grupo Escolar Modelo e demais convidados. Demorou em torno de uma hora sobre a rememoração de "[...]" feitos gloriosos, ora seduzindo os ouvintes na delineação de factos particularmente históricos [...]"<sup>531</sup>, tentando demonstrar as causas da formação da pátria brasileira.

Os oradores exerciam uma função importantíssima na construção de representações e na imposição de práticas civilizadas em seus ouvintes. Através deles, os alunos, tinham a confirmação daquilo que a escola já tentava legitimar: uma história pátria rumo a civilização de seus cidadãos. De forma que os eventos republicanos davam continuidade e legitimava tudo aquilo aprendido nos bancos escolares<sup>532</sup>.

Assim, as festas cívico-escolares foram constituídas de programas de apresentações de ginásticas, exercícios militares, recitação de poesias, dissertação sobre determinados objetos, entre outros. Atividades exercidas pelos discentes sobre a supervisão de um professor que

---

<sup>531</sup> O ESTADO DE SERGIPE. Anno XVI, nº4722, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1915. p.3.

<sup>532</sup> CÂNDIDO, Renata Marcilio. **A Máquina de Festejar:** seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930). São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2012. p. 154.

ratificava a percepção de mundo das crianças em idade escolar. Conduzindo-lhes a aderirem certas representações e inculcando-lhes a apropriação de práticas civilizadas.

Os exercícios militares ensinavam aos alunos a serem disciplinados, a respeitarem a hierarquia. Mas também como lutarem, se fosse preciso, no conflito entre nações. Eram manobras, encenações que transpareciam um ar inocente, divertimentos de crianças, atividades próprias de escola, que no fundo, incutia-lhes um patriotismo guerreiro, um preciosismo pela pátria.

Sua função era perceptível, também, na correção das posturas dos alunos. Quesito de fundamental importância para serem reconhecidos como indivíduos civilizados. Por isso, a exigência, ao se sentarem nas carteiras escolares, de manterem o corpo ereto e não deixarem os ombros caídos, como se estivessem exaustos. E ao andarem, esboçarem de forma compassada e elegante o seu caminhar.

Euclides da Cunha disse que certos indivíduos da região nordeste, mais precisamente o sertão, faltavam-lhes "[...] a plástica impecável, o desempeno, a estrutura corretíssima das organizações atléticas"<sup>533</sup>. Um sujeito desgracioso e desengonçado, era o que se apresentava nessa área geográfica, que por muito tempo, foi símbolo do atraso e da incivilidade de seus habitantes. Indivíduos convivendo em um meio climático-ambiental que propiciava a degeneração de suas criaturas. Mais em frente, ele continua a dar vazão aos seus pensamentos:

O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicênciia que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espanda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas<sup>534</sup>.

Mesmo sendo uma descrição anterior ao corte temporal do nosso objeto, entendemos que as regras com relação a condição física e postura se mantiveram no período em que essa pesquisa se debruçou. Proporcionando, assim, uma visão riquíssima das práticas posturais que as festas cívico-escolares e escolares teriam que erradicar do seio social. Costumes que até então, transitavam impunes, coube, ao conjunto de comemorações e celebrações, serem

<sup>533</sup> CUNHA, Euclides da. "Os Sertanejos". In:\_\_\_\_\_ . **Os Sertões**. Introdução: M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. p. 146. - (Coleção Saraiva de Bolso).

<sup>534</sup> Ibidem. pp. 146-147.

utilizadas como estratégias para o controle das práticas e pulsões dos discentes dos grupos escolares sergipanos.

Mas elas não se limitavam apenas nisso. As recitações de poesias pelos alunos chamavam a atenção pelo caráter nacionalista e unificador. Pelo Brasil ser um imenso território e sua formação ser de origem multiétnica, em que haviam vários dialetos, classicamente, divididos por regiões: norte (na época não se fazia diferenciação entre norte e nordeste), nordeste, sul e sudeste, estimulava-se a reconhecer e legitimar a língua oficial brasileira.

Além do mais, as leituras proporcionavam uma melhor dicção e pronúncia das palavras de forma ordeira, compassada. Assim como os gestos, as frases no ato de ler deveriam ser contidas, pausadas. De forma a evidenciar a refinação e a boa educação recebida pelo meio familiar e instrução da escola. Neste sentido, ganhavam relevâncias as classificações valorativas: certo e errado nos momentos de ensaio. Tendo-se em vista, que, o progresso da civilização em terras sergipanas, haveriam de serem apresentadas nos eventos cívico-escolares e escolares.

Outra modalidade de participação, entre várias dos discentes nas comemorações, eram as dissertações sobre fatos alusivos a uma determinada data histórica. Os textos, referiam-se aos significados e a importância dos eventos a que se estavam celebrando. Tecendo desta forma, um discurso de exaltação ao herói. Resultando, em cenas de patriotismo e civismo.

Infelizmente, nenhum dos textos produzidos pelos discentes, alusivos as festas cívico-escolares e escolares foram encontrados, e, possivelmente, não existem mais. Só tardiamente (1935-1941), há documentos em que os alunos descreviam o porquê e como ocorriam as comemorações em suas escolas. Neles, percebemos as orientações dos professores na organização textual: colocando e/ou suprimindo palavras. Ou mesmo, na construção das representações festivas, que por sinal, eram muito bem elaboradas.

Assim, desde cedo às crianças (7 a 14 anos) eram chamadas para atuarem em suas escolas. A vida instintiva delas, deviam ser submetidas a um controle rigoroso de suas pulsões, moldado de forma específica para viverem em sociedade. Decerto, tais atividades em tempos de festas, ensinavam-lhes a trabalharem em conjunto<sup>535</sup>. A saberem conviver e agir com o outro.

Embora fossem importantes para forjarem os cidadãos e, prepará-los para o convívio social, a frequência de realizações dos festejos nas escolas sergipanas era muito baixa. Havia

---

<sup>535</sup> ELIAS, Norbert. Op. Cit. 2011. p. 179.

um desestímulo por parte de diretores e professores na promoção das datas históricas<sup>536</sup>. Sua regularidade, desta forma, era afetada pela ausência de ação dos responsáveis da educação no Estado. Limitando-se o ato festivo, por vezes, a um simples hasteamento de bandeira<sup>537</sup>.

Para mudar tal situação, o Presidente de Sergipe, o Sr. Manoel Corrêa Dantas, em 1927, incentivava a realização de comemorações cívico-escolares nas escolas, "[...] em beneficio das gerações de ámanhã [...]"<sup>538</sup>. Pois, marcavam fases de progresso, e, também, de fatos importantes da história do Brasil e de Sergipe.

Sua visão das festas, comprova o que temos defendido nessa dissertação: elas serviam para formar a nação e forjar os futuros cidadãos que naquele momento frequentavam os bancos escolares. Por outro lado, também, acabamos comprovando que as comemorações não eram momentos de divertimentos inocentes. Sua neutralidade, diante das afirmações dos responsáveis de realizá-las, provou-se inexistente, sendo utilizadas para alcançar certos fins.

Isso demonstra o porquê do esforço em estimular diretores e professores dos grupos escolares a promoverem ações festivas em datas históricas. Sabedor da importância delas, o Sr. Dantas, orientou-os, a organizarem festividades mais "simples"<sup>539</sup>. Ou seja, sem a necessidade de grandes ornamentações, atividades mais elaboradas, complexas, a serem realizadas com os alunos.

Para o Sr. Doria, festa simples compreendia à presença de professores e alunos na instituição de ensino. Os pais e demais observadores não gozariam do direito a permanecerem nas escolas, em dias festivos, como era feito antes<sup>540</sup>. Claro que como ele mesmo ressaltou, tratava-se apenas de uma orientação dirigida aos diretores e professores. Mesmo assim, exercia muita influência, porquanto, era o chefe máximo do Estado que se posicionava sobre determinado assunto.

À partir de então, as comemorações cívico-escolares passavam a ser modestas, menos espetáculo e mais conteúdo. Uma transformação desse nível afetava não só as propostas de demonstrarem os progressos da instrução no âmbito escolar para a comunidade local, como

---

<sup>536</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 16º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1927, pp. 6-7.

<sup>537</sup> Ofício Enviado ao Director da Instrução Pública, pela Directora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amélia Fontes. Aracaju/Se. 18 de novembro de 1926. p.1.

<sup>538</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1927, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 16º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado*. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1927, p. 6.

<sup>539</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>540</sup> Idem.

estabeleciam novas metas, restringindo o número de indivíduos em que o discurso festivo alcançava - apenas os alunos.

Tal direcionamento, centrado nos discentes do ensino primário, principalmente dos grupos escolares, pode ser comprovado por sua afirmação: a escola, até aquele momento, já havia festejado as datas cívicas de maior significação para a história do Brasil e de Sergipe, afirmou. Com o intuitivo de arraigar neles o culto dos grandes homens e aos feitos memoráveis da pátria<sup>541</sup>.

Dentre os exemplos das comemorações realizadas naquele ano, estavam: 17 de março (Fundação da Cidade de Aracaju); 21 de abril (Inconfidência Mineira); 11 de junho (Batalha de Riachuelo); 3 de maio (Descoberta do Brasil); 13 de maio (Libertação dos Escravos); 14 de julho (Tomada da Bastilha) e 5 de agosto, centenário natalício do Marechal Deodoro da Fonseca<sup>542</sup>.

Em parte, o êxito alcançado - além da simplicidade das festas - aconteceu pela utilização de dois mecanismos legais: as portarias, expedidas pelo Diretor Geral da Instrução que solicitava as escolas públicas de Sergipe que praticassem de determinados atos; e os ofícios enviados a àquela, em que informavam se foram realizadas, e se tiveram algum problema para execução do dispositivo legal.

O Grupo Escolar José Augusto Ferraz, foi um exemplo desses. A diretora, Maria Amelia Fontes, informava à Diretoria de Instrução que tinha cumprido a portaria baixada para as escolas públicas. Tendo comparecido, às 9:00hs, professores e alunos no estabelecimento de ensino, para ser comemorada, o dia 17 de março: 72º aniversário da mudança da capital Aracaju<sup>543</sup>.

Embora a Sr.<sup>a</sup> Amelia fontes tenha descrito como apenas os alunos tivessem entoado o Hino Sergipano, entendemos, por uma questão de exemplo dos professores, e da própria civilidade idealizada, que o corpo docente também participou daquele momento. Uma possível explicação para tal fato, seria ela querer mostrar que a comemoração se centrou nos discentes. Haja visto, as orientações do Sr. Corrêa Dantas.

Depois do hino, a diretora do grupo escolar, se responsabilizou pela preleção. Geralmente, era uma atribuição aferida aos professores, neste caso, quem assumiu, exercia outra função. Adiante, declarou: "[...] fiz-lhes comprehender a razão do feriado e o dever de cultuarmos [...]"<sup>544</sup> a memória do falecido Ignácio Joaquim Barbosa. O problema era, como ela

---

<sup>541</sup> Ibidem. p. 12.

<sup>542</sup> Idem.

<sup>543</sup> Ofício enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. 19 de março de 1927. p. 1.

<sup>544</sup> Idem. p. 1.

tem certeza que os alunos entenderam? Afinal, não se tratava de uma aula convencional, em que poderia se utilizar do que os discentes já conheciam, e na dúvida destes, ter a oportunidade de explicar-lhes melhor.

Seja como for, ela seguiu as orientações do Presidente de Sergipe. No dia 21 de abril, do mesmo ano, teve uma comemoração nas dependências do mesmo grupo escolar. Estiveram presentes 199 alunos, o corpo docente e o Diretor da Instrução Pública do Estado. A professora Anna Bezerra, estava encarregada de fazer a preleção sobre "[...] o proto-martyr da Independencia - O Tiradentes"<sup>545</sup>.

O Grupo Escolar Olympio Campos, promoveu uma comemoração do 7 de setembro de 1927, mais elaborado, mas também, não se distanciou muito, das orientações do Sr. Correa Dantas. Houve avanços e permanências. A preleção foi dividida em duas partes: a primeira, realizada pelas professoras, cada uma com suas respectivas classes; e, a segunda, a docente Anna Goes, ficou encarregada de fazer uma preleção para todas as classes.

Como de praxe, não houve a presença do público externo: pais, parentes, amigos e curiosos. Mas existia outras formas de mostrar o progresso da educação no Estado. Uma dessas, aconteceu à tarde, em que o grupo escolar promoveu uma passeata cívica pelas ruas da cidade. O desfile, contou com a participação de uma banda de música local e da Escola nocturna, Tobias Barreto. Seguido dos atos solenes de hasteamento e descimento da bandeira brasileira<sup>546</sup>.

Na comemoração do 15 de outubro<sup>547</sup> não houve passeata<sup>548</sup> pelas ruas da cidade. Foi substituído por outras atividades nas dependências do edifício. Teve preleção feita pela professora Maria Vitalina da Soledade. Também, tomaram parte, através de discursos, poesias e canto de "hynos apropriados"<sup>549</sup>, os alunos do grupo escolar. A festividade ocorreu de forma agradável, sendo de boa impressão, sua organização, declarou o Pe. Alfredo Passos.

Em 1929, o Grupo Escolar Olympio Campos festejou o 7 de setembro. Às 9:00hs da manhã houve sessão cívica. Entoado o hino inicial, fez a preleção a professora Maria Kaphira do Sacramento, falou em seguida, a aluna Elvira Mesquita do 4º ano, em que discursou para

---

<sup>545</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. 21 de abril de 1927. p. 1.

<sup>546</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos. 08 de setembro de 1927. p. 2.

<sup>547</sup> Não especificou a que se devia a comemoração.

<sup>548</sup> Nas comemorações dos dias 15 e 19 de novembro, houve passeatas cívicas. Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos. 21 de novembro de 1927. pp. 1-2.

<sup>549</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos. 17 de outubro de 1927. p. 1.

seus colegas. Cantado os hinos, a preleção de encerramento aconselhava os alunos a terem o gosto pela história pátria e dos "grandes vultos"<sup>550</sup>.

Por vezes, eram organizadas passeatas cívicas<sup>551</sup>. Forma de organização mais elaborada que perdurou<sup>552</sup>, mesmo depois das orientações do Presidente de Sergipe, Corrêa Dantas. No geral, as festas nas escolas tornaram-se mais simples: sem a presença do público externo, embora uma vez ou outra essa regra era quebrada. Bem como, as atividades dos alunos foram reduzidas às mínimas possíveis. E quando participavam, limitavam-se a discursos e recitações de poesias.

No Grupo Escolar Severiano Cardoso, a Diretora Aurora Fontes de Oliveira, informava ao Diretor da Instrução Pública que todas os cívicos haviam sido comemorados por aquele estabelecimento de ensino. Contando com as presenças de autoridades locais e um número expressivo de indivíduos. Tendo o corpo docente, em todas elas, feitas preleções alusivas as datas históricas; e, os alunos, têm realizados discursos e poesias<sup>553</sup>.

Nas festas cívico-escolares e escolares, os discentes eram chamados a participarem das comemorações de forma ativa. A uns, delegava-se os discursos, a outros, recitações de poesias. Entretanto o que todos faziam sem distinção seria no momento de entoarem os hinos patrióticos. Depois desse momento de euforia, e, estímulo a realização das atividades, os alunos voltavam a conter-se. Tornavam-se, apenas, ouvintes que absorviam - ou não - o máximo possível de conhecimento.

O ciclo de festas cívicas escolares e escolares proporcionavam aos alunos o disciplinamento do tempo. Pois, o calendário festivo republicano, foi organizado para ser realizadas com regularidade, durante o ano. Elas tinham hora para começar e terminar. E nas atividades delegadas aos alunos, deviam ser cumpridas dentro de um certo intervalo temporal,

---

<sup>550</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Monteiro Barbosa. Aracaju/Se. 16 de setembro de 1929. p. 1.

<sup>551</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Monteiro Barbosa. Aracaju/Se. 17 de outubro de 1929. p. 1.

<sup>552</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/Se. 19 de março de 1927. p. 1; Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/Se. 22 de março de 1927. p. 1; Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/Se. 21 de abril de 1927. p. 1; Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/Se. 25 de maio de 1927. p. 1; Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos. Aracaju/Se. 08 de setembro de 1927. p. 2; Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos. 03 de novembro de 1927. p. 1; Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Monteiro Barbosa. Aracaju/Se. 16 de setembro de 1929. p. 1.

<sup>553</sup> Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pelo Diretor do Grupo Escolar Severiano Cardoso, Aurora Fontes de Oliveira. Boquim/se. 23 de junho de 1928. p. 3.

anteriormente, programado nos ensaios. Afinal, a obediência as regras escolares - entenda-se a realização das comemorações nestes estabelecimentos -, era um projeto de forjar o cidadão republicano civilizado, em que estavam sendo preparados para apresentarem comportamentos, gestos, modos, em sumo, práticas sócias ditas civilizadas.

Com o discurso modernizador da educação em Sergipe, foram necessários mecanismos eficazes para a realização dos intentos dos republicanos, como foram as festas cívico escolares. Ao delegar determinadas atividades a serem desempenhadas pelos discentes, esperava-se que estavesssem aprendendo e legitimando um conhecimento anteriormente trabalhado em sala de aula, como: o significado das datas cívicas, elaboração de textos para as festas, ensaios musicais e passeatas cívicas, entre outros.

O projeto iniciado no governo do Sr. Corrêa Dantas (1927), incentivava dar regularidade à realização das festas cívico-escolares praticadas no interior das escolas graduadas. Se as comemorações de datas históricas conseguiram legitimar-se, em parte, se deve muito, aos estímulos de sua administração. Seja propondo festeiros mais simples, ou, obrigando os diretores a lhe enviarem ofícios, informando sobre as festividades.

No segundo semestre de 1930, afirmava o Sr. Corrêa Dantas, que as festas cívico-escolas, tornaram-se realidade em todo o Estado. Em grande parte, isso se deve a obrigação dos professores de comunicarem a realização de eventos em datas históricas, através de ofícios dirigidos a Diretoria de Instrução Pública de Sergipe<sup>554</sup>. Por outro lado, compreendemos que ao ter tornado possível a organização de comemorações mais simples, também, fez com que ganhassem regularidade. Mesmo que houvesse avanços e permanências na elaboração das festas.

#### **4.3 Legitimar o Ensino, Celebrar a Escola, Encenar o Progresso: As Festas Escolares Sergipanas no Divã**

As festas escolares repercutiam na sociedade Sergipana por meio das publicações feitas nos jornais. Comemoravam-se o início das aulas, os exames finais, o término do ano letivo (festas de férias), aniversário de inauguração do estabelecimento de ensino<sup>555</sup>, formaturas, entre

---

<sup>554</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1930. p. 32.

<sup>555</sup> CÂNDIDO, Renata Marcilio. Op. Cit. p. 152.

outras. Os grupos escolares poderiam também acrescentar novas datas ao calendário, desde que houvessem conveniência e oportunidade para serem, eventualmente, realizadas.

Comecemos, então, pelas festas de encerramento do ano letivo. Nestas, figuravam os exames finais que avaliavam os alunos, classificava-os entre aptos à passarem de um grau para o outro, ou, serem julgados inaptos. A recompensa para aqueles que se dedicavam, tiravam boas notas, era a possibilidade de terem seus nomes publicados na imprensa sergipana. E principalmente, maior destaque teriam, se fossem incluídos na lista de discentes que eram aprovados com distinção.

Como podemos perceber, a reforma do ensino público em Sergipe, adotava técnicas disciplinares modernas em substituição aos castigos físicos. Pois, além de serem considerados métodos incivilizados e pouco produtivos, forçava a reação dos alunos pelo medo de serem punidos. Mas, não só isso. Pensamos que os disciplinamentos feitos dessa forma não conseguiram os resultados esperados, caso contrário, a substituição por outro modo de incentivo não encontraria justificativa.

Situação contrária viveu os alunos com a implantação da nova pedagogia. Ela, possibilitava um arsenal estratégico, bem maior, a ser utilizado para incentivá-los a desempenharem-se melhor na escola. Eram cartões de mérito, notas de aplicação, nomes em quadros de honra, entrega de prêmios, entre outros<sup>556</sup>. Sendo que o projeto de forjar o cidadão, não se daria pela via do medo, e sim, pela construção de sentimentos de pertencimentos, de incentivos e inserção em atividades escolares.

Isso era uma, entre as várias estratégias usadas para estimular o crescimento de aprovações nas escolas de primeiras letras. Visto que o número de alunos que conseguiam passar era pouquíssimo. Principalmente, relacionado aos últimos anos. Assim, qualquer ato de publicidade que quebrasse essa imagem de atraso da educação em Sergipe, tendia a ser mostrado, exibido, ou seja, transformado em espetáculo festivo. De modo que eram usadas para legitimarem as autoridades do Estado e incentivar os outros discentes a trilharem o mesmo caminho que seus colegas, exaltados em cerimônias públicas.

Estas, premiavam os indivíduos capazes de se apropriarem de habilidades e competências do cotidiano escolar. Seguindo uma rotina de estudo rígida, em que se dedicavam várias horas de leitura e revisão das aulas ministradas pelos professores. Àqueles que tiravam boas notas, fossem esforçados, tivessem uma boa conduta e participassem nas atividades das

---

<sup>556</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. p. 247.

festas cívico escolares e escolares, seriam recompensados<sup>557</sup>, teriam seus nomes citados em público (por meio dos jornais e nos discursos feitos nos exames finais).

Tal celebração foi realizada no Colégio Tobias Barreto em 20 de novembro de 1919. Não tinham a pompa e as belas ornamentações quando comparado as festividades cívico-escolares. Afinal, aquele momento, embora, pobre, esteticamente, tentava reproduzir o aspecto sério e disciplinador. Haja visto, a presença de indivíduos ilustres, como Sr. Helvécio de Andrade, José Telles, Feltes Bezerra e tantos outros que participaram - e participavam - dos exames finais.

Além deles, compareciam os espectadores e interessados: pais, parentes e amigos. Por meio disso, a sociedade era informada do andamento da educação no Estado. Porquanto uma celebração localizada, realizada apenas com a presença de algumas pessoas não alcançaria o resultado almejado. Era muito pouco, esperavam-se alcançar todo o território sergipano. Assim, anunciam-se nos jornais de Sergipe, os indivíduos que se destacavam no processo de recepção dos conhecimentos escolares.

Os discentes eram listados e distinguidos por desempenho, por sua pontuação geral. Na primeira lista, estavam os nomes daqueles que receberam um "simplesmente"<sup>558</sup>; na Segunda, os que foram aprovados com um "plenamente"<sup>559</sup>; e, na terceira, aqueles classificados pela banca examinadora com "distinção"<sup>560</sup>. Seus nomes, não estavam dispostos em nenhum tipo de ordenamento. Então, dentro dos grupos formados em função de suas habilidades, devemos perceber, os indivíduos que se destacaram, como estando nas primeiras colocações.

Segundo o decreto, os exames finais recebiam três classificações. No primeiro caso, seriam reservadas quando os alunos tivessem maior número de notas boas (igual a 5), recebiam a classificação de "simplesmente"; na segunda, quando houvesse unanimidade de notas boas (igual a 5), eram chamadas de "plenamente"; e, quando o discente tivesse o maior de número de notas ótimas (igual a 6 pontos), seriam aprovados com "distinção"<sup>561</sup>. Os que se destacavam, tinham seus nomes lidos em público, e, poderiam ser, também, divulgados em jornais do Estado, além de poderem receberem prêmios.

De forma que os exames finais proporcionavam a seleção dos alunos mais aptos a prosseguirem para os anos seguintes. Promoviam a distinção, instauravam a diferença. Portanto,

---

<sup>557</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915. p. 150.

<sup>558</sup> Idem.

<sup>559</sup> Idem.

<sup>560</sup> Idem.

<sup>561</sup> Ibidem. pp. 149-150

concluímos que nem toda festa era construída com a preocupação de representarem a igualdade e a homogeneidade. Esse foi um dos poucos eventos, instaurados pela Primeira República e organizados por meio das escolas sergipanas, a exibir a alteridade no cotidiano escolar.

De fato, a premiação ofertada aos indivíduos que se destacavam, demonstrava que a homogeneização de práticas civilizadas perpassava pela individualização e diferenciação no âmbito da educação escolar. Afinal, não poderia ser diferente. O Brasil tinha uma sociedade muito hierarquizada e o liberalismo republicano, pouco teve a acrescentar desde sua implantação no Período Imperial<sup>562</sup>. Assim, ao estabelecê-las (as premiações), o Estado a legitimava com base no mérito individual.

A escola desta forma, tinha virado espetáculo a ser exibido. As atividades escolares com a participação de alunos, eram o pretexto ideal para um momento de celebração a ser usado na causa republicana. Formavam-se comissões, basicamente, composta por professores para declarar se foram aprovados ou não. Eram analisadas uma ou mais disciplinas, mas nunca a grande curricular toda<sup>563</sup>, em um único dia.

Sendo que das festas escolares, os exames finais, eram uma das mais sérias e modestas em sua elaboração. E seguia uma sequência, relacionados ao cotidiano escolar: primeiro era tornado público os alunos aprovados, podendo ou não, seus nomes serem citados em jornais do Estado. Conhecidos os indivíduos aptos, segundo as classificações contidas nos decretos da instrução pública que permitiam avaliar aqueles que demonstrassem às exigências necessárias, passavam-se a segunda fase. Eram, realizadas, aproximadamente, em 20 de novembro.

Neste período, dando continuidade aos exames finais, eram organizadas as festas de férias<sup>564</sup>. Uma delas aconteceu, exatamente, em 20 de novembro de 1914, no Grupo Escolar Modelo. Foram lidos os nomes das 18 alunas aprovadas que terminaram o ensino primário. Além de já terem seus nomes sidos citados em público por autoridades do ensino e divulgados em jornais em outra ocasião - nos exames finais -, naquele momento, eles eram reafirmados nos festejos de término do ano letivo.

Percebam quanta notoriedade era dada a àqueles indivíduos. Sendo que o modelo de discente, construía-se nas festas escolares e, difundia-se através dos colegas que se destacavam. De modo que incitavam os outros, a lhes seguirem os mesmos exemplos<sup>565</sup>. Contrariamente do cotidiano dos estabelecimentos de instrução, em que tais alunos seriam prestigiados, por seus

<sup>562</sup> CARVALHO, José Murilo de. "República e Cidadanias". In: \_\_\_\_\_. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. pp. 43-45.

<sup>563</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno VIII, nº2742, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1919. p. 1.

<sup>564</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº3, Estancia/Se. 23 de janeiro de 1910. p. 4.

<sup>565</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno VIII, nº1318, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1914. p. 1.

esforços, pelos professores; e, dificilmente, tais elogios ultrapassariam os muros dos grupos escolares.

Por outro lado, as festas de férias eram mais elaboradas e complexa sua organização<sup>566</sup>. Contavam com a presença de autoridades do Estado, como foi o caso do Diretor da Instrução Pública, o Sr. Helvecio de Andrade. Ele fez uma preleção sobre aquela solenidade que estava acontecendo, exaltando as virtudes alcançadas através do estudo pelas crianças das escolas elementares.

Contrariamente, as festas de encerramento do ano letivo dos grupos escolares no Estado de São Paulo apresentavam uma organização mais complexa. Realizavam-se torneios de ginástica, exercícios militares, haviam encenações de comédias e peças teatrais<sup>567</sup>. No caso de Sergipe, nos festejos do fim das aulas, tais elementos estavam praticamente ausentes. De sorte que neste, entre outros motivos, poderíamos distinguir festas de férias das festas cívicas, simplesmente, pela forma em que eram menos ou mais elaboradas.

Entretanto, nos eventos escolares, devido à participação de autoridades, *in locus*, transformava-se num espaço de legitimação do regime republicano e de autoridades do Estado. Sendo fecunda, a troca de elogios entre os indivíduos presentes nos eventos. Por conseguinte, não poderiam deixar de elogiarem a administração do Presidente do Estado, o General Oliveira Valladão. Discursos em que destacavam, o seu trabalho à frente da administração do Estado, descrevendo o progresso já alcançado em Sergipe. Terminando com cânticos de hinos e distribuição de flores<sup>568</sup>.

A utilização de plantas em eventos escolares que não lhes tinham uma relação direta, só encontraremos como elemento festivo permanente nas festas de férias. As flores, representavam o símbolo de vitória, o desabrochar a ser distribuído a todos, os que ali estavam. Outro modo de uso, eram jogá-las quando personalidades ilustres de Sergipe, compareciam. Como uma forma de saudação oferecido pelos alunos dos grupos escolares - tal caso aconteceu com o Sr. Pereira Lobo, ao visitar o Grupo Modelo<sup>569</sup>. As duas maneiras, poderiam coexistir em uma mesma comemoração. Dependendo apenas dos fins e oportunidade a que os organizadores pretendiam.

Então, não faltaram oportunidades para flores serem jogadas no caminho em que os chefes do Estado passariam no interior dos grupos escolares. Infelizmente, não dispomos de

---

<sup>566</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XX, n°324, Aracaju/Se. 03 de dezembro de 1926. p.4.

<sup>567</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. Op. Cit. 1998. pp. 255-257.

<sup>568</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno VIII, n°1318, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1914. p. 1.

<sup>569</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, n°2742, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1919. p. 1.

informações, afirmando se esse gesto, estendeu-se a outras autoridades. Seja como for, nesses momentos, compareciam uma miríade de indivíduos ligados diretamente a administração do Estado: engenheiros (setor de obras), os Secretários Gerais do Estado, os Presidentes de Sergipe, entre outros<sup>570</sup>. A depender da ocasião, o ritual, poderia ser estendido também a eles.

Como observamos, nas festas de férias, não comemoravam-se apenas o sucesso alcançado pelos alunos. Havia momentos de exaltação a determinados indivíduos sergipanos. Neste tipo de evento, o que predominava era a celebração dos vivos, de preferência, os que estavam ali - as autoridades. Sendo recorrente, prestarem homenagens, por exemplo, aos Diretores da Instrução, diretores dos grupos escolares e aos Presidentes de Sergipe, verbalizando seus feitos, exaltando o bom andamento da educação no Estado<sup>571</sup>.

No Grupo Escolar General Siqueira, em 24 de novembro de 1925, realizou-se uma festa de férias. Como era corriqueira no Estado, tiveram uma organização modesta, se comparado ao modelo paulista ou as festas cívico-escolares sergipanas. Elas aconteceram em meio a preleções, cânticos de hinos, discursos e poesias. Incluindo, as várias homenagens feitas ao diretor do grupo, professores e demais autoridade que estavam presentes<sup>572</sup>.

Mas não eram só eles. Os alunos, ao contrário dos exames finais, desempenhavam papéis nas festas de férias. Cabiam-lhes produzirem os discursos de despedida para seus colegas que concluirão o ensino primário. O sentido e a importância daqueles festejos deveriam ser evidenciados pelos oradores. Os que ficavam, esperavam que assim como eles, um dia, os discentes dos anos anteriores saudassem seus esforços, distinguindo-os dos demais discentes que permaneciam.

É importante percebemos como dois mecanismos usuais no cotidiano escolar, foram transformados em instrumento de legitimação: os discursos escritos (a redação) e a poesia (os recursos literários). Este último, também foi usado para exaltar aqueles alunos que concluirão o ensino primário<sup>573</sup>. Ser tema de um texto literário, remete-nos a realização de feitos heroicos. E isso, nada mais era do que o processo de distinção, afirmação da diferença. Posição paradoxal, pois, para um estabelecimento de ensino público que pretendia ser representado como espaço exorcizador das diferenças, acabavam às reproduzindo.

---

<sup>570</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XVIII, nº 1344, Aracaju/Se. 23 de novembro de 1919. p. 1.

<sup>571</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2742, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1919. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2593, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1922. p. 1; SERGIPE JORNAL. Anno XIII, nº1278, Aracaju/Se. 24 de novembro de 1922. p. 1; SERGIPE JORNAL. Anno XI, nº1226, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1925. p. 2.

<sup>572</sup> SERGIPE JORNAL. Anno V, nº1226, Aracaju/Se. 25 de novembro de 1925. p. 2.

<sup>573</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno VIII, nº1318, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1914. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2742, Aracaju/Se. 21 de novembro de 1919. p. 1.

Assim, o fizeram quando das formaturas. Entregando os diplomas aos alunos que terminavam o curso elementar, e, dentre esses, eram realizadas a outorga de prêmios aos que se distinguiram durante o ano. De forma que a festa de férias, seria, também a de formatura, celebrando os esforços dos indivíduos retirados de um grupo já selecionado e exaltado. Estes, estavam no ponto mais alto a que um discente galgaria nos festejos escolares<sup>574</sup>.

Pela documentação, compreendemos que as festas escolares estimulavam os alunos a se apropriarem da rotina escolar: comportamentos, hábitos, gestos, participação em atividades nos eventos, entre outros. Premiando os que melhor conseguiram incorporar, as práticas ensinadas nas escolas sergipanas. Aliás, o tema festivo, girava em torno do desempenho alcançado pelos discentes do ensino público, e a exibição do progresso na instrução elementar do Estado.

Entretanto, não podemos perder de vista que a exteriorização dos saberes escolares, eram legitimados por meio de suas festas. Transformando-se, em espetáculos a ser organizados pelos diretores dos grupos escolares e professores. Ademais, os alunos contribuíam. Não eram sujeitos passivos, como alguns poderiam pensar - mesmo que inconscientes. Por isso, entendemos que ao participarem das atividades em uma celebração, possibilitavam aos espectadores, vislumbrarem um pequeno ensaio, um microcosmo, da sociedade que tanto os republicanos idealizavam para Sergipe: indivíduos civilizados.

#### **4.4 Resistências aos Feriados Cívicos em Sergipe: Os Decretos Escolares e os Outros Olhares Sobre as Festas**

No dicionário Michaelis, a primeira definição que aparece para a palavra “feriado” refere-se como um dia consagrado ao repouso. Não avançaremos se permanecermos a olhar de forma superficial, como no texto, este ato promulgado pelo Estado, por isso, passemos adiante. A segunda descrição, trata-o como um dia e tempo em que se suspende o trabalho para o descanso<sup>575</sup>. Também, não ajudou a entendê-lo. Sendo mais ou menos elaboradas, as frases desse livro de consulta, remete-nos a um momento de cessação do trabalho ou repouso das tensões do cotidiano.

---

<sup>574</sup> DIARIO DA MANHA. Anno, IX, nº944, Aracaju/Se. 06 de junho de 1914. p. 2; CORREIO DE ARACAJU. Anno XVIII, nº 1344, Aracaju/Se. 23 de novembro de 1919. p. 1.

<sup>575</sup> MICHAELIS 2000: moderno dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Reader’s Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000, v.2. p. 950.

O ato de descanso nesses dias é uma obviedade, mais do que isso, é superficial ao extremo. E não serve para explicar o porquê eram decretados determinados dias na Primeira República, fossem feriados nacionais ou locais. Aquela leitura, contribui para camuflar intenções daqueles que têm autoridade legal para sancioná-los. Levando em consideração o período aqui pesquisado, podemos afirmar que eles não foram, simplesmente, cessação das atividades cotidianas.

Na obra de Jacques Le Goff, *História e Memória*, as festas tinham a capacidade de perpetuar a lembrança de certos objetos, símbolos, indivíduos entre outros. Seriam momentos em que cessava às atividades do cotidiano - os feriados. Voltando-se, apenas, para a organização e o gozo delas<sup>576</sup>. Mas não foi só isso. Ele identificou no transcorrer do seu trabalho suas possíveis utilizações: romper com o passado; substituir as antigas solenidades e selecionar as memórias que seriam legadas a posteridade<sup>577</sup>.

Por fim, o que estamos discutindo é a importância do tempo. Segundo Le Goff, "[...] o calendário estabeleceu um certo número de festas destinadas a perpetuar-lhe a recordação e a vitalidade"<sup>578</sup>. E quem tinha a autoridade sobre ele poderia justificar a adição ou subtração de certas comemorações inseridas no calendário e a possibilidade de distribuir a certos dias do ano um sentido especial. O que conferia ao seu detentor regular a vida em sociedade.

Dessa forma entendemos que através dos feriados, tornavam-se possíveis a difusão de saberes, discursos e representações a ser recepcionados pela sociedade brasileira. Ela exerceia uma pressão coercitiva, um autodisciplinamento uniforme e desprovida de violência física<sup>579</sup>. Permitindo aos republicanos, poderem orientar os indivíduos a adotarem determinadas práticas civilizadas<sup>580</sup>.

Sua importância já era conhecida desde a implantação da República no Brasil. Dois meses após ser proclamada, foram homologadas um conjunto de festas cívicas que norteariam, a partir de então, os cidadãos, as instituições escolas e sua forma de legitimarem os saberes aprendidos. Seus sentidos e morfologia, mudariam no transcorrer do novo regime<sup>581</sup>.

<sup>576</sup> LE GOFF, Jacques. "Calendário". In: *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 494. - (Coleção Repertórios).

<sup>577</sup> Ibidem. p. 420-461.

<sup>578</sup> Ibidem. p. 493.

<sup>579</sup> ELIAS, Norbert. "Introdução". In: *Sobre o Tempo*. Editado por Michael Schoter; Tradução: Vera Ribeiro; Revisão técnica: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1998. pp. 14-22.

<sup>580</sup> CÂNDIDO, Renata Marcilio. *Culturas da Escola*: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2007. pp. 63; 67.

<sup>581</sup> OZOUF, Mona. "A Festa Sob a Revolução Francesa". In: *LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos*. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. pp. 216-232.

Em 1892, surgem as primeiras tentativas de mudanças do Decreto nº155B de 14 de janeiro de 1891. Para contornar as grandes quantidades de feriados existentes no país, os Srs. Ubaldino do Amaral e Campos Sales, apresentavam no Senado um projeto de lei pedindo à reforma do calendário vigente. Nele, propunha o aumento dos dias de trabalho ao reduzir o número dos períodos festivos não trabalhados<sup>582</sup>.

Com o intento de controlar a enxurrada de feriados decretados pelas autoridades regionais, o Governo Federal ratificou quais eram os dias a serem de solenidades e as restringiu. Foram autorizados que cessassem as atividades do cotidiano nas comemorações nacionais e Estaduais. Sendo que os entes federativos, tinham a liberdade de festejarem a promulgação da Constituição dos seus respectivos Estados. Assim, temos as festas nacionais que, apesar de todos os problemas, formava um sistema festivo<sup>583</sup>.

Contudo essa classificação não se aplicava quando a fonte de autoridade vinha dos entes federativos. Estes, por meio de decreto sancionado pelos Presidentes de seus respectivos Estados, poderiam tornar feriados: a Emancipação Política e a Promulgação da Primeira Constituição em determinada localidade. Orientação que não obteve sucesso nos calendários regionais. Fazendo com que houvesse uma profusão e ausência de homogeneidade festiva<sup>584</sup>. Assim, preferimos categorizar como um conjunto de comemorações/celebrações: já que a quantidade, a ausência de semelhanças entre elas e os fins a que se destinavam eram dispares.

Em 1911, existiu uma forte reação aos feriados por parte de certos profissionais: os barbeiros. A Revista o Malho, através de uma charge, descreve como deveria ser feito o pedido de desobrigatoriedade, permitindo a abertura das portas em dias de festas nacionais. Pois, pela quantidade existente no Brasil, elas acabavam trazendo-lhes prejuízo financeiro<sup>585</sup> - resistências compartilhadas por outros grupos.

O comércio na capital federal, segundo o Malho, não cumpria os feriados. Alegava que apenas algumas casas comerciais do centro e arrabaldes, só aparentemente, fechavam suas portas em tais dias. Sendo os empregados, coagidos a trabalharem em períodos que as atividades deveriam cessar. Graças as combinações dos guardas municipais, responsáveis pelas fiscalizações e os empresários (*ver figura 18*).

<sup>582</sup> LEAL, Elisabete da Costa. " O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista". In.: **HISTÓRIA**, SÃO PAULO, v. 25, n. 89 2, 2006. p. 71.

<sup>583</sup> Cf.: FREIRE, Felisbello. **As Constituições dos Estados e a Constituição Federal**. Rio de Janeiro/RJ: Imprensa Nacional, 1898. Situação semelhante encontramos entre 1911 a 1930. Por isso decidimos adicionar essa fonte que para nós é muito elucidativa.

<sup>584</sup> ALMANAK LAEMMERT para o ano de 1911-1912. Rio de Janeiro: Editado nas Officinas Typographicas Almanaque Laemmert, 1911. pp. 29-30.

<sup>585</sup> O MALHO. Anno X, nº466, Rio de Janeiro/Se. 19 de agosto de 1911. p. 3.

FIGURA 18: Desobediência dos Feriados



Fonte: O MALHO. Anno, XII, nº577, Rio de Janeiro/RJ. 04 de outubro de 1913. p. 21.

Em 4 de agosto de 1923, o Malho declarava o mal estar geral da sociedade carioca por causa dos feriados. Desta vez, em tom sério e ríspido, disse: "Não era de esperar outro acolhimento para a idéia, nascida não sabemos em que nebuloso cérebro, do fechamento, aos domingos e dias feriados, dos cafés e restaurantes"<sup>586</sup>. O resultado, afirmou a revista, seria uma cidade deserta e triste em dia de repouso.

Na região nordeste, houve resistência ao número exorbitante de comemorações. Por exemplo, no Maranhão, a Câmara Municipal tentava contê-los por meio de um projeto de lei que regulava o fechamento do comércio nos dias de feriados nacionais e estaduais. Se foi aprovado e alcançou resultados não sabemos. Entretanto, antes de ser sancionado já mostrava suas contradições, pois nele havia mecanismos de controle para impedir futuros acréscimos, mas também visava ampliar as festas já existente, justificada pela educação cívica do "novo povo"<sup>587</sup> - alunos das escolas públicas.

O problema não era apenas a quantidade, mas à falta de obediência ao disposto legal no calendário festivo republicano. A isso se juntava à ausência de um centro irradiador forte, que fizesse cumprir e legislar isoladamente os dias em que deveriam ser comemorados ou não. Neste quesito, o Brasil e seus entes federativos, passavam longe daquilo que eles idealizavam como civilização.

<sup>586</sup> O MALHO. Anno XXII, nº1090, Rio de Janeiro. 04 de agosto de 1923. p. 15.

<sup>587</sup> O JORNAL. Anno II, nº562, Maranhão. 28 de setembro de 1916. p. 8.

Os feriados abusivos eram justificados pelos mais diversos motivos. Um deles, foi um pedido feito as repartições públicas do Rio de Janeiro para cessassem suas atividades, a fim de que os funcionários pudessem assistir ao desempate de um match de foot-ball - acabaram conseguindo. O outro caso, foi a inserção de um certo feriado num decreto estadual solicitado por um embaixador. Para o Jornal A Noite, " o Brazil acabava por ser um paiz que até os estrangeiros marcavam feriados nacionais"<sup>588</sup>.

Nessa conjuntura, a representação de uma sociedade civilizada, orientada, por meios das festas a adotarem determinadas práticas, ficava prejudicada. Se não, inviável a utilização delas para a execução do projeto idílico de formar a nação e forjar o cidadão no país. Porquanto nos feriados estaduais, não havia unidade nem homogeneidade nos critérios usados para ratificá-las.

Foi o que aconteceu em 1917. Neste ano, o Sr. Manuel Borba requisitava mais um feriado nacional. Sua intenção era tornar o dia 06 de março de 1817, data da Revolução Pernambucana, uma comemoração obrigatória para os Estados brasileiros. Se tal projeto fosse aprovado, os outros entes federativos poderiam sentir-se no direito de homenagearem certas datas cívicas locais, alertava, o Malho. No mínimo, resultando em mais umas 30 festas, em média, que paralisariam as atividades diárias, vindo somar-se às que já existiam - a revista chamou isso de "malandragem e não de civismo republicano"<sup>589</sup>.

Como podemos perceber, sua função na sociedade, tendo em vista o número exorbitante deles, era questionado. A educação cívica nessas datas seria um engodo, "como se o civismo fosse causa que se adquirisse pela influência dessas folgas marcadas"<sup>590</sup> no calendário. Assim, os feriados não conseguiam incutir nos indivíduos, hábitos, costumes, práticas civilizadas, porque eles tinham "valor convincente da tintura no cabello"<sup>591</sup>, afirmou a revista.

Numa pequena crônica, escrita no impresso do Rio de Janeiro, foi descrita como era o dia de um indivíduo nas datas cívicas na capital federal. A personagem Fraga, repetiu o que habitualmente fazia nos feriados cívicos: levantou-se, tomou banho, em seguida ingeriu o seu café da manhã, leu os jornais e almoçou - de forma irônica, disse a Revista -, "muito civicamente"<sup>592</sup>. Até aqui, transcorre a normalidade corriqueira do cotidiano de um trabalhador.

Depois de almoçar, em vez de ir para o trabalho, foi ao jardim zoológico. Dali, dirigiu-se para um "ground" assistir uma partida de match de foot-ball. As pressas, saiu para apostar

<sup>588</sup> JORNAL A NOITE. Anno IX, nº2758, Rio de Janeiro. 17 de agosto de 1919.

<sup>589</sup> O MALHO. Anno XVI, nº757, Rio de Janeiro. 17 de março de 1917. p. 23.

<sup>590</sup> O MALHO. Anno XIII, nº633, Rio de Janeiro. 31 de outubro de 1914. p. 28.

<sup>591</sup> Idem.

<sup>592</sup> Ibidem. pp. 28-29.

numa corrida de cavalos. Perdeu parte do que tinha, entrou em casa de péssimo humor: maltratou o cachorro, que lhe demonstrava alegria por ver seu dono; não quis dar atenção ao filho, que solicitava um pouco de carinho do pai e foi de uma "frieza revolante ás cariciais com que a esposa o recebeu"<sup>593</sup>. Jantou contrariado, interpelado pelo amigo que tinha ido visitá-lo, respondeu que o deixasse em paz, pois estava fazendo a digestão do civismo.

O questionamento deste e de dos outros impressos era a ausência de civismo e patriotismo nessas datas. Nos feriados os indivíduos não cultuavam nem participavam de coisas produtivas. Ao contrário. Se entregavam ao ócio, as jogatinas, as corridas de cavalos, as partidas de foot-ball, entre outros. Por isso, a crônica, pedia à redução desses dias no calendário civil brasileiro.

Assim como a personagem Fragata, nos feriados cívicos alguns sergipanos seguiam seus passos, ou, iam em busca de outros divertimentos. Seja como for, tais indivíduos eram funcionários públicos, ligados à instrução no Estado. Isso gerava motivo de falatório aos que assistiam. Em 1915, faltaram vários professores, inspetores de ensino, apenas um padre compareceu (o pároco Freire de Menezes) e contou com a presença de uma escola isolada (professora e alunos)<sup>594</sup>.

A ausência de profissionais da educação nos dias de festas cívicas era uma constante. Por vezes, criticava-se a falta de compromisso, nos jornais, a quem por profissão deveria dar o exemplo. Segundo o *Diario da Manhã*, quanta diferença fazia entre a quantidade de indivíduos num festejo patriótico e numa matinée dançante. Demonstrando o apreço que davam à educação das crianças os que prestaram compromisso público de servi-las<sup>595</sup>.

Contrariamente as críticas realizadas por este jornal sergipano e de outros Estados, o fato era que elas existiam e faziam parte da programação dos feriados cívicos de Sergipe. Fossem após o encerramento das cerimônias que aconteciam à tarde, ou, sua organização à noite. Poderiam ser kermesses, guerra de confetes, partida de match de foot-ball, matinée dançante, manifestações folclóricas<sup>596</sup>, sessão especial de cinema entre outros. Todas essas formas de entretenimento, receberam, por parte da imprensa e dos organizadores, estímulos para que acontecessem<sup>597</sup>.

<sup>593</sup> O MALHO. Anno XIII, nº633, Rio de Janeiro. 31 de outubro de 1914. p. 28.

<sup>594</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno V, Nº1304, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1915. p. 2.

<sup>595</sup> Idem. p. 2;

<sup>596</sup> A apresentação do grupo folclórico lambesujos e caboclos foi duramente marginalizada. Chegaram a declarar que as festas cívicas não combinavam com manifestações de práticas afrodescendentes. O Brasil já tinha passado da fase escravista, afirmava o jornal. Ele deveria olhar para o futuro, para costumes mais civilizados. Cf.: DIARIO DA MANHÃ. Anno V, nº1342, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1915. p. 1.

<sup>597</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno II, nº489, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1912. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno III, nº775, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1913. p. 2; DIARIO DA MANHA. Anno V, Nº1304, Aracaju/Se. 10 de

Esses divertimentos ajudavam os festejos cívicos a obter um número maior de indivíduos presentes nas solenidades. Para lá, arrolavam sergipanos de todos os recatos da capital e dos interiores do Estado. As ruas da cidade apresentavam uma movimentação que não lhe era usual. Os bondes carregavam de um lado para o outro o público. O alvoroço, o vai e vem de veículos e pessoas tomava conta de Aracaju<sup>598</sup>.

Possivelmente, por causa dessa grande movimentação nos feriados, alguns comerciantes insistiam em permanecerem com as portas abertas até à noite<sup>599</sup>. Tornando-se por isso, alvo de severas críticas na imprensa sergipana. O Diário da Manhã, acusava-os de desprezo pela nação, pois tratava-se de uma das maiores festas cívicas brasileiras realizadas em Sergipe: o 7 de setembro. Segundo o jornal, lhes pareceu "[..] como se fosse dia de feira em recondito sertão [...]"<sup>600</sup>, uma alusão ao estado de barbaridade, que por vezes, representava esta região.

Muitos desses compareciam as festas cívicas sergipanas de ruas. Eles viram e ouviram certas coisas consideradas imorais ou incivilizadas para a época. Pais, cujas filhas em idade escolar, proibiu de participar das comemorações: seja desfilando na instituição de ensino a que pertenciam ou, apenas, como uma espectadora. Compreendemos que a intenção de seus progenitores, ao tomar este procedimento, era zelar pela reputação e honra de suas descendentes<sup>601</sup>.

Decerto que as comemorações realizadas nas ruas poderia trazer o perigo de serem classificadas como perdidas, mulheres de práticas duvidosas, incivilizadas. Portanto, as solenidades no Estado, aconteciam em meio a dualidades: de um lado temos um projeto de civilizar as práticas dos sergipanos - principalmente, os alunos do ensino elementar; e do outro, surge um ambiente nascido da vivencia dos cidadãos em sociedade. Ambas, ocupando o mesmo espaço e festa.

A liberdade nas ruas era mais criativa e imprevisível do que os eventos realizados no interior das escolas graduadas. Mesmo levando em consideração a vigilância empreendida nos momentos festivos<sup>602</sup> - ocasião trabalhada pelo Estado sergipano na tentativa de manter a ordem e a civilidade -, esses espaços até por sua dimensão e número de espectadores, abria a

---

setembro de 1915. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno VI, nº1625, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1916. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno X nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 1; DIARIO DA MANHA. Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3507, Aracaju/Se. 16 de setembro de 1922. pp. 1-2.

<sup>598</sup> DIARIO DA MANHA. Anno VI, nº1625, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1916. p. 1.

<sup>599</sup> A RAZÃO. Anno XVII, nº34, Estancia/Se. 04 de setembro de 1910. p. 1.

<sup>600</sup> DIARIO DA MANHA. Anno V, nº1304, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1915. p. 2.

<sup>601</sup> DIARIO DA MANHÃ, Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p. 1.

<sup>602</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.* Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921, p.54.

possibilidade de direcionar seus olhares e/ou atenções para outras situações que fossem interessantes aos indivíduos<sup>603</sup>.

No ofício enviado pelo diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o padre Arthur Alfredo Passos, informava a realização da comemoração do 24 de outubro. Acusava, também, a ausência de 18 alunos naquele dia<sup>604</sup>. Entendemos que por ser limitado o número de convidados nas dependências, até por uma questão de espaço físico, compareciam um grupo mais seletivo: pais, irmãos, parentes, amigos etc. Consequentemente, os festejos nos grupos escolares, possibilitavam um maior nível de controle pelos organizadores das festas: diretores e professores. Nos interiores dos muros das escolas, a moral e a honra dos discentes, estavam melhor guardadas do que nas ruas<sup>605</sup>.

Por vezes, os delegados de ensino solicitavam ao Diretor da Instrução Pública, em nome das escolas inspecionadas, melhores condições físicas. Era justificável, afinal, elas recebiam nos momentos festivos, além dos alunos, indivíduos externos ao cotidiano escolar. Infelizmente, esse tipo de problema demorava para ser resolvido. Haja visto, as reiteradas solicitações feitas para reparos, na parte estrutural, do Grupo Escolar Sylvio Romero<sup>606</sup>. No último ofício, alertava para a urgência de melhorias no prédio. Pelas descrições contidas no documento, a aparência não deveria ser agradável<sup>607</sup>.

Neste caso, a organização das comemorações cívico-escolares era compartilhada pelo diretor do grupo escolar, delegados de ensino, Diretor Geral da Instrução Pública e pelo Presidente de Sergipe. Eles sabiam da possibilidade de comunicação de ideais republicanos através da arquitetura e seus símbolos. Ademais, as escolas graduadas representavam o progresso da instrução em Sergipe, não poderiam se apresentarem, em momentos cívicos, desleixadamente, com aspecto feio, grotesco.

Fora essa complicação, outras eram mais simples. Como a falta de bandeiras a serem hasteadas nos feriados. No ofício enviado em 18 de novembro de 1926, ao Diretor da Instrução pública, a diretora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes, pedia desculpas por não poder cumprir a circular que recebeu. Assim, ao organizarem as festas cívicas

<sup>603</sup> DIARIO DA MANHÃ, Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. p. 1.

<sup>604</sup> Oficio Enviados ao Sr. Orlando Bittencourt, Delegado Fiscal em Sergipe, pelo padre, Arthur Alfredo Passos, diretor do Grupos Escolar Olympio Campos. Aracaju/Se. 15 de outubro de 1927. p. 1.

<sup>605</sup> MATTA, Roberto da. "A Casa, Rua e Outro Mundo: o caso do Brasil". In:\_\_\_\_\_. **A Casa e a Rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 31.

<sup>606</sup> Termo de visita do Delegado Regional de ensino, o Sr. Florival de Oliveira, Realizada no Grupo Escolar Sylvio Romero, da cidade de Lagarto/Se. Tendo como Diretor, o Padre Possidonio Pinheiro da Rocha. 12 de setembro de 1928. pp. 1-2.

<sup>607</sup> Termo de visita do Delegado Regional de ensino, o Sr. Florival de Oliveira, Realizada no Grupo Escolar Sylvio Romero, da cidade de Lagarto/Se. Tendo como Diretor, o Padre Possidonio Pinheiro da Rocha. 18 de julho de 1927. p. 1.

nas escolas, havia a intenção de preparar um espetáculo agradável ao público, tanto visualmente, como por meio das participações de diversos indivíduos.

Próximo aos feriados cívicos, os responsáveis pelas escolas, deveriam se mobilizarem para que no dia da comemoração estivessem prontas e bem organizadas. Foi com esse intuito que o padre Arthur de Alfredo Passo, diretor do Grupo Escolar Olympio Campos de Aracaju/SE, enviou um relatório no dia 7 de novembro de 1927, ao Diretor da Instrução Pública. Nele, disse que por diversas vezes pediu providência as autoridades. Pessoa " [...] ou pessoas que não sei quem sejam [...] ", tinha(m) ousado saltar(em) o muro desse grupo escolar, afim de introduzir(em) animais. Isso ocorreu logo depois da festa das árvores em que foram plantadas diversas plantas frutíferas. Sendo todas elas devoradas por um animal introduzidos no jardim dessa instituição de ensino. O jumento ficou preso no grupo, mas o dono não foi encontrado<sup>608</sup>.

Primeiro, era notório à falta de pertencimento com às novas práticas da sociedade sergipana: a festa da arvore. Destruí-las, bem no dia anterior a sua comemoração, seria sintoma para os propagadores dos costumes republicanos: de incivilidade. É justamente este mal que os feriados cívicos deveria extirpar. E o exemplo vinha dos países Europeus. Em 1910 o jornal a Razão publicou a seguinte nota: "em todos os centros civilizados do mundo, é hoje, a arvore tratada com especial desvelo celebrando se festas em sua honra"<sup>609</sup>. Ademais, ela foi um dos símbolos da riqueza do Brasil.

Ao torna o cerne de uma comemoração um determinado objeto, tema ou indivíduo, nada mais era do que evidenciar sua importância. Afirmando para as gerações que frequentavam as escolas primárias, principalmente, e aos demais, que cabiam-lhes darem continuidade na realização desses eventos. Recepionando suas práticas e representações que deveriam vigorar na sociedade<sup>610</sup>. Regenerando-a de atos, comportamentos, hábitos e gestos incivilizados como o praticado no jardim do Grupos Escolar Olympio Campos.

Por outro lado, com o excesso de feriados cívicos, as escolas tinham que manter uma rotina intensa durante o ano - além das festas escolares que eram realizadas. O espetáculo, a parte estética dos festejos, deveriam representar uma instituição civilizada, sem esquecer, que lhes cabiam forjarem os novos cidadãos, legitimando os conhecimentos e as práticas impostas.

Contudo, não é concebível pensarmos os feriados cívicos, sem a intermediação da escola. Segundo Eric Hobsbawm, o Estado as usava; e, as festas cívicas como instrumentos de

<sup>608</sup> Relatório enviado pelo Diretor do Grupo escolar Olympio Campos, padre Arthur Alfredo Passos, ao diretor da Instrução Pública. Aracaju/Se. 07 de Novembro de 1927. p.1.

<sup>609</sup> A Razão. Anno XVII, nº32, Estancia/Se. 21 de Agosto de 1910. p. 2.

<sup>610</sup> O JORNAL. Anno II, nº562, Maranhão. 28 de setembro de 1916. p. 1.

comunicação. Possibilitando forjar o cidadão republicano civilizado e construir a ideia de pertencimento a nação, através de conceitos materializados em palavras como: pátria, civismo e identidade linguística<sup>611</sup>.

Em meio a tantos feriados laicos, houve a necessidade de uma bibliografia, em que explicasse o sentido e os fatos de determinadas comemorações para os alunos das escolas elementares. Dentre alguns autores, temos Rodrigo Otávio, *Festas Nacionais*, em 1893, com uma introdução de Raul Pompéia. Em 1921, Coelho Netto publicou, *Breviário Cívico*, tentando explicar as festas cívicas do calendário sobre uma ótica cristã, entre outros trabalhos<sup>612</sup>.

Isso demonstra o peso exercido dos feriados nas instituições de ensino. Pois, os grupos escolares, além dos festejos cívicos nacionais e estaduais, tinham também que comemorarem, conforme os decretos, as homenagens dirigidas as personalidades ilustres, apenas por um dia, e depois, geralmente, não eram realizadas mais. Como no caso de 8 de dezembro de 1924, em que o Presidente Graccho Cardoso tornava público o seguinte texto legal:

Decreta feriado ás escolas e demais estabelecimentos de instrução, o dia 9 do corrente, em homenagem ao centenario natalicio de Abilio Cesar Borges [...] com orgulho, é consagrado em todo paiz, como um dos mais lidimos, mestres da lingua portuguêsa e credor de inestimaveis serviços á instrução em nossa patria [...]<sup>613</sup>.

Um dos maiores problemas que esse tipo de decreto e tantos outros textos legais impunham, eram a autorização das comemorações ou celebrações de determinada data em um espaço de tempo muito curto. Observem que o intervalo entre a publicação e a realização desse evento foi de um dia para o outro. Sendo que as Instituições e a sociedade sergipana foram informadas em 08 de dezembro e o feriado seria no dia seguinte.

Tomada as devidas proporções, já que era um decreto assinado pelo Presidente do Brazil, o dr. Epitácio Pessoa, Graccho Cardoso apenas tentou publicar na imprensa a informação em tempo hábil. Contudo, o modo como a sociedade brasileira ficava sabendo desses feriados de última hora, somente fomentava a crítica as autoridades. O jornal A Noite, por exemplo, orientava que fossem “[...] feito com antecedência, para que não seja só na véspera

<sup>611</sup> HOBSBAWM, Eric. "A Perspectiva Governamental". In: \_\_\_\_\_. **Nações e Nacionalismos Desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p.112.

<sup>612</sup> LEAL, Elisabete da Costa. Op. Ci. 2006. p. 71.

<sup>613</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1923**. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 136.

de certos dias á noite que se venha a ter noticias si eles são ou não feriados”<sup>614</sup> tendo-se em vista a quantidade deles.

Os excessos de feriados no Estado, levaram um indivíduo de nome, Cornelio, a escrever no Jornal de Aracaju em 1926. Com um título sugestivo: *Um dia disso e um Dia Daquilo*, alertava para o crescente número de dias a ser comemorados. Previa, assim, sua banalização, para as futuras gerações. Perdendo sua característica mais interessante: a de civilizar<sup>615</sup>.

Para tentar controlar o excesso de feriados, ao mesmo tempo que proporcionava homogeneidade na escolha das datas cívicas no ambiente escolar, alguns textos legais foram produzidos. Dentre esses, estavam os decretos da instrução pública. Neles continham o programa descrição de festejos cívicos a serem comemorados durante o ano. Seu conteúdo, legitimava a lei federal de 1891<sup>616</sup>, que estabeleceu as festas que a República deveria guardar<sup>617</sup>.

Assim, a legislação em Sergipe, tentava sistematizar as festas no calendário escolar. Tal racionalização, como pudemos perceber, fez parte de um projeto de modernização rumo a civilização de práticas sociais civilizadas. Comprovado pelo incentivo a participações dos alunos em tais datas e a legitimação do conhecimento legado aos discentes em momentos festivos.

#### **4.5 Entre Festas Cívicas e Festas Religiosas: O Estado e a Igreja no Âmbito Educacional Sergipano - Resistências e Negociações nos Feriados**

Os Feriados cívicos em Sergipe geravam oportunidades de incutir, nos indivíduos, sentimentos cívico-patrióticos. Forjar o cidadão republicano civilizado, esbarrava na burocracia enfrentada pelos grupos escolares (como falta de bandeiras, necessidade de reparos, etc.); e, os excessos de comemorações (fixas ou esporádicas; nacionais ou estaduais) que eram decretados pelos Presidentes do Estado.

Mas não eram somente com as várias festas patrióticas que as dificuldades surgiam no projeto de forjar o cidadão e formar a nação. Acrescentemos a popularidade dos festejos religiosos na Primeira República. Pois, muito antes do novo regime, a Igreja católica já

<sup>614</sup> JORNAL A NOITE. Anno IX, nº2758, Rio de Janeiro/RJ. 17 de agosto de 1919. p.1.

<sup>615</sup> CORREIO DE ARACAJU, Anno XX, nº314, Aracaju/Se. 22 de novembro de 1926. p. 4.

<sup>616</sup> Lembremos que o decreto de 1891 referiu-se as festas cívicas nacionais. Observando-se também que lhe foi acrescentado outras comemorações no período em que pesquisamos.

<sup>617</sup> Cf.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As Festas que a República Manda Guardar”. In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

contribuía para controlar, por meio de suas celebrações<sup>618</sup>, as práticas e representações dos indivíduos<sup>619</sup> nascidos nas terras que posteriormente, viria a ser chamada de Brasil.

Com a implantação da República no país, a Constituição Federal de 1891, separava Igreja e Estado. Os republicanos idealizavam-no laico, sem interferência ou influência romana. Se no Império, a Instituição Católica funcionava como braço estatal, em tese, com a nova demarcação de papéis, pós 1889, elas deveriam entrar num embate acirrado pela legitimidade de suas atuações sobre a sociedade. Tal disputa levaria uma delas a suplantar a outra. O que não ocorreu.

Pela Constituição Federal em seu art. 72, § 7º, declarava: "nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados"<sup>620</sup>. Situação instigante, pois o pesquisador Antônio Lidvaldo Sousa em seu livro, *O Eclipse de um Farol*, prova que entre a Carta Magna, neste quesito, e os acontecimentos em Sergipe não dialogavam. Demonstrando que em pouco tempo de implantação da República e separação entre os poderes laicos e religiosos, tais Instituições estavam se reaproximando ou próximas<sup>621</sup> - se de fato elas vieram a estar separadas com a vinda do novo regime.

Portanto, os grupos escolares sergipanos eram instituições laicas - ou deveriam ser, pelo menos em teoria - isentas da influência da Igreja, principalmente, a presença de eclesiásticos em funções ou cargos de direção nas instituições de ensino republicana. Sendo que o Estado teve a frente das escolas graduadas, vários deles, a exemplo dos padres: Arthur Alfredo Passos (Grupo Escolar Olympio Campos), o Sr. Possidonio Pinheiro da Rocha (Grupo Escolar Sylvio Romero) e o Sr. Carlos Costa (Diretor da Instrução Pública) entre outros.

Nesse sentido, Estado e Igreja, embora separados pela Constituição de 1891, seguiram juntas, aqui, no mesmo propósito: educar as elites e extirpar os valores e as crenças de origem afro, impondo novas formas de coerção simbólicas<sup>622</sup>.

---

<sup>618</sup> SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo na Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; VAINFAS, Ronaldo. **Tropico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Civilização Brasileira, 2010.

<sup>619</sup> HOBSBAWM, Eric. Op. Cit. 1990. p.83

<sup>620</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucional/constitui%C3%A7ao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constitui%C3%A7ao/constitui%C3%A7ao.htm)> 17 de março de 1913. pp. 27-28.

<sup>621</sup> SOUSA, Antônio Lindvaldo. O “Eixo” do Paróco Vicente. In: \_\_\_\_\_. **O Eclipse de um Farol**: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristóvão-SE: Editora UFS/Fundação Ovídeo Texeira, 2008. p. 93.

<sup>622</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**: limites e contradições da romanização. Recife-PE. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014. p. 312.

Segundo Claudefranklin Monteiro Santos, Igreja e Estado em Sergipe, fora alguns conflitos esporádicos e localizado (Fausto Cardoso e Olympio Campos), tiveram um bom relacionamento. Tais instituições seguiram um propósito de educar determinados grupos sociais e extirpar os valores e manifestações de origem afro-brasileira dentre outras, ao tentar impor novas práticas. Na religiosidade, isso veio a chamar-se, romanização<sup>623</sup>; do outro, podemos categorizar como processo civilizador<sup>624</sup>. Mas ambas têm em comum a referência a Europa como modelo a seguir.

Os indícios mostram que no projeto civilizatório, as duas Instituições tinham mais semelhanças do que diferenças. Na festa da bandeira de 1915, por exemplo, celebrada com muita pompa houve: realização de missa, sessão cívica na Escola Normal e desfile pela Philarmonica União Laranjeirense. Mas o que nos chamou a atenção naquele acontecimento, foi a presença dos grupos de mascarados a caráter que estavam percorrendo as ruas de Aracaju, "os tradicionaes"<sup>625</sup>: caboclos e lambesujos. Relembrando nesse dia, a vida dos afrodescendentes no Brasil, suas resistências, práticas e representações dos escravos afrodescendentes.

Suas manifestações folclóricas não coadunavam com as práticas e representações civilizadas que as festas cívico-escolares tentavam impor: aos alunos, principalmente, e ao público em geral. Decerto, trazer à tona a cultura negra numa comemoração - 24 de outubro – que pretendia legitimar um modelo de civilização na sociedade sergipana, resultou em sua expulsão, do tempo e espaço, em que aconteciam os festejos republicanos em Sergipe<sup>626</sup>.

Wlamyra R. de Albuquerque ao analisar as comemorações do Dois de Julho na Bahia, chegou à seguinte conclusão: as manifestações afrodescendentes não pareciam incomodar os que criticavam tais elementos nas festas cívicas, desde que ficassem longe das ruas. Associá-las, representava um perigo à ordem social. Sendo que civismo e práticas de escravos no país não dialogavam<sup>627</sup>. De um lado temos a persistência de comportamentos, hábitos etc., antes da Primeira República; e do outro, uma proposta que intentava esquecer este passado, avançando para ideais mais em moda, à época, como civismo, patriotismo, progresso entre outros.

<sup>623</sup> COUTO, Edilece Souza. "Romanização do Catolicismo Brasileiro". In:\_\_\_\_\_ . **Tempo de Festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Santi'Ana em Salvador (1860-1940)**. Salvador: EDUFBA, 2010. pp. 73-82.

<sup>624</sup> Cf.: ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes - volume I. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

<sup>625</sup> DIARIO DA MANHA. Anno V, nº1342, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1915. p. 1.

<sup>626</sup> Idem.

<sup>627</sup> ALBURQUERQUE, Wlamyra R. "Patriotas, Festeiros, Devotos... As Comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)". In:\_\_\_\_\_ . CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas: ensaios da história social da cultura**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. p. 191.

Portanto, a rememoração de um passado escravista fazia emergir, hábitos, comportamentos, gestos entre outros de uma cultura africana, que segundo o Diário da Manhã, não combinava com o nível de civilização em que se encontravam os indivíduos. Isso provocou fortes resistências por parte da Administração Estadual (o Diário da Manhã era partidário aos Presidentes de Sergipe), e, provavelmente, da Igreja Católica, já que pela pesquisa dos historiadores sergipanos, com a criação da diocese de Aracaju e a tentativa de romanização empreendida por D. José Thomas, a religiosidade popular e com ela as práticas afrodescendentes, deveriam ser erradicadas no Estado<sup>628</sup>.

De fato, a herança da Igreja Católica, desde o Brasil Colônia, fizera dessa Instituição cujo domínio exercido era inegável, um instrumento de legitimação do Estado brasileiro e dela própria. Seus ritos e festas, são imprescindíveis para a compreensão dos modos de construção da visão de mundo e da inserção de certas práticas sócias - como exemplo, a inserção de preceitos religiosos nas disciplinas de Moral e Cívica nas escolas sergipanas. Haja visto, a instrução elementar no país ter ficado sob sua direção por um longo período.

Para Thales de Azevedo, a relação entre Estado e Igreja, na Primeira República, melhorou extraordinariamente. Principalmente em seus últimos decênios, pareciam mais próximas, íntimas, como se tivessem se fundido outra vez, transformando a Instituição religiosa no braço estatal. Pois, muitos atos oficiais eram precedidos de cerimônias litúrgicas, ou, da presença de clérigos, em uma série de eventos dos entes federados<sup>629</sup>.

Contudo, compreendemos que esta visão era apenas uma representação, pois o que houve foram acordos, negociações entre os dirigentes dos Estados - inclusive Sergipe - e as lideranças eclesiásticas. Permitindo que a Igreja participasse, e em alguns casos, exigindo, a presença de seus representantes nas comemorações de datas históricas. Esse bom relacionamento possibilitava, aos clérigos, adentrarem em posições de destaque no Governo sergipano - a indicação de padres a ocuparem cargos como Diretores da Instrução ou de grupos escolares são um exemplo disso.

Com tais indivíduos ocupando altas posições na Administração Estadual, poderiam influenciar ou estarem em pé de igualdade ao negociarem benefícios para a Igreja Católica em

<sup>628</sup> Cf.: ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Dirigente do Pastor**: a igreja católica em Sergipe. São Cristovão: Editora UFS, 2010. - Fundação Ovídeo Teixeira; SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**: limites e contradições da romanização. Recife-PE. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014; SOUSA, Antônio L. **O Eclipse de um Farol**: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristovão-SE: Editora UFS/Fundação Ovídeo Texeira, 2008.

<sup>629</sup> AZEVEDO, Thales. "O Catolicismo no Brasil". In: \_\_\_\_\_. **O Catolicismo no Brasil**: um campo para a pesquisa social. Salvador: Edufba, 2002. p.33. - (Coleção Nordestina).

Sergipe. O padre Possidonio era um exemplo disso. Foi Diretor da Instrução, professor da Escola Normal e Diretor do Grupo Escolar Sylvio Romero (*ver figura 19*). Quando esteve à frente desta instituição de ensino, manteve-se com o seu propósito de uma educação civilizadora, orientada pelo catolicismo romanizador. Tentando extirpar, o que havia de espontâneo do viver social, ou seja, a cultura popular<sup>630</sup>.

**FIGURA 19:** Grupo Escolar Sylvio Romero da cidade de Lagarto/SE (1925)



**Fonte:** FON-FON. Anno XIX, nº35, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 56.

Portanto, a presença da Igreja em momentos de festas cívicas e cívico-escolares permitiu contribuir na legitimação das práticas e representações do Estado e também da Igreja, ao realizar sua liturgia e emprestar o seu nome - capital simbólico - nas comemorações, ditas, laicas. Através do comparecimento de clérigos, realizações de missas nos feriados e as solenidades destinadas a personalidades ilustres, entre outros, essa Instituição religiosa em Sergipe acabava declarando seu apoio aos eventos republicanos.

No 7 de setembro de 1922, a comemoração na cidade de Lagarto não contou com a participação do Bispo de Aracaju, D. José Thomas. Pois este estava em uma celebração litúrgica na diocese da capital, dirigida ao Centenário da Independência do Brasil. Em seu lugar, o vigário da freguesia, o cônego Germiniano de Freitas, realizava às 5 horas da manhã, a missão campal na praça da Matriz. Às 11 horas, saiu o carro alegórico da Igreja do Rosário, localizada na praça de mesmo nome, com uma senhorinha vestida com as cores da República.

<sup>630</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Op. Cit. 2014. p. 306.

No dia 08 de setembro, dava-se prosseguimento ao Centenário da independência do Brasil. Neste dia, às 10 horas, a Igreja Nossa Senhora da Piedade estava sendo reinaugurada<sup>631</sup>; e, contava com a presença do Bispo D. José Thomas. O discurso religioso foi feito pelo padre Constantino Sangremann, "[...]" cuja oração, bordada num mixto de patriotismo e religião [...]<sup>632</sup>, tornava evidente o bom relacionamento entre Estado e Igreja nas festas cívicas sergipanas<sup>633</sup>.

O pesquisador Péricles Andrade, entendeu que a Igreja Católica em Sergipe, rejeitava os ensinamentos laicos, durante a Primeira República. A justificativa da Instituição religiosa seria a destruição de todo o preceito moral, encaminhando os indivíduos para toda sortes de crimes e infortúnios. Como exemplo, citou a crítica feita pela *Carta Pastoral dos Arcebispos e Bispos do Norte do Brasil* de 1920, escrita no Jornal a Cruzada, e, dos anos de 1918 e 1920, na tentativa de demonstrar a rejeição dos eclesiásticos aos ensinamentos cívicos no Estado<sup>634</sup>.

Mais adiante, declarou que a criação de novos feriados constituía instrumento de comunicação e construção de sentido do mundo social. Disse que nesses eventos laicos do Estado, o civismo legitimava o regime republicano e rejeitava a autoridade da Igreja em Sergipe. O que teria levado aos intelectuais católicos a tentarem impedir a sua difusão, promovendo um embate entre festas religiosas e cívicas<sup>635</sup>.

Na primeira assertiva, devemos relativizar o conflito num determinado espaço e tempo<sup>636</sup>. De modo que nos primeiros anos de República em Sergipe, o civismo celebrado nas comemorações e nas escolas isoladas, por meio do ensino a seus alunos, enfrentou fortes resistências por parte de uma Igreja que almejava se legitimar. Era um momento em que os ânimos estavam ainda muito exaltados.

Com base nos indícios, essa situação não se aplicava a Sergipe nos anos entre 1911 a 1930. Nesse período, a relação entre as duas Instituições só foram melhorando. Sendo que na disciplina de Educação Moral e Cívica, já encontramos preceitos religiosos nos programas escolares desde 1912, como anteriormente discutimos. Portanto, afirmar que a Igreja católica,

<sup>631</sup> SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Op. Cit. 2014. p. 311.

<sup>632</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3507, Aracaju/Se. 16 de setembro de 1922. p. 1.

<sup>633</sup> Ibidem. p. 2.

<sup>634</sup> ANDRADE, Péricles. Op. Cit. 2010. - Fundação Oviêdo Teixeira. pp. 174-175.

<sup>635</sup> Idem. p. 187.

<sup>636</sup> CERTEAU, Michel de. "A Operação Historiográfica". In: \_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 81.

tentou rechaçar o civismo, no intervalo de tempo aqui trabalhado, não torna inteligível como se desenvolveu as negociações no caso sergipano<sup>637</sup>.

Na segunda assertiva de Andrade, mais uma vez devemos relativizar o espaço e o tempo daquela afirmação. Visto que, a Igreja participava e até incentivava o civismo em seu discurso religioso: proferidas nas missas, em dias de feriados cívicos, entre outros. Assim, ela contribuiu para legitimar os regulamentos elaborados pela Diretoria de Instrução Pública e os pronunciamentos nas comemorações: nacionais ou Estaduais. Pois, nestas, compareciam os alunos dos grupos escolares e os leigos.

Para Mariely Cabral de Santana, a aproximação entre Estado e Igreja no Brasil, aconteceu a partir da década de 1920. Especificamente, este momento teve início com a comemoração do Centenário da Independência. Sem entrar em mais detalhes a autora revolve seu olhar para o Centenário da Independência baiana, realizado entre 1 a 8 de julho de 1923. Nele, destaca as duas Instituições cooperando na organização da festa do Senhor do Bomfim<sup>638</sup>.

Expomos nossas reservas quanto a fazermos, tal aproximação, no caso sergipano. Pois, por diversas vezes, ambos fizeram negociações e se ajudaram mutuamente em Sergipe, bem antes do Centenário da Independência do Brasil. Decerto, compreendemos que esta pequena análise do relacionamento das duas Instituições é importante para entendermos o porquê de ambas estarem na festa. E qual a contribuição da Igreja para tornar o momento festivo executável para eles, e, inteligível para nós.

Um desses momentos foi o problema recorrente de apresentação de registro civil no ato de matrícula de crianças nos grupos escolares. O diretor da Instrução Pública, solicitava que os responsáveis dessas Instituições, obedecessem o regulamento do Estado<sup>639</sup>. Como já discutimos no terceiro subcapítulo, *O Conhecimento Prévio dos elementos Festivos*, alguns diretores das escolas graduadas os aceitavam mesmo não sendo apresentado uma certidão de nascimento. Na

---

<sup>637</sup> Possivelmente, seja uma questão de utilização das fontes. Na Carta Pastoral dos Bispos do Norte, descreve de forma geral a luta e preceitos defendidos pelos eclesiásticos nessa região. O que não significou que tais conflitos entre Igreja e Estado, aplicavam-se daquela maneira no caso específico de Sergipe. Nos outros anos do Jornal A Cruzada, versa sobre males modernos e instrução laica, tratava-se de um posicionamento de forma geral, como algo a ser defendido no Brasil. Sabemos que a Igreja difundia discursos requerendo mais influência dos ideais católicos e menos um conhecimento racional, que excluísse Deus dos conteúdos escolares. Por outro lado, devemos analisar a legislação educacional no Estado para assim poder compreender se tais reclamos encontravam justificativas ou eram apenas a busca por mais espaço. Seja como for, a presença de alguns preceitos defendidos pelos eclesiásticos católicos, já estavam inseridas nos conteúdos escolares na disciplina de Educação Moral e Cívica, desde 1912, pelo menos.

<sup>638</sup> SANTANA, Mariely Cabral de. "Senhor do Bonfim Padroeiro do Povo Baiano". In: \_\_\_\_\_ . **Alma e Festa de Uma Cidade**: devoção e construção na Colina do Bonfim. Salvador: EDUFBA, 2009. pp.205-206. - (Coleção Bahia de Todos os Santos).

<sup>639</sup> Ofício Enviado ao Diretor da Instrução Pública pela diretora do Grupos Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes. Aracaju/Se. 28 de abril de 1927. p. 1.

prática, a presença de um grande número de meninos e meninas na escola significava mais indivíduos participando das festas.

Em socorro ao Sr. General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente de Sergipe, o bispo de Aracaju d. José Thomas Gomes da Silva, expediu uma circular em 15 de março de 1915, às paróquias de sua diocese. Nela, solicitava aos vigários das freguesias que orientassem aos indivíduos de suas localidades, a fazerem o registro civil (certidão de nascimento, casamento, óbito, etc.)<sup>640</sup>. Se tal medida alcançou resultado, não sabemos. Mas os documentos dos pais e filhos eram necessários para serem realizadas as matrículas.

Sendo que não era apenas nos momentos de cooperação mutua que a aproximação tornava-se evidente. A igreja através de seus membros também legitimava o discurso patriótico em Sergipe. Em 24 de outubro de 1920, d. José Thomas, em uma festa cívica, benzia, o que se tornaria a primeira bandeira do Estado, a receber as bênçãos do bispo<sup>641</sup>. Portanto, por meio de sua maior autoridade religiosa<sup>642</sup>, ela tentava evitar conflitos e, negociava os privilégios que gozariam com as Instituições laicas.

Um dos grandes momentos - possivelmente este foi o principal - de negociações entre líderes religiosos e laicos, aconteceu em 1924. O Presidente, Graccho Cardoso, através do decreto nº867 de 11 de março daquele ano, legalizava os seguintes feriados escolares: "a) Os dias declarados taes pelas leis da União e do Estado; b) os domingos e dias santificados; c) os dias de carnaval e da Semana Santa [...]"<sup>643</sup>. A igreja com esse ato, poderia inserir-se no processo de forjar o cidadão, por meio de sua liturgia em períodos de festas religiosas, a partir da autorização expressa e conforme a legislação estadual.

Na prática, algumas concepções religiosas de como deveria ser o modelo de cidadão a ser forjado, já se encontravam no programa escolar de 1912 e posteriores, ou seja, pouco tempo depois da inauguração do primeiro grupo escolar sergipano<sup>644</sup>. E de forma mais clara no de

---

<sup>640</sup>ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 12º Legislatura, pelo Dr. General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado.* Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915, p. 15.

<sup>641</sup>ESTADO DE SERGIPE. *Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.* Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921, p. 64.

<sup>642</sup>SOUSA, Antônio Lindvaldo. "Considerações Finais". In: \_\_\_\_\_. **O Eclipse de um Farol**: contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristovão-SE: Editora UFS/Fundação Ovídeo Texeira, 2008. p. 218.

<sup>643</sup>DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Anno V, nº1261, Aracaju/Se. 16 de março de 1924. p. 18.

<sup>644</sup>Programma para o Curso Primario nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912. p. 15.

1916, colocando o dever a Deus, à família, a sociedade e a pátria como qualidades que deveriam ser alcançadas pela educação<sup>645</sup>.

Decerto, a reforma da instrução de 1924, tornava feriado para as escolas sergipanas, a Semana Santa e os dias santificados. Delegando parte da instrução e formação de novos cidadãos, não apenas nos momentos de festejos cívicos, mas também de feriados religiosos. Afinal, por mais oposição que alguns poderiam fazer da aproximação entre Igreja e Estado, alguns de seus preceitos religiosos já estavam contidos nos decretos e programas da instrução, dirigidas aos grupos escolares de Sergipe.

Um feito inédito neste Estado. Porque desde a promulgação da primeira Constituição no Brasil, nenhum decreto estadual anterior, tinham estabelecidos um número considerável de feriados religiosos a serem cumpridos pelos alunos do ensino primário: os dias santificados e as Semanas Santas. Tal acontecimento ganha relevância porque, naquele momento, as festas cívicas de ruas, com a participação das escolas sergipanas, não estavam sendo realizadas.

O declínio das festividades cívicas nas ruas ocorreu no governo do Presidente de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso (1922-1926) e estendeu-se até o seu sucessor a presidência, Manoel Corrêa Dantas (1927-1930). Ambos não tomaram nenhuma medida para que essas comemorações, com as várias escolas, Instituições e a sociedade, voltassem a serem realizadas. Em seu lugar, percebemos o silêncio, na documentação, dessas duas autoridades - e das demais.

Em vez de tentar reavivá-las, o Sr. Graccho Cardoso fez o oposto. Implementou uma reforma na instrução pública que atingiu diretamente as comemorações das datas históricas encenadas nas ruas. Outorgando um número maior de feriados a Igreja Católica, nunca antes sancionado por um Presidente de Sergipe, durante a Primeira República. O motivo que o levou a tomar tais medidas, por enquanto, não conhecemos. Mas sabemos que em seu governo foram feitas várias concessões como apoio a edificação de igrejas, construção do monumento ao Cristo Redentor, entre outros<sup>646</sup>.

Os Presidentes predecessores, faziam modificações nos decretos da instrução pública. Alteravam o modo de organização escolar, inseriam ou cortavam certos elementos para angariar recursos, reclassificavam alguns cargos etc. Mas nos feriados religiosos, não ousaram a mexer. Apenas ratificavam o que já existiam nos regulamentos do ensino primário. Ou seja, a Semana

---

<sup>645</sup> Programma para o Curso Primario nos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Sergipe. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915. p. 25.

<sup>646</sup> AZEVEDO, Crislane B. "Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana Na Década de 1920". In.: **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 53, p.111, out. 2013.

Santa, desde de 1911, permaneceu inalterada. De forma que as atividades escolares nesse dia deveriam cessar<sup>647</sup>.

Nos decretos, programas escolares, ofícios expedidos pelos Diretores da Instrução Pública e dos grupos escolares, não há qualquer comentário sobre como deveriam ser comemorados tais dias. Possivelmente, eram realizados nas Igrejas por um pároco. Estando ausentes dos discursos religiosos, nestes feriados, as palavras de ordem como civismo, patriotismo, progresso entre outros, que ajudavam a legitimar o Estado republicano em Sergipe.

Situação contrária quando eram feriados cívicos. A Igreja, nesses momentos, misturava o discurso religioso ao laico. O que não significava que ela não contribuía para forjar o cidadão republicano, nos períodos em que os feriados eram religiosos. Visto que, como afirmamos anteriormente, o civismo perpassava por alguns preceitos cristãos - defendidos pelos dirigentes eclesiásticos - que eram ensinados nos grupos escolares e legitimados nas cerimônias religiosas. Então, parte do processo civilizador acontecia por meio dos rituais do catolicismo romanizador.

Pois, a administração do Bispo d. José Thomas a frente da diocese de Aracaju, tentava erradicar a mesma coisa que as festas cívicas: a cultura popular, especificamente, as que tinham proximidade com a cultura afrodescendente em Sergipe. Decerto, essa Instituição voltava-se, também, para os hábitos e comportamentos religiosos que estavam presentes no cotidiano da sociedade sergipana. Então não foram apenas as questões religiosas a serem afetadas<sup>648</sup>. A Igreja Católica idealizava, assim como o Estado sergipano, a imposição de novas práticas para os indivíduos.

#### **4.6 "Echos das Festas"<sup>649</sup>: Um Projeto Alternativo de Forjar o Cidadão e a Resistência ao Processo Civilizador**

As festas são como um "fato social total", nela estão em jogo vontades sociais, práticas e representações em processo de legitimação e reconstrução. Investimentos políticos e a produção de novos sentidos: nos símbolos, signos, arte etc. Decerto, mais do que expressar,

<sup>647</sup> ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1911*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 18; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1914*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 31; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1915*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 148.; ESTADO DE SERGIPE. *Collecção de Leis e Decretos de 1916*. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 238.

<sup>648</sup> Cf.: SANTOS, Claudefranklin Monteiro. Op. Cit. 2014. 312 f.

<sup>649</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, n°2725, Aracaju/Se. 30 de outubro de 1919. p. 1. Esse título fez parte de uma série de artigos publicados no Correio de Aracaju. A proposta era descrever o que ocorreu nas últimas festas cívicas sergipanas.

constituem momentos cruciais de imposição, de enfrentamento, de conflito colocado em cena pelos diversos grupos que a utilizam<sup>650</sup>.

E tal orientação foi seguida. Anteriormente, trabalhamos o olhar do outro sobre os feriados cívicos (subcapítulo: *Resistências aos Feriados cívicos: Os Decretos Escolares em Sergipe e os Outros Olhares*) e percebemos as resistências quanto ao número e consequente diluição de seu sentido. Mais adiante (subcapítulo: *Entre Festas Cívicas e Festas Religiosas: o Estado e a Igreja no Âmbito Educacional Sergipano - Resistências e Negociações nos feriados*), evidenciamos à presença de duas Instituições sergipanas que mantinham relações de cooperação mutua. Ambas legitimavam as festas - religiosas ou laicas - que eram organizadas no período de eventos cívicos.

A partir deste momento, nos debruçaremos sobre as resistências às práticas impostas pelos festejos. Eram comportamentos, hábitos e gestos que ao findar das comemorações/celebrações, mostravam-se insistentes, e, por vezes, perpassava pela aparente falta de civismo e/ou patriotismo dos indivíduos. A quantidade e a recorrência, infelizmente, não pudemos auferir nessa pesquisa.

Essa dificuldade entendemos como normal no labor do pesquisador. Afinal, nem todos os questionamentos são possíveis de responder. E as fontes também, por mais que o historiador observe por vários ângulos, ela é limitada. Mas por demonstrarmos a persistência de práticas incivilizadas, conseguimos um avanço importante. Pois, quando as cortinas fecham, os holofotes são apagados e o público volta para o cotidiano, isto não significa o fim da festa, mas a oportunidade de ver seus "echos"<sup>651</sup> ou sua ausência.

Para isso temos que saber das percepções do outro, dos destinatários a quem eram dirigidas as mensagens - alunos e seus pais. Como eles reagiam as estratégias e justificativas das atividades festivas impostas aos discentes. E o mais importante a ser questionado: por quais caminhos deveriam passar a escola para forjar o cidadão. Pois, as teorias aqui utilizadas - práticas e representações de Roger Chartier e o processo civilizador de Norbert Elias -, nos permitem afirmar que não há sujeitos passivos, muito menos, vitimizações. Existem apenas escolhas, feitas dentro daquilo que a escola permitia e a sociedade legitimava<sup>652</sup>. O que nem sempre resultava em um diálogo harmônico.

<sup>650</sup> ALMEIDA, Jaime de. Op. Cit. 1992. pp. 146-147. - (Coleção Jubileu).

<sup>651</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XIII, nº2725, Aracaju/Se. 30 de outubro de 1919. p. 1.

<sup>652</sup> VEIGA, Cynthia Greive. "Educação Estética para o Povo". In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3<sup>a</sup> Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 414.

Decerto, alguns cidadãos resistiram aos momentos festivos ou recreativos que a escola organizava. Posicionavam-se contra as estratégias e justificativas implementadas pelas instituições de ensino elementar, na incucalção de práticas civilizadas. De forma que o processo civilizador, pensado e elaborado pela Diretoria de InSTRUÇÃO PÚBLICA e sancionada pelos Presidentes de Sergipe<sup>653</sup>, era questionado por alguns pais ou comunidades em que o estabelecimento de ensino funcionava. Para os progenitores ou responsáveis, a cidadania passava por outros caminhos. Por sinal, bem mais curto e menos complexo - apenas saberem ler e escrever<sup>654</sup>.

Como a fiscalização era falha e os inspetores não cumpriam o seu papel<sup>655</sup>, a comunidade em que a escola estava alojada, sofria pressão para seguir outros caminhos. Delineando-se, desta forma, um projeto não oficial de forjar o cidadão. Um, que não incluía um modelo de práticas civilizadas a serem aprendidas, ou melhor, incorporadas pelos alunos dos grupos escolares sergipanos. Para tais indivíduos, as festas mostravam-se-iam apenas como uma atividade escolar sem importância<sup>656</sup>.

Ademais, a ausência de disciplina demonstrado pelos maus costumes e hábitos dos discentes, nos períodos entre festas, ressurgiam no cotidiano escolar<sup>657</sup>. Contudo, nas comemorações cívico-escolares e escolares, não houve relatos de indisciplina entre os anos de 1911 a 1930. Os ofícios enviados aos Diretores da InSTRUÇÃO PÚBLICA, declaravam, de forma uníssona, o bom andamento em que foram conduzidas as comemorações/celebrações. No máximo, os ofícios endereçados aos diretores da instrução, relatavam o não comparecimento de certos indivíduos nas escolas graduadas.

Dentre os comportamentos e hábitos abrangidos pelo decreto de 1924, estavam: os alunos não podiam conservar o chapéu na cabeça nas dependências do edifício; danificar as paredes, o mobiliário ou os utensílios da escola, riscando-os, seja com escritos ou desenhos, ou de qualquer outra forma. Tais discentes deveriam ser disciplinados conforme a sequência

---

<sup>653</sup> BENCOSTTA, Marcos Levy Albino. Op. Cit. 2006. pp. 299-321.

<sup>654</sup> Relatório enviado ao Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA pelo Delegado de Ensino [il.], Aracaju/SE. 22 de setembro de 1915. p. 4.

<sup>655</sup> Relatório enviado ao Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA pelo Delegado de Ensino [il.], Aracaju/SE. 22 de setembro de 1915. p.2; ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1919, ao Installar-se a 3º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915, p. 44.

<sup>656</sup> Relatório enviado ao Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA pelo Delegado de Ensino [il.], Aracaju/Se. 22 de setembro de 1915. p. 3

<sup>657</sup> Relatório Enviado pelo Diretor do Grupo Escolar Barão de Maroim, padre João Florêncio da Silva Cardoso, ao Diretor da InSTRUÇÃO PÚBLICA, Aracaju/Se. 02 de julho de 1924. p. 1.

punitiva nos artigos 302 a 307. Sendo que, seriam aplicadas as "penas"<sup>658</sup> estabelecidas com máxima prudência e moderação<sup>659</sup>.

Nesse texto de 1924, uma das funções da lei seria a punição. Através de uma progressão de penalidades impostas aos discentes, pretendia-se chegar a correção de maus comportamentos e hábitos. Mas com tantas estratégias sendo utilizadas pela escola - dentre elas as festas - para forjarem indivíduos que aderissem a certas práticas civilizadas, legitimadas no âmbito escolar, recorrer a ela só se fossem em último caso.

Michel Foucault, entende que as leis têm um caráter punitivo. Para o autor, elas servem para mostrar que o apenado pagou seu erro. Servindo de modelo para que outros não se aventurassem no cometimento de crimes, ou seja, o ato de infligir qualquer lei, mesmo a de uma escola. Além do mais, esperava-se que os indivíduos sentissem as consequências de suas ações e se corrigissem<sup>660</sup>.

Sim, a lei tem esse caráter punitivo. Entretanto, esta parte não interessa à nossa pesquisa. Temos que tentar ler o que o documento não diz, pelo menos de forma explícita. Buscarmos entender para além de sua função visível produzido nos textos legais. Algo que contribua à percebemos aquele ambiente entre festas: o retorno ao cotidiano. Momento em que as ocorrências habituais aconteciam, e, pelos quais, as comemorações cívico-escolares e escolares tentavam erradicar.

Compreendemos que ao abranger certas práticas no ambiente escolar, proibidos pelos decretos, já demonstravam o que era corriqueiro nos grupos escolares. Decerto, muitos desses artigos envolviam a ideia de preservação do patrimônio público, incutido pelas palavras de ordem nas festividades, como civismo e patriotismo. Pois, ao serem as comemorações realizadas em determinados espaços, construíam uma representação de sagrada e consagração que poderiam fazer com que alguns alunos ou seus pais, aderissem a proposta do modelo civilizador, veiculado pelas festas. Ou para outros, durar por apenas algumas horas, enquanto o evento não terminasse - os resistentes ao processo civilizador<sup>661</sup>.

Mas não eram apenas com o patrimônio físico dos edifícios que as comemorações cívico-escolares e escolares trabalhavam. Elas também tentavam diferenciar o tempo escolar,

<sup>658</sup> ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1924**. Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p. 73.

<sup>659</sup> Ibidem. pp. 73-74.

<sup>660</sup> FOUCAULT, Michel. "A Punição Generalizada". In: \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. pp. 91-92.

<sup>661</sup> VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. "Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da escola Primária no Brasil". In: \_\_\_\_\_ (Orgs.). **As Lentes da História**: Estudos de História e Historiografia da Educação no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. pp. 69-70.

das instituições governamentais ou das empresas - o tempo civilizado - do tempo natural, conduzido pelas atividades no campo, do agricultor. E portanto, inserido num cotidiano mais lento. Gestado por momentos de plantação, colheita e da separação de um dia, ou mais da semana, para vender na feira o produto da terra.

Como resultado, em muitas escolas sergipanas do interior, alguns alunos não compareciam às aulas em certos dias. Principalmente, quando referiam-se nos fins de semana: sábados. O motivo eram as feiras realizadas nas respectivas localidades. Tendo-se que observar que os feriados cívicos poderiam ser comemorados em tais períodos<sup>662</sup>- inclusive nos domingos. Para tanto, o delegado regional do ensino, Florival de Oliveira, intentava manter a regularidade das atividades escolares, ao propor que fossem assinaladas as faltas dos discentes que não comparecessem<sup>663</sup>.

Estes foram os herdeiros das antigas escolas isoladas. Nelas, as atividades escolares adaptavam-se a vida da comunidade em que estivessem sediadas. O tempo era organizado segundo a conveniência dos professores e alunos, devendo se atentar em observar os costumes locais. Desta maneira, a educação ofertada por esses estabelecimentos de ensino, não agiam como uma instituição que possibilitasse a mudança, ao contrário, elas conformavam-se com *status quo* existente<sup>664</sup>.

De feita que os grupos escolas tinham que tentarem sobrepujar o tempo existente na localidade legitimado o escolar, ou seja, o tempo civilizado. Sendo que a regularidade dos festejos cívico-escolares e escolares deveria ser mantida, independentemente, do dia em que caíssem os feriados cívicos. Assim, as festas entravam em conflito com o cotidiano da comunidade, pois muitos dos discentes ajudavam os pais nas feiras ou em outras atividades nos fins de semanas<sup>665</sup>. Consequentemente, elas buscavam imprimir o ritmo das escolas graduadas no Estado, ao enfrentar hábitos e costumes tradicionais de certa sociedade que se chocavam com o tempo civilizado dos estabelecimentos de ensino.

Como concebe Roger Chartier, nas práticas e representações, há lutas dos grupos em disputa para imporem suas visões de mundo. E foi o que os grupos escolares sergipanos fizeram, por meio de estratégias e justificativas, organizaram festas cívico-escolares e escolares para combaterem costumes e hábitos vigentes na sociedade<sup>666</sup>. As comemorações/celebrações

<sup>662</sup> Relatório enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Delegado de Ensino [il.], Aracaju/Se.22 de setembro de 1915. p. 4.

<sup>663</sup> Relatório Enviado ao Diretor da Instrução Pública, pelo Delegado Regional do Ensino, Florival de Oliveira, Carira/Se. 01 de junho de 1927. p. 1.

<sup>664</sup> VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Op. Cit. 2005. p. 54.

<sup>665</sup> Ibidem. p. 2.

<sup>666</sup> Ibidem. pp. 42;53

perpassavam durante todo o ano. Sejam pelos feriados nacionais e estaduais ou nos festejos escolares.

Assim, percebemos resistências a algumas práticas ensinadas no seio escolar. Elas, vinham dos pais de alunos que entendiam que certos movimentos causavam constrangimento de serem feitos na frente dos meninos. Diziam eles, que saltos e ginásticas fomentavam a sexualidade dos discentes, principalmente nas aulas mistas. Era em nome da moralidade que se mostravam contra, tanto nos recreios como em momentos festivos, tais apresentações. Sendo alvo de protestos veementes por parte de seus responsáveis<sup>667</sup>. Para estes, a escola deveria construir outras atividades que expusessem menos seus filhos e mantivessem a separação entre meninos e meninas. Em resposta, aos progenitores, afirmava o Delegado Geral do Ensino:

Mal sabem elles que a educação phisica da mocidade, por meio de jogos e desportos commedidos, seriam a prophilaxia da sexualidade precoce, evitando as perversões [...] proporcionando uma melhor saude phisica e moral ao individuo<sup>668</sup>.

Forjar o cidadão republicano civilizado, passava por exercícios físicos, ginásticas etc. Pois, os alunos dos grupos escolares sergipanos, nas festividades, desenvolviam essas atividades. Elas intentavam legitimar o que se praticava no cotidiano escolar. Mostrando a execução de movimentos belos, harmônicos e precisos. Práticas que proporcionavam gestos e posturas tidas como civilizadas. E para as quais, encontrava a resistência dos pais ou responsáveis.

Para o delegado geral do ensino, a ignorância deles, os faziam desconhecer os benefícios da educação física. Sendo que a preocupação com a sexualidade precoce e a moral, não era tida por ele como justificativa. Visto que, tais exercícios, prevenia-os desses males. Propiciando-lhes, um melhor controle de seus corpos e pulsões. De forma que forjar o cidadão se dava por meio de uma boa saúde física, moral, mental e de hábitos e comportamentos civilizados.

Doravante, as escolas sergipanas intentavam regenerar os alunos, e com eles, a sociedade. Tornando-os saudáveis, disciplinados e produtivos. Eis o que se esperava da educação no Estado. Em torno dela, criou-se uma representação de civilidade que os salvaria da barbárie de hábitos e costumes em que muitos se encontravam<sup>669</sup>. Sua estratégia, incluía uma

---

<sup>667</sup> Relatório enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Delegado de Ensino [il.], Aracaju/Se.22 de setembro de 1915. pp. 3-4.

<sup>668</sup> Ibidem. p. 4.

<sup>669</sup> VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Op. Cit. 2005. p. 10.

série de atividades que seriam realizadas por meio das festas. Nestas, deveriam ser legitimadas as práticas e representações do cotidiano escolar.

Por outro lado, alguns alunos dos grupos escolares sergipanos, também resistiram as práticas legitimadas e propaladas pelos festejos cívico-escolares e escolares. Preferiam brincar de "batebola"<sup>670</sup> a aceitarem o que era (re)produzido, distribuído e consumido por meio das comemorações/celebrações. Por vezes, ficavam nas calçadas ou fora dos estabelecimentos de ensino a fazer algazarras nas ruas - infelizmente, o documento, não especificou quais eram<sup>671</sup>.

Contudo, compreendemos que o decreto de 1924, nos dá uma pista dessas algazarras nas ruas. Pois, descrevia o cuidado que os alunos deveriam ter com o patrimônio escolar. Mesmo referindo-se as ações de discentes no interior desses estabelecimentos, não podemos deixar de notar que muitas proibições tinham como referência, fatos ocorridos longe de seus muros.

Parece-nos que as atitudes manifestavam-se também no lado de fora dos edifícios das instituições de ensino. Os alunos ficavam nas calçadas das residências particulares ou públicas, a brincarem, de forma a prejudicar, ou melhor, depredarem esses locais: riscando com pedra ou carvão, figuras ou palavras obscenas; atiravam moedas e pedras nas paredes, danificando-as, dando prejuízo aos proprietários<sup>672</sup>. Brincadeiras nada inocentes, que desconsideravam o civismo e patriotismo ensinado nos festejos cívico-escolares e o estímulo dado nas festas escolares.

Por isso que as comemorações escolares de fim de ano, divulgavam os alunos aprovados e premiados. Recebendo prêmios os que eram considerados aptos e se destacavam. Sendo analisado através das notas e comportamentos nas aulas os que melhor recepcionaram as práticas e representações no âmbito escolar. Seja através de atividades realizadas ou dos conhecimentos incorporados. Nelas, apresentavam-se os resultados alcançados pela escola: o cidadão civilizado republicano.

---

<sup>670</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XVII, nº47, Aracaju/Se. 28 de novembro de 1923. p. 1.

<sup>671</sup> Idem.

<sup>672</sup> CORREIO DE ARACAJU. Anno XVII, nº23, Aracaju/Se. 29 de outubro de 1923. p. 1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da nossa pesquisa chegamos a algumas conclusões. Elas não são definitivas, e nem pretendem. Pois debruçamo-nos sobre um estudo com pouquíssimas referências bibliográficas para Sergipe. E algumas delas, apenas reproduziam as representações de uma história produzida a partir do Estado de São Paulo. Mais precisamente dos Trabalhos da pesquisadora Rosa Fátima de Souza<sup>673</sup>.

Em nosso trajeto de pesquisa, exercitamos o diálogo com as produções paulistas e com a dos outros Estados. Aproximamos as festas ao compreendemos que era propício fazer, e se distanciamos quando almejamos analisar as características locais dos festejos realizados em Sergipe. Assim, por meio de semelhanças e diferenças podemos melhor entender como elas aconteciam no Estado através do método comparativo.

Diferente de outros entes federativos, Sergipe em seu percurso festivo e de vários tipos de festas (festas cívicas, festas cívico-escolares e festas escolares) tendeu a altos e baixos na realização de suas comemorações. Houve momentos de praticamente cessarem suas celebrações, bem como teve seu período de euforia, sendo-lhe caracterizado como em constante movimento. Podendo mudar ao sabor das situações: políticas, econômicas, sociais entre outros.

Como fizemos questão de destacar no primeiro capítulo, *Sergipe não Foi uma Ilha: Estratégias e Justificativas Utilizadas nas Festas Civilizatórias a Partir de 1911 - Seus Usos e Sentidos*, não havia nas comemorações cívicas, anteriores a 1911, a presença de uma escola atuante. Quando crianças eram convocadas para fazerem alguma participação, os indivíduos ilustres e a imprensa sergipana, destacavam que seriam meninos e/ou meninas que estavam no palco da festa. Levando-nos a concluir, que as escolas isoladas enquanto Instituição de ensino no Estado não existia nesses eventos.

Passado esse momento de invisibilidade, entendemos que as festas cívico-escolares em Sergipe podem ser classificadas em três fases: o primeiro período compreende 1911 (implantação dos grupos escolares) a 1916. Momento em que elas começavam acontecer com mais frequência em comparação aos anos anteriores. Sendo que a presença e participação dos alunos do ensino primário - principalmente dos grupos escolares - tornavam-se mais frequente em tais festejos.

---

<sup>673</sup> Cf.: SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

A segunda fase começa em 1917 e vai até 1922, nesse intervalo as escolas públicas de ensino primário começavam a desfilar junto com os batalhões militares (a parada cívico-militar). Neste período as comemorações eram realizadas com grande pomosidade e com regularidade, ganhando por isso muita repercussão nos jornais do Estado. Elas aconteciam, geralmente, em torno do Palácio do Governo, na praça Fausto Cardoso. Levando os indivíduos da capital e do interior sergipano a se deslocarem para o centro de Aracaju.

Na terceira fase, 1923 a 1930, as festas cívicas realizadas nas ruas voltavam ao seu patamar anterior a 1911 - ou pior. As comemorações, simplesmente, não foram realizadas em determinados anos; em outros, limitavam-se a apenas ao hasteamento das bandeiras pelas Instituições públicas (Exército, escolas, repartições públicas etc.). Ritual por demais simplório se comparado ao que anteriormente se organizavam.

Ademais, o que perduravam por parte dos jornais sergipanos era o silêncio. Não foram publicadas nenhuma nota sobre o declínio de tais festejos em Sergipe. Nos anos anteriores a 1911, apesar do marasmo da organização dos eventos cívicos, eram recorrentes, através da imprensa, a exigência de sua realização. Após 1922, noticiavam-se as comemorações cívicas de Salvador/Ba ou do Rio de Janeiro - uma situação que aguçou nosso estranhamento.

Seu declínio coincidiu com a posse de Graccho Cardoso a Presidente de Sergipe. Enquanto esteve à frente da Administração não foram realizadas nenhuma festa imponente ou que repercutiu nos Jornais do Estado - excetos as inaugurações dos grupos escolares. O mais provável seria que durante o seu governo elas não aconteceram, visto que notícias eram publicadas informando sobre o hasteamento das bandeiras, e isso, quando ocorriam.

Estranhamente, o Presidente de Sergipe não estimulava ações para a revitalização das solenidades. Ao invés disso, ele se aproximava cada vez mais da Igreja Católica, por meio de negociações com bispo de Aracaju, d. José Thomas. Nesse período, Graccho Cardoso empreendeu várias contribuições ao catolicismo no Estado. Mais do que uma opção religiosa, acreditamos que almejava se apoiar na liderança católica sergipana. Afinal, seu governo enfrentava uma série de dificuldades: eram conflitos, insatisfação com a sua administração, revoltas entre outros.

Em meio a tantos acontecimentos, compreendemos que a medida mais importante tomada em seu governo foi a reforma da instrução de 1924. Nela, Graccho Cardoso decretava para as escolas públicas de ensino primário, a obediência a todos os dias santificados, sendo que a partir daquele momento os estabelecimentos de instrução deveriam cessar suas aulas. Com isso ele rompeu a limitações imposta durante a Primeira república aos feriados religiosos. Visto que esses, de modo geral, restringiam-se às celebrações das Semanas Santas.

Decerto, como defendemos nessa pesquisa, no civismo ensinado na disciplina de educação moral e cívica, já haviam premissas religiosas difundidas pelos programas escolares que orientavam os professores do ensino primário público. E como era sabido, a Igreja compreendia que a formação do cidadão passava por concepções cristãs. Fazendo serias críticas a uma certa concepção de pensar o indivíduo: incutindo-lhes apenas saberes, sem ensiná-los preceitos morais, religiosos, e saber diferenciar o justo e o injusto.

Se foi a intenção de Graccho Cardoso ou não, acabou legalizando e incentivando ainda dos alunos dos grupos escolares as Igrejas nos feriados religiosos. Medida por demais estranha, pois ela aconteceu num momento em que as festas cívicas quase não eram realizadas em Sergipe. Outorgando parcela da responsabilidade de forjar o cidadão, as atividades festivas daquela Instituição religiosa.

Seu sucessor na Presidência não empreendeu medidas a fim de revitalizá-las. As festas cívicas de ruas continuavam no marasmo que as recebeu Manoel Corrêa Dantas da administração de Graccho Cardoso. Somente no final de seu governo (1929), elas deram sinais de que estavam ressurgindo no cenário sergipano. Em 1930, Dantas, afirmava do retorno das comemorações como algo já estabelecido no Estado<sup>674</sup>.

Em vez disso, suas preocupações voltavam-se para as comemorações cívico-escolares realizadas nos estabelecimentos de ensino primário de instrução pública. O projeto de revitalização implementado por ele em 1927, alcançou os objetivos esperados. Durante seu governo, os feriados cívicos eram realizados com regularidade. Fossem as comemorações organizadas de forma simples ou mais elaboradas, elas não deixavam de acontecer nos grupos escolares.

Se pensarmos em estratégias para fortalecer as festas, proporcionando a oportunidade de forjar o cidadão republicano civilizado e formar a nação, elas aconteceram também de 1911 a 1922. Lembremos que logo após as comemorações, eram incentivadas a realização de kermesses, guerra de confetes, partida de match de foot-ball, matinée dançante, manifestações folclóricas<sup>675</sup> com o fim de atrair um maior número de espectadores a esses eventos.

---

<sup>674</sup> ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado. Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1930. p. 30.

<sup>675</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno II, nº489, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1912. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno III, nº775, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1913. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno V, Nº1304, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1915. p. 2; DIARIO DA MANHÃ. Anno VI, nº1625, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1916. p. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno X nº2133, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1917. p. 1; DIARIO DA MANHÃ. Anno VIII, nº2138, Aracaju/Se. 10 de setembro de 1918. 1; CORREIO DE ARACAJU. Anno XV, nº3507, Aracaju/Se. 16 de setembro de 1922. pp. 1-2.

Pelo que pudemos apurar, tornou-se uma situação típica das festas cívicas sergipanas: comemorações republicanas convivendo com divertimentos que na contramão do Estado de São Paulo, eram criticadas. Mesmo com tal aproximação, elas não permitiam que em seu espaço figurassem discursos que lhes incomodassem. O que chegou a acontecer com o grupo folclórico cablocos e lambesujos que foram marginalizados por representarem práticas não condizente com o estado de civilização dos sergipanos<sup>676</sup>.

O mais importante é que conseguimos provar que os Presidentes de Sergipe, Diretores da Instrução Pública, Diretores de Grupos Escolares e outros, sabiam da capacidade das festas para imporem práticas e representações aos alunos dos grupos escolares e ao público em geral. Sendo que por meio delas foram veiculadas estratégias e justificativas para a construção de visão de mundo.

Assim, compreendemos que houve uma tentativa de imposição de práticas e representações civilizadas aos alunos dos grupos escolares sergipanos por meio das festas. Em seus espaços compareciam pais, parentes, amigos e demais espectadores as quais as encenações também se destinavam. Sendo que os indivíduos podiam aceitarem ou resistirem ao que lhes eram apresentados.

Porquanto, nesse trabalho mostramos que não houve vitimizações ou passividade frente as imposições das autoridades estatais sergipanas (Presidentes de Sergipe, Diretores de Instrução Pública etc.). Com tal intuito, afirmamos que o modelo de cidadão a ser forjado pelas comemorações, sofreram resistências por parte de alguns pais. Eles não consentiam com um projeto tão elaborado de indivíduos civilizados a serem inseridos na sociedade.

Sendo assim, no período em estudo, temos dois projetos de cidadãos. O primeiro, era imposto pelas autoridades estaduais a sociedade sergipana. Bem mais complexo, passava por premissas como civismo, patriotismo, práticas civilizadas entre outras. Tais palavras de ordem seriam aprendidas nos grupos escolares e legitimadas nas comemorações cívicas, por meio de exercícios militares, ginásticas, entoação de hinos, discursos, recitações de poesias, passeatas cívicas dentre outros.

No segundo projeto, percebemos a pressão da comunidade local para que as escolas fizessem com que o modelo de forjar o cidadão fosse mais simples. Elas queriam que seguissem a Constituição Federal do Brasil, apoiados nos seguintes critérios: tinha que ser maior de 21

---

<sup>676</sup> DIARIO DA MANHÃ. Anno V, nº1342, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1915. p. 1. A apresentação do grupo folclórico lambesujos e cablocos foi duramente marginalizada. Chegaram a declarar que as festas cívicas não combinavam com manifestações de práticas afrodescendentes. O Brasil já tinha passado da fase escravista, afirmava o jornal. Ele deveria olhar para o futuro, para costumes mais civilizados.

anos e precisava saber ler, escrever entre outras coisas. Com este intuito, as comunidades em que estavam os estabelecimentos de ensino primário, fizeram imposições para que esse referencial, menos elaborado, fosse adotado.

O que nos levou a entender que apesar de uma grande quantidade de analfabetos e de baixa instrução, eles sabiam interpretar - mesmo que pouco - aquele texto legal, e os usava como referência ao fazerem suas imposições. Por algumas vezes, fomos capazes de ver esse embate sendo travado nas escolas de ensino primário e outras, nas festas. Era um jogo que comportavam a dualidade de vontades. Dependendo do resultado, os festejos cívico-escolares e escolares teriam que se reinventarem.

Com relação aos alunos das escolas graduadas, não temos informações de trabalhos acadêmicos que se debruçassem sobre a resistência das crianças (7 a 14 anos) na Primeira República no Brasil ou em Sergipe. Talvez porque a historiografia, até o momento, as tenham tratado como seres com quase nenhuma possibilidade de desvendar as imposições que lhes eram feitas. Sendo hegemônico as produções universitárias que compreendem o processo civilizador como algo certo.

Seja como for, entendemos que alguns deles também resistiram as práticas (comportamentos, hábitos, gestos etc.) e representações (conhecimentos a ser construídos) ensinadas e legitimadas pelas festas cívico-escolares e escolares sergipanas. Pois, ao depredarem o patrimônio público, utilizarem o horário de aula para outros fins que não as atividades escolares dentre outras formas de resistências e, nas quais, não trabalhamos, acabaram agindo diversamente do civismo e patriotismo que lhes foram ensinados. Desconsiderando até mesmo os estímulos outorgados nas festividades escolares - festas de férias - para aqueles que se dedicavam e aderissem ao projeto de forjar o cidadão republicano civilizado.

Assim, nossa compressão das festas mostrou-se profícuo. Pois elas, são como um "fato social total", estando em jogo vontades sociais, práticas e representações em processo de legitimação e reconstrução. Investimentos políticos e a produção de novos sentidos: nos símbolos, signos, arte etc. Decerto, mais do que expressar, constituem momentos cruciais de imposição, de enfrentamento, de conflito colocado em cena pelos diversos grupos que a utilizam<sup>677</sup>.

Terminamos esse texto, reafirmando que elas tinham muitas semelhanças com as festas paulistas. Entretanto, seguiram seu próprio curso em Sergipe. Não gozaram e nem tornaram-se

---

<sup>677</sup> ALMEIDA, Jaime de. "Festa e História na América Espanhola e no Caribe". In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 146-147. - (Coleção Jubileu).

tão espetaculosas ou regulares suas comemorações como suas congêneres do sudeste do país. Naquele pequeno Estado, sofreram as influências econômicas, políticas, religiosas, sociais etc. - comum aos demais entes federativos -, fazendo com que tivesse uma história local que lhe fosse própria.

Assim, ao usarmos o método comparativo para fazermos tal afirmação, não estamos concluindo com isso que não existiu espetáculos bem organizados em Sergipe. Houve sim, e como mostramos no percorrer de nossa pesquisa, envolviam diversos indivíduos e Instituições para abrilhantar e legitimar as festas e seu projeto republicano. Se elas foram bem sucedidas, acreditamos que nosso trabalho também respondeu a esse questionamento - não foi um projeto vitorioso, mas também não foi totalmente um fracasso.

Além dos mais, estamos cientes das limitações de se usar o método comparativo: comparar Estados bem mais desenvolvidos economicamente, com mais anos de existência e que realizavam as comemorações cívico-escolares e escolares desde os primeiros anos da Proclamação da República com um outro ente federativo que não gozava dos mesmos privilégios, seria desconsiderar a alteridade histórica.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas para se organizar uma festa nas ruas ou nos grupos escolares, elas aconteciam. Haja visto a sua irregularidade no percurso que fizemos de 1911 a 1930, em que percebemos seu crescimento (1911-1916), seu auge (1917-1922), seu declínio (1923-1930) e posteriormente a volta delas. O que demonstrava a peculiaridade das festividades em terras sergipanas, pois mesmo no período em que estavam estagnadas, elas ocorriam através de passeatas cívicas, organizadas de forma individual pelas escolas graduadas.

## FONTES

### I - IMPRESSAS:

#### a) Decretos, Legislação, Mensagens, Programas e Regulamentos

Caixa Escolar fundada em 1º de junho de 1917. **Estatuto da Caixa Escolar Rodrigues Dória.** 19 de junho de 1917.

COTEGIPE, Barão de. **Breve Notícia do Estado Financeiro das Províncias.** Rio de Janeiro: Impressa Nacional, 1887.

Constituição da República dos Estados unidos do Brasil (24 de Fevereiro de 1891). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em 02 de Novembro de 2013.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1911.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1912.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1914.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1915.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1916.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe.

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1923.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe. p

ESTADO DE SERGIPE. **Collecção de Leis e Decretos de 1924.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe.

ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe José Joaquim Pereira Lobo Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1919, ao Installar a 3ª Sessão Ordinária da 13ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1910.

ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1911, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 10º Legislatura, pelo Sr. Dr. José Rodrigues da Costa Doria, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1911.

ESTADO DE SERGIPE. **Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1912, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 11º Legislatura, pelo General Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1912.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1913, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 11º Legislatura, pelo Dr. General José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1913.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 8 de Julho de 1914, ao Installar-se a Sessão Extraordinaria, pelo Sr. Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1914.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem do Presidente de Sergipe, Manuel P. de Oliveira Valladão, Dirigida á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1915, Por occasião da abertura da 2º sessão Ordinária da 12º Legislatura.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1915.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1917, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1917.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1918, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 13º Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1918.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1920, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1920.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1921, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 14º Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1921.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1923, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1923.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem do presidente do estado de Sergipe Maurício Graccho Cardoso dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1924, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 15ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1924.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembleia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1925, ao Installar-se a 3º Sessão Ordinária da 15º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1925.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada á Assembléia Legislativa de Sergipe, em 7 de Setembro de 1926, ao instalar-se a 1º Sessão Ordinaria da 16º Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1926.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem do Presidente do Estado de Sergipe Manoel Corrêa Dantas Dirigida à Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de Setembro de 1927, ao Installar a 2ª Sessão Ordinária da 16ª Legislatura.** Aracaju: Imprensa Official, 1927.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1929, ao Installar-se a 1º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1929.

**ESTADO DE SERGIPE. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, em 7 de setembro de 1930, ao Installar-se a 2º Sessão Ordinária da 17º Legislatura, pelo Sr. Manoel Corrêa Dantas, Presidente do Estado.** Aracaju: Typ. do "Estado de Sergipe", 1930.

**FREIRE, Felisbello. As Constituições dos Estados e a Constituição Federal.** Rio de Janeiro/RJ: Imprensa Nacional, 1898.

**LOBO, Aristides.** "Pronunciamento de Aristides Lobo Sobre a Proclamação da República (15 de Novembro de 1889)". In.: **AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo (orgs.). Textos Políticos da História do Brasil - vol.III.** 3ºed. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 103-104.

**Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1912.

**Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1915.

**Programma para o Curso Primário nos Grupos Escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1916.

**Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1917.

**Programma para o Curso Primario nos Grupos escolares e escolas Isoladas do Estado de Sergipe.** Aracaju: Typ. do Estado de Sergipe, 1924.

**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. Mensagem do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil Nilo Peçanha ao Congresso Nacional, na Abertura da Segunda Sessão da Sétima Legislatura.** Rio de Janeiro. 03de Maio de 1910, Rio de Janeiro.

**REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL.** "Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890". In.: **OCTAVIO, Rodrigues. As Festas Nacionaes.** F Briguiet&C Editores, 1893.

**POMPÉIA, Raul.** " A Mocidade Brasileira Para que Aprenda a Significação dos Dias que a República Manda Guardar ". In.: **OCTAVIO, Rodrigo. Festas Nacionaes.** Rio de Janeiro: F Briguiet&C Editores, 1893. pp. I-XXIII.

### **b) Jornais**

**ALMANAK LAEMMERT. Almanak Laemmert para o ano de 1911-1912.** Rio de Janeiro: Editado nas Officinas Typographicas Almanaque Laemmert, 1911.

**A RAZÃO. A Razão.** Anno XVI, nº36, Estânciac/SE. 12 de setembro de 1909.

- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº03, Estancia/SE. 23 de janeiro de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº16, Estancia/SE. 24 de abril de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº28, Estancia/SE. 24 de julho de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº34, Estancia/SE. 04 de Setembro de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº35, Estancia/SE. 11 de setembro de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº32, Estancia/SE. 21 de Agosto de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº41, Estancia/SE. 23 de outubro de 1910.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº23, Estancia/SE. 12 de junho de 1912.
- \_\_\_\_\_. **A Razão**. Anno XVII, nº45, Estancia/SE. 20 de novembro de 1910.

CORREIO DE ARACAJU. **Correio de Aracaju**. Anno V, nº588, Aracaju/SE. 18 de Agosto de 1911.

- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XII, nº1626, Aracaju/SE. 03 de dezembro de 1911.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XVI, nº775, Aracaju/SE. 20 de novembro de 1912.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno VII, nº 1035, Aracaju/SE. 20 de novembro de 1913.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno VIII, nº1318, Aracaju/SE. 21 de novembro de 1914.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno IX, nº 1600, Aracaju/SE. 19 de novembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno IX, nº1601, Aracaju/SE. 20 de novembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XI, nº 2083, Aracaju/SE. 10 de julho de 1917.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno X, nº2131, Aracaju/Se. 06 de setembro de 1917.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno X, nº2133, Aracaju/SE. 09 de setembro de 1917.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XI, nº14256, Aracaju/SE. 21 de novembro de 1917.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XI, nº2414, Aracaju/SE. 10 de setembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XIII, nº2490, Aracaju/SE. 22 de dezembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XIII, nº2725, Aracaju/SE. 30 de outubro de 1919.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno VIII, nº2742, Aracaju/SE. 21 de novembro de 1919.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju**. Anno XIII, nº2720, Aracaju/SE. 23 de novembro de 1919.

- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XIII, nº2853, Aracaju/SE. 16 de abril de 1920.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XIII, nº2.914, Aracaju/SE. 09 de julho de 1920.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XV, nº3434, Aracaju/SE. 12 de agosto de 1922.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XV, nº3502, Aracaju/SE. 10 de setembro de 1922.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XV, nº3507, Aracaju/SE. 16 de setembro de 1922.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XIX, nº3562, Aracaju/SE. 25 de novembro de 1922.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XVII, nº23, Aracaju/SE. 29 de outubro de 1923.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XVII, nº47, Aracaju/SE. 28 de novembro de 1923.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XX, nº314, Aracaju/SE. 22 de novembro de 1926.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XX, nº324, Aracaju/SE. 03 de dezembro de 1926.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XXIII, nº1209, Aracaju/Se. 26 de outubro de 1929.
- \_\_\_\_\_. **Correio de Aracaju.** Anno XXIII, nº1454, Aracaju/Se. 09 de setembro de 1930.
- DIARIO DA MANHÃ. **Diário Da Manhã.** Anno II, nº489, Aracaju/SE. 26 de outubro de 1912.
- \_\_\_\_\_. **Diario Da Manhã.** Anno II, nº505, Aracaju/SE. 17 de novembro de 1912.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno III, nº775, Aracaju/SE. 26 de outubro de 1913.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno IX, nº944, Aracaju/SE. 06 de junho de 1914.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno V, nº1342, Aracaju/SE. 26 de outubro de 1915.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno V, nº1304, Aracaju/SE. 10 de setembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno V, nº1358, Aracaju/SE. 17 de novembro de 1915.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno VI, nº1625, Aracaju/SE. 26 de outubro de 1916.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno VI, nº1641, Aracaju/SE. 17 de novembro de 1916.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno XVI, nº2133, Aracaju/SE. 03 de setembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno VIII, nº2138, Aracaju/SE. 10 de setembro de 1918.
- \_\_\_\_\_. **Diário Da Manhã.** Anno V, nº1342, Aracaju/SE. 26 de outubro de 1926.

DIARIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. **Diário Official do Estado de Sergipe.** Anno XX, nº1236, Aracaju/SE. 24 de maio de 1923.

\_\_\_\_\_. **Diário Official do Estado de Sergipe**. Anno XX, nº1437, Aracaju/SE. 15 de abril de 1923.

\_\_\_\_\_. **Diário Official do Estado de Sergipe**. Anno V, nº1261, Aracaju/SE. 16 de março de 1924.

**FOLHA DE SERGIPE. Folha de Sergipe**. Anno XVII, nº129, Aracaju/SE. 16 de agosto de 1908.

\_\_\_\_\_. **Folha de Sergipe**. Anno XIX, nº325, Aracaju/SE. 28 de julho de 1910.

\_\_\_\_\_. **Folha de Sergipe**. Anno I, nº 1, Aracaju/SE. 15 de novembro de 1890.

\_\_\_\_\_. **Folha de Sergipe**. Anno I, nº 2, Aracaju/SE. 20 de novembro de 1890.

**GAZETA DE SERGIPE. Gazeta De Sergipe**. Anno I, nº 41, Aracaju/SE. 19 de fevereiro de 1890.

**JORNAL A NOITE. Jornal a Noite**. Anno IX, nº2758, Rio de Janeiro/RJ. 17 de agosto de 1919.

**SERGIPE JORNAL. Sergipe Jornal**. Anno XIII, nº1278, Aracaju/SE. 24 de novembro de 1922.

\_\_\_\_\_. **Sergipe Jornal**. Anno XI, nº1226, Aracaju/SE. 25 de novembro de 1925.

**O ESTADO DE SERGIPE. O Estado de Sergipe**. Anno XIII, nº 3.506, Aracaju/SE. 05 de março de 1911.

\_\_\_\_\_. **O Estado de Sergipe**. Anno XVI, nº4722, Aracaju/SE. 09 de setembro de 1915.

**O JORNAL. O Jornal**. Anno II, nº562, Maranhão/MA. 28 de setembro de 1916.

**O MALHO. O Malho**. Anno X, nº466, Rio de Janeiro/RJ. 19 de agosto de 1911.

\_\_\_\_\_. **O Malho**. Anno XIII, nº633, Rio de Janeiro/RJ. 31 de outubro de 1914.

\_\_\_\_\_. **O Malho**. Anno XVI, nº757, Rio de Janeiro/RJ. 17 de março de 1917.

\_\_\_\_\_. **O Malho**. Anno XXII, nº1090, Rio de Janeiro/RJ. 04 de agosto de 1923.

### c) Livros, Revistas, Artigos, Monografias

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo (orgs.). **Textos Políticos da História do Brasil** - vol.III. 3ºed. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

**REVISTA A ESCOLA**. Anno I, nº I, São Paulo/SP. 14 de fevereiro de 1904.

ANDRADE, Mário. **Macunaíma, o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Círculo do Livro, 1992.

ASSIS, Machado. **O Alienista**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

\_\_\_\_\_. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 1994.

BARBOSA, Rui. "Plataforma de Rui Barbosa, como candidato à Presidência da República (15 de janeiro de 1910)". In.: AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo (orgs.). **Textos Políticos da História do Brasil** - vol.III. 3ºed. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. pp. 598-604.

CABRAL, Mário. **Roteiros de Aracaju**. 3º ed. Aracaju: Banese, 2001.

CARA, Salete de Almeida (Org.). **Machado de Assis**. Direção: Edla Van Steen; seleção de Salete Almeida Cara. 2º ed. São Paulo: Global, 2006. - (Coleção Melhores Crônicas).

CUNHA, Euclides da. **Contrastes e Confrontos**. Rio de Janeiro, Record, 1975.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões**. Introdução: M. Cavalcanti Proença. São Paulo: Editora Saraiva, 2011. - (Coleção Saraiva de Bolso).

DÉDA, José de Carvalho. "Papa-Jaca". **Brafáias e Burundangas do Folclore Sergipano**. Sergipe: Gráfica Editora, 2008.

FONTES, Amando. **Os Corumbas**. 25ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

FREIRE, Felisbelo. "Notícias Sobre a proclamação da República". **Revista de Aracaju**. Aracaju, nº4, pp. 164-165, 1951.

LOBO, Aristides. "Pronunciamento de Aristides Lobo Sobre a Proclamação da República (15 de Novembro de 1889)". In.: AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo (orgs.). **Textos Políticos da História do Brasil** - vol.III. 3ºed. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 90-103.

POMPÉIA, Raul. "A Mocidade Brasileira Para que Aprenda a Significação dos Dias que a República Manda Guardar". In.: OCTAVIO, Rodrigo. **Festas Nacionaes**. Rio de Janeiro: F Briguiet&C Editores, 1893. pp. I-XXIII.

REIS, Malvino. **Agonia do Povo e os Funeraes da Republica**. Typ do "Jornal do Comercio" de Rodrigues e C. Rio de Janeiro, 1899.

#### **d) Relatórios dos Inspetores e Delegados do Ensino e Diretores de grupos Escolares**

**Relatório Apresentado ao Exm. Senhor Desembargador Guilherme de Souza Campos, pelo Director da Instrução e da Eschola Normal, Padre Possidonio Pinheiro da Rocha**. Aracaju/Se. 15 de agosto de 1907.

**Relatório do Inspetor Geral do Ensino João Esteves da Silveira Dirigido ao Excellentíssimo Director da Instrução Publica**. Aracaju/Se. 23 de Julho de 1913.

## **II - MANUSCRITAS:**

#### **a) Ofícios Expedidos pelos Diretores dos Grupos Escolares**

**Offício enviado pelo Grupos Escolar Modelo ao Diretor da Instrução Pública, o Cônego Francisco Gonçalves Lima.** Aracaju/Se. 22 de setembro de 1913.

**Officio Enviado ao Director da Instrução Publica, pela Directora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes.** Aracaju/Se. 18 de novembro de 1926.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Directora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes.** Aracaju/Se. 21 de abril de 1927.

**Offício Enviado ao Director da Instrução Pública pela diretora do Grupos Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes.** Aracaju/Se. 28 de abril de 1927.

**Offício enviado ao Director Geral da Instrução Pública de Sergipe pela Directora do Grupo Escolar José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes.** Aracaju/Se. 19 de março de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Directora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes.** Aracaju/Se. 22 de março de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Directora do Grupo José Augusto Ferraz, Maria Amelia Fontes.** Aracaju/Se. 25 de maio de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos.** Aracaju/Se. 08 de setembro de 1927.

**Officio Enviados ao Sr. Orlando Bittencourt, Delegado Fiscal em Sergipe, pelo padre, Arthur Alfredo Passos, diretor do Grupos Escolar Olympio Campos.** Aracaju/Se. 15 de outubro de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos.** Aracaju/Se. 17 de outubro de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos.** Aracaju/Se. 03 de novembro de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Arthur Alfredo Passos.** Aracaju/Se. 21 de novembro de 1927.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pelo Diretor do Grupo Escolar Severiano Cardoso, Aurora Fontes de Oliveira.** Boquim/Se. 23 de junho de 1928.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Monteiro Barbosa.** Aracaju/Se. 17 de outubro de 1929.

**Officio enviado a Diretoria da Instrução de Sergipe, pela Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, Pe. Monteiro Barbosa.** Aracaju/Se. 16 de setembro de 1929.

#### **b) Termos de Visitas dos Delegados e Inspetores do Ensino**

**Termo de visita do Delegado Regional do Ensino, Florival de Oliveira, do Grupos Escolar Sylvio Romero, tendo como diretor o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha.** Lagarto/Se. 18 de julho de 1927.

**Termo de Visitas do Delegado Regional do Ensino, Florival de Oliveira, realizado no Grupo Escolar Severiano Cardoso, tendo como diretora, Maria de Carvalho.** Boquim/Se. 05 de setembro de 1927.

**Termo de visita do delegado regional do ensino, Florival de Oliveira, do Grupos Escolar Sylvio Romero, tendo como diretor o Padre Possidônio Pinheiro da Rocha.** Lagarto/Se. 12 de setembro de 1928.

**c) Relatórios dos Inspetores e Delegados do Ensino.**

**Relatório enviado ao Diretor da Instrução Pública pelo Delegado de Ensino [il.].** Aracaju/Se. 22 de setembro de 1915.

**Relatório Aos Delegados de Ensino.** Carira/Se. 22 de setembro de 1915.

**Relatório do Grupo Escolar Coelho e Campos Enviada ao Diretor da Instrução Pública.** Capela/Se. 17 de junho de 1922.

**Relatório do Grupo Escolar Coelho e Campos Apresentado ao Diretor da Instrução Pública.** Aracaju/Se. 30 de Junho de 1924.

**Relatório Enviado pelo Diretor do Grupo Escolar Barão de Maroim, padre João Florêncio da Silva Cardoso, ao Diretor da Instrução Pública.** Aracaju/Se. 02 de julho de 1924.

**Relatório do Grupo Escolar Manoel Luiz Apresentado ao Diretor da Instrução Pública.** Aracaju/Se. 12 de Julho de 1924.

**Relatório Enviado ao Diretor da Instrução Pública, pelo Delegado Regional do Ensino, Florival de Oliveira.** Carira/Se. 01 de junho de 1927.

**Relatório Enviado pelo Diretor do Grupo escolar Olympio Campos, padre Arthur Alfredo Passos, ao diretor da Instrução Pública.** Aracaju/Se. 07 de Novembro de 1927.

**Relatório Enviado ao Diretor Geral da Instrução Pública, o Sr. Franco Freire, pelo Diretor do Grupo Escolar Olympio Campos, o Padre Arthur Alfredo Passos.** Vilanova/Se. 23 de junho de 1928.

**III - IMAGENS (fotografias, figuras, pinturas etc.):**

**O MALHO. O Malho.** Anno IX, nº427, Rio de Janeiro/RJ. 19 de novembro de 1910. p.50.

\_\_\_\_\_. **O Malho.** Anno XII, nº577, Rio de Janeiro/RJ. 04 de outubro de 1913. p.21.

\_\_\_\_\_. **O Malho.** Anno XIV, nº584, Rio de Janeiro/RJ. 22 de novembro de 1913. p.49.

\_\_\_\_\_. **O Malho.** Anno XVII, nº716, Rio de Janeiro/RJ. 03 de julho de 1916. p. 15.

\_\_\_\_\_. **O Malho.** Anno XV, nº38, Rio de Janeiro/RJ. 11 de setembro de 1921. p.17.

- FON-FON. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 66.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25. Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 52.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº 25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 76.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 78.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 78.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 69.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 49.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 63.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 79.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 29.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 29.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 66.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 30.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 30.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº25, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925.p. 30.
- \_\_\_\_\_. **Fon-Fon**. Anno XIX, nº35, Rio de Janeiro/RJ. 29 de agosto de 1925. p. 56.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ABREU, Martha Campos; MARZANO, Andrea Barbosa. "Entre Palcos e Músicas: caminhos de cidadania no início da República". In.: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp.121-149.
- ALBURQUERQUE, Wlamyra R. "Patriotas, Festeiros, Devotos... As Comemorações da Independência na Bahia (1888-1923)". In.: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**: ensaios da história social da cultura. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. pp. 157-203.

ALMEIDA, Jaime de. "Festa e História na América Espanhola e no Caribe". In.: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. pp. 146-147. - (Coleção Jubileu).

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo (Orgs.). **Textos Políticos da História do Brasil** - vol.III. 3ºed. Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

AMARAL LUZ, Guilherme. "Festa Barroca?". In.: PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 337-351.

ANDRADE, Péricles. **Sob o Olhar Dirigente do Pastor**: a igreja católica em Sergipe. São Cristovão: Editora UFS, 2010. - Fundação Oviêdo Teixeira.

AZEVEDO, Crislane B. de. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930)**: cultura escolar, civilização e escolarização da infância. Natal, Rio Grande do Norte: Editora da UFRN, 2009.

\_\_\_\_\_. "Graccho Cardoso, Abdias Bezerra, José de Alencar Cardoso e o movimento renovador na educação escolar sergipana Na Década de 1920". In.: **Revista HISTEDBR** Online, Campinas, nº 53, pp. 92-114, out2013.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 8º ed. Tradução: Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARRETO, Luiz A. **Graccho Cardoso**: vida e política. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2003.

\_\_\_\_\_. "Biografias". Disponível em: <[http://iaracaju.infonet.com.br/direitoepoesilvioro\\_mero\\_biografia.asp](http://iaracaju.infonet.com.br/direitoepoesilvioro_mero_biografia.asp)> acesso 15 de abr. de 2012.

BARROS, José D'Assunção. "Os Annales e a História-Problema – considerações sobre a importância da noção de 'história-problema' para a identidade da Escola dos Annales". In.: **História: Debates e Tendências** – v. 12, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 305-325.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENCOSTTA, Marcos Levy Albino. **História da Educação, Arquitetura e Espaço Escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. "Desfiles Patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)". In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006. pp. 299-321.

BERGER, Miguel André. "Os Grupos Escolares e as Festas para Difusão da Instrução e Civilidade". In: **Revista do Mestrado em Educação**. Vol.11. São Cristóvão: NPGED-UFS, 2005. pp. 51-68.

\_\_\_\_\_. **A Pesquisa Educacional e as Questões da Educação na Contemporaneidade**. Maceió: UDUFAL, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo Que é Sólido Desmantha no Ar**: a aventura da modernidade. Tradução: Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BITTENCOURT, Circe. "As 'Tradições Nacionais' e o Ritual das Festas Cívicas. In.: PYNSK, Jaime (autor e organizador). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. Rev. e atual. - São Paulo: Contexto, 2009. pp. 53-92.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o Ofício de Historiador**. Prefácio: Jacques Le Goff; apresentação a edição brasileira: Lilia Moritz Schwarcz; tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 13º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Produção da Crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Linguísticas**. Prefácio: Sergio Miceli. Tradução: Sergio Miceli, et al. São Paulo: EDUSP, 2002.

BRAUDEL, Fernando. **Escritos Sobre a História**. Tradução: J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira Mota. São Paulo: Perspectiva, 2011. - (Debates; 131/ dirigido por J. Guinsburg).

BURCKHARDT, Jacob. **A Cultura do Renascimento na Itália**: um ensaio. Tradução: Sérgio Tellaroni. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURKE, Peter. **O Que é História Cultural?** Tradução: Sergio Goes de Paula. 2ºed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008

\_\_\_\_\_. **A Cultura Popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **História e Teoria Social**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt; Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Fabricação do Rei**: a construção da imagem pública de Luís XIV. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CÂNDIDO, Renata Marcilio. **A Máquina de Festejar**: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930). São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Culturas da Escola**: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930). São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de Teoria e Metodologia. 23º reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura**. 5ºed. São Paulo: Global, 2008. - (Coleção para entender).

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Tradução: Lúcia Maurício de Alverga; revisão técnica de Maria Yeda Linhares. 9ºed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro de Sombras**. UFRJ/ Relume-Dumá, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Formação das Almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 12ºed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). **Repensando o Brasil do Oitocentos**: cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARA, Salete de Almeida (Org.). **Machado de Assis**. Direção: Edla Van Steen; seleção de Salete Almeida Cara. 2º ed. São Paulo: Global, 2006. - (Coleção Melhores Crônicas).

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2ºed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990. (Memória e Sociedade).

COUTO, Edilece Souza. **Tempo de Festas**: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Santi'Ana em Salvador (1860-1940). Salvador: EDUFBA, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e Outras F(r)estas**: ensaios da história social da cultura. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002.

DANTAS, José Ibarê. **História de Sergipe República (1889- 2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DOSSE, François. **A História**. Tradução: Maria Helena Ortiz Assumpção. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução: Paulo Neves. 3ºed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e Civilizações**. Tradução e Nota Introdutória: L. F. Raposo Fontenelle. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ENGEL, Friedrich; KARL, Max. **O Manifesto Comunista**. Tradução: Maria Lucia Como. 16ºed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes - volume I. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realização e da aristocracia de corte. Tradução: Pedro Sussekkind; prefácio: Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Tempo**. Editado por Michael Schoter; Tradução: Vera Ribeiro; Revisão técnica: Andrea Daher. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1998.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade dos Indivíduos**. Organizado por Michael Schoter; Tradução: Vera Ribeiro; Revisão técnica e notas: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. "A Instrução elementar no século XIX". In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 135-150.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3º ed. São Paulo: Globo, 2001

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995. - (Didática I).

\_\_\_\_\_. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano, vol.1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. - (t.3, v.1).

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológico. Prefácio: José de Souza Martins. 5ºed. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Antonio Celso. "Literatura: a fonte fecunda". In.: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e Suas Fontes**. 1ºed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 61-91.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de Azul e Branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão/SE: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2003.

\_\_\_\_\_. "Cultura Material Escolar e a Produção das Dissertações de Mestrado do Núcleo de Pós-Graduação em Educação". In: BERGER, Miguel André. **A Pesquisa Educacional e as Questões da Educação na Contemporaneidade**. Maceió: UDUFAL, 2010. pp. 139-153.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ºed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. **Entre Bandeiras, Árvores e Bonecas**: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930). Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais** - morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução de poemas: José Paulo Paes; revisão técnica: Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo Companhia das Letras, 2007.

GIRARD, René. **A Violência e o Sagrado**. Tradução: Martha Conceição Gambini; revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. 3ºed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista/Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos Desde 1780**: programa, mito e realidade. Tradução: Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

\_\_\_\_\_. "Introdução: a invenção das tradições". In.: HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. pp.8-23.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

HÖRNER, Erik. "A Tribuna em Praça Pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842)". In.: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PRADO, Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A História na Política, A política na História**. São Paulo: Alameda, 2006. pp. 101-113.

JULIA, Dominique. "A Cultura Escolar como Objeto Histórico". **Revista Brasileira de História da Educação**. N° 1, jan/jun. Campinas, São Paulo: Autores Associados, SBHE, 2001. pp.9-43.

KNAUSS, Paulo. "O Desafio de Fazer História com Imagens": arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, pp. 97-115, jan.-jun. 2006.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. "Documento e História: a memória evanescente". In: PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 9-27.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1992. - (Coleção Repertórios).

\_\_\_\_\_; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

LEAL, Elisabete da Costa. "O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista". In.: **HISTÓRIA, SÃO PAULO**, v. 25, n. 89 2, pp. 64-93, 2006.

LIMA, Solange Ferraz; CARVALHO, Vânia Carneiro de. "Fotografias: usos sociais e historiográficos". In.: PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. 1ª Ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. pp. 29-60.

LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Introdução: Phillip C. Schmitter. Tradução: Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARINS, Paulo César Garcez. "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras". In.: NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 131-214. - (História da Vida Privada no Brasil; 3).

MATTA, Roberto da. **O que Faz o Brasil, Brasil?**. 12ªed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2001.

\_\_\_\_\_. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Casa e a Rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ªed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MICELI, Paulo. **As Revoluções Burgueses**. 10º ed. rev. atual. São Paulo: Atual, 1994. - (Discutindo a História).

**MICHAELIS 2000**: moderno dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000, v.2. p. 950.

NAGLE, Jorge. "A Educação na Primeira República". In.: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira** - O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). 4ºed. v.2, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 261-291.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. "A Escola no Espelho: São Paulo e a implantação dos grupos escolares no estado de Sergipe". In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006. pp.153-171.

\_\_\_\_\_. **Historiografia Educacional Sergipana**: uma crítica aos estudos da história da educação. São Cristovão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

\_\_\_\_\_. "Os Embates Teóricos e a Produção Historiográfica Educacional nos 15 anos do NPGED". In.: BERGER, Miguel André (Org.). **A Pesquisa Educacional e as Questões da Educação na Contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010. pp. 105-124.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

NOVAIS, Fernando A; SEVCENKO, Nicolau (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. - (História da Vida Privada no Brasil; 3).

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PRADO. Maria Lígia Coelho; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (Orgs.). **A História na Política, A política na História**. São Paulo: Alameda, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As Festas que a República Manda Guardar". In.: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, pp. 172-189, 1989.

OZOUF, Jacques. "A Opinião Pública: apologia das sondagens". In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História**: novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica de Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. pp. 186-198.

OZOUF, Mona. "A Festa Sob a Revolução Francesa". In.: \_\_\_\_\_. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos objetos. Tradução: Terezinha Marinho; revisão técnica: Gadiel Perruci. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. pp.216-232.

PEREZ, Léa Freitas; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

PEREZ, Léa Freitas. "Festa para Além da Festa". In.: \_\_\_\_\_; AMARAL, Leila; MESQUITA, Wania (Orgs.). **Festa como Perspectiva e em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. pp. 21-42.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ºed. 2ºreimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Memória e História: as Marcas da Violência**. Fênix- Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 3º Ano III, nº 3. pp.1-15, Jul/ Ago/ Set. 2006.

PINSKY; Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas Fontes**. 1<sup>a</sup> Ed. 1<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

PYNSK, Jaime (autor e organizador). **O Ensino de História e a Criação do Fato**. Rev. e atual. - São Paulo: Contexto, 2009.

REIS, José Carlos. **A História Entre a Filosofia e a Ciência**. 3<sup>o</sup>ed. 1<sup>o</sup>reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALES, Luís Carlos. **O Valor Simbólico do Prédio Escolar**. Teresina: EDUFPI, 2000.

SANTANA. Antônio Samarone. **As Febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, Sergipe: O Autor, 2001.

SANTANA, Mariely Cabral de. **Alma e Festa de Uma Cidade**: devoção e construção na Colina do Bonfim. Salvador: EDUFBA, 2009. - (Coleção Bahia de Todos os Santos).

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **A Festa de São Benedito em Lagarto-SE (1771-1928)**: limites e contradições da romanização. Recife-PE. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. **Ecos da Modernidade**: a arquitetura dos grupos escolares sergipanos. (1911-1926). São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2013.

SAVIANI, Dermeval (et. all.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve! Salve!**: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Paraíba. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SINGER, Paul. "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930)". In.: FAUSTO, Boris(Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano, vol.1: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. pp. 345-390. (t. 3, v.1).

SOUSA, Antônio Lindvaldo. "A Cidade de Aracaju e os Homens Pobres (Décadas de 1910 a 1930)". In.: **Revista de Aracaju**/Prefeitura Municipal de Aracaju, Aracaju/SE. v.11, n.11, pp. 287-302, 2005.

\_\_\_\_\_. **Em Nome do Progresso e da Liberdade**: "ordem" e "rebeldia" no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930). São 1993. 99 f. Monografias (Especialização em Ciências Sociais) - Curso de especialização em Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Eclipse de um Farol:** contribuição aos estudos sobre a romanização da Igreja Católica no Brasil (1911-1917). São Cristóvão/SE: Editora UFS/Fundação Oviêdo Texeira, 2008.

SOUZA, Cristiane Vitório de. **A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930)**. 2001. 211f. Monografia (Licenciatura em Historia). Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no Século XX:** Ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. “História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial”. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas:** itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. pp.163-187.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Diabo na Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados:** moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **América em Tempo de Conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992. - (Coleção Jubileu).

VALDEMARIN, Vera Teresa. **Os Sentidos e a Experiência:** professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval (et. all.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. pp. 171-181.

VEIGA, Cynthia Greive. “Educação Estética para o Povo”. In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 400-422.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). **As Lentes da História:** Estudos de História e Historiografia da Educação no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. "Cultura e Prática Escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares". In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A Cultura Escolar em Debate:** questões Conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. pp. 3-30. - (Coleção Educação Contemporânea).

\_\_\_\_\_. **Grupos Escolares:** cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

VILLAR, Pierre. "Entrevista com Pierre Villar". In.: D'ALESSIO, Marcia Mansor (Org.). **Reflexões Sobre o Saber Histórico**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. pp.27-82. - (Prima).

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Curriculum, Espaço e Subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. Tradução: Maria Julia Cottvasser. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva (Volume I). Tradução: Regis Barbosa e Karen Barbosa; Revisão técnica: Gabriel Cohn. 4º ed. 3º reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva (Volume II). Tradução: Regis Barbosa; rev. Téc. Gabriel Cohn. 4ºed. 3º reimp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.